



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 133 SEXTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 145ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 2015	008
1.1 – ABERTURA.....	008
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	008
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	010
1.2.1.1 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 566/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a possibilidade de matrícula em escolas, sem apresentação de certidão de nascimento.	010
Nº 567/2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores de arrecadação e aplicação das multas de trânsito.	013
Nº 568/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	016
Nº 569/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que altera o § VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens, e dá outras providências	018
1.2.1.2 – Requerimentos	
Nº 981/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	021
Nº 982/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, em aditamento ao Requerimento nº 935/2015, de composição da Comissão a que se refere esse requerimento por 17 membros titulares e 17 membros suplentes	024
Nº 983/2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 31 de agosto a 2 de setembro próximo.....	025
Nº 984/2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 16 a 30 de setembro próximo	026
Nº 988/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 256/2015.	027
Nº 989/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258/2015	028
1.2.1.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial amanhã, às 9 horas e 30 minutos, destinada a comemorar os 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, nos termos do Requerimento nº 907/2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	029
1.2.1.4 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16/2015.	029
Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 50/2014.	029
1.2.1.5 – Requerimento	
Nº 985/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50/2014.....	032
1.2.1.6 – Comunicações	
De diversas Lideranças na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 687/2015 (Ofícios nºs 567 e 571/2015-PT, e 1.212/2015-Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN). Serão feitas as substituições solicitadas.....	033

De diversas Lideranças na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 688/2015 (Ofícios nºs 569 e 572/2015-PT, e 1.213/2015-Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	036
Da Senadora Fátima Bezerra, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª para participar nas reuniões da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no período de 16 a 18 do corrente (Memorando nº 24/2015)	038
Do Senador Antônio Carlos Valadares, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª para participar da Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, no período de 16 a 18 do corrente (Expediente s/nº)	038
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 687/2015 (Ofício nº 1.050/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	039
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 687/2015 (Ofício nº 1.051/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	040
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 688/2015 (Ofício nº 1.052/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	041
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 688/2015 (Ofício nº 1.053/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	042
1.2.1.7 – Projeto de Resolução	
Nº 37/2015, de autoria do Senador Dalírio Beber, que altera os arts. 5º e 30 do Regimento Interno do Senado Federal, para prever que o suplente possa declinar de substituir o titular sem abdicar da suplência	043
1.2.1.8 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 37/2015.....	046
1.2.1.9 – Pareceres	
Nºs 651, 652 e 653/2015, das Comissões de Assuntos Econômicos; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8/2011.....	046
Nºs 654, 655 e 656/2015, das Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372/2011	063
Nºs 657 e 658/2015, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86/2015.....	077
Nº 659/2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326/2015.....	097
Nº 660/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64/2014.....	105
Nº 661/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 106/2014	113
Nº 662/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237/2014	119
Nºs 663 e 664/2015, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44/2012.....	125
1.2.1.10 – Inclusão em Ordem do Dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, dos Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 372/2011 a fim de serem declarados prejudicados	141
1.2.1.11 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 326 e 86/2015 sejam apreciados pelo Plenário (Memorandos nºs 61 e 62/2015-CMA)	141
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 64 e 106/2014	143
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 237/2014 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 56/2015-CI)	143
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 44/2012 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 59/2015-CAS)	144
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 214/2010 (Ofício nº 35/2015-CE)	145

1.2.2 – Oradores

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Críticas à Presidente da República pela forma de enfrentamento da crise econômica 146

1.2.3 – Ofício do Conselho da Justiça Federal

Nº 3.830/2015, na origem, que encaminha informação de impedimentos de ordem técnica à execução das emendas individuais ao Orçamento de 2015, no âmbito da Justiça Federal (**autuado como Ofício nº 22/2015-CN**) 153

1.2.4 – Oradores (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro do transcurso, em 26 de agosto, do Dia Internacional da Igualdade de Gênero. 155

SENADOR DALÍRIO BEBER – Celebração pela iminência dos 165 anos de fundação da Cidade de Blumenau/SC. 157

SENADOR João Capiberibe – Apoio a projetos de resolução que visam criar medidas de controle e transparência dos gastos públicos. 160

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Defesa da regulamentação nacional de serviços não oficiais de transporte público individual. 162

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Item 18 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Resolução nº 13/2015, do Senador João Capiberibe, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública*. **Aprovado, com emenda** 167

Redação final do Projeto de Resolução nº 13/2015 (**Parecer nº 649/2015-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação.... 169

1.3.2 – Item 19 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 16/2015, do Senador João Capiberibe, que *institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos*. **Aprovado, com emenda** 172

Redação final do Projeto de Resolução nº 16/2015 (**Parecer nº 650/2015-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação.... 173

1.3.3 – Item 15 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 53/2015, (nº 7.921/2014, na Casa de origem), do Ministério Público da União, que *cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências*. **Aprovado**. À sanção 178

1.3.4 – Apreciação de requerimento

Nº 982/2015, de autoria do Senador João Capiberibe. **Aprovado** 184

1.3.5 – Item 12 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados, tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina), que *dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social*. **Transcorrida a segunda sessão de discussão em segundo turno** 184

1.3.6 – Apreciação de requerimento

Nº 934/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. **Aprovado** 184

1.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 251/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores de desarquivamento das seguintes proposições: Propostas de Emenda à Constituição nºs 83, de 2003; 23, de 2005; 11, de 2009; Projetos de Lei da Câmara nºs 84, 85, 92, de 2008; 31, 99, 169, 297, de 2009 e 138, de 2010; Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; 355, de 2004; 284, de 2005; 54, 57 e 70, de 2006; 625, de 2007; 379, de 2008; 311 e 494, de 2009; e 315, de 2010. **Aprovado** 184

1.3.8 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 653/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 360/2012 e 493/2013. **Aprovado** 185

1.3.9 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 657/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 241/2014. **Aprovado** 185

1.3.10 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 658/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 241/2014. **Aprovado** 185

1.3.11 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 711/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 464/2009. **Aprovado** 185

1.3.12 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 719/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 225/2015. **Aprovado** 186

1.3.13 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 757/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143/2014. Aprovado	186
1.3.14 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 763/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65/2012. Aprovado	186
1.3.15 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 766/2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188/2010. Aprovado	186
1.3.16 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 767/2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397/2011. Aprovado	186
1.3.17 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 770/2015, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, de tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 74, 183 e 261/2012; 235, 449 e 515/2013; 38/2015; com o Projeto de Lei da Câmara nº 20/2012. Aprovado	186
1.3.18 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 784/2015, de autoria do Senador Romário, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369/2015. Aprovado	187
1.3.19 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 806/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334/2013. Aprovado	187
1.3.20 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 809/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19/2014. Aprovado	187
1.3.21 – Apreciação de requerimentos	
Nº 983/2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira. Aprovado	187
Nº 984/2015, de autoria do Senador Roberto Rocha. Aprovado	187
1.4 – APÓS ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Oradores	
SENADORA ROSE DE FREITAS – Alerta para a necessidade de mudanças que contribuam para uma agenda positiva no Brasil	188
1.4.2 – Requerimento	
Nº 987/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, de realização de sessão especial em 13 de outubro próximo, destinada a comemorar o dia da criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Aprovado	193
1.4.3 – Oradores (continuação)	
SENADOR JORGE VIANA – Críticas às companhias aéreas pelos elevados preços das passagens de Brasília-DF para Rio Branco-AC	194
SENADOR PAULO PAIM – Anúncio do lançamento, amanhã, na CDH de campanha internacional pela igualdade de direitos entre homens e mulheres; e outros assuntos	198
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Expectativa pela conclusão de julgamento sobre a possibilidade de financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas; e outro assunto	207
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Preocupação com as consequências da previsão de redução dos investimentos da Petrobras para os próximos anos	210
SENADOR BLAIRO MAGGI – Pesar pelo falecimento do Sr. Helton Wagner Martins e apoio às instituições responsáveis pela segurança pública no País	212
SENADOR WALDEMIR MOKA – Preocupação com a possibilidade de enfrentamento entre indígenas e produtores rurais no Estado de Mato Grosso do Sul	215
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Registro do transcurso, em 21 de agosto, do Dia Nacional da Habitação; e outros assuntos	218
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Preocupação com o estado de conservação das rodovias no Estado de Mato Grosso	221
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Sugestões de mudanças no sistema tributário a fim de promover a diminuição das desigualdades sociais	227
1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Registro do editorial “A tropa obedece”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em 27 de fevereiro do corrente; e outros assuntos	233
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do editorial “Lula estimula o conflito social”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em 26 de fevereiro do corrente	240

1.5 – ENCERRAMENTO.....	242
<u>SENADO FEDERAL</u>	
2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	243
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	246
4 – LIDERANÇAS.....	247
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	249
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	264
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	272
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	319
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
9 – COMISSÕES MISTAS.....	342
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	354

Ata da 145ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 27 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim, João Capiberibe e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 54 minutos e encerra-se às 18 horas e 25 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

145ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11:30 horas

Período: 27/08/2015 07:00:00 até 27/08/2015 23:35:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
-	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X

Compareceram 71 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PROJETOS DE LEI DO SENADO



SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a possibilidade de matrícula em escolas, sem apresentação de certidão de nascimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso X do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....
X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, inclusive àquelas que, no ato da matrícula, não disponham de certidão de nascimento.” (NR)

Art. 2º O inciso 8º do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.....

.....
VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido por lei e dos alunos matriculados que não disponham de certidão de nascimento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há ainda, no Brasil, muitas crianças fora da escola. Segundo análise do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a partir de dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2012, **mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em 4 e 17 anos de idade estão fora da escola** no País. Desse total, 1,2 milhão tem entre 4 e 5 anos, 507 mil, de 6 a 14 anos, e mais de 1,6 milhão, entre 15 e 17 anos.

Os motivos para tal situação são múltiplos e variados. Dentre eles, destaca-se, lamentavelmente, o fato de que muitos brasileiros não dispõem ainda de certidão de nascimento, em que pese a gratuidade de emissão, nos termos da Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, e, sem o documento, não podem se matricular em escolas.

Citamos como exemplo os relatos do projeto Cidadania, Direito de Todos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de que quase 11 mil crianças indígenas da região do Alto Rio Negro não possuem certidão de nascimento. Ainda que para os indígenas a emissão desse documento seja facultativa, é importante assinalar que muitas dessas crianças estão sem estudar, pois não podem se matricular e, dessa forma, mesmo que frequentem as aulas, não são contabilizadas pelo censo escolar nem recebem diplomas.

A proposição que apresentamos objetiva sanar essa situação, garantindo, nos termos da Constituição Federal, a educação como direito de todos, e não apenas dos portadores de certidão de nascimento. A ideia é de que, diante de pessoas nessa situação, a escola, além de proceder à matrícula, também notifique as autoridades competentes, tais como o Conselho Tutelar do Município, o juiz competente da Comarca e o respectivo representante do Ministério Público, para que possam tomar as providências necessárias e regularizar a situação dessas crianças e adolescentes.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para aprovar este Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões,

Senador **OMAR AZIZ**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO

- -

9394/96

inciso X do artigo 4º

artigo 12

Lei nº 9.534, de 10 de Dezembro de 1997 - 9534/97

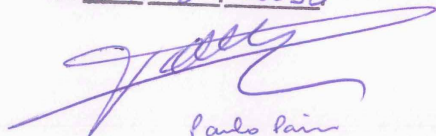
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

CCJ/OT

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 567, DE 2015
(SEN. SANDRA BRAGA)

À Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania, em decisão terminativa.

EM 27.8.2015



Paulo Paim

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o *Código de Trânsito Brasileiro*, para dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores de arrecadação e aplicação das multas de trânsito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 320.

§ 1º

§ 2º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito detentores de competência para aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito deverão divulgar, mensalmente, na internet, a receita proveniente das multas aplicadas no âmbito de sua circunscrição, bem como a despesa executada com os recursos recolhidos e os valores contingenciados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Recebido em 27.8.15

Hora: 11:44

6
Gustavo Costa Soares - Matr. 256022
SULSF/SGM

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, aumentaram as receitas do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – Funset, para o qual se destinam 5% do valor das multas de trânsito arrecadadas por todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Para se ter uma noção da amplitude do aumento da arrecadação, em 1998, foram depositados no Funset R\$ 4,6 milhões, dez anos depois, em

2008, esse montante alcançou R\$ 170,6 milhões, tendo chegado a R\$ 340,5 milhões no ano de 2014.

Se, ao Funset, são repassados apenas 5% da receita de multas de trânsito, significa que o valor nacional arrecadado no ano passado em decorrência de infrações de trânsito cometidas pelos condutores em todo o território nacional foi de R\$ 6,8 bilhões!

Esse vultoso valor representa aproximadamente metade do orçamento anual de investimento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), que é responsável pela operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação da infraestrutura do Sistema Nacional de Viação, que compreende alguns milhares de quilômetros de rodovias, ferrovias e hidrovias do país.

Nos termos do citado art. 320 do Código de Trânsito, os recursos arrecadados pela União, Estados e Municípios com a cobrança das multas de trânsito, deveriam ser aplicados exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Em que pese todo esse montante de recursos arrecadados, não se verifica melhoria das condições de segurança nas vias urbanas e nas rodovias do país, como comprovam os persistentes índices de mortalidade no trânsito.

Ademais, enquanto as receitas do Funset aumentam ano a ano, as despesas executadas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), gestor do Funset, andam em sentido contrário, possivelmente em função de contingenciamento orçamentário, o que, na prática implica que o governo está deixando de investir em ações com vistas a aumentar a segurança dos cidadãos que circulam nas estradas de rodagem do país.

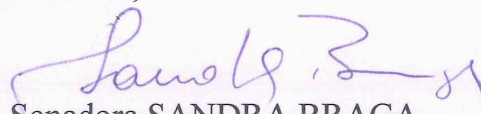
De todo modo, o comando que propomos não é exorbitante, uma vez que alguns departamentos estaduais de trânsito (Detrans), divulgam em seus *sites* um demonstrativo de receitas e despesas com recursos oriundos das multas de trânsito, como é o caso do Detran do Distrito Federal e do Detran do Rio de Janeiro.

Entendemos que tal exemplo deveria ser seguido por todos os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito detentores de competência para aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de

trânsito, de modo a fornecer meios para que a sociedade possa ter conhecimento dos valores arrecadados e das formas de aplicação desses recursos, e, assim, exigir o efetivo cumprimento da lei.

Por todos esses motivos, solicitamos o apoio dos eminentes pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,



Senadora SANDRA BRAGA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 568, DE 2015

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o *Código de Trânsito Brasileiro*, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º O art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso XX:

“**Art. 181.**

.....

XX – onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada ao acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em seu art. 3º, estabelece que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A despeito dessa lei, as cidades brasileiras ainda precisam realizar grandes intervenções urbanísticas para que a acessibilidade seja minimamente aceitável para esses cidadãos.

Somando-se à deficiência presente na infraestrutura urbana das cidades brasileiras, temos o comportamento antissocial de motoristas que estacionam seus veículos obstruindo as poucas rampas de acesso as cadeiras de rodas existentes em nossas cidades. Evidentemente, esse tipo de atitude fere um dos direitos mais básicos, que é o de ir e vir, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com o intuito de reduzir esse tipo de comportamento, pretendemos tipificar como infração de trânsito gravíssima o estacionamento em locais que bloqueiem o acesso a essas rampas.

São esses os motivos pelos quais apresentamos tal proposição para a discussão nesta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **WALTER PINHEIRO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97](#)
[artigo 181](#)

[Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 - 10098/00](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 569, DE 2015

Altera o § VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º - O § VIII artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 231 -
.....

VIII - efetuando os seguintes tipos de transporte remunerado:

a) transporte de pessoas, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com permissão da autoridade competente:

Infração : gravíssima;

Penalidade : multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir;

Medida Administrativa - remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação;

b) transporte de bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com permissão da autoridade competente:

Infração : média;

Penalidade : multa;

Medida Administrativa: retenção do veículo”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Comissão Especial do Congresso Nacional instituída para apreciar a Medida Provisória 673/2015, que alterava o Código de Trânsito Brasileiro aprovou em 17 de junho deste ano o parecer conclusivo do relator que dispôs sobre alterações na legislação de trânsito, inclusive no inciso VIII do artigo 231 do CTB, visando estabelecer sanções mais severas para aqueles que realizam o transporte ilegal de passageiros.

O texto do PLV 08/2015 foi posteriormente aprovado nos plenários da Câmara dos Deputados e Senado Federal, não sofrendo qualquer crítica ou proposta de alteração quanto a nova redação ao inciso VIII do artigo 231, permitindo concluir que todos parlamentares estavam de acordo com o teor da matéria.

Ao sancionar a Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República achou por bem vetar a nova redação do inciso VIII do artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro, sob o seguinte entendimento:

“A medida retiraria da norma em vigor a ressalva para os casos em que se configure força maior, o que poderia, em casos específicos, resultar na violação ao interesse público.”

Sob que pese as razões do veto, não podemos ignorar a triste realidade que o transporte ilegal de passageiros, mais conhecidos como transportadores clandestinos, os quais vendem a falsa ideia de um transporte seguro, confortável e rápido aos seus inocentes usuários, e camuflam a triste realidade de um número crescente de acidentes de trânsito e vítimas envolvendo esta modalidade, contribuindo diretamente para o aumento das estatísticas de mortos em acidentes de trânsito no Brasil.

Esses veículos clandestinos, além de transportarem passageiros em excesso e sem qualquer segurança, encontram-se, na sua grande maioria, em péssimo estado de conservação, e para agravar a situação, são conduzidos por pessoas sem a devida habilitação, o que certamente estão mais propensos a se envolverem em acidentes de trânsito.

Assim a presente proposta legislativa visa reparar o equívoco constatado pelo Poder Executivo Federal na redação do inciso VIII do artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro, aprovado no PLV 08/2015, e permitir adequação da lei a realidade atual, cujo objetivo é capacitar as autoridades públicas com procedimentos que garantam a segurança necessária no trânsito das cidades e nas rodovias permitindo uma repressão eficaz do transporte ilegal de passageiros.

Sala das Sessões, 18 de Agosto de 2015

Senador **ACIR GURGACZ**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97
artigo 231](#)

[Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015 - 13154/15](#)

[Medida Provisória nº 673, de 31 de março de 2015 - 673/15](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

REQUERIMENTOS**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 981, DE 2015****(Do Sr. Ronaldo Caiado)**

Requer realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH.

Senhor Presidente,

Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal, e nos termos regimentais, requero seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de auditoria na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, a fim de examinar a gestão, os recursos humanos e o cumprimento das finalidades afetas à referida Empresa, frente às inúmeras denúncias de má-gestão e de contingenciamento orçamentário por parte do Poder Executivo.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme consta de uma cartilha divulgada pela própria Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH¹, a referida empresa foi criada para fazer parte de *“um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para viabilizar a reestruturação dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior. Por meio do Programa*

¹ http://www.ebserh.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/cartilha_final.pdf

2

Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), instituído pelo Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, foram empreendidas ações no sentido de garantir a reestruturação física e tecnológica e também de solucionar a necessidade de recomposição do quadro de profissionais dos hospitais”.

Ocorre, no entanto, que numa breve análise das notícias divulgadas pela imprensa², deparamo-nos com denúncias, tais como: i) ociosidade ou funcionamento parcial dos serviços, ii) ausência de Comissões de Acompanhamento dos trabalhos (obrigatórias, nos termos do art. 6º, § 1º, III, da Lei nº 12.550, de 2011), iii) adesões à EBSEH, por parte dos hospitais universitários, de modo unilateral ou antidemocrático, iv) falha no treinamento dos servidores, iv) contingenciamentos orçamentários por parte do Governo Federal, entre outros.

A par das narrativas acima, figuram, ainda, procedimentos investigatórios instaurados pelo Ministério Público, para apuração de possíveis ilícitos praticados³.

No que toca ao orçamento, verifica-se que, apesar de o Poder Executivo reputar imprescindível a existência da EBSEH, há muito se contingencia ou não se aplica todo o montante disponibilizado pelo orçamento. Vejamos:

Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais			
Ano	Dotação (A)	Total Pago (B)	B/A %
2012	568.805.148	380.784.333	67%
2013	437.684.027	226.920.215	52%
2014	537.458.531	241.292.449	45%
2015 (ago)	398.289.353	72.035.918	18%

Fonte SIAFI. Regime de caixa (ago/2015)

² <http://www.brasildefato.com.br/node/27416>

³ <http://www.assufba.org.br/2013/02/ufba-responde-inquerito-civil-devido-adesao-a-ebserh/>

³ <http://www.ufal.edu.br/noticias/2013/12/ebserh-foi-foco-de-debate-no-ministerio-publico-federal-de-alagoas>

Percebe-se, assim, que o discurso para a existência da EBSEH destoaria do que se verifica na prática. Por estes motivos, uma auditoria possibilitará avaliar sua gestão e o cumprimento (ou não) das finalidades para as quais foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 2011.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Senador **RONALDO CAIADO**

[Assinatura]
Aprovado
Em 27/8/2015

REQUERIMENTO Nº 982, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 935, 2015, que criou Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional, que a referida comissão seja composta por 17 membros titulares e 17 membros suplentes.

Sala da Sessão, em de de 2015.

[Assinatura]

SUN. SÃO CARLOS



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CIRO NOGUEIRA

Assinado
Em 27/8/2015

REQUERIMENTO Nº 983, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 31 de agosto a 02 de setembro do corrente ano, quando estarei, integrando a delegação brasileira que participará da Quarta Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento, da União Interparlamentar em Nova Iorque, EUA.

A propósito do disposto no Art. 39, inciso I do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência que estarei ausente do País no período de 28 de agosto a 08 de setembro de 2015.

Sala das Sessões, em

Senador CIRO NOGUEIRA

Recebido em 27, 8, 2015
Hora: 12, 34

Wilder Nascimento - Mat. 26672f
SGM - Senado Federal

[Assinatura]
Aprovado
Em 27/8/2015

REQUERIMENTO N ⁹⁸⁴, de 2015.

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença, com ônus para esta casa, para representar o Senado Federal em Visita Oficial à República Popular da China.

Nos termos do art.39, inciso I, do Regimento Interno comunico que estarei ausente do País no período de 16 a 30 de setembro de 2015.

Sala das Sessões 25 de agosto de 2015.

[Assinatura]

Senador ROBERTO ROCHA

(PSB/MA)





SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 988, DE 2015

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2015, que *“Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro”* seja apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de agosto 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Líder do Governo no Senado

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 989, DE 2015

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2015, que *“Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde”*, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de agosto 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**
Líder do Governo no Senado

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REALIZAÇÃO DE SESSÃO

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, dia 28, às 9:30 horas, para comemorar os 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil -CSPB.

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 26 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2015** (tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2014**).

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 26 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014**.

Foi oferecida a Emenda nº 2- Plen.

É a seguinte a emenda:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

EMENDA Nº 2 - PLENÁRIO

(ao PLC nº 50, de 2014)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014, o seguinte artigo, renumerando os demais:

Art. ____. Os planos de assistência funerária a que se refere o art. 1º, estruturados mediante o pagamento de contribuições mensais antecipadas pelos participantes, para a garantia dos riscos da assistência funerária por ocasião de sua morte, pelos quais a operadora assegura indenização, custeio ou reembolso das despesas de luto e de funeral, se caracterizam como operações de seguro.

Parágrafo único – A autorização de funcionamento das empresas que comercializam planos de assistência funerária a que se refere o caput será concedida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

JUSTIFICAÇÃO

A atividade e “produtos” descritos no projeto de lei objeto desta emenda em tudo se confunde com um contrato de seguro ou operação de seguro, já que todos os elementos desse contrato estariam ali alinhados, ou seja: (a) o **risco**, como evento incerto e futuro; (b) sua **transferência** a uma “seguradora”; (c) mediante o pagamento de um **prêmio**; (d) com a obrigação da instituição receptora do risco de **indenizar** a cedente; (e) na ocorrência de um **sinistro**.

Tratando-se, pois, de operação e contrato de seguro o plano de assistência e custeio funerário tratado no projeto de lei em causa, tanto que a operadora (“seguradora”), tal qual estabelece o artigo 757 do Código Civil, se obriga, mediante o pagamento do “prêmio” (contribuição antecipada), a garantir interesse legítimo do “segurado” (participante) contra riscos predeterminados, imperioso que se submeta, em igualdade de condições e de concorrência, aos critérios e regras estabelecidos na legislação própria do seguro, dentre os quais os do sistema de provisões e reservas técnicas, margem de solvência, capital mínimo, fiscalização e controle pela SUSEP, processo administrativo sancionador, constituição da operadora sob a forma de sociedade anônima, sujeição aos atos normativos do CNSP e SUSEP, enfim, a todo o marco regulatório a que se submetem as sociedades seguradoras, eis que,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

responsabilidades, obrigações, direitos, garantias, créditos etc., exceto os seguros do âmbito da previdência social (art. 3º) ficarão subordinadas ao próprio DL nº 73/66, por isso o seu artigo 2º estabelece que o controle do Estado se exerça pelos órgãos nele instituídos (CNSP, SUSEP), reservando ao CMN a competência de baixar resoluções sobre as diretrizes para a aplicação das reservas ou provisões técnicas das seguradoras.

Não se trata de seguro ou plano de saúde, por isso longe de se reger pela legislação a ele pertinente nem à fiscalização da ANS, porque nada tem a ver com a assistência à saúde, mas a exéquias, é dizer, a garantia de riscos de custeio com cerimônias fúnebres, portanto nada a ver com a vida, mas com a morte, razão pela qual, mesmo a despeito de o artigo 802 do CC afastá-lo da seção dos seguros de pessoa, trata-se de modalidade mais próxima das regras atuarias dos seguros de vida.”

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

Há sobre a mesa requerimento de audiência da CMA, do Senador Delcídio do Amaral. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

REQUERIMENTO



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 985, DE 2015

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014, que “Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.”, seja apreciado, também, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, além das comissões de despacho.

Sala das Sessões, em de agosto 2015.

Líder do Governo no Senado

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)

COMUNICAÇÕES

**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015

OF nº 567/GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titular o deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** em substituição ao deputado **SIBÁ MACHADO - PT/AC**, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 687 "que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Atenciosamente,

Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

OF nº 571/GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado **BETO FARO – PT/PA** em substituição ao deputado **ALESSANDRO MOLON –PT/RJ**, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 687 "que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Atenciosamente,

Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 1212

Brasília, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CELSO JACOB - PMDB** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 687/2015**, que "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.", em minha substituição.

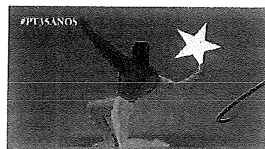
Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**

Líder do Bloco **PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN**



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Façam-se as substituições
solicitadas
em 27 / 08 / 2015

OF nº 569/GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **FERNANDO MARRONI - PT/RS** e **GIVALDO VIEIRA - PT/ES** em substituição aos deputados **SIBÁ MACHADO - PT/AC** e **SÁGUAS MORAES - PT/MT**, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 688 "que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei no 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.

Atenciosamente,

Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada



**Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**



Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015

OF nº 572/GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado **BETO FARO – PT/PA** em substituição ao deputado **ALESSANDRO MOLON – PT/RJ**, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 688 "que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei no 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.

Atenciosamente,

Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada



Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 1213

Brasília, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que passo a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Especial destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 688/2015**, que "Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei nº 10.848, de 15.03.2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei nº 12.783, de 11.01.2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº 9.478, de 06.08.1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.", em substituição ao Deputado **CABUÇU BORGES**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**
Líder do Bloco **PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN**

Memorando nº 24, de 2015, da Senadora Fátima Bezerra, contendo relatório de viagem referente ao **Requerimento nº 887, de 2015**, de missão, por meio do qual relata participação, como integrante da Comissão de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no período de 16 a 18 de agosto de 2015, em Montevideu, Uruguai.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Expediente contendo relatório de viagem do Senador Antônio Carlos Valadares, referente ao **Requerimento nº 851, de 2015**, de missão, por meio do qual relata participação da XXXIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 16 a 18 de agosto de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

...ação-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

Of. nº 1050 /2015/PSDB

Brasília, 27 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **GIUSEPPE VECCI**, em substituição ao Deputado **CARLOS SAMPAIO**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 687/15, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Respeitosamente,

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

Of. nº 1051 /2015/PSDB

Brasília, 27 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **OTAVIO LEITE**, em substituição ao Deputado **NILSON LEITÃO**, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 687/15, que altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Respeitosamente,

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

Of. nº 1052 /2015/PSDB

Brasília, 27 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PEDRO VILELA**, em substituição ao Deputado **CARLOS SAMPAIO**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 688/15, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei nº 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.

Respeitosamente,

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada.

Em 27/08/2015.

Of. nº 1053 /2015/PSDB

Brasília, 27 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**, em substituição ao Deputado **NILSON LEITÃO**, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 688/15, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei nº 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.

Respeitosamente,

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
Líder do PSDB

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2015**

Altera os arts. 5º e 30 do Regimento Interno do Senado Federal, para prever que o suplente possa declinar de substituir o titular sem abdicar da suplência.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º.

§ 1º Se, dentro dos prazos estabelecidos neste artigo, o primeiro Suplente não tomar posse, não requerer sua prorrogação e nem se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, considerar-se-á como tendo renunciado ao mandato, convocando-se o segundo Suplente, que terá, em qualquer hipótese, trinta dias para prestar o compromisso.

.....

§ 3º A hipótese de o primeiro Suplente se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, prevista no § 1º, não se aplica em caso de vaga e só terá efetividade se o segundo Suplente assumir. (NR)

§ 4º Na hipótese do § 3º, tendo o segundo Suplente assumido o exercício do mandato e havendo cessada a

impossibilidade que lhe deu causa, o primeiro Suplente poderá assumir o exercício do mandato, desde que transcorridos pelo menos cento e vinte dias da posse do segundo Suplente.”

“Art. 30.

II- O Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento, ressalvado o disposto no § 1º do art. 5º.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução tem o objetivo de alterar o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para prever que o suplente pode declinar de substituir o titular sem abdicar da suplência.

Com efeito, o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 5º, § 1º, hoje estipula que se o Suplente, uma vez convocado, não tomar posse no prazo estabelecido e não requerer prorrogação da posse, será considerado como tendo renunciado ao mandato, convocando-se o segundo Suplente.

Entendemos que tal regra é inadequada e injusta, pois, por vezes, o suplente convocado está ocupando cargo público que embora relevante não compõe o rol daqueles para os quais a Constituição Federal prevê o licenciamento do cargo.

A esse respeito, cabe registrar que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados tem norma que vai em sentido diverso da do Senado. Assim, o art. 241, § 1º, da carta regimental da Câmara, estipula que assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, sem perder o mandato, dando ciência à Mesa, que convocará o suplente imediato.

E o que estamos propondo é que seja acolhida pelo Senado Federal regra similar à vigente na Câmara, mediante alteração do texto do § 1º do art. 5º e do inciso II do art. 30 da nossa carta regimental.

Por outro lado, estamos também deixando expresse, nos termos do § 3º que propomos acrescentar ao art. 5º do RISF, que tal possibilidade se dará apenas se o suplente subsequente assumir o mandato e que se aplica no caso de afastamento temporário do titular, mas não se aplicará no caso de vacância do cargo, quando necessariamente o suplente convocado deverá obrigatoriamente assumir o mandato, sob pena de perda da sua condição.

Ademais, estamos também prevendo que tendo o segundo Suplente assumido o exercício do mandato e havendo cessada a impossibilidade que lhe deu causa, o primeiro Suplente poderá assumir o exercício do mandato, desde que transcorridos pelo menos cento e vinte dias da posse do segundo Suplente.

Isso para que haja um mínimo de estabilidade quanto à permanência no cargo por parte dos mandatários que ocupam a cadeira de Senador.

Em face do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação do projeto de resolução que ora submetemos a esta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **DALÍRIO BEBER**

(Abertura do prazo de 5 dias, para recebimento de emendas, perante a Mesa)

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao **Projeto de**

Resolução nº 37, de 2015.

PARECERES



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 651, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

RELATOR *AD HOC*: Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2011, de iniciativa do Senador FLEXA RIBEIRO, com ementa em epígrafe.

O Projeto contém seis artigos. O art. 1º altera o § 3º do art. 16 e o *caput* do art. 18 do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), nos termos da redação da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Quanto ao primeiro dispositivo alterado, a principal mudança é a permissão para que também que na Amazônia Legal se possa cumprir a manutenção e a compensação da área de reserva legal por meio de reflorestamento com espécies frutíferas, ornamentais ou industriais.

Quanto ao segundo dispositivo alterado, o *caput* do art. 18 do Código Florestal, a mudança consiste em permitir o reflorestamento com espécies frutíferas nativas quando a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente for feita pelo Poder Público Federal em terras particulares.

O art. 2º contempla incentivo fiscal para a implantação ou manutenção de reflorestamento destinado à recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou de reserva legal. O § 1º do referido artigo esclarece que o reflorestamento poderá ser feito com espécies frutíferas, ornamentais ou industriais nativas ou exóticas, a ser executado de acordo com projeto aprovado por autoridade ambiental competente.

O incentivo fiscal consiste na dedução do imposto de renda devido das importâncias aplicadas no ano-base, desde que o montante deduzido não ultrapasse vinte por cento do imposto devido antes da dedução.

O art. 3º prevê redução de dez por cento sobre juros e demais encargos relativos a operações de crédito rural destinadas a financiar a reposição florestal com espécies frutíferas em áreas de reserva legal ou de preservação permanente.

O art. 4º altera o § 1º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, artigo esse relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O § 1º do art. 41 lista em seus vários incisos as áreas prioritárias para o Fundo, entre as quais *pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal* (inciso I) e *recuperação de áreas degradadas com espécies nativas* (inciso III). A alteração pretendida consiste em explicitar, no inciso I, a utilização de *espécies frutíferas nativas de porte arbóreo* como instrumento possível para manejo florestal e, no inciso III, essas mesmas espécies como meio de recuperação de áreas degradadas.

O art. 5º visa atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, em caso de renúncia de receita como a pretendida no art. 2º deste Projeto. Por fim, o art. 6º estabelece a vigência.

A justificação que acompanha o Projeto alega que as infrações à exigência legal de cobertura legal *têm se mantido em nível elevado*, por conta da insuficiência dos tradicionais mecanismos de comando e *das notórias deficiências do aparato de fiscalização na área ambiental*. Ademais, prossegue a justificação, os proprietários rurais resistem a assumir os custos da

recomposição florestal porque muitas vezes os danos foram feitos pelos antigos proprietários e os benefícios se estendem a toda a sociedade.

Por força da aprovação do Requerimento nº 253, de 2011, de autoria do Senador ACIR GURGACZ, a matéria tramitará também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assim, a tramitação do PLS nº 8, de 2011, seguirá a seguinte ordem: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, em decisão terminativa, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Por força do disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) *opinar sobre aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe forem submetidas*.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011, possui dois objetivos principais. O primeiro é a possibilidade de atender às exigências legais de manutenção da cobertura florestal mediante o cultivo de espécies frutíferas. Tal intento se dá por meio dos arts. 1º e 4º. O segundo objetivo é conceder incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento com espécies frutíferas. Esses incentivos constam dos arts. 2º e 3º do Projeto apresentado.

Quanto ao primeiro objetivo, cabem ponderações adversas à aprovação do Projeto em exame. Tal adversidade advém da recente aprovação de novos marcos normativos da legislação ambiental, representados pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências*; e pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que *altera a mencionada Lei*.

E nesse ponto, queremos destacar o esforço das duas casas do Congresso Nacional e a participação da sociedade civil na discussão da matéria que veio a constituir o arcabouço do Novo Código Florestal brasileiro,

revogando expressamente a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, objeto do Projeto de Lei em exame, retirando-lhe a oportunidade do debate.

Dos diálogos, maduros e equilibrados, restou o entendimento de que, embora a necessidade de conservação dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade ocupem o centro das discussões, também em matéria ambiental, a segurança jurídica é um bem valioso para o interesse público e a desburocratização das práticas de controle representam um avanço importante para as atividades rurais.

Ademais, ficou estabelecido no § 13, do art. 61-A da Lei nº 12.727, de 2012, a possibilidade de efetivar a recuperação de APP com o plantio de espécies frutíferas nativas, e no caso de frutíferas exóticas também não uma restrição absoluta, apenas se exige que esse plantio seja intercalado com espécies nativas de ocorrência regional, as quais poderão também ser espécies frutíferas.

No mérito, a necessidade de controle de origem do plantio de espécies frutíferas pelos órgãos ambientais, como decorre naturalmente do que propõe o Projeto em análise, oneraria a fruticultura no País, dado o imperativo de fiscalização sobre os produtos e subprodutos obtidos de áreas florestais.

Entendemos que, nesse aspecto, o Novo Código Florestal sedimentou a compreensão que harmoniza o pensamento conservacionista e os interesses do desenvolvimento das atividades rurais, tornando extemporânea a rediscussão das medidas propostas no Projeto, que tem seu embasamento definido em contexto anterior ao novo ordenamento.

Outro aspecto correlato que mereceria destaque na discussão do Projeto em foco é a concessão de incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento calcado no cultivo de espécies frutíferas.

Ressalte-se, nesse âmbito, que a lei 12.651, em seu Art. 41, § 1º, contemplou de forma adequada a proposta do PLS, dentro do limite legal, autorizando o executivo a implantar o programa de apoio, contudo já especificando que esse programa deverá incluir a dedução da base de cálculo do imposto, como explicitado no § 1º, inciso II.

Cabe, finalmente, pontuar que o uso do crédito rural previsto no art. 3º do Projeto seria um instrumento adequado para estimular algumas atividades

agrícolas. Insere-se, entretanto, no contexto mais amplo da política agrícola do Governo Federal, e nesse quesito, os últimos Planos Agrícola e Pecuário ofertaram um volume superior a R\$ 100 bilhões em créditos a juros facilitados para a agricultura comercial, além dos R\$ 16 bilhões disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Há inclusive ações voltadas especificamente para a recomposição das áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, como o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) que oferece financiamento com prazos de até 15 anos e juros de 6,75% ao ano.

A política agrícola já contempla, portanto, farto crédito com prazos dilatados e juros baixos, especialmente no caso do pequeno produtor rural. Não parece haver atualmente razão que justifique que, em meio a esses instrumentos, determinada atividade, ainda que adstrita a certa região, deva receber tratamento ainda mais favorável que o já disponibilizado pelo crédito rural e pelos novos mecanismos de estímulo e recompensa à preservação ambiental.

Enfim, ainda que pesem a validade de seus fundamentos no momento da elaboração e os propósitos que motivaram a valiosa iniciativa do nobre Senador Flexa Ribeiro, todas as observações confluem para recomendarmos, pela perda de oportunidade da discussão da matéria, em decorrência primordial da revogação expressa da legislação que pretendia alterar.

III – VOTO

Assim, em face da recente aprovação do Novo Código Florestal, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 2013.

Senador **LINDBERGH FARIAS**, Presidente

Senador **ANIBAL DINIZ**, Relator *ad hoc*



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 25/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

SEN. ANÍBAL DINIZ - RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)

Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 652, DE 2015

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.*

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-me relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2011, do nobre Senador FLEXA RIBEIRO, que *altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.*

O Projeto é composto de seis artigos.

O **art. 1º** pretende alterar o § 3º do art. 16 e o *caput* do art. 18 do então vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), nos termos da redação da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Quanto ao primeiro dispositivo alterado, a principal mudança é a permissão para que também que na Amazônia Legal se possa cumprir a manutenção e a compensação da área de reserva legal por meio de reflorestamento com espécies

frutíferas, ornamentais ou industriais. Quanto ao segundo dispositivo alterado, o *caput* do art. 18 do Código Florestal, a mudança consiste em permitir o reflorestamento com espécies frutíferas nativas quando a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente for feita pelo Poder Público Federal em terras particulares.

O **art. 2º** pretende contemplar incentivo fiscal para a implantação ou manutenção de reflorestamento destinado à recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou de reserva legal. O § 1º do referido artigo esclarece que o reflorestamento poderá ser feito com espécies frutíferas, ornamentais ou industriais nativas ou exóticas, de acordo com projeto aprovado por autoridade ambiental competente. O incentivo fiscal consiste na dedução do imposto de renda devido das importâncias aplicadas no ano-base, desde que o montante deduzido não ultrapasse vinte por cento do imposto devido antes da dedução.

O **art. 3º** prevê redução de dez por cento sobre juros e demais encargos relativos a operações de crédito rural destinadas a financiar a reposição florestal com espécies frutíferas em áreas de reserva legal ou de preservação permanente.

O **art. 4º** altera o § 1º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, artigo esse relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O § 1º do art. 41 lista em seus vários incisos as áreas prioritárias para o Fundo, entre as quais *pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal* (inciso I) e *recuperação de áreas degradadas com espécies nativas* (inciso III). A alteração pretendida consiste em explicitar, no inciso I, a utilização de *espécies frutíferas nativas de porte arbóreo* como instrumento possível para manejo florestal e, no inciso III, essas mesmas espécies como meio de recuperação de áreas degradadas.

O **art. 5º** visa atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, em caso de renúncia de receita como a pretendida no art. 2º deste Projeto.

Por fim, o **art. 6º** estabelece a vigência.

Em face da aprovação do Requerimento nº 253, de 2011, de autoria do ilustre Senador ACIR GURGACZ, pelo Plenário desta Casa, a matéria tramitará também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Portanto, a tramitação do PLS nº 8, de 2011, seguirá a seguinte ordem: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, em decisão terminativa, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na CAE, foi aprovado o relatório do relator “ad hoc”, Senador ANÍBAL DINIZ, que concluiu pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011, em face da aprovação do Novo Código Florestal brasileiro.

Não foram apresentadas emendas ao PLS.

II – ANÁLISE

Por força do disposto no art. 104-B, incisos VIII e IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar, entre outros aspectos, sobre uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

Como destacado no parecer da CAE de 25 de junho de 2013, o PLS nº 8, de 2011, possui dois objetivos principais:

i) atender às exigências legais de manutenção da cobertura florestal mediante o cultivo de espécies frutíferas. Tal intento se dá por meio dos arts. 1º e 4º;

ii) conceder incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento com espécies frutíferas. Esses incentivos constam dos arts. 2º e 3º do Projeto apresentado.

Quanto ao primeiro objetivo, concordamos com as ponderações adversas à aprovação do Projeto em exame, nos termos do citado parecer, em face da recente aprovação de novos marcos normativos da legislação ambiental, representados pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências*; e pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que *altera a mencionada Lei*.

Com base no acordo exarado nesse Parlamento com o Poder Executivo e com a sociedade em geral, ficou assentado o entendimento de que o cultivo comercial de espécies frutíferas usado como instrumento de recomposição de áreas de preservação permanente compromete a biodiversidade local e o desempenho das funções ambientais básicas reservadas a esses espaços, não sendo, portanto, adequado o uso desse instrumento de forma geral e indiscriminada sob pena de altos impactos ambientais.

Além disso, a necessidade de controle de origem do plantio de espécies frutíferas pelos órgãos ambientais, como decorre naturalmente do que propõe o Projeto em análise, oneraria a fruticultura no País, dado o imperativo de fiscalização sobre os produtos e subprodutos obtidos de áreas florestais.

Relativamente à concessão de incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento calcado no cultivo de espécies frutíferas, também, seguimos a opinião da CAE, que é a comissão especializada em matéria financeira e econômica da Casa: *a Lei nº 12.651, de 2012, em seu art. 41, § 1º, contemplou de forma adequada a proposta do PLS, dentro do limite legal, autorizando o executivo a implantar o programa de apoio, contudo já especificando que esse programa deverá incluir a dedução da base de cálculo do imposto, como explicitado no § 1º, inciso II*.

Como destacado também no parecer da CAE, nos últimos Planos Agrícola e Pecuário, foi ofertado volume superior a R\$ 100 bilhões em créditos a juros facilitados para a agricultura comercial, além dos R\$ 16 bilhões disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo inclusive financiadas ações voltadas especificamente para a recomposição das áreas de Reserva Legal e Preservação

Permanente, como o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) que oferece financiamento com prazos de até 15 anos e carência e juros compatíveis. Portanto, também nesse aspecto, entendemos que já existe política pública de crédito para lidar com essa importante matéria.

Por fim, considerando que houve revogação expressa da legislação que o PLS pretendia alterar e que as inovações propostas pela Proposição já se encontram contempladas pelo novo Código Florestal brasileiro e pelas políticas públicas vigentes, entendemos, nos moldes do parecer da CAE, que o PLS nº 8, de 2011, deva ser arquivado.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pelo *arquivamento* do PLS nº 8, de 2011, nos termos do inciso III do art. 133 do RISF.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2013

Senador **ACIR GURGACZ**, Presidente

Senadora **ANA AMÉLIA**, Relatora



SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 19ª REUNIÃO, DE 29/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATORA: _____

SEN. ACIR GURGACZ
 SEN. ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (presidente)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP) (relatora)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Kátia Abreu (PSD)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER N° 653, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 8, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 8, de 2011. De autoria do Senador Flexa Ribeiro, a proposição foi distribuída, originalmente, para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em decisão terminativa, da CMA. Devido à aprovação do Requerimento n° 253, de 2011, do Senador Acir Gurgacz, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) também analisou a matéria. Ambas CAE e CRA aprovaram relatórios pela prejudicialidade da proposição.

O art. 1° do projeto altera o § 3° do art. 16 e o *caput* do art. 18 do então vigente Código Florestal – Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965 –, nos termos da redação da Medida Provisória n° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. A alteração do § 3° do art. 16 do antigo Código Florestal estende para todas as propriedades da Amazônia Legal a possibilidade de utilizar espécies frutíferas, ornamentais ou industriais, para cumprir a obrigação de manutenção, compensação e reposição da área de Reserva Legal (RL) por

meio de reflorestamento, enquanto na redação anterior essa possibilidade era restrita apenas às pequenas propriedades ou posse rural familiar.

A alteração do *caput* do art. 18 do antigo Código Florestal permite o reflorestamento com espécies frutíferas nativas quando a recomposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente (APP) for feita pelo Poder Público Federal em terras particulares.

Por sua vez, o *caput* do art. 2º do PLS nº 8, de 2011, estabelece incentivo fiscal, que consiste na dedução do imposto de renda devido das importâncias aplicadas no ano-base, para a implantação ou manutenção de reflorestamento destinado à recomposição da cobertura vegetal em APP ou de RL. O § 1º do art. 2º estipula que, para fazer jus ao benefício, o reflorestamento poderá ser feito com espécies frutíferas, ornamentais ou industriais nativas ou exóticas, de acordo com projeto aprovado por autoridade ambiental competente. O § 2º esclarece que o incentivo fiscal referido no *caput* do art. 2º não pode ultrapassar vinte por cento do imposto devido antes da dedução.

O art. 3º do projeto determina redução de dez por cento sobre juros e demais encargos relativos a operações de crédito rural destinadas a financiar a reposição florestal com espécies frutíferas em APP ou de RL.

O art. 4º altera os incisos I e III do § 1º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para incluir – na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – as espécies frutíferas nativas de porte arbóreo nas ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal (inciso I) e de recuperação de áreas degradadas com espécies nativas (inciso III).

O art. 5º visa a atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, em caso de renúncia de receita como a pretendida no art. 2º da proposição.

O art. 6º institui que a lei resultante do projeto entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria perante a CMA.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, compete observar que o Novo Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 –, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 –, permite a utilização de espécies frutíferas na recomposição de APP e de RL e determina que:

- a. poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas da região em sistemas agroflorestais, para o cumprimento da manutenção da área de RL na pequena propriedade ou posse rural familiar (art. 54);
- b. a recomposição das áreas consolidadas em APP ao longo de cursos d'água naturais, no entorno de nascentes e olhos d'água perenes e no entorno de lagos e lagoas naturais poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, entre outros métodos, pelo plantio de espécies nativas e pelo plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas (art. 61-A, § 13); e
- c. a recomposição de área de RL em extensão inferior ao estabelecido no Código Florestal, em 22 de julho de 2008, poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal (art. 66).

Desse modo, a proposição não pode ser acolhida, pois o tema já foi deliberado pelo Congresso Nacional, a partir da aprovação do projeto de lei que resultou na Lei nº 12.651, de 2012. Nesse sentido, a CAE e a CRA aprovaram parecer pelo arquivamento da proposição. Portanto, a matéria deve

ser declarada prejudicada, nos termos do art. 334, inciso II do Regimento Interno.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2015.

Senador **OTTO ALENCAR**, Presidente

Senador **BLAIRO MAGGI**, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 35ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 25 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 654, DE 2015

Da COMISSÃO de SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o PLS nº 372, de 2011, da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que *altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).*

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem para a análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tem como objetivo extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

Após análise nesta Comissão, o projeto será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para decisão terminativa.

A proposição altera o art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, de modo a extinguir a arrecadação da RGR.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto de lei em tela tem como objetivo extinguir definitivamente a cobrança das quotas da Reserva Global de Reversão, encargo criado em 1957 para cobrir indenizações por ocasião da extinção de concessões de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Embora nunca tenha sido usada para os fins para a qual foi criada, a RGR se tornou muito importante para o setor de energia. Seus volumosos recursos foram sendo redirecionados, ao longo dos anos, para iniciativas como o subsídio para o consumidor de baixa renda, investimentos em fontes renováveis e o programa de universalização da energia elétrica (Luz para Todos).

Em 1998, a Lei nº 9.648 determinou a extinção da RGR ao final do exercício de 2002. Contudo, a Lei nº 10.438, de 2002, estendeu esse prazo até o final do exercício de 2010. Recentemente, a Medida Provisória nº 517, de 2010, convertida na Lei nº 12.431, de 2011, prorrogou novamente a sua cobrança, desta vez até 2035. O Governo Federal justificou a medida com base na necessidade dos recursos da RGR para cumprir as metas do programa Luz para Todos e para a “recuperação da rede elétrica”.

A autora do projeto defende que esse encargo deixe de ser cobrado do consumidor, conforme o compromisso firmado na Lei nº 10.438, de 2002. Afirma que essa cobrança encarece as tarifas de energia elétrica o que, por sua vez, *aumenta o custo-Brasil a ponto de inviabilizar indústrias nacionais, limitar a competitividade de nossos produtos no mercado internacional e exportar empregos para países com menores tarifas.*

Embora creiamos que seja importante extinguir a RGR, reconhecemos que fica difícil interrompê-la de imediato. Não há dúvida de que o setor se tornou indevidamente dependente desses recursos para toda uma série de investimentos importantes. Por essa razão, propomos que a cobrança seja prorrogada, mas somente até 2023, para dar tempo a todas as partes de se prepararem e encontrarem novas fontes de recursos para as atividades hoje financiadas com a RGR.

Como propomos que a RGR seja prorrogada por mais alguns anos, e não extinta, apresentamos um substitutivo que altera não somente o corpo do projeto, mas também sua ementa.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo.

EMENDA Nº 1 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para antecipar a data de extinção da cobrança das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A quota anual da Reserva Global de Reversão (RGR) ficará extinta ao final do exercício de 2023, observado o disposto no art. 9º, § 3º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de dezembro de 2011.

SENADORA LÚCIA VÂNIA, Presidente

SENADOR WALTER PINHEIRO, Relator



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 20 / 12 / 2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE:

RELATORA:

TITULARES

SUPLENTE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

LINDBERGH FARIAS

1- HUMBERTO COSTA

DELCÍDIO DO AMARAL

2- JOSÉ PIMENTEL

JORGE VIANA

3 - WELLINGTON DIAS

WALTER PINHEIRO

4 - MARCELO CRIVELLA

ACIR GURGACZ

5 - PEDRO TAQUES

JOÃO CAPIBERIBE

6 - RODRIGO ROLLEMBERG

INÁCIO ARRUDA

7 - VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PV)

VALDIR RAUPP

1- ROMERO JUCÁ

WALDEMIR MOKA

2- GEOVANI BORGES

LOBÃO FILHO

3- ROBERTO REQUIÃO

VITAL DO RÊGO

4- JOÃO ALBERTO SOUZA

RICARDO FERRAÇO

5- VAGO

EDUARDO BRAGA

6- CASILDO MALDANER

CIRO NOGUEIRA

7- LAURO ANTÔNIO

FRANCISCO DORNELLES

8- IVO CASSOL

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

FLEXA RIBEIRO

1- AÉCIO NEVES

LÚCIA VÂNIA

2- ALOYSIO NUNES FERREIRA

CYRO MIRANDA

3- ALVARO DIAS

DEMÓSTENES TORRES

4- JAYME CAMPOS

PTB

FERNANDO COLLOR

1 - ARMANDO MONTEIRO

MOZARILDO CAVALCANTI

2 - JOÃO VICENTE CLAUDINO

PR⁽¹⁵⁾

BLAIRO MAGGI

1 - VICENTINHO ALVES

PSOL

1-



SENADO FEDERAL

PARECER Nº655, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que *altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).*

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

RELATOR *AD HOC*: Senador **EDUARDO BRAGA**

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 372, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

A RGR é encargo do setor elétrico destinado a prover recursos para eventual indenização de concessionários do setor elétrico por ativos não depreciados e investimentos não amortizados de concessões vencidas. Esses recursos são utilizados também para financiar a expansão do setor elétrico e para financiar programas sociais do Governo Federal.

Os Autores argumentam que a RGR deveria ter sido extinta em 2010, conforme previsto na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, mas, na véspera de sua extinção, sua cobrança foi prorrogada até 2035, por meio da Medida Provisória nº 517, de 2010, convertida na Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011. Isso impediu uma redução de mais de R\$ 2 bilhões nas tarifas dos consumidores do País. Ainda de acordo com os Autores, a extinção da cobrança da RGR é de enorme importância para a redução das tarifas de energia elétrica do Brasil, reconhecidamente uma das mais caras do mundo. Destacam, ainda, que não propõem a extinção do encargo, mas tão somente a interrupção de sua cobrança.

A matéria foi inicialmente despachada para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa. Antes de deliberação da CI, o Plenário desta Casa aprovou Requerimento nº 1.203, de autoria do Senador Walter Pinheiro, para que o Projeto fosse analisado também nesta Comissão.

Em 20 de dezembro de 2011, a CI aprovou parecer do Senador Walter Pinheiro, acatando a extinção da RGR, mas apenas em 2023. O PLS está agora sob análise desta CAE.

Não foram oferecidas emendas durante o prazo regimental.

II – ANÁLISE

Não resta dúvida de que o Projeto de Lei que ora analisamos reveste-se de grande mérito. A busca da modicidade tarifária deve estar sempre presente na agenda política do Brasil, pois tarifa módica é sinônimo de desenvolvimento econômico, aumento de renda dos trabalhadores e garantia de empregos. A proposta de antecipação da extinção da cobrança da RGR, fulcro da matéria que ora analisamos, vem nessa direção.

Apesar do inequívoco mérito do Projeto, consideramos que ele encontra-se prejudicado pela apresentação da Medida Provisória nº 579, de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. O art. 21 dessa Lei extinguiu a cobrança da RGR para as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, bem como para as concessionárias de geração e transmissão cujos contratos foram prorrogados com base na citada Medida Provisória. Estão também dispensadas do recolhimento da RGR todas as concessões de transmissão e de geração de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

O recolhimento remanesce apenas para as concessionárias cujos lances vencedores nos leilões de transmissão e de contratação de energia elétrica previam esse recolhimento. Nesses casos, mesmo que a extinção da RGR fosse aplicada aos preços ou receitas resultantes desses certames, ela não beneficiaria o consumidor e sim a própria concessionária, haja vista que os contratos associados são irretratáveis.

III – VOTO

Diante do exposto e, nos termos do art. 334 do RISF, voto pelo envio do PLS nº 372, de 2011, ao Presidente do Senado Federal para que seja declarada a sua prejudicialidade.

Sala da Comissão, em 1º de abril de 2014.

Senador LUIZ HENRIQUE, Presidente em exercício

Senador EDUARDO BRAGA, Relator *ad hoc*



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 10ª REUNIÃO, DE 01/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. LUIZ HENRIQUE - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
RELATOR: SEN. EDUARDO BRAGA - RELATOR AD HOC

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Cidinho Santos (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 656, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que *altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).*

RELATOR: Senador **PAULO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 372, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

O projeto foi inicialmente despachado à Comissão de Serviços de Infraestrutura que, em 20 de dezembro de 2011, aprovou parecer favorável do Senador Walter Pinheiro à proposição, nos termos da Emenda nº 01-CI (Substitutivo), que acata a extinção da RGR, mas apenas em 2023.

Em seguida, a matéria foi encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos, em cumprimento ao Requerimento nº 1.203, de 2011,

aprovado em 9 de novembro de 2011 . Em 1º de abril de 2014, foi aprovado o parecer do relator, Sen. Humberto Costa, pela prejudicialidade da proposição, em virtude da Medida Provisória nº 579, de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

O projeto destina-se a extinguir a arrecadação de quotas da RGR, encargo do setor elétrico criado em 1957, destinado a prover recursos para eventual indenização de concessionários do setor elétrico por ativos não depreciados e investimentos não amortizados de concessões vencidas. Esses recursos são utilizados também para financiar a expansão do setor elétrico e programas sociais do Governo Federal.

Segundo os autores da proposição, a RGR deveria ter sido extinta em 2010, conforme previsto na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. No entanto, às vésperas de sua extinção, sua cobrança foi prorrogada até 2035, por meio da Medida Provisória nº 517, de 2010, convertida na Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011. Isso impediu uma redução de mais de R\$ 2 bilhões nas tarifas dos consumidores do País.

Os autores chamam a atenção para o fato de que não propõem a extinção do encargo, mas tão somente a interrupção de sua cobrança.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da

constitucionalidade do projeto. Legislar sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas é competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, I, da Carta Magna e, portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Por outro lado, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do art. 91, I, combinado com o art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei. Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade e regimentalidade. Conclui-se, portanto, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do projeto.

Não há dúvida de que a extinção da cobrança da RGR contribui significativamente para a redução das tarifas de energia elétrica e, conseqüentemente, aumenta a competitividade da produção nacional e dinamiza a economia, além de implicar custos mais baixos para os consumidores em geral.

Esse fato foi reconhecido pelo Poder Executivo que, no dia 11 de setembro de 2012, apresentou a Medida Provisória nº 579, de 2012, subsequentemente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A lei, no seu art. 21, suspende o recolhimento do encargo em quase todos os casos:

Art. 21. *Ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:*

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.

O recolhimento permanece apenas para as concessionárias cujos lances vencedores nos leilões de transmissão e de contratação de energia elétrica previam esse recolhimento.

Sendo assim, não obstante o mérito do projeto, concordamos com o posicionamento da Comissão de Assuntos Econômicos, que considerou o PLS prejudicado em virtude da aprovação da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

III – VOTO

Diante do exposto e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela **prejudicialidade** do PLS nº 372, de 2011.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2015

Senador OTTO ALENCAR, Presidente

Senador PAULO ROCHA, Relator



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 35ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 25 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 657, DE 2015

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, da Senadora Lídice da Mata, que *institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “*institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco*”.

A proposição, em seu art. 1º, descreve o objetivo da lei.

O art. 2º estabelece os princípios para revitalização da bacia do rio São Francisco.

O art. 3º dispõe sobre os objetivos que nortearão as ações relacionadas à revitalização.

O art. 4º descreve as ações prioritárias para a revitalização da bacia hidrográfica.

O art. 5º determina que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.

O art. 6º dispõe que o Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica.

O art. 7º estabelece que os Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender às demandas relacionadas a recursos hídricos.

Já o art. 8º contém a cláusula de vigência da lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação ao projeto, a autora argumenta que as iniciativas relacionadas à revitalização da bacia do rio São Francisco carecem de coordenação e de maior aporte de recursos, o que impediria o êxito em relação ao objetivo principal de buscar soluções para os problemas socioambientais que têm ocasionado a degradação da bacia e, conseqüentemente, a diminuição da produção de água.

Ademais, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco receberia recursos modestos e suas ações, além de dispersas, seriam insuficientes para reverter o quadro de degradação da bacia.

Em tal contexto, a criação de uma lei que estabeleça normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco poderia contribuir significativamente para aperfeiçoar a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e, com isso, lograr melhores resultados.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Consoante disposto no Regimento Interno do Senado Federal – RISF, em seu art. 104-A, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional

opinar sobre matérias pertinentes a integração nacional e outros assuntos correlatos.

O PLS 86/2015 tem como objetivo instituir normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

A bacia do rio São Francisco há tempos tem sofrido com o crescimento socioeconômico sem planejamento, o que alterou significativamente as condições de qualidade e volume de seus recursos hídricos.

Os impactos se fazem sentir nas mais diversas atividades, a exemplo da captação de água para abastecimento de núcleos urbanos e indústrias, irrigação, circulação de balsas, atividades turísticas, geração de energia elétrica e aquicultura.

No intuito de reverter o quadro de degradação ambiental, foi criado, em 2004, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), que tem como objetivo executar ações integradas para recuperar, conservar e preservar o meio ambiente da bacia e mitigar os impactos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável.

A revitalização da bacia do rio São Francisco envolve diversos tipos de ação, entre elas, esgotamento sanitário, ligações intradomiciliares, controle de processos erosivos, gestão de resíduos sólidos, preservação de nascentes e de matas ciliares.

As ações de revitalização têm apresentado resultado aquém do esperado e os recursos empregados apresentam níveis de execução orçamentária abaixo dos inicialmente previstos.

Segundo o Ministério da Integração, o programa passou a limitar a revitalização aos locais onde há obras de transposição do rio São Francisco, havendo necessidade de execução de obras de preservação de nascentes, replantio da mata ciliar, obras de saneamento básico em cidades ribeirinhas e ações para contenção de erosões em toda a extensão do rio.

Como ilustração da baixa execução orçamentária, dados do sistema Siga Brasil referentes ao programa de Saneamento Básico, sob

responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, cujas ações envolvem esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, abastecimento público e ligações intradomiciliares nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, mostram dotação autorizada de R\$ 286,2 milhões para o exercício de 2014, dos quais foram executados somente R\$ 75,0 milhões.

Assim, acreditamos que a aprovação de lei que regulamente as normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco poderá contribuir decisivamente para a reversão do quadro atual de degradação ambiental.

Apesar do mérito do projeto, no entanto, julgamos que devam ser retirados do texto os itens I e X do art. 4º e modificada a redação do item I do art. 3º, pois tratam da expansão da infraestrutura para reservação hídrica, inclusive mencionada como prioritária, ação não diretamente relacionada à revitalização da bacia.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 01 – CDR

(ao PLS nº 86, de 2015)

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

I – aumentar a oferta hídrica.” (NR)

EMENDA Nº 02 – CDR
(ao PLS nº 86, de 2015)

Suprimam-se os incisos I e X do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, 01 de julho de 2015

Senador Davi Alcolumbre , Presidente

Senador Humberto Costa, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 16ª Reunião, Extraordinária, da CDR

Data: 01 de julho de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
José Pimentel (PT)	1. Donizeti Nogueira (PT)
Paulo Rocha (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Humberto Costa (PT)	3. Fátima Bezerra (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO
Gladson Cameli (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	5. Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO	2. Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

<i>Adão Lacerda</i>



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 658, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, da Senadora Lídice da Mata, que *institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco*.

RELATOR: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Submete-se à deliberação em caráter terminativo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que *institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco*.

A partir dos princípios para a revitalização dessa importante bacia hidrográfica, definidos no art. 2º, o PLS apresenta, no dispositivo seguinte, os objetivos que devem nortear as futuras ações a serem desenvolvidas. Destacam-se o aumento da oferta de recursos hídricos, a ampliação da cobertura vegetal de unidades de conservação e de áreas de preservação permanente, a expansão dos serviços de saneamento básico e a promoção da sustentabilidade das atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.

Onze ações prioritárias para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco são elencadas no art. 4º. Trata-se de importantes ações que vão desde a construção de açudes e reservatórios, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, passando por ações de saneamento básico, ações de fiscalização ambiental, mapeamento de áreas degradadas, pagamento por serviços ambientais e assistência técnica.

O projeto assegura que os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco sejam aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos (art. 5º).

Ainda, prevê a criação e a ampliação pelo poder público de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica do rio São Francisco (art. 6º).

Antes da cláusula de vigência, propõe que os Estados inseridos naquela bacia hidrográfica disponham de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposição recebeu duas emendas. A primeira altera a redação do inciso I do art. 3º para retirar-lhe a expressão "reservação". A segunda suprime os incisos I e X do art 4º. No entender daquela Comissão, trata-se de termos relacionados à expansão da infraestrutura para reservação hídrica, ação não diretamente relacionada à revitalização da bacia.

II – ANÁLISE

Segundo o art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente, conforme dispõe a alínea *d*, sobre conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 86, de 2015, está de acordo com o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa da União. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Além disso, não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o

teor da proposição em exame. A iniciativa também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, a proposição chega em bom tempo. De fato, são urgentes iniciativas legislativas que incentivem à revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, uma das mais importantes do Brasil. Isso é ainda mais evidente quando se considera a reduzida efetividade das ações promovidas nesse sentido pelo Poder Executivo, como o Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco, criado em 2004.

Conforme o Relatório de Auditoria TC 026.570/2012-4, referente ao mencionado Programa, elaborado pelo Ministro Aroldo Cedraz, o Tribunal de Contas da União detectou diversos problemas na execução desse projeto, tais como insuficiência e fragilidade das ações de recuperação e controle de processos erosivos. Segundo pronunciamento da Corte de Contas, a baixa participação das comunidades envolvidas, devido a deficiências nos processos de educação ambiental e de extensão rural, o reduzido número de estudos disponíveis versando sobre técnicas de manejo adequadas ao semiárido e a falta de planejamento de médio e longo prazo das ações por parte dos órgãos executores podem ser apontadas como as principais causas para o desperdício dos investimentos públicos.

Nesse sentido, comungamos com a avaliação da proponente do PLS que, na justificação do projeto, sustenta que "a criação de uma lei que estabeleça normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco poderia contribuir significativamente para aperfeiçoar a coordenação das iniciativas de revitalização, nos níveis federal, estadual e municipal, e, com isso, lograr melhores resultados".

No entanto, como bem apontou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a proposição necessita de aperfeiçoamento. Consideramos válida a primeira emenda proposta pela CDR, pois torna o texto mais direto e objetivo ao que se pretende. No entanto, a segunda — que suprime os incisos I e X do art. 4º — não nos parece contribuir para a maior efetividade da proposta, pois a construção de açudes e reservatórios (prevista no inciso I) e o pagamento por serviços ambientais (previsto no inciso X) constituem ações que, quando bem planejadas e executadas, favorecem a maior oferta de água na bacia hidrográfica, sobretudo em períodos de estiagem.

Em vista de contribuirmos com a proposta, propomos duas emendas relativas às ações prioritárias para a revitalização da bacia

hidrográfica do rio São Francisco. A primeira, que em nosso entender deve figurar como a primeira das ações propostas no art. 4º do PLS, prevê a elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia.

A segunda emenda necessária é alterar a redação do atual inciso I do art. 4º (que por nossa proposta passaria a ser o inciso II), para acrescentar à construção de açudes e reservatórios de água a definição locacional, ou seja, permitir essa ação onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica. Dessa forma, asseguramos que esses projetos de reservação hídrica sejam revestidos da devida sustentabilidade ambiental.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, com o acolhimento da Emenda nº 1-CDR, rejeição da Emenda nº 2-CDR e acréscimo das seguintes emendas:

EMENDA Nº 3 – CMA

Acrescente-se o seguinte inciso I ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, renumerando-se os demais:

“Art. 4º

I – elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia;

.....”

EMENDA Nº 4 – CMA

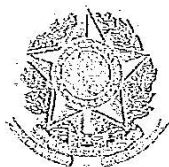
Dê-se ao inciso II do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º
.....
II – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;
.....”

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2015.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA, Vice-Presidente

Senador OTTO ALENCAR, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 35ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 25 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Adir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 86/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)	X			2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)				1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)	X			1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAIRO MAGGI (PR)	X		
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

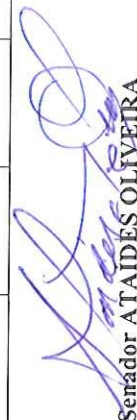
Quórum: 12.

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 25/08/2015

S: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CDR/CMA.80 PLS 86/2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)	X			2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)				1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIAO (DEM)	X			1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAIRO MAGGI (PR)	X		
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 25/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 2-CDR.40 PLS 86/2015

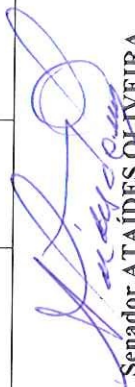
TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)		X		1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)		X		2. REGINA SOUSA (PT)		X	
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)		X		4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)		X		5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)				1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)		X		3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)		X		1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)		X	
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)		X	
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAÍRO MAGGI (PR)		X	
DOUGLAS CINTRA (PTB)		X		2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 0 NÃO 11 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 25/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)


Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 3 e 4-CMA-200 PLS 86/2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)	X			2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)				1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIAO (DEM)	X			1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAÍRO MAGGI (PR)	X		
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II. ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 25/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)


Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2015,
APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA
REUNIÃO DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2015**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2015

Institui normas gerais para a revitalização da
bacia hidrográfica do rio São Francisco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Art. 2º São princípios para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:

I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, que considere os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses recursos;

II – a preservação e recuperação das áreas protegidas, da biodiversidade e do solo;

III – a universalização e integralidade na prestação dos serviços de saneamento básico;

IV – a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas da bacia, responsáveis pela geração de emprego e renda.

Art. 3º As ações relacionadas à revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco devem alinhar-se aos seguintes objetivos:

I – aumentar a oferta hídrica. (NR)

II – fomentar o uso racional dos recursos hídricos;

III – ampliar a área de cobertura vegetal de Unidades de Conservação da Natureza e de Áreas de Preservação Permanente associadas à preservação dos recursos hídricos;

IV – expandir a prestação dos serviços de saneamento básico;

V – promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.

Art. 4º Consideram-se prioritárias as seguintes ações para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:

I – elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia;

II – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;

III – estabelecimento de metas de volume útil aos reservatórios de água da bacia do rio São Francisco, de modo a preservar os usos múltiplos e prioritários de recursos hídricos;

IV – instalação de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva;

V – implementação de sistemas de abastecimento de água por poços de água subterrânea, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;

VI – construção e modernização, quando couber, de estações de tratamento de efluentes;

VII – elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas do rio São Francisco e de seus afluentes;

VIII – ações de fiscalização para regularização das outorgas de direito de uso de recursos hídricos;

IX – ações de fiscalização ambiental com foco em propriedades que apresentem áreas degradadas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;

X – mapeamento, pelo órgão ambiental competente, das áreas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;

XI – pagamento por serviços ambientais;

XII – assistência técnica e extensão rural, com foco em manejo e métodos de irrigação mais eficientes, conservação dos solos e recuperação de áreas degradadas.

Parágrafo único. As ações previstas nos incisos VIII e IX serão desenvolvidas pelo Poder Público, em todos os níveis, de forma articulada, com planejamento e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.

Art. 5º Os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco – nos termos das Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.


Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos as Áreas de Preservação Permanente previstas no art. 4º, incisos I, II, III, IV e XI, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que não disponham de cobertura vegetal ou que não disponham de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração.

Art. 6º O Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Art. 7º Os Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.



Senador Ataídes Oliveira

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 62/2015/CMA

Brasília, 25 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 86, de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão, na 35ª Reunião Extraordinária de 25/08/2015, aprovou com as Emendas nºs 1-CDR/CMA, 3-CMA e 4-CMA (rejeitada a Emenda nº 2-CDR); em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco”.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em tinta azul de Ataídes Oliveira.

Senador Ataídes Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 659, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos.*

RELATOR: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 326, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

O art. 1º da proposição acrescenta ao *caput* do art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, o inciso IV que inclui nos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos o incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.

O art. 2º do PLS nº 326, de 2015, determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, o autor da proposição, busca dar maior eficiência ao uso dos recursos hídricos ao estimular o aproveitamento da água da chuva. Portanto, o PLS nº 326, de 2015, visa incluir na Política Nacional de Recursos Hídricos um dispositivo que dê relevância ao aproveitamento das águas pluviais no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 326, de 2015, está de acordo com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa privativa da União. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. No entanto, o projeto não atende à boa técnica legislativa, necessitando duas emendas de redação para corrigir a ementa e o art. 1º.

Portanto, o PLS nº 326 de 2015, é uma iniciativa louvável que promove a preservação dos recursos hídricos ao tornar o incentivo à utilização das águas pluviais um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Desse modo, merece a nossa aprovação com as duas emendas de redação relacionadas acima.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, a seguinte redação:

Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos.

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“**Art. 2º**

IV – O incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.” (NR)

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2015.

Senador Ataídes Oliveira, Presidente

Senador Otto Alencar, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 35ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 25 de agosto de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 326/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)	X			1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAIRO MAGGI (PR)	X		
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 13

Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 25/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas n°s 1 e 2-CMA ao PLS 326/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)	X			1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CALADO (DEM)	X			1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAIRO MAGGI (PR)	X		
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 13

Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 6, EM 25/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Vice-Presidente

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2015, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA REUNIÃO DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2015

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2015

Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 2º

.....

IV – O incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.



Senador Ataídes Oliveira

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 61/2015/CMA

Brasília, 25 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 326, de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão, na 35ª Reunião Extraordinária de 25/08/2015, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que “Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos”, com as Emendas de redação nºs 1 e 2.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em tinta azul do Senador Ataídes Oliveira.

Senador Ataídes Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL

PARECER N° 660, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 64, de
2014 (n° 2.176/2011, na Casa de origem),
que *regulamenta a profissão de fotógrafo e
dá outras providências*.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei de Lei da Câmara (PLC) n° 64, de 2014 (PL n° 2.176, de 2011, na origem), que regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências, é da autoria do Deputado Fernando Torres.

Pretende-se, com esta proposição, regulamentar a profissão de fotógrafo no âmbito nacional, excluída sua aplicação no caso de exercício da função de repórter fotográfico, a serviço de empresa jornalística, sob o regime do Decreto-Lei n° 972, de 17 de outubro de 1969.

O projeto caracteriza como fotógrafo profissional aquele que, com o uso da luz, registra imagens estáticas ou dinâmicas em material fotossensível ou por meios digitais, com a utilização de equipamentos óticos apropriados, seguindo o processo manual, o eletromecânico e o da informática até o final acabamento.

Estabelece no art. 3º que estão aptos a exercer a profissão de fotógrafo:

I – os diplomados no ensino superior em fotografia, por instituições devidamente reconhecidas;

II – os diplomados no ensino técnico em fotografia, por instituições devidamente reconhecidas;

III – os não diplomados em escola de fotografia que à data da entrada em vigor da Lei estiverem exercendo a profissão por, no mínimo, 2 (dois) anos, comprovadamente por:

a) declaração de entidades de classe devidamente registradas;

b) recibos de pagamentos de serviços prestados, em papel timbrado ou declaração com firma reconhecida em cartório.

Já o art. 4º dá a devida abrangência a atividade profissional de fotógrafo, que compreende:

I – a fotografia realizada por empresa especializada, inclusive em serviços externos;

II – a fotografia produzida para ensino técnico e científico;

III – a fotografia produzida para efeitos industriais, comerciais e/ou de pesquisa;

IV – a fotografia produzida para publicidade, divulgação e informação ao público;

V – o ensino da fotografia;

VI – a fotografia em outros serviços correlatos.

Por fim, estabelece que a Lei, se aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados a matéria tramitou na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde foi aprovada, nos termos do relatório do Deputado Laércio Oliveira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, a matéria igualmente restou aprovada, nos termos do relatório do Deputado Alceu Moreira.

O autor argumenta que se trata de profissão existente há muitos anos, porém marginalizada e discriminada por falta de legislação específica do ensino técnico e científico.

Aduz que em quase todos os países a profissão é regulamentada em nível superior e técnico e que no Brasil já existem cursos superiores, como no caso do SENAC/SP, PUC/SP e Faculdade Mackenzie/SP.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em caráter não terminativo.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Note-se, ainda, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, III.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

A ressalva que poderia ser feita seria o eventual conflito normativo constante da proposição com a decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que, por maioria, decidiu, que é inconstitucional a exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista.

O entendimento foi de que o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 1969, baixado durante o regime militar, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e que as exigências nele contidas ferem a liberdade de imprensa e contrariam o direito à livre manifestação do pensamento inscrita no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como “Pacto de San Jose da Costa Rica”.

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 511.961, em que se discutiu a constitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e a obrigatoriedade de registro profissional para exercer a profissão de jornalista.

A maioria, vencido o ministro Marco Aurélio, acompanhou o voto do presidente da Corte e relator do RE, ministro Gilmar Mendes, que votou pela inconstitucionalidade do dispositivo do Decreto-Lei nº. 972, de 1969.

Para Gilmar Mendes, “*o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada*”. Disse mais, “*O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada*”.

No caso desta proposição, saliente-se que está muito claro na dicção do art. 1º do PLC que a regulamentação da profissão de fotógrafo se dá em âmbito nacional, ***excluída sua aplicação no caso de exercício da função de repórter fotográfico, a serviço de empresa jornalística, sob o regime do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.***

Assim, afastou-se a pecha da inconstitucionalidade que poderia ser alegada, sendo que a proposição alcança o fotógrafo profissional e não o repórter fotográfico.

A proposição insere-se no cabedal normativo de nossa legislação para reconhecer a profissão de fotógrafo que deve se submeter a regular formação técnica para bem exercer o seu ofício.

Todavia, não descuida de reconhecer como fotógrafo profissional aquele que já exerce a profissão há pelo menos dois anos.

Assim, a proposição, ao ingressar no mundo jurídico como ato normativo, dará o devido reconhecimento profissional a este importante segmento profissional e econômico, que merece o apreço de todos pelo excepcional trabalho que desenvolvem, registrando o cotidiano e os momentos mais importantes da família brasileira, e de outros eventos relevantes.

Certamente a autoestima deste profissional será maior, com a profissão reconhecida em lei, que reclama regulamentação específica, para que o registro profissional seja efetivado junto ao órgão competente.

Nestes termos, não há como desconhecer o mérito do projeto, que de modo algum onera o profissional ou seus tomadores de serviços, mas que dá a eles o devido reconhecimento.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação do PLC nº 64, de 2014**.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2015

Senador **EDISON LOBÃO**, Presidente

Senador **MARCELO CRIVELLA**, Relator



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 22ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 26 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº661, DE

2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014 (nº 1.211/2011, na Casa de origem), que *dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº106, de 2014 (PL. 01211 de 2011, na origem) que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de detetive particular.

Na sua parte substancial, a proposta define o profissional, conceitua as suas competências, estabelece as vedações, os deveres e os direitos do detetive particular e dispõe sobre alguns aspectos relativos à sua contratação.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, a despeito da Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2001, do Ministério do Trabalho e Emprego, que “aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação” ter classificado o detetive particular no âmbito dos agentes de investigação e identificação, código 3518,

existe uma lacuna legal que deixa desamparados esses profissionais, na sua digna atividade. Ele assevera:

As polícias resistem a qualquer regulamentação da profissão, embora seja notória que ela existe e presta serviços relevantes à comunidade. A resistência se deve à imiscuição nas atividades policiais, afetando, relativamente, a competência privativa dos policiais para a investigação criminal, por exemplo. Entretanto, consta que a maioria absoluta das investigações privadas têm por objeto a infidelidade conjugal que não mais configura infração penal (adultério).

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se na competência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pois está diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles, condições para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer. A iniciativa tem o intuito de assegurar um maior controle sobre a formação e a conduta do detetive particular, contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional, bem como valorizar a profissão e aqueles que a exercem, estimulando o ingresso de novos talentos na atividade.

O detetive particular pode ter um papel marcante em nossa sociedade. Quando chamado para prestar serviço em conflitos de ordem privada, comercial e industrial, ele pode desempenhar uma função valiosa na solução de inúmeros casos, tornando-se um verdadeiro auxiliar da Justiça.

Quando se trata, todavia, de regulamentar uma determinada profissão há sempre o temor que se está a criar uma reserva de mercado, quando, na verdade, se está estabelecendo os requisitos básicos para que curiosos não sejam admitidos como profissionais.

Vale lembrar que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto insere-se a regulamentação do exercício da profissão de detetive particular. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, esse profissional deve ter habilitação especializada e dele deve ser exigido uma conduta ética, eis que essa atividade, por permitir que ele acesse a privacidade dos indivíduos, não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Com a regulamentação da profissão, cria-se uma identidade, exigindo-se do detetive particular a ética profissional e responsabilizando-o tecnicamente pela sua atividade. Ademais, dá-se-lhe condições para exercer a profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício. Permite ao

profissional candidatar-se a cargos específicos em empresas públicas ou não, e prestar serviços àquelas que exigem documentação profissional.

A regulamentação dessa profissão vem dirimir os pontos polêmicos acaso existentes entre os profissionais das áreas afins, especialmente as polícias federais e estaduais.

Assim, julgamos que a regulamentação pretendida vem em boa hora, eis que já são milhares os profissionais que se dedicam à profissão de detetive particular que atingiu, ultimamente, um grau de maturidade que está a exigir uma atitude de reconhecimento e valorização de seu trabalho por parte do Congresso Nacional.

Por fim, propomos uma alteração na redação da matéria para substituir, no § 1º do art. 3º, a expressão “Conselho Federal de Educação”, considerando que a denominação atual é “Conselho Nacional de Educação”.

É o relatório.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1- CAS

O § 1º do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº. 106 de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 1º O curso de formação profissional de atividade de coleta de dados e informações de interesse privado, equivalente ao nível médio, terá o currículo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação e carga horária de, no mínimo, 600 (seiscentas horas).”

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2015

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senador HUMBERTO COSTA, Relator



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 22ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 26 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 662, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014, do Senador Delcídio do Amaral, que "altera a Lei nº 9.074, 7 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia".

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega para a análise e decisão desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 237, de 2014, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que propõe a redução gradual do piso de consumo para que consumidores sejam elegíveis ao Mercado Livre de Energia.

A Lei nº 9.074, de 1995, criou a possibilidade de que grandes consumidores de energia elétrica, com carga igual ou superior a 3.000 kW, possam escolher livremente o fornecedor de sua energia, sem interveniência das concessionárias e permissionárias de serviços de distribuição.

O PLS que ora se analisa propõe que, um ano após a sua eventual aprovação, o piso seja reduzido para 2.000 kW. Propõe ainda que, dois anos após sua eventual aprovação, o piso seja novamente reduzido para 1.000 kW. Para efeito de contabilização dos pisos de carga, o PLS permite a agregação de cargas menores pertencentes a um mesmo grupo econômico.

O autor da matéria destaca a importância do fortalecimento do mercado livre, pois é um segmento de consumo que reage a preço, o que contribui para o uso eficiente da energia elétrica. O Senador Delcídio do

Amaral informa ainda que a tendência mundial é de redução e até extinção do piso de acesso ao mercado livre.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes à infraestrutura, em particular sobre a indústria da energia elétrica. Portanto, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) é competente para a análise do mérito da presente proposição. Ademais, em face do caráter terminativo da decisão, o parecer sobre a matéria deve analisar os seus aspectos constitucionais e regimentais.

Legislar sobre energia é competência privativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, inciso IV, combinado com o caput do art. 48, ambos da Constituição Federal. Ademais, o mérito da proposição que ora se analisa não invade competências privativas do Presidente de República para iniciar o processo legislativo, definidas no art. 61, § 1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Constituição Federal. Desse modo, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 237, de 2014.

No mérito, destacamos a conveniência e a oportunidade da matéria, pois o aumento do número de consumidores livres para escolher o seu fornecedor de energia fortalece o ambiente de contratação livre e dá ao consumidor o direito de gerenciar, de forma eficiente, o seu consumo de energia elétrica.

A legislação não oferece ao consumidor cativo um sinal de preço que permita o gerenciamento eficiente de seu consumo, porque os gastos com compra de energia por parte das concessionárias e permissionárias de distribuição, que representam o consumidor cativo, só podem ser repassados ao cliente no ciclo tarifário seguinte, que ocorre anualmente. Em período de escassez de água e, conseqüentemente, de forte consumo de unidades de geração termoeleétrica, esse descasamento tem levado ao uso perdulário da energia, sem que o consumidor tenha a consciência disso.

O Governo Federal tomou a iniciativa de mitigar esse descasamento a partir da implantação de bandeiras tarifárias, instrumento regulatório que permite o aumento fixo da energia, previamente definido em regulamento, sempre que o custo variável de operação da usina termoeletrica mais cara alcançar determinado patamar. Nesse caso, o consumidor passa a pagar mais caro pela energia. Mas não soluciona o problema porque o valor arrecadado pode ser insuficiente para que as concessionárias e permissionárias façam frente aos reais gastos com geração termoeletrica no ciclo tarifário em andamento.

A migração de mais consumidores para o ambiente de contratação livre permite que os novos consumidores livres possam gerenciar permanentemente o seu consumo, pois sabem, de antemão, o preço real da energia que irão comprar. Portanto, a aprovação da proposição que ora se analisa vem em auxílio e ao encontro da política de racionalização do consumo de energia, tão necessária em períodos de escassez de água, como o atual, que está comprometendo a capacidade de geração hidrelétrica do País.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2015.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO, Presidente

Senador WALTER PINHEIRO, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 25ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 26 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. Gladson Cameli (PP)
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 237/2014.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)				1. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)(RELATOR)	X			2. ANGELA PORTELA (PT)			
LASIER MARTINS (PDT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)	X		
ACIR GURGACZ (PDT)	X			4. PAULO ROCHA (PT)			
TELMÁRIO MOTA (PDT)				5. GLADSON CAMELI (PP)			
CIRO NOGUEIRA (PT)				6. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				1. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				2. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)				3. DÁRIO BERGER (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			5. ROMERO JUCA (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			6. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)				1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
WILDER MORAIS (DEM)	X			2. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
PAULO BAUER (PSDB)				4. VAGO			
DALÍRIO BEBER (PSDB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)				1. ROBERTO ROCHA (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTTIN (PCDOB)	X			2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BLAIRO MAGGI (PR)	X			1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
WELLINGTON FAGUNDES (PR)	X			2. ELMANO FERRER (PTB)			
VICENTINHO ALVES (PR)				3. EDUARDO AMORIM (PSC)			

Quórum: 13

Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 26/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 56/2015-CI/PRES

Brasília, 26 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação do PLS 237/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014, que “*altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia*”, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta azul do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 663, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012 (nº 4.097/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos*.

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 44, de 2012, que *dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos*.

Originalmente, o projeto foi apresentado pelo parlamentar Zenaldo Coutinho, na Câmara dos Deputados, onde foi registrado como Projeto de Lei (PL) nº 4.097, de 2004. Foram-lhe apensados os PLs nº 1.497, de 2007, de autoria da Deputada Jô Moraes, e nº 1.505, de 2007, do Deputado Reginaldo Lopes. Naquela Casa, o projeto foi submetido à apreciação das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), havendo sido aprovada na CSSF emenda substitutiva, da lavra da então relatora Deputada Bel Mesquita, que harmonizou os textos das proposições em tramitação conjunta e emprestou ao PL forma semelhante à que ora é submetida à apreciação do Senado Federal, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Impende registrar, porém, que foi na CCJC que o relator, Deputado Evandro Milhomen, inseriu no projeto dispositivo com o teor de

seu atual art. 7º, o qual exige, para os exames de determinação de vínculo genético, o consentimento prévio, livre e informado do periciado ou de seu representante legal, ou autorização judicial.

Da justificação, depreende-se que o proponente tem por objetivo contribuir para a elevação do padrão de qualidade e da confiabilidade dos procedimentos laboratoriais relacionados à análise de material genético de seres humanos.

Em 14 de junho de 2012, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como PLC nº 44, de 2012. Nesta Casa, não lhe foram oferecidas emendas no prazo regimental. Após o exame pela presente Comissão, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, onde será analisado em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso II, alínea ‘d’, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre matérias de direito civil. Do cotejo dessa atribuição com o teor do PLC nº 44, de 2012, notadamente com seu art. 7º, corrobora-se a competência regimental desta Comissão para a apreciação de certos aspectos da proposição, quais sejam os pertinentes aos princípios da legalidade e da inviolabilidade à intimidade e à vida privada.

É oportuna a exigência do “consentimento prévio, livre e informado do periciado ou de seu representante legal” para a realização de exames de determinação de vínculo genético. O princípio da legalidade está assentado no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. No Brasil, não há lei que constranja alguém a submeter-se a exame de tal natureza, e, ainda que houvesse, não estaria de acordo com outros princípios e garantias estabelecidos na mesma Carta Magna.

A propósito, no inciso X do mesmo art. 5º da Constituição consagra-se a inviolabilidade à intimidade e à vida privada, garantia decerto atingida caso se admitisse a subordinação da pessoa à extração forçada de qualquer material biológico produzido por seu corpo ou dele integrante.

Recorde-se que a Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos, aprovada, em 1997, pela Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), prescreve que, para a realização de pesquisas, tratamentos e diagnósticos concernentes ao genoma humano, é obrigatório o consentimento prévio da pessoa envolvida.

Por sua vez, o Código Civil estatui, em seu art. 231, que “aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa”. Já o art. 232 estabelece que “a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame”. Disso depreende-se, em síntese, que o próprio ordenamento jurídico vigente admite a possibilidade de que alguém se recuse a submeter-se ao exame de determinação de vínculo genético, ainda que, para tal hipótese, reconheça como possível implicação a presunção *iuris tantum* (isto é, até prova em contrário) de paternidade. Seja como for, isso é bem diferente de coagir o indivíduo a sujeitar-se, contra sua vontade, à extração de material hematológico ou qualquer outro de seu corpo.

No entanto, não concordamos com a parte final do art. 7º do PLC nº 44, de 2012, consoante a qual se faculta a órgão jurisdicional a substituição da declaração da vontade do indivíduo de submeter-se ao exame, e isso de modo irrestrito, note-se, visto que sequer são discriminadas, no texto do projeto, as condições em que tal substituição poderia ocorrer.

Por fim, conquanto esse aspecto do projeto não guarde relação direta com os fundamentos regimentais que atraíram a competência desta Comissão para o exame da matéria, é patentemente contraditório que, no *caput* do art. 5º da proposição, seja mencionada a especialização acadêmica necessária à habilitação em genética do profissional graduado em qualquer das ciências da vida humana e, já no parágrafo único do art. 6º, seja estabelecida reserva de mercado exclusiva aos médicos para o aconselhamento genético clínico.

Por esses dois motivos ora alvitramos a apresentação de emendas ao projeto.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012.

EMENDA Nº 2 - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012:

“Art. 7º Para os exames de determinação de vínculo genético é obrigatório o consentimento prévio, livre e informado do periciado ou de seu representante legal.

Parágrafo único. Se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, autorização judicial poderá substituir seu consentimento, desde que a realização dos exames seja orientada pelo seu melhor interesse.”

Sala da Comissão, 23 de abril de 2014

Senador Amílcar Diniz

Presidente em exercício

, Relatora



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 21ª REUNIÃO, DE 23/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *em exercício: Senador Anibal Diniz*

RELATORA: *Senadora Kátia Abreu*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SDD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 664, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012 (nº 4.097/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos*.

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 44, de 2012 (Projeto de Lei nº 4.097, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Zenaldo Coutinho, que dispõe sobre a realização de exames genéticos em seres humanos, para fins de determinação de paternidade ou vínculo biológico e para o diagnóstico de doenças genéticas.

O art. 3º do PLC estabelece que, na determinação de vínculo genético, o laboratório deve estar devidamente equipado para a prática de biologia molecular, nos termos do regulamento a ser editado pelo órgão responsável pela fiscalização sanitária do estabelecimento.

A proposição também remete, em seu art. 4º, para o regulamento a definição dos procedimentos a serem seguidos na realização do exame, permitindo o seu acompanhamento pelas partes, por intermédio de assistentes técnicos admitidos pelo Juízo.

O projeto determina que as assinaturas dos laudos, dos atestados e dos resultados de exames provenientes de material genético devem ser da alçada de profissionais graduados em qualquer ciência da vida humana, com a respectiva especialização, na forma do regulamento. Além disso, tais profissionais devem fazer parte do corpo societário ou do quadro de funcionários do laboratório, conforme dispõe o art. 5º do projeto. Em caráter temporário, é permitido ao laboratório público credenciado, segundo prevê o

parágrafo único desse mesmo artigo, contratar o profissional responsável pela assinatura do laudo.

O art. 6º especifica como competentes para utilizar os resultados dos exames genéticos: i) para fins de aconselhamento genético, os profissionais graduados em qualquer ciência da vida humana, com a respectiva especialização; e ii) para fins de aconselhamento genético clínico, apenas os médicos.

O art. 7º exige, como condição para a realização de exame de determinação de vínculo genético, o consentimento prévio, livre e esclarecido do periciado ou de seu representante legal, ou autorização judicial.

O projeto é justificado pela necessidade de se garantir a elevada qualificação técnica dos profissionais e laboratórios envolvidos na realização de exames genéticos em seres humanos.

Nesta Casa, a matéria foi distribuída para a apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), a quem compete decidir terminativamente a seu respeito.

A CCJ, ao analisar o projeto sob o ângulo da constitucionalidade e juridicidade, acatou o voto do relator, pela aprovação, com duas emendas.

A Emenda nº 1 – CCJ suprime o parágrafo único do art. 6º, que torna privativo de médico o uso do exame genético para fins de aconselhamento genético clínico.

A Emenda nº 2 daquele Colegiado altera o art. 7º da proposição, para determinar que a realização de exame de determinação de vínculo genético por autorização judicial seja admitida apenas quando o sujeito não estiver em condições de manifestar o seu consentimento e não tiver um representante legal, e unicamente quando o exame for realizado em seu melhor interesse.

O PLC nº 44, de 2012, foi distribuído à análise da CAS, para decisão em caráter terminativo, tendo sido previamente relatado pelo Senador Paulo Davim. O relatório oferecido pelo ilustre parlamentar concluiu pela aprovação da matéria na forma de um substitutivo, que acolheu a Emenda nº 2 – CCJ e rejeitou a Emenda nº 1 – CCJ. Incorporamos ao presente relatório grande parte da competente análise empreendida pelo Senador Paulo Davim.

II – ANÁLISE

À Comissão de Assuntos Sociais compete apreciar o projeto sob o ângulo da proteção da saúde, segundo dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, concordamos com o proponente da matéria de que é importante zelar pela alta qualidade técnica de profissionais e laboratórios responsáveis pela realização de exames genéticos em seres humanos.

Também é importante cuidar dos aspectos éticos que envolvem o tema, pelas repercussões que esses exames podem acarretar. Nesse sentido, julgamos fundamental a previsão de que, na realização de exame para a determinação de vínculo genético, há que se obter o consentimento livre e esclarecido do periciado. Além disso, cremos que essa medida deva ser estendida a todos os exames genéticos.

Outro aspecto concernente a esse tema é a realização de exame de determinação de vínculo genético mediante autorização judicial, que o projeto admite de forma indiscriminada, nos termos do art. 7º. Concordamos com a emenda proposta pela CCJ que, corretamente, coloca limites para o uso desse recurso. No entanto, a expressão final “desde que a realização dos exames seja orientada pelo seu melhor interesse”, constante da emenda aprovada na CCJ, carece de precisão jurídica, o que pode suscitar discussões no âmbito judicial.

A esse respeito, cumpre trazer à discussão o entendimento exarado pela ilustre Promotora de Justiça e Coordenadora da Comissão indicada pelo Ministério Público de Minas Gerais para o estudo da regulamentação do exame de DNA no Brasil, Sandra Maria Silva Rassi. Segundo a Promotora, *a autorização judicial somente pode ocorrer nos casos e na forma já previstos em lei, através de um procedimento judicial, onde serão, obrigatoriamente, preservados os interesses do incapaz, inclusive com garantia ao contraditório e à ampla defesa*. Assim, acompanhando esse entendimento, sugerimos a supressão daquela expressão.

Com relação ao teor do art. 5º, entendemos que a expressão “profissionais graduados de qualquer das ciências da vida humana” é muito ampla e pouco precisa, podendo abranger profissionais que não estariam habilitados para a realização de exames genéticos. Assim, julgamos ser necessário promover alteração para evitar futuras confusões que possam, ao contrário do que pretende o autor da matéria, comprometer a qualidade do exame. É necessário garantir que o profissional seja graduado em profissão legalmente habilitada para a realização de exames genéticos, com especialização na área de genética molecular.

Quanto ao art. 6º, em nosso entendimento, o dispositivo trata de matéria que foge do escopo da proposição, uma vez que ele confere a determinados profissionais a competência para utilizar os resultados dos exames genéticos para fins de aconselhamento. Como o objetivo do projeto é garantir a qualidade técnica dos exames genéticos em seres humanos, não procede incluir norma sobre competência profissional para realizar aconselhamento genético. Sugerimos a supressão desse artigo, o que torna prejudicada a Emenda nº 1 da CCJ.

A constitucionalidade e a juridicidade da matéria foram analisadas pela comissão que nos antecedeu, que detém a competência regimental para analisar esses aspectos. Não foram apontados vícios que pudessem comprometer a aprovação do projeto.

Do exposto, julgamos que a proposição é meritória. No entanto, entendemos ser necessário apresentar substitutivo, para proceder às alterações propostas e incorporar a Emenda nº 2 da CCJ, nos termos mencionados, além de promover aperfeiçoamentos de ordem redacional e de técnica legislativa.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** da Emenda nº 1 – CCJ e pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, e da Emenda nº 2 – CCJ, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 3 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2012

Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

Art. 2º Estão aptos a realizar os exames de que trata esta Lei apenas os laboratórios públicos ou privados devidamente aparelhados e que

possuam responsável técnico que seja, respectivamente, servidor público ou integrante do quadro societário ou de funcionários, especializado em genética molecular, autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente, conforme o regulamento.

§ 1º O regulamento referido no *caput* disporá sobre as condições técnicas indispensáveis para a realização de exames genéticos, que incluirão, entre outras:

I – os equipamentos necessários;

II – os tipos de exames reconhecidos no País para a determinação de vínculo genético;

III – os procedimentos a serem observados nas diferentes técnicas adotadas;

IV – a capacitação técnica dos peritos aptos a realizar os exames de determinação de vínculo genético e demais exames genéticos.

§ 2º Incumbe aos responsáveis técnicos pelos laboratórios referidos no *caput* garantir as condições para a realização dos exames genéticos segundo o disposto no regulamento.

§ 3º Os exames de que trata esta Lei serão realizados e terão seus laudos assinados por profissionais de nível superior com especialização em genética molecular ou similar, conforme o regulamento, cuja profissão esteja habilitada, na forma da lei, para a execução e análise de exames genéticos.

Art. 3º Para a realização dos exames de que trata esta Lei é obrigatório o consentimento prévio, livre e esclarecido do paciente ou periciado, ou de seu representante legal.

§ 1º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético, se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, autorização judicial poderá substituir o seu consentimento.

§ 2º Excluem-se do disposto no *caput* os exames genéticos para fins de identificação criminal, conforme disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Art. 4º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético no âmbito judicial, é permitido o acompanhamento das partes, por intermédio de assistentes técnicos admitidos pelo Juízo.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei constitui infração sanitária e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2015

Senador EDISON LOBÃO, Presidente da CAS

Senador WALDEMIR MOKA, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 22ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 26 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)	X			5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)				6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X			2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)(RELATOR)	X			3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OTTO ALENCAR (PSD)	X			6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. WILDER MORAIS (DEM)			
LÚCIA VÂNIA (S/PARTIDO)				2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FERRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 11

Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 19/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador EDISON LOBÃO
Presidente

TEXTO FINAL DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2012, APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

EMENDA Nº 3-CAS (SUBSTITUTIVO)

Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

Art. 2º Estão aptos a realizar os exames de que trata esta Lei apenas os laboratórios públicos ou privados devidamente aparelhados e que possuam responsável técnico que seja, respectivamente, servidor público ou integrante do quadro societário ou de funcionários, especializado em genética molecular, autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente, conforme o regulamento.

§ 1º O regulamento referido no *caput* disporá sobre as condições técnicas indispensáveis para a realização de exames genéticos, que incluirão, entre outras:

- I – os equipamentos necessários;
- II – os tipos de exames reconhecidos no País para a determinação de vínculo genético;
- III – os procedimentos a serem observados nas diferentes técnicas adotadas;
- IV – a capacitação técnica dos peritos aptos a realizar os exames de determinação de vínculo genético e demais exames genéticos.

§ 2º Incumbe aos responsáveis técnicos pelos laboratórios referidos no *caput* garantir as condições para a realização dos exames genéticos segundo o disposto no regulamento.

§ 3º Os exames de que trata esta Lei serão realizados e terão seus laudos assinados por profissionais de nível superior com especialização em genética molecular ou

similar, conforme o regulamento, cuja profissão esteja habilitada, na forma da lei, para a execução e análise de exames genéticos.

Art. 3º Para a realização dos exames de que trata esta Lei é obrigatório o consentimento prévio, livre e esclarecido do paciente ou periciado, ou de seu representante legal.

§ 1º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético, se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, autorização judicial poderá substituir o seu consentimento.

§ 2º Excluem-se do disposto no *caput* os exames genéticos para fins de identificação criminal, conforme disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Art. 4º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético no âmbito judicial, é permitido o acompanhamento das partes, por intermédio de assistentes técnicos admitidos pelo Juízo.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei constitui infração sanitária e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2015.

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 53/ 2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 26 de agosto de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em Turno Suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, de autoria do Deputado Zenaldo Coutinho, que *dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos*.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em azul do Senador Edison Lobão.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

Os Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 372, de 2011, serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, a fim de serem declarados prejudicados, nos termos do §1º do art. 334 do Regimento Interno.

ABERTURA DE PRAZOS

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 86 e 326, de 2015**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Memo. nºs 61 e 62, de 2015**, da CMA).

São os seguintes os Memorandos:



SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 61/2015/CMA

Brasília, 25 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa - PLS nº 326, de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão, na 35ª Reunião Extraordinária de 25/08/2015, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que "Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos", com as Emendas de redação nºs 1 e 2.

Respeitosamente,

Senador Atáides Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 62/2015/CMA

Brasília, 25 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 86, de 2015

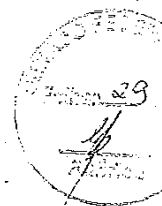
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão, na 35ª Reunião Extraordinária de 25/08/2015, aprovou com as Emendas nºs 1-CDR/CMA, 3-CMA e 4-CMA (rejeitada a Emenda nº 2-CDR); em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco”.

Respeitosamente,

Ataídes Oliveira

Senador Ataídes Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 64 e 106, de 2014**, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 56, de 2015**, da CI).

É o seguinte o Ofício:



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 56/2015-CI/PRES

Brasília, 26 de agosto de 2015.

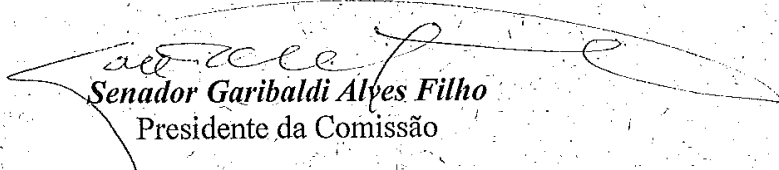
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação do PLS 237/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014, que “*altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia*”, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Atenciosamente,


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 59, de 2015**, da CAS).

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 59/ 2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 26 de agosto de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em Turno Suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, de autoria do Deputado Zenaldo Coutinho, que *dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos*.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Edison Lobão, com uma letra 'E' inicial grande e fluida.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CE, para oferecimento de emendas ao Substitutivo do **Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010 (Ofício nº 35, de 2015, da CE)**.

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br



Of. nº 35 /2015/CE

Brasília, 25 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação do substitutivo**

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências”.
2. A Matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

✕ **SENADOR ROMÁRIO**
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa Ribeiro é convidado... Pode ser?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço o favor de confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seria V. Exª, ele havia pedido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sou a primeira oradora inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Hoje, sem prejuízo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Flexa pode falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem prejuízo à Senadora Vanessa Grazziotin, que é a primeira inscrita, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Paulo Paim, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, a quem agradeço a gentileza de ter permutado comigo para que eu pudesse fazer o pronunciamento neste momento, Srs. Senadores, meus amigos e minhas amigas do Pará que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, é uma alegria muito grande voltar à tribuna para fazer um novo pronunciamento sobre a lamentável situação em que o nosso País se encontra, sob uma crise que é econômica, que é política, e...

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Ética.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ética. Então, é preciso que o povo brasileiro e os paraenses sejam informados sobre o que está acontecendo com o nosso País.

Somente no último mês de julho, 157 mil brasileiros perderam seus empregos em todo o País. A taxa de desemprego avançou assustadoramente para 8,3% no segundo trimestre deste ano. Agora, já são 8,035 milhões brasileiros desocupados e que estão sem nenhuma expectativa para retornar ao mercado de trabalho.

O Estado do Pará, apesar de ter garantido – e foi um dos poucos, graças à gestão competente do Governador Simão Jatene – saldo positivo entre os meses de junho e julho deste ano, cerca de 8 mil postos de trabalho já foram extintos, mas teve saldo positivo, em comparação com os meses de junho e julho, diferentemente do Brasil, que perdeu 157 mil empregos.

Inclusive, para frear o avanço do desemprego no Estado, o Governador Simão Jatene lançou, na última terça-feira, o Pacto pela Produção e Emprego. Esta ação apresenta um conjunto de medidas para estimular a produção, melhorar a competitividade e gerar empregos. A resposta do Estado à crise garantirá ações na indústria, comércio, agricultura, pesca, pecuária, mineração, entre outros setores, que também podem abrir novos postos de trabalho.

Essa é a forma com que o governo do Pará vem se preparando para os anos poucos frutíferos. É por meio dessas medidas proativas que atacaremos os efeitos danosos da crise.

Mas, e o que faz o Governo Federal? Será que cortar 3% do total dos cargos comissionados é suficiente para enfrentar a crise?

Hoje, o jornal *Folha de S.Paulo*, Senador Paim, evidencia a evolução do inchaço na máquina pública no Governo do PT.

O impresso traz números de como Lula e Dilma fizeram explodir em seus mandatos o total de funcionários na Administração Pública Federal. Somente em relação ao quadro de pessoal em funções de confiança e gratificações, ou seja, de livre provimento, foram 32.052 novos cargos criados. A Presidente, como sempre, parece não saber de nada. Li um comentário do Deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco, Senadora Vanessa, em que ele dizia que é capaz de a Presidente se esquecer que ela é Presidente do Brasil, de tanto não tomar conhecimento das coisas que estão acontecendo.

Agora, fala-se em cortar apenas mil cargos de confiança. Essa medida beira o limite do deboche com as famílias brasileiras, pais e mães deste País que perderam seus empregos ou que sofrem diariamente com o risco de perdê-los. Primeiro, não são 22.500 cargos de livre provimento, como diz a Presidente; são 32.052. Segundo, ela se compromete a cortar mil desses, segundo ela, 22.500 empregos, segundo a *Folha de S.Paulo*, 32.052. É realmente querer debochar dos brasileiros e das brasileiras.

Em entrevista concedida à imprensa, a Presidenta Dilma teve a desfaçatez de afirmar que o Governo levou um susto, em 2015, e que, em 2014, ainda não era possível prever o cenário econômico do nosso País. Palavras da Presidente – aspas: “Não dava para saber ainda em agosto. Porque não tinha indício de uma coisa dessa envergadura. A gente vê pelos dados. Setembro, outubro, novembro. Nós levamos muitos sustos. Nós não imaginávamos. Primeiro, que teria uma queda da arrecadação tão profunda. Ninguém imaginava isso” –

fecho aspas –, alega uma presidente que, rezando a cartilha de seu professor, tenta enganar os brasileiros com o velho discurso de que não sabia, não tinha informações e, portanto, nada poderia fazer.

Ora, que a Presidente acuse sua ignorância frente às projeções do mercado já não nos surpreende, contudo, dizer que – abro aspas – “Ninguém imaginava isso” – fecho aspas – é uma provocação àqueles que tratavam do assunto com responsabilidade e cautela.

Quem aqui – não me refiro apenas ao Senado Federal, mas a todos os brasileiros – não se lembra da Presidente Dilma vociferando, em 2014, que a oposição seria pessimista por indicar projeções pouco favoráveis ao Governo da então candidata à Presidência da República?

Em fevereiro de 2014, a Presidente Dilma, que já sabia que enfrentaria uma campanha eleitoral e que, portanto, parecia mais preocupada em criar expectativas aos brasileiros de que aqui seria o Eldorado, chegou a afirmar que – abro aspas – “Esses pessimistas agora aproveitam alguns desequilíbrios da conjuntura internacional, muito difícil para todos os países, para dizer que o fim do mundo chegou. O fim do mundo chegou sim, mas chegou para eles, e isso faz muito tempo” – fecho aspas. Esse “eles” a que a então candidata se referia era a oposição à sua candidatura de vários partidos e, em especial, do Senador Aécio Neves, pelo PSDB. Era isso que bradava a Presidente candidata nos idos de 2014.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A negação da Presidente Dilma aos efeitos da crise já em 2014 é sumariamente desmentida em artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado ontem, no jornal *O Globo* – e peço, Senador Paim, que V. Exª faça constar dos *Anais do Senado* este artigo, que vou encaminhar à Mesa, na íntegra –, sob o título “Os antecedentes”.

A jornalista resgata uma conversa da então candidata com o apresentador do Jornal Nacional William Bonner. Nesta entrevista, Dilma foi categórica ao afirmar que o Brasil não enfrentaria uma crise. Peço, como disse, a inserção desse artigo da jornalista Miriam Leitão nos *Anais* desta Casa.

Assim também como peço a inserção do artigo do articulista do jornal *O Globo*, Merval Pereira, intitulado “Mentiras Sinceras”. O jornalista cita um fato muito curioso: “A Presidente só foi se deparar com a crise justamente em novembro, portanto, após as eleições”.

Até quando a Presidente acredita que a fórmula bombástica inventada pelo PT de que, de um lado, conta inverdades e promete o impossível e, de outro, confessa sua ignorância para administrar o País vai conseguir blindar neste Governo?

Pelo visto, os brasileiros desempregados e aqueles que continuam no mercado, mas que a cada dia temem fazer parte das estatísticas – entre aspas – “pessimistas”, terão que continuar escutando as inverdades de um Governo irresponsável e que se apoia no *marketing* mais perverso para vender ilusões.

Semana passada, a Presidente Dilma inaugurou, como de praxe, mais uma obra incompleta e que ainda não atenderá aos brasileiros. Em Cabrobó, Sertão de Pernambuco, foi levantado palanque para que a Presidente pudesse inaugurar uma das estações de bombeamento do canal do Rio São Francisco – obra importante para os nordestinos. Lembro que essa obra, iniciada em 2007, deveria ter sido entregue em 2012, segundo estabelecido no cronograma, no entanto, o povo nordestino continua sofrendo com os problemas da seca e, segundo a expectativa da Presidente, deverá agora ser concluído em 2016. Tomara que assim o seja.

Quem ainda acredita nas promessas deste Governo?

O povo do meu Estado, assim como os nordestinos, também sofre por conta das frustrações e sucessivas ilusões contadas pelo Governo do PT. No dia 22 de junho de 2010, portanto, há mais de cinco anos, às vésperas da eleição para o primeiro mandato da Presidente Dilma, o Presidente Lula foi até a cidade de Marabá para inaugurar a pedra fundamental do que seria a siderúrgica Alpa – Aços Laminados do Pará. Foi um ato midiático.

O anúncio gerou expectativas no mercado local e no Estado e uma série de investidores passaram a construir empreendimentos na região como forma de se beneficiar do avanço econômico que viria com a siderúrgica.

Como disse, passaram-se cinco anos, terminou o mandato do Presidente Lula, terminou o primeiro mandato da Presidente Dilma e, até agora, o que se tem em Marabá e na região do entorno é o sentimento de frustração, de inquietação, de revolta.

Parece que o Governo Federal ainda não se acertou e mostra sua incapacidade de definir o projeto que norteará as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço – abro um comentário aqui, no meu pronunciamento, que segunda-feira, dia 31 de agosto, é o final do prazo dado pela ANTT, para que seja lançado o edital das obras do derrocamento do Pedral do Lourenço. Terça-feira, dia 1º de setembro, vamos ou aplaudir a ANTT por ter lançado o edital, ou cobrar do Governo que o faça e que não crie expectativa e promessas falsas. Em cinco anos, nenhum aço foi produzido, até porque ainda não existe siderúrgica, mas a fábrica de promessas do Governo do PT não para de vender ilusões.

De inverdades, o povo brasileiro está cheio!

E antes que a Presidente, mais à frente, diga que não tinha noção do tamanho da crise, trago aqui uma análise nada otimista para os anos que estão por vir. Não é pessimista não, Presidente, mas realista; é a realidade, lamentavelmente!

São técnicos gabaritados da Fundação Getúlio Vargas que dizem que o desemprego deverá continuar a subir para, talvez, diminuir somente no final de 2017, início de 2018.

Ou seja, Senador Ataídes, já no final do Governo – se chegar até lá – da Presidente Dilma. E, se Deus quiser, para o bem do povo brasileiro, o início do Governo do PSDB, do Senador Aécio Neves.

É premente que a Presidente deixe de lado o *marketing* fantasioso e apresente ações contundentes e capazes de frear esta que já é uma das maiores crises da história do Brasil.

Não basta anunciar que o Governo fará uma reforma administrativa e que cortará 10 Ministérios. Senador Paim, a meta que a Presidente colocou é reduzir 10 dos 39 ministérios. Como ela disse anteriormente que não ia, Senador Ataídes, “estabelecer uma meta, mas que tão logo alcançada a meta, a meta seria dobrada”, eu faço votos que a Presidente, ao reduzir os dez que ela pretende, ou seja, ao atingir a meta que ela propôs, que dobre a meta, extinguindo vinte e mantendo apenas dezenove ministérios.

Seja responsável, Srª Presidente, apresente o efeito prático dessa medida! Diga aos brasileiros quanto essa medida conseguirá poupar nas despesas públicas. De nada adianta anunciar o corte sem dizer quais resultados positivos isso trará às contas públicas.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O povo precisa saber, precisa acreditar novamente que é possível ser otimista sem deixar de ser realista.

Termino, Presidente Paim, pedindo a V. Exª que faça a inclusão, como já pedi, dos artigos da jornalista Miriam Leitão, com o título “Os antecedentes”; do jornalista Merval Pereira, com o título “Mentiras sinceras”, a que fiz referência no meu pronunciamento; e também do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que encaminho à Mesa, para que possa ser atendida a nossa solicitação.

Era o que eu tinha a dizer, agradecendo a V. Exª, Presidente, Senador Paulo Paim.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “Os antecedentes” – Miriam Leitão (*O Globo*)
- “Mentiras sinceras” – Merval Pereira (*O Globo*)
- “A ignorância é uma dádiva” – *O Estado de S. Paulo*

Mentiras sinceras

PORMERVAL PEREIRA

A presidente Dilma Rousseff vai pouco a pouco, à sua maneira, fazendo um arremedo de mea culpa para tentar recuperar a credibilidade perdida. Mas como não é de sua natureza admitir erros, não consegue passar a sinceridade de seus atos, pois na verdade eles são insinceros.

Ontem depois de uma desastrada declaração do ministro do Planejamento Nelson Barbosa de que cerca de 10 ministérios serão extirpados, sem que pudesse dizer quais deles por absoluta falta de planejamento, foi a vez de a Presidente admitir que o governo entrou ao perceber que a crise econômica era muito maior do que se esperava entre os meses de novembro e dezembro do ano passado", depois que já havia sido reeleita, portanto.

Com isso ela quer convencer os incautos de que todas aquelas promessas que fez durante a campanha eleitoral eram "mentiras sinceras", prometeu o impossível por que, àquela altura, não sabia que era impossível. Ao contrário da citação de Jean Cocteau - "Não sabendo que era impossível, foi lá e fez" -, a presidente Dilma, ao deparar-se com o impossível, entrou em crise.

"Até o fim de setembro, vamos apresentar uma reforma administrativa. [...] A redução de dez ministérios como referência é a meta. Vamos avaliar com todos os ministros, com todos os órgãos envolvidos, tanto do ponto de vista de gestão como do ponto de vista político, de eficiência das políticas públicas", anunciou o ministro Barbosa, assumindo uma atitude que durante a campanha eleitoral os candidatos de oposição, tanto o tucano Aécio Neves quanto o socialista Eduardo Campos, anunciavam e eram ridicularizados por Dilma.

Em declarações de agosto de 2014, apenas dois meses antes das eleições, a presidente dizia que quem defendia a reforma administrativa com a redução de ministérios tinha uma "imensa cegueira tecnocrática". Para Dilma àquela altura, pastas menores como a de Direitos Humanos, Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para Mulheres e da Pequeno e Micro Empresa tinham "objetivos políticos e são fundamentais para implementar programas de políticas públicas".

Agora, pela boca de Barbosa – note-se que não foi o chefe do Gabinete Civil Aloísio Mercadante quem anunciou a reforma, mas o ministro do Planejamento ao lado de Gilberto Kassab, ministro das Cidades – o governo busca, com a redução dos ministérios, ganhar produtividade, do ponto de vista de gestão, melhorando o funcionamento de cada ministério, evitando superposição de áreas.

Assim como custaram a compreender que a crise econômica era mais grave do que supunham, custaram também a aceitar que a estrutura montada é uma das razões da má gestão governamental. Provavelmente poderão fazer agora pequenas alterações por que vários partidos já deixaram a base do governo, e haverá menos cargos para preencher. Outra decisão anunciada é a extinção de cerca de mil cargos em comissão. Como eles são cerca de 23 mil, a "reforma" extinguirá menos de 5% dos cargos existentes, o que é nada diante do tamanho da burocracia estatal. Houve momentos de crise em que o governo chegou a pensar em acabar com esses cargos em comissão, mas é através deles que o aparelhamento político da máquina pública é feito.

Uma pesquisa acadêmica da cientista política Maria Celina Soares D'Araújo, da PUC-Rio, ("Elites burocráticas, dirigentes públicos e política no Poder Executivo do Brasil, 1995-2012") sobre os ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 5 e 6 e de Natureza Especial (NE) - 1.146 nomeações nos governos Fernando Henrique, 1.150 no primeiro governo Lula da Silva e 1.198 no segundo e 1.233 nomeações entre 1º de janeiro de 2011 até o fim de dezembro de 2012 no governo Dilma Rousseff – coloca luz sobre as relações partidárias, sindicais e políticas das nomeações e traz uma novidade intrigante, diante da crise de relacionamento entre ela e o PT: a presidente Dilma faz o mais partidário dos governos petistas.

COLUNA NO GLOBO

Os antecedentes

POR MÍRIAM LEITÃO *Coluna do Globo*

Quem comparar o que a presidente Dilma falava há um ano e o que ela disse esta semana concluirá que são duas pessoas. O que dizia é o oposto do que diz. Os casos de divórcio entre a então candidata e os fatos foram muitos na campanha. No "Jornal Nacional" do dia 19 de agosto de 2014, Dilma afirmou que a inflação era zero e que pelos "indicadores antecedentes" o país estava retomando o crescimento.

Em entrevista aos três maiores jornais na segunda-feira, Dilma disse: "Fico pensando o que é que podia ser que eu errei". Ela mesma respondeu que o erro foi ter demorado tanto a perceber a crise. Em seguida, justifica o erro. "Não dava para saber em agosto. Não tinha indício de uma coisa dessa envergadura."

Exatamente naquele agosto, em que a presidente acha que não dava para saber, o jornalista William Bonner fez a seguinte pergunta para ela, com riqueza de dados e indícios de crise de grande envergadura.

"A inflação anual, neste momento, está no teto daquela meta estabelecida pelo governo, está em 6,5%. A economia encolheu 1,2% no segundo trimestre deste ano e tem uma projeção de crescimento baixo para o ano que vem. O superávit deste primeiro semestre foi o pior dos últimos 14 anos. Quando confrontada com esses números a senhora diz que é a crise internacional. Aí, quando os analistas dizem que 2015 vai ser um ano difícil, um ano de acertos de casa, que é preciso arrumar a economia brasileira e, portanto, isso vai impor sacrifício, vai ser um ano duro, a senhora diz que isso é pessimismo. E aí eu lhe pergunto: a senhora considera justo, olhando para os números da economia, ora culpar o pessimismo, ora culpar a crise internacional pelos problemas? O seu governo não tem nenhum papel, nenhuma responsabilidade nos resultados que estão aí?"

Dilma respondeu

"Bonner, primeiro, nós enfrentamos a crise, pela primeira vez no Brasil, não desempregando, não arrochando os salários, não aumentando os tributos, pelo contrário, diminuímos, reduzimos e desoneramos a folha. Reduzimos a incidência de tributos sobre a cesta básica. Nós enfrentamos a crise, também, sem demitir. Qual era o padrão anterior..."

Bonner: "Mas o resultado, no momento, é muito ruim, candidata."

Dilma: "Não, o resultado no momento, veja bem..."

Bonner: "Inflação alta, indústrias com estoques elevados, ameaça de desemprego ali na

A ignorância é uma dádiva

A presidente Dilma Rousseff escolheu mais uma vez recolher-se ao conforto que a supina ignorância dos fatos proporciona a quem a alega para justificar por que não tomou as medidas necessárias para evitar que o País se esboroasse. Em entrevista a três jornais na última segunda-feira, convocada às pressas para tentar explicar uma reforma administrativa confusa e oportunista, Dilma quis convencer os leitores de que “não dava para saber” no ano passado o tamanho da crise econômica. Ao dizer isso, ela torna a apostar que todos os brasileiros são mais alienados da realidade do que ela.

De tão recorrente, a estratégia de Dilma de dizer que “não sabia” se tornou o bordão de seu governo. O caso da Petrobrás é exemplar. Embora na última década ela tenha ocupado cargos que lhe davam poder suficiente para saber o que se passava em cada sala dos escritórios da principal estatal brasileira – foi ministra de Minas e Energia, presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás e chefiou a Casa Civil, além de ter se tornado presidente da República com fama de especialista em energia, dura e centralizadora –, Dilma alegou, candidamente, que desconhecia o processo de destruição da empresa, que envolvia a corrupção de vários de seus principais executivos e bilhões de reais desviados. “Eu não tinha a menor

ideia de que isso acontecia na Petrobrás”, declarou ela ao Estado em setembro de 2014.

Agora, mantendo esse padrão, Dilma declara que não sabia do envolvimento de petistas no escândalo do petróleo. “Eu não imaginava. Fui surpreendida. Lamento profundamente”, disse a presidente na mais recente entrevista, emulando seu criador, o ex-presidente Lula, que, na eclosão do escândalo do mensalão, deu essa inesquecível declaração aos brasileiros: “Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o País”.

Mas Dilma admite ser ignorante não apenas em relação à corrupção que carcome seu governo à vista de todos. Para espanto geral, a “gerentona” petista disse, a respeito da crise econômica, que errou ao ter “demorado tanto para perceber que a situação poderia ser mais grave do que imaginávamos”. E ainda tentou dividir com seus governados o fardo de sua ignorância, ao dizer que “ninguém imaginava isso”.

Ora, os dados a respeito da degradação da economia, fruto das políticas irresponsáveis de uma presidente que atropelou, uma a uma, todas as regras da boa administração, estavam disponíveis para quem estivesse disposto a vê-los. Já em meados do ano passado, a arrecadação federal apresentava queda,

e as contas do governo sobreviviam com Refis e pedaladas. A crise que Dilma só agora admite ver não começou ontem.

Mas Dilma tinha uma eleição a ganhar e, conforme suas próprias palavras, ela se sentiu autorizada a fazer “o diabo” contra seus adversários, atribuindo-lhes a intenção de tomar medidas de austeridade que ela mesma agora é obrigada a adotar. Não se pense, contudo, que a petista se emendou.

Todas as decisões que tomou para contornar a crise são meros truques para tentar enganar a plateia. O ajuste fiscal, que já era tímido, foi escalpelado no Congresso graças à desastrosa condução política de Dilma. E agora a presidente diz que aceita cortar Ministérios – medida que, durante a campanha eleitoral, ela classificou de “lorota”. Como de hábito, Dilma não sabe quais pastas serão suprimidas, mas calcula que serão fechados cerca de mil dos 22,5 mil cargos comissionados. Isso dá apenas 5% do total uma taxa de desemprego de apaniguados bem menor do que a enfrentada pelos brasileiros em geral, que caminha para os dois dígitos.

Diante de tudo isso, não há razão para crer que, embora finalmente tenha se dado conta dos imensos problemas do País, Dilma tenha decidido fazer o básico para resolvê-los. Ao contrário: com suas decisões erráticas, motivadas pela desesperada necessidade de se manter no poder, a presidente tende a perenizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Senador Roberto Rocha, pela ordem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui, brevemente, fazer uma comunicação que julgo ser muito importante para o Senado da República.

Terminou agora a reunião da CPI do Futebol. E lá nós fomos informados – e com muita perplexidade – que o Presidente da CBF, Marco Polo del Nero, entrou com mandado de segurança para evitar a quebra do seu sigilo bancário.

Na peça, ele alega inicialmente que... No início da sua peça, ele tenta desqualificar totalmente o trabalho da Comissão, tentando evitar que ela siga adiante. Quando trata da questão do *periculum in mora*, ou seja, do perigo da demora na concessão da liminar, que não foi dada pelo Ministro Edson Fachin, um dos mais iluminados brasileiros do Supremo Tribunal Federal, que esta Casa autorizou ter assento naquela Suprema Corte, o que nos deixa muito mais tranquilos em relação a esse episódio que consideramos grave, a tentativa de o Presidente da CBF cercear os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Logo no *periculum in mora*, o Presidente da CBF diz que ela foi criada por causa de um sentimento pessoal.

Eu quero, como membro daquela Comissão, revelar a minha total indignação com esse desrespeito, por considerar que esta Casa instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito movida por interesses pessoais. Se nessa peça ele, o Presidente da CBF, já diz isso, imaginem o que não diz fora dela. De modo que quero aqui trazer duas coisas. Primeiro, a minha indignação completa com relação a essa atitude, porque mostra que, como dizia William Shakespeare: “Há algo de [muito] podre no reino da Dinamarca.” Segundo, dizer que estou absolutamente tranquilo e muito mais seguro por esse caso ter caído exatamente nas mãos do Ministro Edson Fachin. Espero que ele compreenda o trabalho que nós estamos empreendendo na CPI do Futebol, aguardada com muita expectativa pelo povo brasileiro. O povo brasileiro não é apaixonado pela CBF, o povo brasileiro é apaixonado pelo futebol. A CBF, Sr. Presidente, teve um orçamento, em 2014...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... de R\$540 milhões, a grande maioria de patrocinadores. Desses, R\$80 milhões são de terceirizados, que não pagam um jogador de futebol sequer. Outros R\$76 milhões são gastos administrativos. De forma que cabe, sim, a nós, Congressistas, apurar o que a CBF faz com a nossa paixão nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço ao Senador Roberto Rocha. Receba V. Exª e toda a CPI, o Presidente, o Relator, a solidariedade desta Presidência.

Senadora Vanessa Grazziotin, permita-me ler um expediente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidência recebeu da Presidente em exercício do Conselho da Justiça Federal, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei nº 13.080, de 2015, (LDO 2015), o **Ofício nº 3.830, de 2015**, encaminhando informação de impedimento de ordem técnica à execução das emendas individuais ao Orçamento de 2015, no âmbito da Justiça Federal.

A matéria, autuada como **Ofício nº 22, de 2015-CN**, tramitará conjuntamente com a **Mensagem nº 10, de 2015**, do Congresso Nacional, e será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde as emendas poderão receber dos respectivos autores indicações para ajustes.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício na íntegra, Srªs e Srs. Senadores:



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO Nº 22 DE 2015-CN

(OFÍCIO Nº 3.830 DE 2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento ao art. 59, I, da Lei nº 13.080, informação de impedimento de ordem técnica à execução de emendas orçamentárias individuais referentes ao exercício de 2015, no âmbito da Justiça Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2015/03830

Brasília, 20 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Lei de diretrizes orçamentárias - LDO

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar, nos termos do inciso I do art. 59 da Lei n. 13.080/2015, LDO 2015, os valores que não serão executados no corrente exercício, incluídos por meio de emendas parlamentares individuais - RP6, no orçamento da Justiça Federal de primeiro grau, conforme decidido pelo Colegiado do Conselho da Justiça Federal na sessão de 10 de agosto próximo passado, que vedou o início de obras nos exercícios de 2015 e 2016.

Os valores referidos são os seguintes:

- 12SB0 - Construção do Edifício-Sede dos Juizados Especiais Federais em Recife - PE, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais);
- 12SO - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 7T91 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína - TO, no valor de R\$ 1.362.300,00 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil e trezentos reais);
- 1J26 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Castanhal - PA, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Coloco-me à disposição de Vossa Excelência para outros esclarecimentos que eventualmente sejam necessários.

Atenciosamente,

MINISTRA LAURITA VAZ
Presidente, em exercício

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente Senador Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, venho à tribuna neste momento para tratar de uma questão que diz respeito às mulheres, sobretudo à posição das mulheres na sociedade brasileira e do mundo inteiro.

Antes de iniciar meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero fazer aqui um agradecimento extremamente sensibilizado a cada Senador, principalmente, e a cada Partido Político que, na terça-feira passada, garantiram a aprovação, por 65 votos a favor, da Emenda Constitucional, Sr. Presidente, de lavra da Bancada Feminina do Congresso Nacional. Emenda Constitucional que muda a cota de gênero no Parlamento brasileiro, pois estamos, a partir de uma negociação, trocando uma cota permanente de 30% de candidaturas de gênero, Senador Paim, para uma quota provisória, porque ela tem período para acabar, de vagas no Parlamento.

É certo que está muito aquém daquilo que queríamos, inicialmente, porque o projeto que apresentamos é para alcançarmos, em um espaço de tempo determinado, a equidade de participação no Parlamento, a equidade de gênero, a começar por 30%. Mas, infelizmente, sem conseguirmos formar uma maioria aqui no Parlamento brasileiro, para que aquela proposta, Senador Paim, fosse aprovada, decidimos, então, partir para a negociação e negociamos o que foi possível. E o que foi possível é que haverá a garantia, de acordo com a proposta, aprovada em primeiro turno nesta semana – e, em breve, a votaremos no segundo turno, quando, a partir daí, a proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados. Deveremos começar, nas próximas eleições, com uma cota, não mais de candidatura, mas de cadeiras em todos os Parlamentos do País, Câmaras de Vereadores, Assembleias e Câmara Federal, de 10%; na segunda eleição, 12% e, na terceira eleição, 13%.

Acreditamos, pelos estudos e projeções feitos, que os 10% iniciais devam chegar muito próximo da casa dos 20% e que, nesses três períodos eleitorais vindouros, possamos garantir uma mudança que para nós é a mais importante, que é a mudança cultural dos partidos políticos. Porque de nada nos adianta, de nada tem ajudado as mulheres o fato de termos uma lei, já há 20 anos, que garante uma cota de 30% de candidatas mulheres. De nada adianta, Senador Paim, a mulher ser candidata e não ter acesso ao fundo partidário, não ter acesso ao tempo de rádio e televisão, a absolutamente nada.

Então, o objetivo que queremos é exatamente mostrar que não somos melhores do que os homens, mas somos tão capazes quanto eles e não admitimos ser consideradas inferiores a eles, Sr. Presidente. Então, esse é o nosso objetivo.

Vim a esta tribuna para fazer um pronunciamento porque 26 de agosto, ontem, é a data, Sr. Presidente, em que diversas sociedades celebram o Dia Internacional da Igualdade de Gênero. Aliás, na mesma data, os revolucionários franceses, Senador Paim, publicaram, em 1789, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que até hoje jaz no cerne de todas as modernas constituições do Ocidente.

Na França revolucionária de então, o desejo irrefreável de liberdade, igualdade e fraternidade do Terceiro Estado não redundou na justiça entre gêneros e, por dois séculos mais, gerações de mulheres se viram na contingência de suportar as iniquidades de um mundo organizado de homem para homem, ou seja, um mundo feito pelos homens e para os homens.

Eis porque, enquanto a esfera pública política se manteve no âmbito exclusivamente masculino, às mulheres restou o mudo degredo da vida privada, o silente cuidado com o lar e com as exigências da prole. Naturalizada a subserviência da condição feminina, ideias de conteúdo sutilmente discriminatório reforçaram a concepção atrasada da superioridade masculina, como quando dizem – entre aspas: “O mundo é a casa do homem; a casa é o mundo da mulher.” Vou ler essa frase novamente, Sr. Presidente, entre aspas, porque é isso que, no subconsciente e, muitas vezes, no consciente também, perdura na sociedade do nosso País e do mundo inteiro: “O mundo é a casa do homem; a casa é o mundo da mulher.” Ou outra frase simbólica que revela a realidade a que estão sujeitas e submetidas as mulheres: “Por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher.”

Ainda há muitas pessoas, Senador Dalirio, que dizem exatamente isso: “por trás de um grande homem há uma grande mulher”. Nós preferimos dizer: “ao lado de um grande homem há sempre uma grande mulher”.

Srs. Senadores, a lenta maturação da consciência humana, por conta de um debate ininterrupto entre os cidadãos do presente e as gerações que nos precedem, acabou por plasmar uma nova consciência acerca do papel da mulher, em um mundo ainda por se construir.

Como em todo processo dialógico e dialético, notamos a disparidade de opiniões e de vontades, regressivas e progressivas, bem como a intercorrência de previsíveis retrocessos, por vezes manifestados na exacerbação da violência endereçada a essa nova mulher.

Não há transição fácil, Senador Paim, no que tange, também e principalmente, aos costumes e à cultura, porém é notável a relevância das transformações experimentadas pelos brasileiros e pela maioria dos cidadãos em todos os Continentes.

No plano da narrativa por imagens e sons das últimas décadas, poderíamos evocar um sem-número de marcos ilustrativos da referida transição histórica em termos democráticos.

Ao longo deste meu brevíssimo pronunciamento, Sr. Presidente, contudo, eu quero aqui deixar a encargo de cada pessoa que está ligada na TV Senado neste momento, ou que esteja ligada à Rádio Senado neste momento, que esteja me ouvindo falar, deixo a cargo dessas pessoas, de cada ouvinte, a evocação de algum acontecimento, no plano familiar, afetivo, laboral, nacional ou mundial, que revele os progressos emancipatórios que hoje fruímos.

Mas, ao registrar a data da igualdade feminina, devemos lembrar que a vida ainda é muito dura para um incontável número de mulheres que todos os dias padecem da violência cega e covarde de seus pseudocompanheiros, ou tombam, esgotadas, em decorrência da brutalidade animalesca do feminicídio.

E muita gente diz, e veja, por que nós precisamos ter no Brasil uma lei que é modelo no mundo inteiro, denominada Lei Maria da Penha?

Uma lei, Senador Paulo Paim, e já vou me referir a V. Ex^a, que tipifica o crime contra a mulher no âmbito doméstico, no âmbito privado. Por que é preciso? Precisamos entender que a violência a que a mulher está sujeita e que sofre exatamente no lugar onde deveria ser o de maior proteção dela e de sua família, porque com ela sofrem seus filhos, com ela sofrem suas filhas também... E isso decorre do fato de que, no mundo em que vivemos, muitos homens ainda pensam que estão no século passado e que, a partir do momento em que se casaram ou se juntaram com a mulher, ela passa a ser sua propriedade, Senador Paim. Repito, o que tem e o que pesa no subconsciente deles é que o mundo é a casa do homem, e a casa da mulher é só a sua casa.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, este pensamento de superioridade dos homens em relação à mulher faz com que a violência perdure e atinja um número tão significativo e tão importante de mulheres e famílias indefesas.

Muitas vezes, nosso horizonte é tão focado no cotidiano, Sr. Presidente, que sequer cogitamos o quanto melhor tudo poderia ser. E nesses casos é essencial olhar para as exceções e nelas encontrar o melhor caminho a ser seguido. Às vezes, é preciso olhar para o amor para estancar a dor e é exatamente esse exercício que proponho que façamos juntos neste momento.

Permitimo-nos, só por agora, desejar e antever um cintilante mundo possível, fraterno e livre, em que mulheres e homens tenham o benefício da igualdade. Sim, a igualdade não é uma conquista só para as mulheres, mas como muito bem colocou a famosa atriz inglesa e também embaixadora da ONU Mulheres, Emma Watson, em discurso proferido em 21 de setembro de 2014, em um evento da Organização das Nações Unidas para o lançamento da campanha *He For She*, em Nova York: "Homens também não têm [...] [os benefícios] da igualdade." Também os homens estão sendo aprisionados pelos estereótipos de gênero e quando eles estiverem livres, as coisas mudarão para as mulheres como consequência natural.

Senador Paim, estou me referindo aqui ao lançamento da campanha *He For She*. Nós dois acabamos de bater uma foto com os dizeres Eles por Elas, Sr. Presidente. *He For She* é a denominação em inglês da campanha Eles por Elas. Nós estamos, através da ONU Mulheres, das Nações Unidas, buscando trazer o homem para a luta das mulheres contra a discriminação que elas ainda sofrem e que a elas ainda é imposta pela sociedade, Senador Paim.

Tenho dito, e V. Ex^a é um exemplo, não porque bateu uma fotografia, mas é um exemplo no dia a dia, o quanto a luta em defesa dos direitos iguais entre homens e mulheres é uma luta de mulheres, mas dos homens também. Não adianta imaginarmos que vamos encontrar ou garantir uma sociedade justa, igualitária, enquanto a mulher estiver submissa ao homem, como ainda está.

Eu iniciei meu pronunciamento, falando de uma PEC, uma proposta de emenda constitucional, para garantir um espaço maior às mulheres no Parlamento, porque, apesar de sermos mais de 50% do eleitorado, ocupamos somente 10% das cadeiras no Parlamento.

Se homens não têm que ser agressivos, Sr. Presidente,...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mulheres não serão obrigadas a serem submissas. Se homem tem a necessidade de controlar, mulheres não precisarão ser controladas. Tanto homens quanto mulheres deveriam ser livres para serem sensíveis. Tanto homens quanto mulheres deveriam ser livres para serem ambos muito fortes.

E, assim como Emma Watson, também desejo que esse futuro possível nos reserve um momento em que homens e mulheres enfrentem a realidade e o transcorrer do tempo com união e igualdade.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que este pronunciamento fiz, neste momento, em homenagem, recordando a data de ontem, dia 26 de agosto, ao Dia Internacional da Igualdade Feminina, que é considerado como tal para muitos países.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E fico muito feliz de fazer este pronunciamento e de destacar essa data na exata semana em que o Senado Federal aprovou, em primeiro turno, uma proposta de emenda constitucional que, se tudo der certo, vai garantir uma presença maior das mulheres no Parlamento, porque entendemos que uma maior presença de mulheres no Parlamento garantirá um maior e melhor exercício da melhor política que o Brasil e o mundo inteiro merecem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Convido a usar a palavra o nobre Senador Dalirio Beber.

E, ao mesmo tempo, aproveito, enquanto V. Exª vem à tribuna, para comentar que há um projeto do Deputado Marçau Filho, que apenas garante que a mulher vai ter que ter o mesmo direito do homem na empresa, o mesmo salário.

O projeto está pronto para ser apreciado, e este Plenário teria que votá-lo. Seria fundamental que isso acontecesse, pensando-se: trabalho igual, independentemente de ser mulher ou homem, salário igual.

Por favor, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, assumo a tribuna desta Casa para falar sobre a cidade de Blumenau, que, no próximo dia 2 de setembro, completa 165 anos de existência.

Neste dia, a comunidade de Blumenau presta, logo nas primeiras horas da manhã, uma justa homenagem ao fundador, o alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau – filósofo, administrador e farmacêutico –, e também aos agricultores que atenderam ao seu convite para deixar a Alemanha, nos idos de 1850, e vir para o Brasil, aproveitando o chamamento do governo brasileiro que incentivava e estimulava a colonização de suas terras.

Blumenau e sua gente têm grande orgulho de sua origem, de a cidade ter sido colonizada pelos alemães e, exatamente por isso, cultiva com muito esmero a cultura e as tradições de seus antepassados.

Blumenau cresceu e se desenvolveu social, cultural, econômica e administrativamente, tendo sido, em nível de Santa Catarina, pioneira em diversas iniciativas. Ali foi criada e instalada a primeira empresa de energia elétrica; a primeira companhia telefônica; o primeiro teatro com palco giratório; a primeira emissora de rádio; e o primeiro canal de televisão.

Blumenau tem um forte e destacado parque fabril. O setor têxtil sempre foi o carro chefe da economia local. Empresas centenárias proporcionaram a geração de emprego e renda a inúmeras famílias blumenauenses. Seus produtos foram e continuam sendo conhecidos e reconhecidos tanto no mercado nacional quanto no exterior. Blumenau é uma cidade exportadora de produtos e de talentos.

Apenas para destacar podemos citar algumas empresas deste importante e significativo setor, tais como: companhia Hering, Karsten, Teka, Dudalina, entre outras tantas que aqui poderíamos relacionar. A companhia Hering há poucos dias recebeu do jornal *Valor Econômico* a premiação por sermos a empresa têxtil mais destacada no cenário brasileiro.

Paralelamente ao setor têxtil, a cidade teve a participação de outras atividades industriais, como alimentação, metal mecânico, elétrico, etc.

Blumenau conta hoje com mais de 330 mil habitantes, também foi pioneira ao sediar a primeira empresa a atuar na área de informática, sendo sede da maior empresa do setor do Brasil no final da década de 60 e início da década de 70, a Cetil.

Desta iniciativa surgiram outras tantas empresas que consolidaram a cidade como um dos principais polos de TI do Estado de Santa Catarina.

O Blusoft, incubadora de base tecnológica de iniciativa do Poder Público local, tem-se constituído em berço para pesquisa e desenvolvimento de inúmeras empresas que alcançaram o mercado nacional e internacional, com produtos que facilitam os controles administrativos e gerenciais, bem como os que visam aprimorar e tornar mais eficientes e seguros os processos industriais e de prestação de serviços.

Blumenau é polo em educação. Contando com vários estabelecimentos de ensino superior, destaca-se a FURB, primeira universidade do interior do Estado.

Em saúde, conta com quatro hospitais, nenhum deles público. Três atendem, com dificuldades é verdade, à população da cidade e região pelo Sistema Único de Saúde.

Em nível de saúde merece destaque a atuação na área de transplantes de órgãos, uma das mais importantes do País. Um exemplo a ser seguido.

Contudo, a cidade, desde a sua fundação, foi palco de constantes cheias, forçando sua gente a se tornar, dada a carência de atenção do Poder Público, autossuficiente, pois a cada enchente tinha que se reerguer.

Por isso, tais fenômenos, embora constantes e trágicos, sempre foram enfrentados e superados por iniciativa da própria comunidade, que sempre praticou a solidariedade, fazendo com que em poucos dias a cidade voltasse à plena normalidade em todas as atividades.

O evento quis fazer com que a família blumenauense, apesar da adversidade, tivesse a oportunidade de se congregar.

Assim, em 1984, no mês de outubro, nascia a Oktoberfest, que abre sua trigésima segunda edição, no dia 7 de outubro. Esta festa é hoje a segunda e melhor Oktoberfest do mundo, perdendo unicamente para a realizada na Alemanha, que a inspirou.

A cidade aproveita a oportunidade para apresentar a todos que a visitam suas tradições culturais, promovendo apresentações no parque onde a festa se realiza, bem como em uma série de desfiles que acontecem durante as mais de duas semanas do evento.

A Oktoberfest proporcionou à cidade o surgimento de grupos musicais, corais, profissionais das artes plásticas etc., fortalecendo ainda mais a sua história e a sua brava gente.

Por conta do insumo número um dessa festa, surgiram na cidade e região inúmeras cervejarias artesanais, movimentando a economia local, gerando empregos e colocando no mercado produtos diferenciados. Temos a Escola Superior de Cerveja e Malte, a primeira da América Latina a abranger o ensino, pesquisa e extensão sobre a bebida mais popular, alegre e contagiante do mundo. A Escola atende a demanda pela profissionalização do mercado que cresce a uma média de 6% ao ano no Brasil.

Por esses e tantos outros bons motivos, Blumenau mostra que tem um senso de comprometimento com a qualidade e a produtividade, o que é louvável. O blumenauense é empreendedor por natureza, e é a força da natureza que também o fez e o faz um cidadão resiliente, com a capacidade de enfrentar a força das águas e se reerguer.

Escolhi, em 1968, a cidade de Blumenau para buscar a oportunidade de trabalho e de estudo. Por ter adotado Blumenau, ali me casei e vivo até agora me orgulhando dela por tudo quanto ela significa para a minha vida e a de minha família. Estou convencido de que este é o mesmo sentimento vivenciado por todos aqueles que lá nasceram ou lá passaram a morar. Por isso, a comemoração do aniversário dessa importante cidade do Estado de Santa Catarina, a capital do Vale do Itajaí, motiva toda a sua gente.

Blumenau comemora os 165 anos de existência.

Feliz Blumenau!

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dalirio Beber.

Meus cumprimentos pela homenagem à cidade de Blumenau, cidade linda, querida, de um povo acolhedor. Já estive lá fazendo palestra e quero me somar ao seu pronunciamento.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com certeza, nós gostaríamos muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vida longa a Blumenau e ao seu povo!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... de recebê-lo mais uma vez, e, durante o mês de outubro, a família blumenauense tem um orgulho muito grande de receber todos os brasileiros que querem conviver, se alegrar e, ao mesmo tempo, partilhar um pouco daquilo que a cidade de Blumenau tem a oferecer, tanto em nível cultural como também em nível de gastronomia e lazer – o que é também muito importante para manter a saúde e o espírito de todos aqueles que trabalham duramente para vencer na vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Da gastronomia eu dou meu testemunho. Quase fiquei por lá, mas eu tinha de voltar, não dava para ficar.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com certeza, e agora, sobremaneira, em função das nossas cervejarias, que são muitas, artesanais, elas servem realmente um produto de qualidade.

(Soa a campanha.)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sabemos que o Rio Grande do Sul também tem várias cervejarias artesanais com grande qualidade, mas Blumenau vale a pena ser visitada. Já existe um roteiro da cerveja para todos aqueles que apreciam esta boa bebida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dar um testemunho. Eu não bebo muito porque não posso mesmo, mas eu adoro o vinho artesanal e a cerveja artesanal, não sei por que me dou bem. Aí não me ataca o fígado, não fico mal e não dá nada aquela tonturinha também.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E por falar em vinho, Presidente, acho que podemos abrir um espaço aqui para rememorar ou lembrar um pouco a figura do Luiz Henrique da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Luiz Henrique, grande Luiz Henrique.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ele foi Governador por dois mandatos. E o Estado de Santa Catarina tem se notabilizado pelo surgimento de boas vinícolas; são vinhos de altitude, com bastante qualidade, nas cidades de São Joaquim, Urupema, Lajes, Videira, Tangará, ou seja, nós temos hoje pelo menos umas 15 vinícolas produzindo excelentes vinhos que podem ser apreciados em Água Doce.

Com certeza é um produto que ajuda a fomentar a economia (*Fora do microfone.*) do Estado de Santa Catarina, mas também há a questão do próprio turismo. Os brasileiros que quiserem conhecer Santa Catarina têm programações durante o ano todo: no verão, nós temos o nosso litoral; durante o inverno, nós temos a serra, e os nossos hotéis fazenda são grandes destinos para receber os turistas brasileiros e internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E como fica na divisa ali com o Rio Grande do Sul, eu já aproveito para também puxar a brasa um pouquinho para o churrasco do lado de cá.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ali naquela região, até porque os meus bisavós são de São Joaquim. Já meus avós nasceram ali na divisa de São Joaquim, e, em seguida, vem o Rio Grande do Sul.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não tenho dúvida. Inclusive nós já estamos na expectativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Naquele frio, inclusive, eu passava as minhas férias de colégio ali.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nós já estamos na expectativa de uma obra muito importante, que é exatamente a rodovia que passa em São Joaquim, vai para o Rio Grande do Sul, ligando Gramado, que é um polo turístico de grande importância, São Chico de Paula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, Gramado, Canela, São Francisco...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Os Aparados da Serra lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Caxias, minha cidade de Caxias, que é a minha cidade natal.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Caxias, exatamente ali. E vindo, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urupema, Lages, enfim, a serra catarinense e a serra gaúcha que se confundem. Ali há os câniões, ou seja, uma região muito linda para ser visitada.

E ali surgem os nossos hotéis fazenda, surgem as vinícolas, surgem outros atrativos turísticos que, com certeza, vão encantar não só os catarinenses e gaúchos, mas todos aqueles que forem buscar aqueles destinos para o lazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Os vinhos da Região Sul, os vinhos do Brasil, eu posso dizer, avançam e estão sendo cada vez mais respeitados no mundo todo, recebendo diversos prêmios.

Agora, já anuncio daqui que fiquei muito feliz, porque fui convidado para ser jurado na Festa da Uva de Caxias do Sul, uma festa que tem repercussão internacional. Eu serei um dos jurados. Agradeço muito ao povo de Caxias do Sul, minha terra natal, que é também a região do vinho, que produz vinhos tão bons quanto Santa Catarina.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na Região Sul, o clima é muito semelhante ao de lá, os vinhos são muito bons.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Os vinhos e os espumantes hoje têm sido muito apreciados e valorizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Destaco os espumantes na região de Garibaldi e de Barbosa também e, naturalmente, em Santa Catarina e no Paraná.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Tive o privilégio, há pouco tempo, de fazer o roteiro naquela região de Bento Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bento Gonçalves!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Exatamente! Visitamos várias vinícolas. Os produtos gaúchos são muito bons. Na verdade, o crescimento dessa atividade em Santa Catarina se deveu muito, com certeza, às experiências bem-sucedidas do Rio Grande do Sul, especialmente nessa região de Caxias, de Bento Gonçalves, em que essa prática veio, em 1875, com os imigrantes italianos. Parte deles veio para Santa Catarina,

mas a grande maioria foi para o Rio Grande do Sul, ajudou a desenvolver o Estado do Rio Grande e introduziu essa prática do cultivo da uva e, sobretudo, da fabricação dos bons vinhos.

Isso mereceu, por parte de algumas universidades, uma pesquisa sobre a longevidade: por que, em Nova Petrópolis – acho que era esse o Município –, o pessoal consumia vinho e vivia até cem anos de idade? Você os vê ainda ativos, trabalhando, indo para a sua lavoura, fazendo atividades do dia a dia. São as propriedades das boas uvas, transformadas nesse bom líquido, que não é bebido como bebida alcoólica, mas, sim, como alimento, a partir da primeira refeição do dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E quem não quiser tomar vinho que tome suco de uva!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é muito bom, é de toda a Região Sul.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Capiberibe seria o próximo orador inscrito. Nós o estamos chamando. Logo após a fala dele, vou convidá-lo também para presidir os trabalhos. *(Pausa.)*

Está vindo aqui o Senador Capiberibe.

V. Exª usa a tribuna e, depois, assume a Presidência, e eu poderei falar.

Quero dizer que tive a alegria de receber ontem o candidato a Vice-Presidente da República Beto Albuquerque, do seu Partido, junto com o Deputado Federal Stédile. Tivemos uma boa conversa no Cafezinho do Senado. São dois gaúchos do mais alto quilate, da mais alta qualidade. São homens públicos íntegros e comprometidos com um Brasil melhor para todos.

Quero dar esse depoimento aos dois, na figura de V. Exª, já que eu disse que ia comentar isso da tribuna, mas não tive a oportunidade. Estou tendo a oportunidade agora, quando V. Exª, que é Líder do seu Partido e das grandes causas, está na tribuna do Senado da República.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim.

Quero declarar que nós e todo o PSB temos admiração e respeito pela trajetória política de V. Exª, pelas posições assumidas em defesa dos trabalhadores, em defesa dos segmentos de nossa sociedade que mais necessitam de voz dentro desta Casa. V. Exª é voz desses segmentos, desses setores de pouca representação.

Essa aproximação com nosso Partido muito nos alegra. V. Exª sabe que os convites são insistentes para tê-lo entre os quadros do Partido Socialista Brasileiro. Nós o consideramos um dos maiores quadros da política nacional neste momento e em toda a sua trajetória.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a Rádio Senado tem um público grande no Centro-Oeste. Eu tive a oportunidade de, ontem, estar em Goiânia, recepcionando a entrada da Senadora Lúcia Vânia no PSB. Foi uma festa magnífica, com a presença de muitos militantes, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, Governadores, enfim, para recepcionar a Senadora Lúcia Vânia, que, ontem, assinou sua ficha de filiação no Partido. Encontrei muita gente do Centro-Oeste manifestando que acompanha, pela TV Senado, a atuação de vários Senadores. Muitos falaram com certa intimidade comigo a respeito de alguns projetos nossos.

Então, hoje, quero falar de dois projetos que estão na pauta desta sessão extraordinária, projetos de nossa autoria.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 13, de 2015, altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Aqui, neste momento, eu gostaria de explicar que essa seria a 12ª Comissão Permanente do Senado, que trataria de todo o tema relativo à revelação das ações do Estado brasileiro à sociedade.

Nós sabemos que o Estado republicano brasileiro foi organizado ao longo do século XX, depois da Proclamação da República, em 1889, com a primeira Constituição republicana de 1891. Na primeira Constituição republicana, os legisladores proibiram o voto ao analfabeto. Até hoje, alguns dados nos dão a existência no País de algo em torno de 25% de analfabetos funcionais. Imaginemos que, no final do século XIX, pouco tempo depois de terem sido libertados os escravos, em 1888, o índice de analfabetismo no País atingia mais de 90%. Então, aqueles que passaram a ter direitos políticos, a partir da primeira Constituição republicana, eram não mais que 5% dos brasileiros, e foram eles que, então, organizaram o Estado republicano brasileiro, um Estado muito fechado, um Estado feito para poucos, garantindo o direito de poucos.

Ao longo do século XX, muitas lutas se deram. Com a Constituição de 1988, permitiu-se uma abertura muito grande à revelação das entranhas do Estado brasileiro, e algumas leis foram importantes nesse sentido.

Essa Comissão que estamos criando no Senado Federal vai tratar desse tema específico. Nós queremos saber exatamente como a sociedade... Nós vamos promover um amplo debate, audiências públicas com as várias atividades do Estado, com as agências reguladoras, com os Ministérios, para que os Ministérios nos revelem os seus trâmites e para que possamos, então, legislar, para que se permita o acompanhamento, passo a passo, pelo cidadão de todas as concessões de rádios, de licenças ambientais.

Então, todo esse processo envolvendo o Estado nós pretendemos legislar e revelar ao conjunto da sociedade brasileira, tal qual fizemos com a Lei Complementar nº 131, de 2009, aprovada nesta Casa em novembro de 2004.

Em função de uma crise, dessas que costumam sacudir o nosso País, essa lei terminou aprovada no dia 27 de maio de 2009. Virou lei, sancionada pelo Presidente da República, que obriga todos os entes públicos das esferas federal, estadual e municipal a exporem suas receitas e despesas públicas em tempo real. Essa lei passou a vigor um ano depois de sua promulgação, valendo para os Estados e para a União Federal. Depois, gradativamente, ela foi incluindo os Municípios. A partir de 2013, ela teve a sua vigência total.

Isso faz com que todas as despesas públicas sejam colocadas, de maneira detalhada, nos portais de transparência. Daí, então, os Estados passaram a criar os portais de transparência, exatamente para permitir o acesso a todos os contribuintes, a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, para acessarem como é gasta essa fabulosa massa de recursos arrecadada diariamente pelo Estado brasileiro, seja pelas prefeituras, seja pelos governos estaduais, seja pela União Federal. Esses dados estão disponíveis hoje.

Em 2011, dois anos depois, o Congresso aprovou a Lei de Acesso à Informação. São duas leis distintas. A lei que obrigou a abertura de todas as receitas e despesas e que obrigou a se colocarem na rede mundial de computadores essas informações é a Lei da Transparência. A Lei de Acesso à Informação abre as portas do Estado para a demanda do cidadão ou da cidadã. Essa lei obriga o Estado a responder, dentro de prazo determinado, toda e qualquer questão que seja encaminhada, qualquer indagação que seja encaminhada por um cidadão ou por uma cidadã brasileira. Há prazo para responder, e o Estado não tem de procurar saber para quê o cidadão ou a cidadã deseja aquela informação. Já a Lei da Transparência criou a obrigatoriedade dos portais de transparência com os dados ali detalhados. Nós podemos saber os gastos com a merenda escolar, podemos saber os gastos com material comprado pelas universidades brasileiras. Temos todas as informações. O que falta, na verdade, é a sociedade se apoderar dessas informações de forma minimamente organizada. Daí é fundamental o surgimento de grupos. Quando falo de grupos, podem ser duas ou mais pessoas, para fazerem o acompanhamento dos gastos públicos.

Nós temos um problema congênito no nosso País, que é a má governança. A má governança no Brasil tem criado grandes dificuldades ao povo brasileiro e também nos diferencia. Nós somos diferenciados pela má governança porque temos uma carga tributária pesada, uma carga tributária que hoje se situa na ordem de 35% do PIB. Nós pagamos impostos. Trabalhamos nos meses de janeiro, de fevereiro, de março, de abril e de maio para pagá-los, para recolher para o Estado. A partir daí, do dia 25 ou 26 de maio, é que os trabalhadores, todos aqueles que produzem neste País trabalham para si.

Então, é uma carga tributária alta. No entanto, os serviços são de qualidade duvidosa. Em alguns casos, o Estado nem está presente na vida de milhões e milhões de brasileiros. Há países com carga tributária semelhante, como é o caso do Canadá e da Alemanha, cujas cargas são muito semelhantes à carga tributária do Brasil. No entanto, esses países têm um nível de atendimento às suas populações infinitamente superior ao nosso.

Também está na pauta, Sr. Presidente, desta sessão extraordinária o Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2015. O projeto que altera o Regimento e que cria a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública é o PRS nº 13, de 2015. O que cria o Dia Nacional da Transparência é o PRS nº 16. Então, há uma sequência. Nós estamos trabalhando no sentido de proporcionar à sociedade brasileira toda e qualquer informação relativa ao que é feito com seu esforço coletivo, ao que é feito com a sua contribuição de impostos, ao que é gasto dessa fábula de recursos que o Estado arrecada cotidianamente do povo brasileiro, do povo trabalhador brasileiro.

Portanto, esses dois projetos são importantes, para que a gente possa debater, sugerir leis que melhorem cada vez mais a transparência pública no nosso País.

Finalizando, hoje, as informações estão disponíveis. As prefeituras dos mais longínquos rincões deste País já dispõem de portais de transparência, os quais oferecem informações que podem ser trabalhadas por grupos que, sugiro, sejam formados nas universidades, nas salas de aula, nos movimentos sociais, pelos militantes dos partidos políticos. Os partidos políticos podem ter um papel muito importante, porque esse é um movimento suprapartidário. Todos aqueles desejosos de construir um país com controle mais eficaz no combate ao desvio

de recursos públicos, no controle maior da corrupção podem ajudar a mobilizar esses grupos de fiscalização e de controle dos gastos públicos, de governança pública; influenciar a governança pública, porque, além da corrupção, além do desvio de recursos, também existe má aplicação dos recursos. Há pouco tempo, foi revelado que a Secretaria de Saúde do GDF, há alguns anos, comprou uma quantidade de órteses e próteses que pode durar até dez anos. Ou seja, uma compra desnecessária. Também há alguns investimentos sem qualquer critério para a aplicação do dinheiro do contribuinte.

Portanto, é fundamental que a sociedade se mobilize, que se organize em pequenos grupos e que faça o acompanhamento principalmente na sua prefeitura, na cidade em que vive. Podem-se também formar grupos de servidores públicos; podem-se organizar para debater, discutir como está sendo aplicado o recurso do contribuinte, o recurso do cidadão.

Precisamos avançar, e isso é possível. A internet é um meio de comunicação que se generalizou através dos computadores, dos celulares. Com um celular na mão, a gente pode obter informação imediata da aplicação do recurso do cidadão, a gente pode saber claramente para onde está indo o dinheiro.

Só que a gente precisa sistematizar o uso dessa informação. Eu sei que a imprensa, os meios de comunicação utilizam com muita frequência os portais de transparência. Recolhem informações de receitas, de gastos públicos e também recorrem à Lei de Acesso à Informação, encaminhando pedidos de informação às diversas esferas de Governo: Municípios, Estados e União.

Há diferença entre as duas leis, entre a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência. De acordo com a Lei da Transparência, a informação está disponibilizada na rede mundial de computadores; de acordo com a Lei de Acesso à Informação, o cidadão ou a cidadã precisa recorrer por escrito, fazer a solicitação para obter, então, uma resposta do Estado.

Nossa expectativa é a de que o PRS 13, de 2015, e o PRS 16, também de 2015, sejam aprovados ainda nesta sessão extraordinária.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Capiberibe. Seu pronunciamento é competente, ativo e corajoso, como sempre.

Agora, chamamos para fazer uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço, que permutou com este Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente desta sessão, eminente Senador Capiberibe, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham pela TV Senado, o tempo não para, e as novas tecnologias conseguem impor ao tempo uma velocidade ainda maior.

Na transformação do cotidiano, do dia a dia dos brasileiros e das pessoas, o que não é, naturalmente, um fenômeno apenas em nosso País, mas que acontece mundo afora – e é bom que seja assim –, é necessário que estejamos preparados para essas mudanças, que impactam nossos hábitos e a própria forma de nos relacionarmos e de buscarmos nossas tarefas e os nossos desafios no dia a dia.

No mundo atual, os negócios inovadores florescem, produzindo oportunidade para as pessoas, impulsionados, sobretudo, por essa onda em torno da revolução digital, que, a cada momento, nos impacta com novidades que têm melhorado muito, facilitado muito as relações humanas e as relações de trabalho, conectando e integrando as pessoas em todas as regiões do mundo, impondo, evidentemente, às formas tradicionais de atuação, uma revisão, uma reflexão, mas não apenas isso: uma necessária capacidade de nos adequarmos a esses fenômenos que surgem no dia a dia a nos desafiar.

Foi com base nesses fundamentos, no embalo dessas questões e desses fenômenos que surgiu o Uber, Senador Aloysio Nunes Ferreira, um serviço de transporte individual que está no centro de uma polêmica não apenas em nosso País, mas mundo afora, revelando reações e conflitos nem sempre civilizados. Eu mesmo tenho testemunhado alguns conflitos. Prevalecendo a força, querem se estabelecer, e toda vez que qualquer tipo de movimento se estabelece pela força é porque está faltando argumento. Não podemos substituir a arma do diálogo, da capacidade de negociação, de entender, de compreender, de processar esses processos e trabalhá-los, para que, de forma coletiva, possam contribuir para o avanço da civilização humana.

Eu digo isso porque este não é um debate que está presente apenas nas cidades brasileiras, Senador Paulo Paim. Está presente no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, na cidade de Belo Horizonte, na cidade de São Paulo; não sei em Porto Alegre. Na minha cidade, na capital do meu Estado, Vitória, esse tema está posto, mas está posto mundo afora: em Paris, em Hong Kong, na Cidade do México. Enfim, está posto e passa a compor a agenda do dia.

Nós, brasileiros, também estamos envolvidos com mais um movimento que considero de ruptura, um movimento de inovação, que está focado e voltado à busca de comodidade, de facilidade e de dinamismo a

que todos nós estamos submetidos, até porque esse é um tema que dialoga e que trabalha com um desafio muito grande das cidades brasileiras e mundo afora, que é o tema da mobilidade urbana. Tudo o que está relacionado com mobilidade guarda uma relação direta com a qualidade de vida, porque a mobilidade urbana não apenas em nosso País, em muitas cidades do Brasil, mas no mundo também, transformou-se num estresse só. O tempo que as pessoas perdem com os seus deslocamentos diários poderia ser investido na cultura, no lazer, na educação, no convívio com a família, e assim por diante. Portanto, toda e qualquer forma de facilitação da mobilidade urbana é um tema que tem que merecer a nossa atenção.

O Uber começou a funcionar em 2010 – é muito recente –, nos Estados Unidos, e hoje já está presente em 320 cidades de 58 países, com permanente evolução das suas atividades e elevados níveis de satisfação, o que não significa dizer que é um sistema perfeito. É um sistema, evidentemente, em construção, que tem alcançado níveis de satisfação e de sucesso muito elevados, mas, evidentemente, é um sistema, é um modelo em metamorfose, por assim dizer.

De posse dos seus *tablets* e *smartphones*, os brasileiros, enfim, todos aqueles usuários acessam um benefício que, sem dúvida nenhuma, veio para ficar, pelo menos essa é a compreensão que tenho. Com ou sem conflitos, reclamações, distensões aqui e acolá, o fato objetivo é que esse serviço, essa plataforma chamada Uber já realiza diariamente – estas são as estatísticas mais recentes – mais de um milhão de viagens por dia.

Portanto, estamos diante de um fenômeno, de um fato objetivo que merece nossa compreensão e, mais do que isso, merece que a gente possa trabalhar e dialogar com todos os segmentos da sociedade brasileira, compreendendo essa realidade como uma realidade inevitável.

Estamos todos – todos – diante de mais um episódio da história da humanidade, em que as pessoas são convidadas a abraçarem técnicas e práticas diferentes daquela a que nós estamos acostumados.

Somos todos provocados a não temer o novo. De tempos em tempos, emergem situações de conflito, nas quais uma novidade se choca com aquela realidade estabelecida. Nessas realidades, alguns se mostram arraigados a elas ou simplesmente resistem por completo a qualquer dessas mudanças, graças aos temores que são naturais. E aí é preciso compreender esses temores, trabalhar esses temores, para que, sendo compreendidos, possamos trabalhá-los.

O que me chama atenção, Senador Capiberibe, é que, com uma discussão aqui, outra acolá, em algumas cidades importantes, já começa a haver manifestações de simplesmente proibir, como se fosse possível proibir um fenômeno como esse. Em lugar de proibir, precisamos criar uma regra nacional. Não é possível que cidade A tenha um serviço, cidade B não tenha o serviço.

Aqui mesmo, em Brasília, assistimos a esse conflito, pelo menos a meu juízo, na minha modesta compreensão, muito bem conduzido pelo nosso ex-colega de Senado, Governador Rodrigo Rollemberg, que vetou uma iniciativa dos Deputados Distritais, proibindo a existência do Uber na cidade. Prevaleceu o bom senso em Brasília, sob a coordenação do Governador Rodrigo Rollemberg, que não apenas vetou. Além de vetar, Senador Capiberibe, o que fez o colega do Partido de V. Ex^a, do Partido Socialista Brasileiro, o Governador Rodrigo Rollemberg? O mesmo que fez o Prefeito Luciano Rezende, da minha capital, Vitória, que vetou proposta legislativa com o melhor dos propósitos: impedir que o sistema pudesse continuar existindo. Continua existindo aqui, porque o que aconteceu em Vitória? Foi proibido antes da sua existência. Mas, tanto aqui, em Brasília, quanto em Vitória, tanto o Governador Rollemberg quanto o Prefeito Luciano Rezende não apenas vetaram, mas constituíram, por decreto, um grupo de trabalho, para que, através do diálogo, do debate, esse grupo possa conversar sobre essa realidade inevitável que passa a fazer parte do dia a dia das pessoas, evidentemente compreendendo a angústia dos trabalhadores taxistas, mas incorporando nesse debate questões como a não viabilidade de cercar a liberdade da pessoa, de fazer opção por aquele meio que ela deseja, um meio mais adequado.

Portanto, em lugar de assistirmos à situação da cidade que proíbe, da cidade que regulamenta, o que estamos propondo é trazer esse debate para o Congresso Nacional.

Bem, mas, afinal, as boas atualizações sempre acabam se sobressaindo à aversão ao novo e seguem seu destino, o curso natural da história.

O que ontem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era exótico, esdrúxulo e até mesmo revolucionário se configura no tempo como corriqueiro, como natural, como banal, incorporado integralmente à paisagem e à rotina de todos nós.

Os exemplos são os mais variados. A estreia dos serviços de taxistas da capital paulista, do meu estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira, na primeira década do século passado, sofreu combate violento dos cocheiros, revoltados com a concorrência dos automóveis a desafiar suas charretes. O tempo se encarregou de redefinir os padrões, os rumos e os serviços modernos e mais eficientes.

No passado, avanços como a máquina de tear e até mesmo a eletricidade foram alvos de duros ataques de movimentos conservadores no século XV. O nascimento da prensa, criada pelo alemão Gutenberg, sofreu resis-

tência dos escribas, assustados com a chegada da reprodução dos livros em série e em larga escala. Em pouco tempo, as óbvias vantagens da nova técnica se impuseram, e surgiram leis para regulamentar essa boa-nova.

No século XVIII, a máquina de tear, ponto de largada da primeira Revolução Industrial, irritou trabalhadores do campo. Novamente prevaleceram as melhorias advindas pela indústria nascente. Nos anos 1880, quando a luz elétrica começou a se tornar popular, as empresas de gás conseguiram mantê-la fora de Londres por quase uma década – dez anos. Ao final, ficaram claras as vantagens da eletricidade para o conjunto da sociedade, derrubando-se impedimentos a essa inevitável transição. Se fôssemos ceder aos sentimentos e privilegiar o *status quo* em detrimento da inovação que alcança o interesse do conjunto da sociedade, ainda estaríamos, nos dias atuais, tendo as nossas casas e as vias públicas iluminadas por lampiões e estaríamos nos locomovendo por carroças. As novidades não têm qualquer viés ideológico, mas elas expressam tão somente a virtude da livre iniciativa exposta aos riscos normais de qualquer tipo de atividade. Elas visam a fazer as mesmas coisas de modo mais prático, mais eficiente e mais barato, sob os auspícios da economia de tempo e de racionalidade.

A lição básica que podemos tirar disso tudo é de que a inovação melhora, tem melhorado e vai continuar melhorando, e é assim que precisamos que seja. O austríaco Schumpeter, um dos grandes economistas do século XX, nos ensina – com o seu conceito de destruição criativa – que há momentos em que o progresso tecnológico leva à substituição de formas obsoletas por outras mais úteis e satisfatórias.

Com o advento das redes sociais – que avançam com vigor desde 2005 –, certas tendências de consumo passaram a integrar, com desenvoltura, o dia a dia das pessoas. A força do compartilhamento de produtos – mas não apenas produtos, Sr. Presidente, produtos e serviços – abriu novos nichos de mercado que hoje vão do segmento da locação de imóveis à mobilidade urbana, objeto, enfim, de toda a nossa reflexão.

Enfim, todos nós sabemos a importância, em nosso dia a dia, da plataforma através do comércio eletrônico, revolucionando as relações de consumo em nosso País, mas não apenas em nosso País, também mundo afora.

Lamentavelmente, o tema controverso do Uber tem levado a reações extremadas de repúdio, incluindo agressões de onde quer que venham. Pressionados por essa realidade, governadores, prefeitos, câmaras municipais, assembleias estaduais têm se movimentado na direção de proibir o serviço, como maneira de dar um fim ao impasse.

Seguramente essa não é a solução! Reconheço que o tema é deveras complexo, mas não podemos fugir do debate das ideias. Não é nos escondendo que resolveremos esse tipo de desafio. É em quadras conflituosas como essa que a reflexão e o diálogo servem para evitar injustiças ou mesmo decisões precipitadas.

Não há como lutar contra o inevitável, contra a evolução dos serviços e de negócios movidos pelas mudanças dos padrões tecnológicos que estão subordinados à inovação. Enquanto vereadores, deputados estaduais decidem em algumas cidades – o que considero um retrocesso – barrar simplesmente a existência do Uber, em vez de abrir portas e janelas para que o debate possa se estabelecer. Através do debate, o convencimento pode se fazer presente, prevalecendo o interesse maior da sociedade, evidentemente, compreendendo cada questão colocada por cada segmento, por cada setor.

É evidente, Senador Capiberibe, que, num processo como esse, nós precisamos trazer para o centro do debate os trabalhadores taxistas. Não há como se fazer um debate como esse sem trazer para o seu centro o trabalhador taxista que presta, diga-se de passagem, um excepcional trabalho no dia a dia das cidades brasileiras e mundo afora.

Qual de nós não precisa, não necessita e não agradece os bons serviços prestados pelos taxistas, classe trabalhadora presente nas médias, pequenas e grandes cidades brasileiras e do mundo?

E estamos refletindo sobre a necessidade de uma regulamentação nacional, que possa ser com base em pelo menos duas premissas ou dois princípios. É preciso haver o chamado pé de igualdade na competição. É preciso que a concorrência se estabeleça e que as partes possam concorrer de forma igual. Mas esse mesmo princípio precisa ser observado, na medida em que é necessário que a gente também dê liberdade de opção às pessoas para que elas utilizem o táxi, utilizem o Uber ou utilizem o meio que lhes seja considerado mais vantajoso de acordo com a sua necessidade e o seu interesse.

Ouçó, com prazer, o estimado e eminente Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Ferraço, V. Exª tem inteira razão, até porque é um tema que não pode ser jogado para debaixo do tapete e tem que ser trazido para o seu lugar de discussão, de debate, que é o Parlamento. Acho que V. Exª tem inteira razão. Eu tenho uma preocupação muito especial com os motoristas de táxi, com os taxistas. Eu sou um cliente, eu só ando de táxi em Brasília. Eu tenho ouvido a preocupação dos motoristas. Eles estão preocupados pela perda do mercado, principalmente numa situação de crise. Nós precisamos entender isso. O Governador Rodrigo foi hábil nessa questão, formou essa comissão, inclusive com a perspectiva de que os taxistas possam também entrar no Uber, que eles possam se preparar e entrar para o Uber, ou seja, participar também desse novo mercado que se abre. Acho que

devemos avaliar todas as alternativas para que não os sobrecarregue, para que eles não percam mercado, que não haja uma retração nos ganhos dos motoristas de táxi, mas também que não se impeça de a modernidade chegar. Era isso. Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a sua contribuição.

Essa preocupação não é apenas de V. Ex^a, é minha também e, tenho certeza, de que é da grande maioria dos parlamentares. É a nossa preocupação.

É preciso que acolhamos a categoria, que deve estar sentada na primeira fileira, nas cadeiras da frente, de modo que possamos debater essa questão. Até porque não há como desenvolver um debate como esse sem a presença dos trabalhadores taxistas, que são pais de família, que honram suas famílias e a sociedade ganhando a vida, ganhando, como se diz, o pão do dia a dia correta e honestamente.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, eles precisam ser valorizados e fortalecidos. Mas há uma distância enorme entre acolher, compreender, trabalhar uma condição e, simplesmente, virar as costas para o inevitável e para a realidade da vida. É como se desejar cercar vento. Não é possível cercar vento, não é possível impor, nos dias atuais, níveis de restrição sem que se estabeleça esse debate.

Portanto, foi pensando, com base nesses pressupostos, que nós apresentamos recentemente – salvo melhor juízo, foi a primeira proposta nessa direção – uma proposta, Senador Paim, que deve caminhar pelas comissões para que possamos ouvir todos os segmentos. Ouvir democraticamente, ouvir republicanamente, não entendendo que esse ouvir significa algum tipo de privilégio – não, não é! É obrigação de todos nós, que somos representantes da população, ouvir o conjunto da sociedade para que esses avanços possam acontecer e nós possamos incorporar o que for possível.

O fato é que, pensando nesse propósito, com esse princípio, olhando para aquilo que fez aqui em Brasília o Governador Rodrigo Rollemberg, o que fez lá em Vitória, na minha capital, o Prefeito Luciano Rezende, que eu entendi a necessidade de uma regra nacional, que nós tenhamos uma diretriz que possa ser compreendida, que possa ser equilibrada, porque também não há como o Estado fazer uma intervenção para além do que deve, porque toda vez que o Estado intervém para além do que deve, em lugar de equilibrar, ele acaba por desorganizar.

Então, foi pensando nesse propósito, foi assistindo a esses conflitos País afora que nós apresentamos uma proposta regulamentando, reconhecendo o serviço Uber, reconhecendo que ele presta um bom serviço e tem facilitado o dia a dia da cidade, que nós precisamos construir um ambiente de cooperação e de colaboração, e não de conflito, para que esses serviços possam, de fato...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) ...coabitar a mesma realidade.

Eu ouço, com prazer, o Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É muito rápido, Senador Ricardo Ferraço. Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela coragem. Algumas vezes, para o homem público é difícil enfrentar uma grande polêmica, como a que há nesse caso, entre Uber e taxistas, em posições divergentes. Mas V. Ex^a teve a ousadia de apontar caminhos para o entendimento, apresentando um projeto de lei. E digo a V. Ex^a – e aqui já concluo – que a Comissão de Direitos Humanos já aprovou uma audiência pública, e o seu projeto poderá ser o eixo do debate. Eu já vou pedir uma cópia do seu projeto e, na argumentação do dia da audiência pública, ele será, digamos, o objeto de instrução. E V. Ex^a, naturalmente, é o primeiro convidado para estar presente. Será na primeira semana de outubro. Apresentamos o requerimento em parceria com a Senadora Ana Amélia. Parabéns pela iniciativa! Eu pensei que não havia nenhum projeto na Casa.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A partir do seu, nós temos um eixo para o debate. Parabéns pela iniciativa!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O convite de V. Ex^a, para mim, tem estatura de convocação, e eu lá estarei, na Comissão de Direitos Humanos, que V. Ex^a preside, e preside bem, com dinamismo, com ativismo, trazendo à sociedade brasileira a diversidade de trabalhar, dialogar e debater temas que são do dia a dia.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Senador Cristovam Buarque está fazendo o mesmo. Então, temos tudo para uma audiência pública de várias comissões, porque o tema está presente no dia a dia das cidades

brasileiras, e nós não podemos fazer o que, via de regra, estamos fazendo: se o tema é polêmico, não vamos tratar dele.

Nessa inércia legislativa, a que nós estamos assistindo? Nós estamos assistindo à judicialização da política, porque o político, vez por outra, não quer enfrentar este ou aquele tema porque é polêmico (*Fora do microfone.*), em lugar de enfrentar a polêmica, que é o nosso papel. Quem se propõe à vida pública, tem que se apresentar com civilidade, com respeito a quem pensa diferente, com respeito ao semelhante.

Mas, se nós não fazemos isso, vamos continuar assistindo, diante da inércia legislativa, à judicialização da política. E aí, não venham dizer que o Supremo está judicializando a política. Não. Nós é que estamos nos apequenando diante dos temas que são complexos, importantes e desafiadores para a sociedade brasileira.

Portanto, é necessário, sim, que, num primeiro momento, até sendo mal compreendido, alguém possa tomar essa iniciativa e o debate possa se estabelecer, para que nós possamos ter, efetivamente, aquilo que imagino que é a regulamentação dessa prestação de serviço nacional, Senador Jorge Viana, para que o Brasil, de ponta a ponta, tenha uma regra. Qual é a regra? Quais são os princípios? Quais são as diretrizes? Não é possível, por exemplo, que o Uber não pague ISS, não pague nenhuma taxa nas prefeituras e cidades, e os taxistas paguem. Isso não é viável. É preciso que haja equilíbrio, pé de igualdade na concorrência, até porque a concorrência e a competição têm se revelado eficaz. Onde há competição não há acomodação; onde há competição há os ingredientes necessários da eficiência, da redução de custo, da racionalidade, da incorporação de ciência, tecnologia e inovação.

Portanto, esse é o sentido da proposta que estamos apresentando. Obviamente não é uma proposta pronta e acabada, não é ponto de chegada, é ponto de partida...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... para que, através do debate, através das contribuições de todos os segmentos, nós possamos discutir aqui, no Legislativo – e a proposta já está tramitando em audiências públicas quantas forem necessárias – para que possamos ter uma convicção firmada. E, partir dessa convicção, nós tenhamos a coragem de trazer esse tema ao plenário do Senado, olhando também para a experiência internacional, olhando para o Direito Comparado evidentemente, que nós não queremos importar nenhum modelo, porque nós temos a nossa realidade com as nossas características. Mas é necessário observar mundo afora como que as médias e grandes cidades dos países estão tratando esse tema.

E nós procuramos fazer essa pesquisa, Senador Jorge Viana, e nós incorporamos aquilo que nós consideramos, a este tempo, a este momento, adequado para início deste debate.

Evidentemente, quero convidar o conjunto das Senadoras e Senadores para que possamos fazer um debate livre, um debate aberto, um debate democrático...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... mas um debate que se possa estabelecer a partir do escancaramento das portas e janelas do novo. Não é temendo o novo que a gente vai conseguir encaminhar as questões que estão a desafiar a civilização humana, mas é acolhendo o novo, processando o novo e vendo de que forma esse novo pode contribuir com os desafios da civilização e, no caso específico, da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, como disse o Senador Paim, pela coragem de estar trazendo um tema árido, um tema complexo, mas que em muitas partes do mundo está sendo debatido. O pior que podíamos fazer era não debater, não procurar ajudar porque ele virá mais grave ainda, pois são desafios dos tempos modernos, dos tempos atuais. Então, está em boas mãos.

Eu fui prefeito, fui governador, e sempre tive e tenho um carinho enorme pelos taxistas. Eles vão ter que entender que V. Exª vai querer normatizar. Se há algum serviço entrando, vai ter pagar imposto, vai ter que se regularizar. Não pode é ficar algo que a gente não sabe, não vê. E aí, sim, faz-se uma concorrência desleal com uma categoria que presta serviço no meio da rua a todos nós.

Então, parabéns pela iniciativa de propor este debate.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu quero avisar os colegas que vamos à

ORDEM DO DIA

Vamos fazer rapidamente e aí seguimos com a nossa querida Senadora Rose. E eu e o Senador Paulo Paim vamos falar ainda.

Então, conforme acordei com os Líderes, nós vamos à Ordem do Dia. E não vamos tratar de questões que são mais polêmicas, mas vamos tratar rapidamente de algumas matérias que são importantes e estão aqui na Casa.

É uma Ordem do Dia quase em homenagem ao Senador Capiberibe, porque temos aqui pelo menos três itens relacionados diretamente a V. Exª.

Então vamos ao **Item 18**:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2015.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 13, de 2015, do Senador João Capiberibe, *que altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.*

Pareceres sob nºs 571 e 572, de 2015, da Comissão de Constituição e Justiça, Relator Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, que apresenta; e da Comissão Diretora, Relator: Senador Zezé Perrela, favorável.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Há, sobre a mesa, requerimento solicitando audiência da CMA e nós temos que apreciar esse requerimento. Se ele for rejeitado nós vamos poder dar continuidade à instrução e votação da matéria.

REQUERIMENTO Nº 986, DE 2015

Requerimento de autoria do Senador Ataídes Oliveira, nos termos do item 12, alínea “c”, inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal requer que sobre o Projeto de Resolução nº 13, de 2015, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 986, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do item 12, alínea c, inciso II, do art. 255, do RISF, requeiro que, sobre o PRS 13, de 2015, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle, tendo em vista a sua competência regimental para também dispor sobre o assunto.

Sala das Sessões, de maio de 2015.

Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se aprovar, a matéria irá para lá; se for rejeitada, seguimos com a apreciação da matéria de V. Ex^a.

Então, em apreciação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

Nós vamos então seguir com a instrução da matéria.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

Encerrada a discussão.

Em votação projeto sem prejuízo de emendas.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, da CCJ.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº 649, DE 2015–CDIR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 649, DE 2015

Redação final do Projeto de
Resolução nº 13, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 2015, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 27 de agosto de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ELMANO FÉRRER

GLADSON CAMELI

ANEXO AO PARECER Nº 649, DE 2015.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 13, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2015

Altera o Regimento Interno do Senado
Federal para criar a Comissão
Permanente de Transparência e
Governança Pública.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 72.

.....

XIII – Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG).”
(NR)

“Art. 77.

.....

XIII – Comissão de Transparência e Governança Pública, 17.

.....” (NR)

“Art. 104-E. À Comissão de Transparência e Governança Pública
compete opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas:

I – prevenção à corrupção;

II – acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na
administração pública federal direta e indireta;

III – prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos;

IV – transparência e prestação de contas e de informações à
população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos
públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos;

V – difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Estados e Municípios na implantação desses meios.”

“Art. 107.

I –

.....

l) Comissão de Transparência e Governança Pública: às quartas-feiras, às onze horas e trinta minutos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão. Não há oradores inscritos.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E eu parabenizo o Senador Capiberibe, que teve a iniciativa, trabalhou no Governo com a transparência e, terminando aqui as matérias que dizem respeito a V. Ex^a, certamente, é bom ouvir um comentário do Senador, meu companheiro de vida toda, João Capiberibe.

Item 19:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16, de 2015, do Senador João Capiberibe, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos.

Parecer sob nº 575, de 2015, da Comissão Diretora, eu tive a honra de ter sido Relator e dei parecer favorável, com a Emenda nº 1, emenda de redação, que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As senhoras e os senhores que aprovam o projeto sem prejuízo da emenda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação, em globo, da Emenda nº 1.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº 650, DE 2015–CDIR**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 650, DE 2015**

Redação final do Projeto de
Resolução nº 16, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2015, que *institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos*, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 27 de agosto de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ELMANO FÉRRER

GLADSON CAMELI

ANEXO AO PARECER Nº 650, DE 2015.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 16, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2015

Institui, no âmbito do Senado Federal, a
Frente Parlamentar para a Transparência
dos Gastos Públicos.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos, com a finalidade de:

I – promover amplo e qualificado debate nacional sobre o tema transparência dos gastos públicos, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil e dos Poderes da República, no sentido de fomentar a reflexão sobre a transparência dos gastos públicos;

II – promover a cultura do acompanhamento, do monitoramento e da avaliação dos gastos públicos executados nas 3 (três) esferas da Federação, buscando e incentivando iniciativas que contribuam para a eficiência da aplicação do dinheiro público;

III – produzir legislação de qualidade para assegurar a transparência dos gastos públicos, considerando-se a experiência nacional e internacional, bem como os anseios da sociedade;

IV – promover o diálogo propositivo, entre os entes federativos, sobre a transparência dos gastos públicos e fomentar a celebração de acordos e convênios para a consecução de objetivos gerais e específicos de melhoria da publicidade e do acesso a informações sobre os gastos públicos.

§ 1º A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos concentrará sua atuação no apoio aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta e indireta, com foco no acesso e na publicidade dos gastos públicos.

§ 2º Os trabalhos poderão, a critério de seus membros, ser divididos em representações estaduais e coordenações temáticas.

Art. 2º A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência ou necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

Art. 3º A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos será integrada, inicialmente, pelos Senadores e pelas Senadoras que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal.

Art. 4º A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos reger-se-á por seu regimento interno, observado o Regimento Interno do Senado Federal.

Parágrafo único. Até a aprovação de seu regimento interno, o funcionamento da Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos observará as deliberações tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)* Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São duas matérias importantes. A Presidência passa para um comentário breve do autor das iniciativas, Senador João Capiberibe, depois, ponho em apreciação também.

Eu já queria pôr em apreciação o próprio relatório lido anteriormente.

Então, Senador, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estive na tribuna explicando a importância da aprovação, nesta Casa, da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Sou muito crítico à governança do nosso País, e precisamos revelá-la para toda a sociedade. E esta Comissão vai nos permitir abrir as portas do Senado para um debate mais profundo sobre as possibilidades de continuar melhorando a transparência das ações do Estado.

Temos uma Lei, que é a Lei Complementar 131, de 2009, que obrigou a todos os entes públicos expor em tempo real suas receitas e despesas na internet, agora, estamos aprovando uma comissão que abre as portas do Senado para um debate mais profundo e, também, uma Frente Parlamentar da Transparência.

Há uma proposta nossa de criar, também, um dia, o dia nacional consagrado à transparência, para que possamos, cada vez mais, contar com o acompanhamento do conjunto da sociedade brasileira em relação aos gastos públicos, porque, na verdade, o Estado brasileiro vive em função dos impostos que arrecadamos.

Eu queria agradecer à Mesa Diretora, ao Sr. Presidente Renan Calheiros, ao Vice-Presidente Jorge Viana, a toda a Mesa, e aos Senadores que ajudaram na aprovação desta proposta. Na CCJ, tivemos a aprovação por unanimidade e, em seguida, a Mesa Diretora se manifestou e, agora, o Plenário aprova, em definitivo, a criação desta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço a todos que permitiram este momento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez a Presidência parabeniza V. Ex^a e segue aqui, agora aprovando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para cumprimentar também o Senador João Capiberibe, porque há muito tempo ele vem fazendo da sua trajetória política nesta Casa a marca histórica da luta pela transparência nas contas públicas.

Num momento crucial na vida do País, quando há investigação, quando há denúncias de corrupção, quando os escândalos provocam grande indignação, levando o povo às ruas, é preciso que o Legislativo busque alternativas que venham a impor rigor na fiscalização e no controle dos gastos públicos.

Reiteradamente solicitamos do Senado Federal uma reforma administrativa, a reforma no Executivo, a reforma no Legislativo, exatamente para enxugar estruturas onerosas, reduzindo as despesas correntes, para recuperar a capacidade de investir do Poder Público em setores fundamentais para a sociedade, como saúde, segurança pública, educação, desenvolvimento, enfim.

E essa preocupação do Senador João Capiberibe, neste momento, mais do que nunca, é adequada, já que nós vivemos um momento das reformas. O Brasil é um País à espera de reformas. E, sem dúvida, promover reformas na estrutura da Administração Pública que confirmem maior transparência, é prioridade absoluta.

Por isso, os nossos cumprimentos ao Senador João Capiberibe, pela iniciativa, por todas as ideias que já nos trouxe, e sobretudo, por esse ato nesta hora, que significa assumir a responsabilidade diante de uma causa da maior importância para o futuro do País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na mesma direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou passar a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço.

Eu só queria, a partir dessa fala, inclusive, do Senador Alvaro, e V. Ex^a agora, Senador Ferraço, dizer que o Senado Federal criou uma Secretaria de Transparência. Desde quando assumi, com o voto de V. Ex^{as}, a 1^a Vice-Presidência, o Presidente Renan colocou como uma questão central a transparência aqui no Senado Federal, a mais antiga instituição da República.

A Fundação Getúlio Vargas fez um levantamento em mais de 80 órgãos públicos com 100 questionamentos. Só o Senado e o TST responderam os 100 questionamentos no prazo. Então, o Senado é tido pela Fundação

Getúlio Vargas como das instituições públicas a que está no topo, quando o quesito é transparência. Uma organização não governamental também fez um estudo, art. 19, porque é bom que esses estudos venham com a sociedade civil, e nos colocou também como uma Instituição que prima pela transparência. Isso é importante, porque eu sei que a classe política, as instituições públicas, as Casas Legislativas têm certo mau humor, e não é sem razão, da opinião pública. Mas, aqui no Senado, o Portal da Transparência, que inclusive foi modernizado agora, parabenizo toda a equipe do Senado, é um exemplo de transparência a ser seguido por governos, por prefeituras e por outros órgãos públicos e Poderes.

Então, eu parabenizo o Presidente Renan e reconheço o seu trabalho. Ele está entusiasmado com o trabalho do Senador Capiberibe. Acho que o Senado pode, sim, transformar o seu próprio exemplo, agora, num espaço que pode estimular que governos e prefeituras cumpram o papel que deve ser cumprido por todos: o papel da transparência.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Sem revisão do orador.) – O registro feito por V. Ex^a é necessário. Esse reconhecimento me parece que começa a ganhar a cada instante mais robustez, porque os fatos falam por si sós.

Nos últimos tempos, o que temos percebido é uma incorporação, muito mais do que de discursos, de ações que revelam a necessária capacidade de incorporarmos cada vez mais a transparência como algo que é premissa.

Então, faz sentido o registro de V. Ex^a, que também cumprimento, assim como o Presidente Renan e toda a sua equipe da Secretaria-Geral da Mesa, tendo à frente o Dr. Bandeira, esse extraordinário servidor público, com toda a sua equipe. A sociedade brasileira, o contribuinte brasileiro que deseja saber algo das questões institucionais do Senado terá os dados apresentados.

Mas quero pedir licença ao Senador Alvaro Dias para me associar à manifestação que ele faz às iniciativas do Senador Capiberibe, não apenas no campo da transparência, o que não é pouco. As ações do Senador Capiberibe, invariavelmente, estão vinculadas às ações ligadas às necessárias transparências, até porque estamos lidando com e o no ambiente público, onde não pode haver segredo, não pode haver nada clandestino.

Mas além desses valores e princípios, que estão reunidos em torno do trabalho do Senador Capiberibe, há outra questão muito peculiar da natureza do trabalho desse extraordinário homem público: o esforço que ele faz para ampliar a democracia direta no nível da democracia representativa, buscando a conciliação e um melhor equilíbrio, uma não se sobrepondo sobre a outra, até porque o País fez uma opção pela democracia representativa. Mas nós podemos, ainda em razão dessa opção, ampliar os espaços de participação popular, e essa tem sido uma marca não apenas do senador Capiberibe, mas também do Senador Paulo Paim, que, através da Comissão de Direitos Humanos, traz à sociedade brasileira para que nós possamos fazer esse debate.

E o tema da transparência, Sr. Presidente, me vem à mente porque, nos últimos dias, causou grande preocupação ao Espírito Santo uma entrevista coletiva dada pelo Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, quando esse Ministro anunciou que o Governo Federal, em meio aos ajustes, em busca de receita, vai alienar patrimônio público, vai alienar terreno de marinha. Isso causou extraordinária preocupação porque ele não declinou sob que critérios isso vai acontecer.

E aí nós temos uma preocupação muito grande em nosso Estado, Sr. Presidente. Por quê? Porque dois terços da nossa capital Vitória é terreno de marinha, o que faz da União – e não é uma questão deste Governo, é uma questão da forma com que o Estado Brasileiro se estruturou — a maior corretora imobiliária do nosso Estado.

No momento em que o Governo anuncia que vai vender terreno de marinha, eu pergunto: e os milhares de moradores que compraram esses terrenos, que moram nesses terrenos, que têm escritura registrada desses terrenos? Eles terão que recomprar esses terrenos do Governo?

Isso não está explicado, e a falta de transparência nessa diretriz anunciada pelo Governo Federal tem causado grande preocupação no nosso Estado. Como é que se dá na prática e no dia a dia essa realidade, Sr. Presidente?

Você compra um terreno, quem vende o terreno e quem compra o terreno vão a um cartório, registram a escritura, e, dias depois, a SPU manda uma notificação para essa pessoa dizendo que aquele terreno é de marinha, que, portanto, ele tem de pagar taxa e que, se ele comercializar ou vender esse terreno, ele tem de pagar laudêmio. Aí, a escritura registrada em cartório passa a não ter legitimidade, a não ter valor. Por quê? Porque a SPU fez o cadastramento após aquela negociação.

Enfim, de novo nós estamos tratando aqui de um tema chamado terreno de marinha. E, talvez, nós sejamos o único País do mundo que insiste em manter o sistema enfiteutico, que vem do tempo feudal, por conta da compulsão em arrecadar o que o Estado brasileiro insiste em manter em sua relação com o contribuinte brasileiro.

Eu faço esse apelo para que o Governo Federal traga transparência a essa questão que tem causado grande preocupação no Estado do Espírito Santo, sobretudo em nossa capital, Vitória, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem razão das preocupações e já explicou, o mesmo fez o Senador Dário Berger em outro pronunciamento.

Eu tive a oportunidade de receber, em primeira mão, sem os detalhes que V. Exª acertadamente cobra, essa notícia de que o Ministério do Planejamento, onde está a SPU, quer encontrar uma solução que possa dar segurança jurídica para usuários de terreno de marinha, que hoje não tem nenhuma. As taxas estão multiplicadas, os preços são absurdos. Eu estou seguro de que é só uma questão de acesso à informação. Até a construção que V. Exªs que são de Estados... Porque nós também somos dos rios, onde também há terrenos de marinha, à margem dos rios. Nós vamos ter uma solução que talvez vá destravar toda a parte litorânea do Brasil para termos investimentos com os cuidados ambientais necessários. Hoje não se pode fazer praticamente nada. E, nessa confusão toda que há com a SPU, o Ministério Público cobra – e não é sem razão –, aí os empreendimentos não acontecem, e as pessoas têm a intranquilidade, a insegurança jurídica quando ocupam ou têm alguma relação às suas atividades com terreno de marinha.

É muito oportuno e até cumprimento o Ministro Nelson Barbosa por estar buscando essa solução, mas vai ter de conversar, certamente, com quem estuda o assunto, os Senadores do Espírito Santo, assim como V. Exª, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou seguir com a Ordem do Dia, apreciando, então, o **Item 15**.

Eu, chamando a atenção do Senador Alvaro Dias e tendo falado com o Líder do Governo e com todos os colegas Senadores, quero cumprimentar o Dr. Rodrigo Janot, a quem faço uma homenagem, por ter sido reconduzido por ampla maioria dos votos. Gostaria também de dizer que o tenho na melhor conta; não só eu, mas o Plenário do Senado e a Comissão, pois foram 26 votos a 1.

Eu sei da sua busca incessante pelo equilíbrio para fazer com que o Ministério Público Federal seja cada vez mais forte. Na Presidência, quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela recondução. Ele tinha sido indicado pela Presidenta e foi reconduzido por absoluta maioria dos membros da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, depois de ter passado pela segunda mais longa sabatina na Comissão, e aqui no plenário, onde teve 59 votos a favor. Isso mostra a chancela e a confiança do Senado na recondução do Dr. Rodrigo Janot para a Procuradoria Geral da República. Então, mais uma vez, cumprimento o Procurador-Geral da República.

E aqui, em homenagem a ele – eu sei que esta matéria é importante para que funcione bem o Conselho Nacional do Ministério Público –, vamos à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2015.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei Da Câmara nº 53, de 2015, (nº7.921/2014, na Casa de origem), do Ministério Público da União, que *cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências*. Parecer favorável, sob nº 428, de 2015. O Relator foi o Senador Randolfe Rodrigues.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2015

(Nº 7.921/2014, na Casa de origem)
(de iniciativa do Ministério Público da União)

Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público; altera a Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Quadro de Pessoal efetivo do Conselho Nacional do Ministério Público é composto pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Auditor Nacional de Controle, de nível superior;

II - Técnico Nacional de Controle, de nível médio.

Parágrafo único. Os atuais cargos de provimento efetivo de Analista e de Técnico do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público passam a denominar-se, respectivamente, Auditor Nacional de Controle e Técnico Nacional de Controle.

Art. 2º Ficam criados os seguintes cargos efetivos e em comissão e funções de confiança na Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público:

I - noventa cargos de Auditor Nacional de Controle;

II - trinta cargos de Técnico Nacional de Controle;

III - um cargo em comissão de nível CC-6;

IV - dois cargos em comissão de nível CC-5;

V - seis cargos em comissão de nível CC-4;

VI - vinte e três cargos em comissão de nível CC-3;

VII - dez cargos em comissão de nível CC-2;

VIII - quinze cargos em comissão de nível CC-1; e

IX - vinte e seis funções de confiança de nível FC-3.

§ 1º O provimento dos cargos e funções criados por este artigo fica condicionado à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação orçamentária, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos e funções, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária do exercício correspondente.

Art. 3º Ficam extintas quatorze funções de confiança de nível FC-2 do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 4º O Quadro de Pessoal efetivo do Conselho Nacional do Ministério Público passa a ser o constante do Anexo I.

Art. 5º A estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando os cargos em comissão e as funções de confiança criados por esta Lei e pelas Leis nºs 11.967, de 6 de julho de 2009, e 12.412, de 31 de maio de 2011, consolidados no Anexo II, será definida em ato próprio do seu Presidente.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público fica autorizado a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de sua competência, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu Quadro de

Pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

Art. 6º O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público baixará os atos necessários à implementação dos cargos e funções de que trata esta Lei.

Art. 7º As Carreiras do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público serão regidas pela mesma lei que tratar das Carreiras dos servidores do Ministério Público da União enquanto não sobrevier lei específica.

Parágrafo único. A alteração de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei não implicará modificação na natureza dos respectivos cargos.

Art. 8º A Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. Até que sobrevenha lei específica, o Conselho Nacional do Ministério Público disciplinará o seu funcionamento e o regime a que estão sujeitos os Conselheiros e membros requisitados, observando, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.”

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o art. 3º da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

ANEXO I

CARGOS	QUANTITATIVO
Auditor Nacional de Controle	178
Técnico Nacional de Controle	151

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA	QUANTITATIVO
CC-7	1
CC-6	5
CC-5	11
CC-4	25
CC-3	60
CC-2	12
CC-1	20
FC-3	59

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Alvaro Dias.

Eu recebi, ainda há pouco, também um pedido do Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral, para que apreciasse essa matéria, porque tem o entendimento com os Líderes. V. Exª também, Senador Alvaro, tinha solicitado. Então, passo a palavra a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, para justificar a aprovação dessa matéria. É evidente que temos o dever de cuidar, de evitar o crescimento da máquina pública. Portanto, a criação de cargos sempre exige muita responsabilidade na avaliação, na apreciação e na deliberação.

Nesse caso, justifica-se, porque, ao tempo em que se criam funções necessárias, se extinguem outras.

Portanto, há extinção de cargos e criação de novos cargos, com previsão orçamentária, evidentemente, condicionando a vigência desses cargos à dotação orçamentária.

Portanto, Sr. Presidente, por essa razão, a oposição apoiou a aprovação dessa matéria, e, como faz V. Exª, também queremos destacar o competente desempenho do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, ontem, durante a sabatina, na Comissão de Constituição e Justiça.

Se havia uma expectativa de reunião tensa, nervosa, tivemos uma reunião de muita tranquilidade, com um debate profícuo, com temas importantes sendo destacados pelos Srs. Senadores, pelas Sras Senadoras também, e com respostas inteligentes de quem demonstra possuir preparo, talento para o exercício de uma função relevante, num momento difícil da vida nacional, quando há investigações sem precedentes na história deste País, à frente do Ministério Público uma personalidade com segurança, com, sobretudo, preparo, e demonstrando uma postura de imparcialidade e de independência. Isso deixou claro ao responder à questão suscitada sobre a existência de um eventual acordo, que foi peremptoriamente rechaçado pelo Procurador da República, Rodrigo Janot, que é uma das esperanças de valorização de uma instituição fundamental para o futuro do País, que é o Ministério Público, nesta fase em que, num cenário de descrença generalizada, há esperança no fortalecimento de instituições em que estão fincados alicerces básicos do Estado de direito democrático, como o Supremo Tribunal Federal, a Justiça Federal, o Poder Judiciário, enfim, o Ministério Público, a Polícia Federal.

São esperanças que renascem, que são vivificadas nesse momento turbulento do País, em que a desesperança campeava de forma a alargar-se, alcançando todas as famílias brasileiras, num ambiente de grande indignação.

Então, nós temos que alimentar esperanças exatamente em função da existência de instituições que se valorizam e que se robustecem na ação dos seus representantes com competência e talento como faz o Procurador-Geral, Rodrigo Janot.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu me associo ao Senador Alvaro e reafirmo aqui o respeito e a admiração, demonstrados, inclusive, ontem, em uma sabatina de mais de dez horas. Ressalto a competência nas respostas, a condução respeitosa, respondendo ao questionamento de cada um dos Senadores. Vimos uma quadra de muita tensão política. Eu diria que foram duas as sabatinas que fizeram história aqui: a do Ministro Fachin, de cuja indicação V. Exª foi Relator, e a de ontem, a do Dr. Rodrigo Janot, cujo Relator foi o Senador Ricardo Ferraço. Foram sabatinas que criaram certa jurisprudência na Casa de como devemos tratar a indicação de uma autoridade, conforme estabelece a Constituição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria registrar a presença, em homenagem ao Senador Reguffe, dos alunos e funcionários do Colégio Jesus Maria José, de Taguatinga, que nos visitam. Sejam bem-vindos! Sei que faço isto em nome de todos, especialmente do Senador do DF, Senador Reguffe.

Com a palavra, V. Exª, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Sem revisão do orador.) – V. Exª faz uma manifestação de cumprimento ao Procurador-Geral da República reconduzido, Dr. Rodrigo Janot. Tive a oportunidade de ser o Relator desse processo na Comissão de Constituição e Justiça e reafirmo que o fiz com convicção.

Na prática, o Dr. Rodrigo Janot nos encheu de esperança, uma esperança que já existia, mas que foi renovada. E, na vida, é sempre muito importante que possamos renovar nossa esperança.

É um homem qualificado, com mais de 30 anos de serviços dedicados à Magistratura, ao Ministério Público. Ele foi muito bem, respondeu às perguntas, uma a uma, enfrentou cada questão. Mas, fundamentalmente, ele deixou um recado para nós e para a sociedade brasileira. Ele nos faz lembrar esta frase célebre: "Tu és responsável pelo que tu cativas". E o Dr. Janot, ontem, na sua recondução, cativou-nos, quando falou que não há limite na investigação da corrupção, que vai investigar a corrupção sem limites. "Pau que dá em Chico dá em Francisco",

essa foi a manifestação do Dr. Rodrigo Janot, reiterando uma manifestação republicana, não dando margem a especulações de que existe acordo aqui, acordo ali, acordão, para livrar este ou aquele.

Então, a recondução do Dr. Rodrigo Janot, na Comissão de Constituição e Justiça, por 26 votos a 1, e a larga votação que teve aqui, no plenário, dão a dimensão da confiança que reiteramos na condução de S. Ex^a à frente dessa extraordinária instituição que tem sido de fundamental importância nesta quadra da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem!

Vamos ao próximo item da pauta, um requerimento lido anteriormente.

Item extrapauta:

Requerimento nº 982, de 2015, do Senador Capiberibe, em aditamento ao Requerimento nº 935, de 2015, que criou a Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional, solicitando que a referida Comissão seja composta por 17 membros titulares e 17 membros suplentes.

Votação do requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eram 14 membros. Está-se aumentando o número para 17.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Item 12:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados, tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina), que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.

Conta-se, então, mais uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 934, de 2015**, da Senadora Gleisi Hoffmann, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção no Ministério dos Transportes, para que sejam examinadas as ações relativas ao acompanhamento das negociações entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná e as concessionárias do Programa de Concessões do Paraná.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 251, 653, 657, 658, 711, 719, 757, 763, 766, 767, 770, 784, 806, 809, de 2015**, que solicitam audiência de outras comissões, desarquivamento e tramitação conjunta para matérias que relacionam.

Isso é parte de acordo com os Líderes.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria de Ata registrará os despachos das matérias.

São os seguintes os itens:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2015, de autoria do(a) Senador Walter Pinheiro e outros, que requer, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento das seguintes proposições: Propostas de Emenda à Constituição nºs 83, de 2003; 23, de 2005; 11, de 2009; Projetos de Lei da Câmara nºs 84, 85, 92, de 2008; 31, 99, 169, 297, de 2009 e 138, de 2010; Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; 355, de 2004; 284, de 2005; 54, 57 e 70, de 2006; 625, de 2007; 379, de 2008; 311 e 494, de 2009; e 315, de 2010.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2009, retorna ao exame da CCJ.

O Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2008, retorna ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CMA.

O Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2008, uma vez que já se encontra instruído pela CCJ, retorna ao exame da CI.

O Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2008, retorna ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CAE.

O Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela CMA, retorna ao exame da CCJ, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela CDH e CRE, segue ao exame da CCJ.

O Projeto de Lei da Câmara nº 297, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela CAS, retorna ao exame da CE, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2010, retorna ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2007, retorna ao exame da CMA, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, uma vez que já se encontra instruído pela CAE, retorna ao exame da CI, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela CI, retorna ao exame da CAE, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, uma vez que já se encontra instruído pela CMA, retorna ao exame da CI, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2010, uma vez que já se encontra instruído pela CE, retorna ao exame da CCJ, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 653, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 653, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2012, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a CCT (disciplina publicidade dirigida a crianças e adolescentes).

Uma vez que já se encontram instruídas pela CMA, as matérias retornam ao exame da CE, seguindo posteriormente à CCT, à CCJ e à CDH, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 657, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 657, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, que solicitando a audiência da CAE para o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2014 (reserva 50% das vagas de aprendizagem para jovens em situação de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas).

A matéria vai à CAE e à CE, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 658, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 658, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, solicitando a audiência da CE para o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2014 (reserva 50% das vagas de aprendizagem para jovens em situação de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas).

A matéria vai à CAE e à CE, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2015, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2009, seja ouvida, também, a CAE (piso salarial e adicional de insalubridade para os garis).

A matéria vai à CAE, seguindo, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 719, de 2015 do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2015, seja ouvida, também, a CCT (dispositivos eletrônicos na carteira de identidade).

A matéria vai ao exame da CCT, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 757, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2014, seja ouvida, também, a CCJ (altera o Código de Defesa do Consumidor).

A matéria vai ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CMA, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 763, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 763, de 2015, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2012, seja ouvida a CCJ (alíquota máxima para o ISS nos serviços do turismo rural).

A matéria vai à CCJ, para exame do projeto e das emendas de Plenário, seguindo posteriormente, à CDR e à CAE, para exame das emendas de Plenário.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 766, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 766, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011), seja ouvida, também, a CAE (validade do Exame de Ordem).

A matéria vai ao exame da CE e, posteriormente, à CAE, CMA e CCJ, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 767, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 767, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010), seja ouvida, também a CMA (validade do Exame de Ordem).

A matéria vai ao exame da CE e, posteriormente, à CAE, CMA e CCJ, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 770, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 770, de 2015, da Senadora Maria do Carmo Alves, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015, com o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 74, 183 e 261, de 2012; 235, 449 e 515, de 2013) (alteram a Lei de diretrizes e bases da educação).

O **Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2015**, perde o caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com as demais matérias, que vão à CDH, seguindo posteriormente à CE.

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 784, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2015, do Senador Romário, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, seja ouvida a CE (exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol).

A matéria vai à CE seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 806, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 806, de 2015, do Senador Omar Aziz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, seja ouvida a CDH (exercício da profissão de Gerontólogo).

A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:**REQUERIMENTO Nº 809, DE 2015**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 809, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2014, seja ouvida a CMA (validade de certidões exigidas para a concessão de financiamento imobiliário).

A matéria vai ao exame da CMA, seguindo posteriormente à CAE, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há dois requerimentos relativos à ausência de Senadores.

Requerimento nº 983, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 31 de agosto a 2 de setembro do corrente ano, para integrar a delegação do Senado Federal na 4ª Conferência Mundial de Presidentes do Parlamento, em Nova York, Estados Unidos, e que comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2015.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Requerimento nº 984, de 2015**, do Senador Roberto Rocha, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 30 de setembro do corrente ano, para visita oficial à República Popular da China, e que comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período da missão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos voltar à lista de oradores.

Convido, então, para fazer uso da tribuna a Senadora Rose de Freitas.

Em seguida, Senadora Rose, serei eu. Vou pedir a algum colega...

V. Exª tem a palavra.

Tenho audiência e, logo após V. Exª, vou fazer uso da tribuna. Estou inscrito. Vou pedir que algum colega assuma a Presidência.

Com a palavra, V. Exª, Senadora Rose.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Reguffe.

Com a licença da Senadora Rose, o Senador Reguffe tem a palavra pela ordem.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui registrar minha posição contrária a esse estudo do Governo de voltar com a CPMF no nosso País. Na minha concepção, o Governo não pode descontar no contribuinte brasileiro as suas ineficiências e incompetências.

Temos, neste País, 39 estruturas de Ministérios. O Governo fala em reduzir. Aí fala em reduzir dez Ministérios. Ora, no século passado, o governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, tinha 11 Ministérios. Agora, o Governo quer reduzir de 39 para 29 Ministérios e discute a recriação da CPMF. Se isso for levado a cabo, meu voto, nesta Casa, será contrário.

O argumento, Sr. Presidente, de que isso pode ajudar a fiscalizar a movimentação financeira no País não é procedente. Hoje, já existe o Coaf que faz isso. Se isso fosse procedente, a alíquota deveria ser de 0,00001%, e não a alíquota que está sendo discutida.

Então, meu posicionamento é contrário a isso. Na minha concepção, o Governo precisa cortar seus gastos.

Fiz um requerimento formal de informações aqui, como Senador, e a resposta formal do Governo é a de que ele tem 23.941 cargos comissionados na sua estrutura. O Governo tem de reduzir a sua máquina, tem de reduzir a sua despesa, e não penalizar o contribuinte deste País, criando ou aumentando impostos.

Então, quero registrar aqui meu voto contrário, se isso for levado a cabo, a essa possível recriação da CPMF. Não é isso que vai melhorar o País. Não é justo descontar no contribuinte as ineficiências de um Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, V. Ex^a, Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de tudo, eu gostaria de lhe agradecer. O senhor sempre age com muita gentileza com todos nós. Eu me coloco à disposição, se eu puder ajudar no andamento dos trabalhos.

Quero dizer que assumo esta tribuna com a preocupação que, com certeza, tem tomado conta de todos os Parlamentares, não só nesta Casa – onde estamos vendo a apreensão de todos os representantes do povo brasileiro – e na outra Casa, a Câmara, como também em todas as câmaras municipais, governos estaduais, prefeituras, sindicatos, haja vista os últimos fatos políticos que vivemos no País, diante dos dados da economia que foram demonstrados e que, inclusive, trouxeram às ruas as manifestações, que foram realizadas em todo o País.

Isso tudo – tenho convicção absoluta – vem reafirmar o momento crítico que estamos vivendo, mas também decisivo. É hora de realizar mudanças que permitam, sobretudo – falo também na condição de Presidente da Comissão de Orçamento –, construir uma agenda positiva para o Brasil.

Há poucos momentos, o Senador Reguffe manifestou sua apreensão com a recriação da CPMF. De susto em susto, de situação em situação, estamos ainda precisando e solicitando, pedindo, ultimando que o Governo nos aponte um ajuste completo, com todas as medidas que pretende tomar, haja vista a queda de arrecadação abrupta, que tanto afetou a economia deste País, como também o Orçamento da União.

Essa agenda positiva de que falo, para que seja retomado o crescimento, para que o povo brasileiro possa acreditar que haverá superação da atual crise política e econômica, está posta para todos nós.

Então, precisamos produzir acordos que sejam políticos, acordos com a sociedade produtiva, para que, sem dúvida, esse entendimento, que tem de passar também pelo respeito da população brasileira e também pelo respeito à Constituição... Acho que as pessoas tomaram conhecimento de que, preocupada também com o ordenamento dos trabalhos, eu recorri ao STF com o instrumento do mandado segurança, para que eu pudesse, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, saber a quem, de fato, eu teria de entregar as contas que seriam votadas na Comissão de Orçamento dos ex-Presidentes e da Presidente atual. Isso foi feito em respeito à Constituição, pela responsabilidade que temos de aprovar licitamente as propostas que aqui acontecem.

Precisamos aprovar também propostas que ajudem a viabilizar a retomada do crescimento e, principalmente, propostas que façam o Governo reconhecer os erros que foram produzidos. Tenho a certeza de que, neste momento, estão tentando fazer isso, estão tentando ajustar a economia e construir um novo diálogo com a sociedade, porque este País está em crise, mas precisa sair dela. Nós achamos que há toda essa convergência de diálogo entre Executivo, Legislativo e Judiciário com a sociedade, sobretudo, que não se pode movimentar a cada momento de aguçamento dessa crise. Precisamos, então, construir novas bases, para que possamos produzir esse diálogo tão importante.

Neste mês, houve várias manifestações. Em cinco meses, houve três manifestações profundamente importantes. O povo foi às ruas para dizer o que não quer, o que pensa, o que está exigindo do Governo federal. Houve também a histórica e importante Marcha das Margaridas, que é uma mobilização histórica em defesa das mulheres do campo e do fim da violência contra a mulher. Quando falo isso, tenho certo constrangimento de saber que, com todas as leis que criamos, estamos ainda à mercê dessa violência cultural que assola o País, dessa violência contra as mulheres, contra as domésticas, contra as trabalhadoras.

Quero dizer também que centenas de milhares de pessoas que demonstraram essa insatisfação com o Governo sabem que o País é grande e que o momento é de crise profunda. São vozes, inclusive, que querem se manifestar e que devem ser ouvidas.

Sempre relembro desse argumento, porque fui Constituinte. Sei que, na verdade, eu esperava uma Assembleia Nacional Constituinte. Nós esperávamos uma Constituinte exclusiva, em que qualquer cidadão brasileiro ou cidadã brasileira pudesse se candidatar, entrar no Congresso Nacional, escrever a Carta Magna e, depois, retomar o seu cotidiano. Nós tivemos uma Assembleia Congressual Constituinte, e fiz parte dela.

E procurei criar, naquele momento, ainda quando o Presidente Ulysses presidia esta Casa e a Assembleia Nacional Constituinte, a tribuna Livre. A sociedade orgânica teve oportunidade de dizer, naquela tribuna, a todos os Constituintes, o que esperava que acontecesse com o País.

Essas vozes precisam voltar a ser ouvidas. Diante de tudo isso, o Governo precisa também estar atento às críticas, para não perder o foco da gravidade do momento e do necessário cuidado com as contas públicas e do futuro desse País.

Nós temos, hoje, neste Congresso, por exemplo, sob a nossa responsabilidade e responsabilidade de todos, a votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e o projeto que altera a LDO de 2015. Estabelecemos, Sr. Presidente, o superávit de 8,7 bilhões, ou 0,15% do Produto Interno Bruto.

Esse projeto estabelece ainda um corte adicional de 8,6 bilhões no orçamento de 2015. Esse valor, somado ao contingenciamento já anunciado, resulta numa tesourada de 79,4 bilhões. É um corte que considero, conhecendo esta Casa, conhecendo o meu País e conhecendo as decisões que o Governo toma na área econômica, muito expressivo e que implica sacrifício da nossa população.

À primeira vista, eu queria dizer que o superávit primário pode parecer tão distante do nosso cotidiano que não mereceria estar inserido nesse discurso, mas, na verdade, é um indicador importante da saúde, das contas do Governo e do equilíbrio entre o que o Executivo arrecada e quanto gasta em despesa com educação, saúde e funcionalismo público, por exemplo.

Além do pagamento dos juros da dívida pública, o superávit é um indicador acompanhado de perto pelo mercado financeiro internacional, para saber se o Brasil, se o nosso País mantém em ordem as suas contas públicas, ou seja, se é seguro este País receber qualquer nível de investimento externo.

O Governo diz que enfrenta este ano um desafio, porque várias dificuldades fizeram a arrecadação do Brasil cair abaixo do previsto, muito abaixo do previsto. Agora, a nova meta e o novo corte podem levar o País a realizar um superávit previsto e manter o ajuste fiscal.

O que eu tenho a acrescentar é que nós entendemos que o setor público, que, inclusive, inclui o Governo central, Estados e Municípios, tem de ter um mínimo de superávit primário para garantir a estabilidade da economia. E a nova previsão, realizada há pouco, pode indicar, por um lado, uma avaliação mais realista das receitas da União e a intenção de realizar um resultado fiscal sem futuras manobras fiscais, a exemplo do que temos visto ao longo desses anos todos, mas questionando qual é o espaço que, na verdade, teremos para essas eventuais novas revisões de meta e novos cortes orçamentários. Isso me preocupa sobremaneira, porque me parece que a pouca visibilidade que temos do que estamos praticando, quer seja no Orçamento da União ou em relação à proposta de ajuste, não nos oferece as metas mais realistas para enfrentarmos a crise que vivemos. Até agora, a meta do Ministério da Fazenda era economizar 1,1 do PIB para pagar os juros da dívida. Essa meta, como vimos, caiu para 0,15% do PIB.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, no mesmo momento em que devemos seguir a estabilidade, persegui-la a todo modo, devemos também estar atentos para o outro lado da moeda que temos de encarar – eu digo que uma meta menor reflete também a dificuldade do Governo, essa é uma realidade – e equilibrar as contas públicas, num cenário em que a arrecadação de impostos diminui, mas os gastos continuam elevados.

O ajuste é fundamental. Todos nós falamos isso em todos os debates e reuniões, e temos que ter sempre em mente que, toda vez que falamos isso, estamos oferecendo mais sacrifício à população brasileira.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estamos diante do desemprego, que bateu 8,1% no trimestre, que terminou em maio, e uma inflação que, nos últimos 12 meses, conhecida por todos, Senador, acumula uma alta de 9,56%. Segundo o IPCA, é o maior índice desde 2003, ficando em 11º lugar.

Pois não, Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Rose, quero parabenizar V. Exª e dizer que nós todos temos muita esperança na sua competência e diligência na formulação do nosso orçamento. Apenas um pensamento: V. Exª fala sobre superávit primário, fala sobre a dívida pública. A nossa dívida pública, vamos imaginar que seja de R\$2 trilhões. São os brasileiros muito ricos. Vamos supor que um deles seja o Paim e que o outro seja a senhora. Cada um tem 300 milhões depositados em títulos da dívida pública. Se o Paim resolve vender as fazendas dele no Rio Grande do Sul...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Deus te ouça que um dia eu consiga chegar lá!

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – A senhora, então, tira os seus 300 milhões de títulos públicos e dá para o Paim. Ele pega esse dinheiro e vai, rigorosamente, comprar títulos da dívida pública. Para o Governo, para todos os governos que imprimem moeda, a dívida pública é contábil. Ele tira de um lugar e põe no outro. É claro – e V. Exª diz – que, quanto menor for a dívida pública, melhor a saúde das contas públicas. Mas V. Exª fique tranquila. A dívida pública do Brasil em relação ao PIB é bem baixinha, se compararmos à dos países da Europa – à da própria Alemanha, que hoje governa a União Europeia –, à dos Estados Unidos, à do Japão. Eu já estou esgotando o meu tempo, porque um aparte não pode passar de dois minutos.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, sinta-se à vontade.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – A economia tem muito do psicológico, e este País é tão grande, nossos recursos naturais são tão extraordinários! O nosso povo, trabalhador, na região dos trópicos, trabalha o tempo todo com o suor pingando no rosto, nos olhos, e os micróbios e bactérias comendo os dedos dos nossos pés, as virilhas, o branco dos olhos. O nosso povo é tão grandioso que as crises só servem para nos fortalecer, nos animar e nos fazer ainda mais otimistas. Vamos vencer, como vencemos todas as outras crises, sob a liderança de V. Exª, que já me prometeu um orçamento de R\$5 trilhões.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Isso é uma brincadeira, não é, Senador?

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Esse orçamento é para a gente não ter problema: pagar as nossas contas, manter os funcionários e os fornecedores. Que Deus abençoe a senhora!

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigada por esse aparte.

A última parte do discurso do Senador Crivella não precisa nem ser acrescentada nos *Anais* desta Casa, porque está longe de ser qualquer coisa próxima da realidade com a qual nós estamos convivendo.

Ainda não falamos das consequências dos juros, Senador! Esse aumento dos juros, puxado pela alta da taxa Selic, chegou a 14,25% ao ano e levou este País aos maiores juros em nove anos, desde 2006, aproximadamente.

É dentro desse cenário que nós estamos conversando, e o senhor faz uma análise muito importante. Eu sei da sua preocupação e sei também do seu otimismo. Eu quero acreditar em tudo, mas acredito que todas as soluções só virão se nós produzirmos um acordo sistematizado entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo, acompanhados de todos os outros poderes que podem, eu costumo dizer, colocar o peão no chão e entender o que é que se está passando o Brasil.

Esse cenário precisa de acordos e ajustes econômicos firmes.

Tudo aquilo que vejo à minha frente, que volto a defender, a ajudar, precisa de uma concertação política, que é partidária. Aqui, ninguém vai sobressair ou sobreviver a uma crise dessa natureza sem trabalhar e produzir mudanças efetivas, positivas e de longo prazo. Quero dizer que esse entendimento político-econômico é, mais do que nunca, fundamental, Senador, para não aprofundarmos mais a questão dos gastos públicos. Todo dia, temos uma conta para descontar, de alguma coisa que o Brasil precisaria investir. Nessa conta, sempre temos alguma coisa para colocar em cima do sacrificado povo brasileiro.

Não acho que o Governo possa falar em nada para aprofundar mais os gastos públicos. Corremos o risco, inclusive, de que novas medidas de austeridade tragam, consequentemente, menor atividade econômica e nova queda de arrecadação, Presidente.

Está claro que a instabilidade política agrava a crise econômica, está claro que, além disso, não contribui para avaliação internacional de que o País é um destino seguro para investimentos externos. Ao contrário. Recentemente, o Brasil teve rebaixada sua nota de crédito, pela agência Moody's, e sabemos que permaneceu com grau de investimento bem baixo. Ainda manteve esse alento para que pudéssemos respirar, ainda esse grau de confiança, ou seja, mantivemos, a duras penas, o selo de bom pagador.

Quero destacar que parece que nós nos salvamos, mas essa agência justificou a sua decisão, por entender que a economia nacional teve fraco desempenho. Há perspectiva de gastos elevados do Governo e falta – esta é a parte que nos cabe, sobretudo – consenso político para as reformas fiscais. Então, todos aqueles que, às vezes, com bravatas ou não, estão aqui discutindo a realidade do Brasil não podem se esquecer de que ninguém tem salvo-conduto para nada. Temos que nos unir para ajustar, pedir ao Governo que tome as medidas necessárias, sobretudo cortar na carne. Não há outra saída.

Mais do que nunca, estou na meta da superação dos nossos desafios, estou lutando pelo diálogo, pelo entendimento entre o Congresso e o Executivo, setores produtivos e sociedade. É assim, inclusive, Sr. Presidente, que eu me conduzo na Comissão Mista de Orçamento, que tenho a honra de presidir. Temos várias importantes votações que realizaremos daqui a pouco.

Temos de ter, inclusive, entendimento para analisar cada uma delas com o devido cuidado e, principalmente, com a devida responsabilidade e compromisso da presença parlamentar nas votações.

Só concluindo o meu raciocínio, Sr. Presidente, o momento pelo qual o País atravessa, os sacrifícios impostos à população não permitem que Deputados e Senadores, sobretudo a Comissão Mista de Orçamento, esquivem-se de suas obrigações na principal comissão do Congresso Nacional.

Quero reafirmar isto, pela dificuldade, com insistência permanente aos Srs. Senadores, às Sras Senadoras, aos Srs. Deputados e às Sras Deputadas: estejam permanentemente na discussão do problema maior do Brasil, que é a sua crise e que passa, sobretudo, por dentro da Comissão de Orçamento. Isso vale para tudo: para o orçamento, para as contas presidenciais, por todo o rito que já foi ordenado recentemente, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, que, agora, sem dúvida, colocou o caminho dessa trilha. Temos que trazer ao Congresso Nacional tanto o Orçamento da União quanto todas as contas presidenciais – art. 49, inciso I.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Rose, V. Exª me permite um aparte?

A Sra ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senadora. É uma honra enorme.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero pedir desculpas, desde já, ao Senador Jorge Viana. Eu sei que V. Exª segue aí há um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu tenho uma audiência.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não poderia, Senador Jorge, ao ver a Senadora na tribuna, a nossa Presidente da Comissão Mista de Orçamento, deixar de fazer um aparte, Senadora Rose.

A Sra ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu fico muito honrada, Senadora.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, quero cumprimentá-la.

(Soa a campanha.)

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu sei exatamente a dificuldade que V. Exª deve estar enfrentando, não por dirigir a principal e mais polêmica Comissão do Congresso Nacional, mas por dirigir esta Comissão do Congresso Nacional nesse momento de crise, Senadora. V. Exª acaba de enfrentar algo duro em relação ao Presidente da Câmara, passando por cima das atribuições da Comissão que V. Exª dirige, querendo levar contas diretamente ao plenário da Câmara. V. Exª não titubeou em nenhum minuto e mostrou muita coragem, zelo pela legislação brasileira, quando ingressou no Supremo e obteve, como todos sabíamos, uma grande vitória, que, repito, é uma vitória da democracia. Senadora, eu tenho certeza de que V. Exª tem aqui, no Senado, não só da Bancada das Mulheres, mas do Senado como um todo, de todos os integrantes de todos os partidos, seja da Situação ou da Oposição, não só respeito e total apoio, mas o reconhecimento pelo trabalho que V. Exª está desenvolvendo nesse momento de tão grave crise econômica para o Brasil. Parabéns, Senadora Rose!

(Soa a campanha.)

A Sra ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu quero agradecer o aparte de V. Exª, que engrandece qualquer discurso nesta Casa. Eu acho que sofro uma transfusão de sangue diária da sua energia, da sua credibilidade, do seu trabalho – está sobrando e diz que vai dividir com todo mundo também. Eu agradeço as palavras.

Então, eu só queria concluir dizendo que se cumpra a LDO. E para o Orçamento do ano que vem está valendo, também, que façamos, o Governo e todos nós, um esforço para ampliar esse diálogo, Presidente – V. Exª sabe o quanto eu o admiro pelo seu esforço, sempre presente em todas as reuniões –, que não seja apenas com os integrantes, a fim de que o Congresso Nacional não seja surpreendido. Este é o apelo que fiz ao Ministro Nelson Barbosa, ao Ministro Levy – com quem acabamos de realizar mais uma reunião –, ao Presidente Renan, de que todas as medidas novas, medidas econômicas que não constem das diretrizes orçamentárias sejam discutidas previamente, para que nós possamos trabalhar à luz da razão, da lucidez e da total transparência. Este Congresso precisa dessa transparência.

São esforços que nós estamos envidando a todo momento. E, no dia 31 – quero lembrar, Sr. Presidente –, nós receberemos o Orçamento da União. Nós estamos na fase final da votação da LDO. Daqui a pouco, aqui chegará o Orçamento, a proposta de 2016. E o que eu peço é que ele seja mais lúcido, transparente e verdadeiro. Eu não gostaria jamais de me deparar com uma peça de ficção – acho que o Governo não o fará, e a Comissão não contribuirá com isso.

Portanto, eu quero dizer que essas medidas que eu aqui estou solicitando são muito importantes para diminuir o impacto e a colisão que permanentemente o Poder Executivo tem com o Parlamento.

O tempo é agora, Presidente. Não há mais tempo para depois. Eu não sei por que o tempo da classe política está divorciado do tempo do povo brasileiro. Tanto para projetos quanto para medidas, como para diálogos.

Então, o prazo máximo que o Executivo também tem para enviar sua proposta está posto: é dia 31. Nós contamos – sobretudo com V. Exª – que, nesse cenário de retração econômica, com esse novo aperto financeiro que se avizinha nas contas do próximo ano, haja a preocupação de levar ao Brasil, à população brasileira melhores dias, sem agravar,...

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... sobretudo, o sacrifício já pedido, pelos cortes ainda mais profundos e na redução de benefícios sociais consolidados.

Era o que eu queria registrar e agradecer a todos que estiveram presentes a esta sessão.

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Rose, só me permita também um pequeno aparte. Sei do adiantado da hora, mas eu não poderia deixar de cumprimentar V. Exª por abordar estes temas que são extremamente atuais e relevantes: taxa de juro, taxa Selic, juros altos, déficit público, superávit primário, ajuste fiscal, inflação, desempenho do PIB.

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Isso tudo podemos resumir numa única palavra: crise. Hoje V. Exª está fazendo um pronunciamento perfeito, na minha opinião, mas só por causa de um problema que estamos vivendo. Infelizmente, estamos vivendo uma crise sem precedentes na história do Brasil. E, nesse sentido, V. Exª tem uma grande responsabilidade como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, em que terá que cortar na carne, terá a responsabilidade de fazer os ajustes necessários, para que o Brasil possa ter um Orçamento real que não seja como V. Exª falou, uma peça de ficção, encontrando a luz no fim do túnel, o caminho a ser seguido, para superarmos estes problemas, o mais rapidamente possível, e voltarmos a ver o Brasil crescendo, desenvolvendo-se, gerando oportunidade, gerando emprego, para orgulho de todos nós que representamos os nossos Estados. Então, quero mencionar que V. Exª eleva a discussão nesta Casa Legislativa, e o seu Estado está de parabéns por ter uma Senadora tão atuante.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço as palavras de V. Exª e a sua condescendência. V. Exª abrilhanta muito este Senado e sabe que sou sua admiradora sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Dário, se pudesse assumir a Presidência.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente Jorge Viana, foi apresentado à Mesa um requerimento que, para minha alegria, tem o apoio do Senador Crivella, da Senadora Vanessa, do Senador Paulo Paim, do Senador Dário Berger e de V. Exª, para que, em outubro, façamos – eu, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura – uma sessão especial de homenagem aos 70 anos de existência da FAO – a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, que tem sede em Roma e cujo Diretor-Geral é o brasileiro José Graziano –, este braço das Nações Unidas que é voltado para a agricultura e, agora, focado nas questões sociais de combate à fome no mundo.

Então, se houver condições da votação desse requerimento, já trataremos de fazer os encaminhamentos. Estou informada de que V. Exª, inclusive, terá um encontro em Durban, na África do Sul, para discutir questões da fome, com o Diretor-Geral da FAO, e penso que o Presidente Renan Calheiros terá a alegria também de assinar esse convite para a presença dele nessa sessão especial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu é que tenho a honra e a satisfação de estar presidindo e recebendo esse requerimento, que eu acho muito oportuno. V. Exª me deu a oportunidade de ser o segundo a subscrevê-lo. E eu a parabenizo, Senadora Ana Amélia, pela iniciativa.

São 70 anos da FAO, que é presidida por um brasileiro, que é uma organização que reúne 191 países. E não tenho dúvida de que o Senado, o Brasil precisa fazer essa discussão, trazendo aqui o Presidente da FAO, o Dr. Graziano.


Desde já, assumo o compromisso de pedir à Mesa que prepare um convite informando-o da sessão, para que o brasileiro Graziano possa estar aqui conosco, conforme V. Exª afirmou.

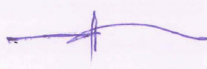
E vou entregar em convite em mão, porque vou participar do Congresso Mundial de Florestas, promovido pela FAO. Vou fazer palestra em Durban, na África do Sul, e lá estarei com ele em uma mesa. Então, vou ter o privilégio, em nome da senhora, em nome do Senado Federal, de fazer o convite e procurar garantir a presença dele e de outros que fazem e fizeram história na FAO aqui no Senado.

REQUERIMENTO Nº 987, DE 2015

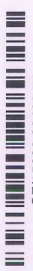
O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em votação o requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia e demais Senadores, que propõe que, no dia 13 de outubro de 2015, se faça uma sessão em homenagem ao dia da criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, que foi criada no dia 16 de outubro.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:


SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

*Aprovado
em 27/08/2015*


REQUERIMENTO Nº 987, DE 2015


SF/15622.32493-72

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia **13 de outubro de 2015**, para comemorar o Dia de Criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que foi criada mundialmente no dia 16 de outubro.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Européia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais.

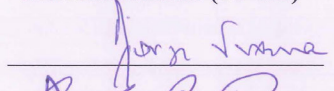
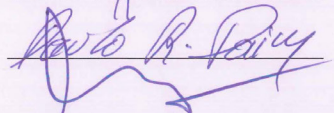
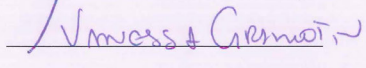
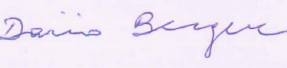
A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda, e que ainda passam fome.

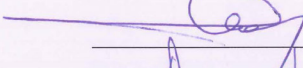
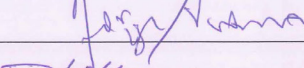
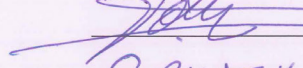
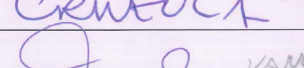
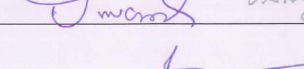

A FAO também é fonte de conhecimento e informação. Ajudamos os países a aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

Página: 1/1 27/08/2015 11:31:05


Sala das Sessões,

Sen **Ana Amélia (PP-RS)**

ANA AMÉLIA
JORGE VIANA
PAULO R. PORTY
MARCELO CRIVELLA
VANESSA GRAZIO TIN
DÁRIO BERGER



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 7 - Brasília - DF
CEP 70165-900 - Brasília - DF - Telefone: (61) 3303-6083

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – De acordo com o Regimento Interno, em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quero cumprimentar também os estudantes de vários Estados que participam do Estágio-Visita na Câmara dos Deputados. Sejam bem-vindos.

Eu passo a palavra ao Senador Dário Berger, para que eu possa fazer uso da tribuna como orador inscrito. E depois o meu querido amigo Paim é o próximo inscrito. *(Pausa.)*

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco/PMDB - SC) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger.

Colegas Senadores, colegas Senadoras, eu volto à tribuna para tratar de um tema muito caro para o povo do Acre, mas caro no sentido da palavra, no que ela traz. Refiro-me ao absurdo, ao abusivo preço das passagens aéreas para ir ao Acre ou para sair do Acre.

Hoje – e não posso começar de maneira diferente –, participei de uma audiência pública promovida na Câmara dos Deputados por um Deputado, um novo Parlamentar acreano: Alan Rick. Ele e o Deputado Celso Russomanno, que tem um compromisso em defesa do consumidor, promoveram uma audiência pública, da qual participei. Estava lá o Senador Petecão, o Deputado Federal Angelim e vários Deputados. Um dos temas centrais desta audiência era debater o custo das passagens aéreas para o Acre. Como os *Anais do Senado* registram, como a imprensa do Acre divulgou, eu lido com este tema desde que assumi este mandato.

Aqui em minhas mãos estão os requerimentos, os pedidos de audiência, os pedidos de informação, uma pilha de documentos com o mesmo propósito: tentar defender os interesses do povo do meu Estado, tentar combater o absurdo, a afronta que se faz com o manuseio, com o desrespeito no custo das passagens aéreas no Acre, com o absoluto silêncio da Anac, que deveria cuidar disso, da Infraero e também da Secretaria da Aviação Civil.

Eu vou sair daqui para uma audiência com o Ministro-Chefe da Aviação Civil, Ministro Padilha. Vou levar tudo isso para ele. No dia 1º de setembro, vamos ter uma audiência proposta por mim, mais uma, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, do Senado.

E o absurdo começa, Sr. Presidente, por um jogo de empurra-empurra. Senador Paim – V. Ex^a que defende o cidadão brasileiro como poucos, que defende, como poucos nesta Casa, os que sofrem alguma injustiça e preside uma Comissão importante. É um jogo de empurra-empurra. A Câmara não pode convocar; pode convidar. E, se é feito um convite para os presidentes das companhias aéreas, eles o mandam o presidente da Associação das Companhias Aéreas, que lá pinta um quadro maravilhoso, um quadro fenomenal, de que o preço da passagem no Brasil está diminuindo, que a oferta de voos está melhorando. Mas essa afirmação não se sustenta com a primeira cópia de bilhete de passagem que se apresenta. Depois, nós ouvimos um representante da Anac, e tínhamos lá o procurador, um membro do Ministério Público Federal do Acre, a quem eu queria parabenizar, o Dr. Gustavo Mantovani. Ele muito bem cumpriu um papel como membro do Ministério Público, que tem a prerrogativa de defender os interesses da sociedade; ele foi um expositor. Vi um jovem membro do Ministério Público fazendo, como muito outros, a luta para que se moralizem serviços de primeira necessidade neste País. Porque o serviço de transporte aéreo, o uso de avião para a nossa região não é luxo, é um serviço de primeira necessidade para o nosso povo. É fundamental que a gente tenha um ajuste nessa história.

E hoje o Deputado Federal do meu Estado Alan Rick me orgulhou muito.

Nós já tínhamos conversado sobre isso. Outro dia, o avião não pôde chegar a Rio Branco, foi para Porto Velho, e falávamos do transtorno que nós todos vivemos.

Nós aqui viajamos com dinheiro público. Nós mudamos – eu, como Vice-Presidente – as regras, por conta da situação que enfrentamos, para tentar gastar menos dinheiro público com aquisição de passagem. Antes de eu ser Vice-Presidente do Senado, de eu ter a ajuda da Mesa Diretora – foi até o Dr. Bandeira que me ajudou – e a decisão do Presidente para que eu fizesse a modificação, o Senador comprava a passagem na véspera de ir, na semana em que viajava, pelo preço mais caro – porque a gente compra e depois é reembolsado. Quem é que vai comprar três meses antes? E a regra era: só pode ser reembolsado depois que voar. Todos os Senadores e Deputados compravam passagens muito próximo de voar, para não ficarem com a conta do cartão de crédito no vermelho. O Senador Jarbas, na época, falava: “Olha, eu estou com R\$30 mil do meu cartão no vermelho por conta de passagens!”

Nós mudamos a regra para gastar menos dinheiro público, e eu fui o autor da proposta. Agora, podemos comprar a passagem, fazer a viagem e pedir o reembolso. Ou então, compra-se a passagem, mesmo que não voe, pede-se o reembolso e, depois, prova-se que voou. Com isso, eu estou comprando passagens com três, quatro meses de antecedência para tentar gastar menos, mas, mesmo assim, é sempre em torno de R\$1 mil uma ida ao Acre.

Hoje, está em torno de R\$1,7 mil uma ida para o Acre! E o absurdo é que as companhias aéreas vão querer pôr culpa no ICMS, culpa no preço do combustível... Mas vamos pegar o combustível. O petróleo... Um barril de petróleo estava custando US\$120,00; agora está US\$45,00. O preço do combustível de avião é regulado no mercado internacional. Os Estados cobram caro? Cobram, mas não é esse o problema. Alan Rick foi brilhante.

Eu vi hoje uma apresentação da Anac que colocou alguns dados que aproveito para falar aqui. Em 2005, todas as companhias aéreas do Brasil transportavam 50 milhões de passageiros por ano (2005). Agora, em 2014, no ano passado, foram 117 milhões de passageiros transportados, ou seja, virou um negócio muito maior, dobrou de tamanho. Aí há mais um detalhe: na relação brasileiro usando transporte aéreo, nós tínhamos, para cada 100 brasileiros, 27 andavam de avião em 2005 – isso graças também ao crescimento econômico do governo do Presidente Lula, à inclusão social... Então, agora, sabe quantos são? A cada 100 brasileiros, 58 andam de avião. Então, em 2005 eram, para cada 100 brasileiros, apenas 27 andavam de avião; agora, para cada 100 brasileiros, 58 andam de avião.

Agora, mais um detalhe... Vou já ouvir, com muita satisfação, Senador, o aparte de V. Ex^a.

Mas vejam mais um detalhe: há um estudo que mostrava, no transporte interestadual de passageiro, ônibus *versus* avião. Em 2005, 35% andavam de avião e 65% andavam de ônibus: os mais pobres andando de ônibus. Agora, em 2014, são 63% da população andando de avião, e apenas 37% andando de ônibus. Isso foi resultado da política de governo do Presidente Lula. Um governo que acertou e fez a inclusão social, que deu oportunidade aos brasileiros de serem mais iguais. Agora, há um outro detalhe: a ocupação nos aviões. Em 2005, a ocupação nos aviões era, em média, de 69%; agora são 80%.

De posse disso, mais gente viajando, petróleo caindo, um negócio maior na aviação, e o que nós temos como resultado? O aumento das passagens... E aqui nós conseguimos com a Anac, hoje, graças a essa audiência, começar a abrir algumas caixas misteriosas, com algumas informações. Pegamos aqui informações que demonstram...

Estava lá o Deputado Angelim. É verdade: em muitos Estados do Brasil, em muitas regiões, a passagem hoje está com preço menor do que em 2014 e 2013, à exceção do Acre. Está aumentando sistematicamente. O Acre não participa de nenhuma promoção – nenhuma!

Eu não tenho dúvida. Nós estamos com o Ministério Público. Vamos ter que denunciar um acordo entre a TAM e a GOL. Elas combinam o preço de passagem para que fique nesse preço abusivo, que impede o ir e vir das pessoas – impede! É um abuso o que eles cobram. Você vai para o exterior com 10 mil milhas. Com 15, 14 mil milhas você vai para algum país da América do Sul, mas de Brasília para o Acre, em muitas situações, são 35 mil milhas – outra exploração que se faz.

Falei e divulguei nas redes sociais que uma passagem ida e volta para o Japão – peguei com minha assessoria –, o lugar mais longe do Brasil, custa R\$1.350, e uma passagem de ida para o Acre, R\$1.500. Quer dizer, para qualquer lado que se olhe há uma exploração absurda.

Agora, eu queria dizer ao Presidente da Anac: na hora em que essas agências têm os seus indicados, eles vêm para cá, ficam aqui atrás de tomar um cafezinho com Senador, ficam pirangando uma audiência com Senador, com Senadora, pedindo apoio e, depois que passam na comissão e no plenário, dão as costas para o Senado.

Os bacanas da Anac estão querendo mandar um representante para a audiência que vamos fazer na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sabe quando vamos aceitar um representante naquela Comissão, Senador Blairo? Nunca. Vou transformar em convocação, e o Sr. Presidente da Anac vai ter que sentar na cadeirinha para ouvir desaforo dos Senadores, para ver que ele não está cumprindo com a obrigação básica e elementar, que é de cuidar do contribuinte. Estou afirmando: ele mude sua agenda e venha para o Senado, porque isso é uma prerrogativa nossa. A Câmara não tem, mas nós temos. Nós podemos convocar.

Daqui a pouco vou estar com o Ministro Padilha, que também está convidado e está pedindo por tudo, porque está em São Paulo. Podemos até mudar o horário da audiência, mas que as companhias aéreas saibam: nós não estamos de brincadeira. Nós vamos nos associar ao Ministério Público, nós vamos entrar com ação civil pública, se for necessário, pedir ajuda, porque está provado que há um esquema montado entre essas companhias.

Eles dizem que apenas 4% das passagens aéreas do Brasil, 4%, é que têm valor acima de mil reais. Então, esses 4% estão todos concentrados no Norte, no Centro-Oeste e no Nordeste brasileiro. É um absurdo. É um disfarce.

Hoje eu fiquei chocado. O Celso Russomanno, que tem uma vida dedicada à defesa do consumidor, fez uma exposição brilhante, como fez o Alan Rick – fiquei muito orgulhoso de ver –, e estamos desmascarando esse esquema montado, em que um dos melhores mercados da viação aérea no mundo é o Brasil, onde o crescimento de passageiros, de usuários aumentou mais significativamente no mundo foi também aqui no Brasil, e nós temos um serviço de péssima qualidade. É de madrugada o voo, às vezes, o avião não fica no *finger*, num frio, o povo sai de um calor lá, do Acre, chegam aqui as famílias, os doentes, todos nós, e vamos, 5 horas da manhã, 6 horas da manhã, para um ônibus, pegando uma temperatura de 11 graus, sem nenhuma proteção. Isso é um desrespeito.

Eu ouço o Senador José Medeiros, porque eu quero concluir, porque já falei, é um aviso que eu estou dando às companhias aéreas: não brinquem, venham como convidados, senão virão aqui como convocados, e aí, quem vai escolher a hora, o local em que senta seremos nós.

Eu serei o primeiro a mudar de convite, Sr. Presidente da Anac, não brinque com Senado Federal. Uma das atribuições do Senado é fazer a fiscalização, é defender o interesse do cidadão. Eu tenho certeza de que vai ser unânime essa minha proposta de convocação, porque eu conheço o Senador Blairo, conheço meus colegas que estão lá, conheço o Senador Otto Alencar que preside aquela Comissão. A gente é educado, a gente é cortês, a gente convida, mas o que fizeram hoje, lá, foi um desrespeito com os Deputados, e querem fazer o mesmo aqui. Estão enganados.

Eu ouço o Senador José Medeiros, com muita satisfação

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, a importância do seu depoimento não é só para o Estado do Acre, é importante para o Brasil, principalmente porque levanta questões importantes, porque diz sobre tantas outras áreas no Brasil que, às vezes, não funcionam não é por vontade do Governo, não é por vontade das pessoas que estão no sistema, é por falta da fiscalização. E quando V. Ex^a levanta o papel das agências, faz-nos refletir sobre todas as outras agências, porque, como V. Ex^a disse, quando é para ser sabatinado aqui, temos toda boa vontade, damos todo apoio. Mas é preciso que vá lá e faça o serviço que tem de ser feito, porque, como foi muito bem explanado, e não vou repetir aqui, temos locais no País que são altamente rentáveis, cito aqui o eixo Rio-São Paulo, a ponte aérea, e temos também locais não tão lucrativos, mas que têm demanda também, como é o caso de Mato Grosso, do Acre, de tantos lugares no Brasil. Um país deste tamanho tem que ter nas suas prioridades o desenvolvimento regional. Aliás, faz parte da Constituição, no seu art. 3º, reduzir as desigualdades regionais. Como desenvolver as regiões, se para ir ao Acre tem que se pagar uma passagem mais cara do que para ir ao Japão? Fiquei abismado ao ouvir V. Ex^a citar isso aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Os números, Senador José Medeiros, são absurdos. Veja, o Deputado Alan Rick fez um estudo interessante, que vou apresentar na Comissão na segunda-feira. Ele fez um apanhado pegando distâncias, porque eles sempre usam um argumento. Então, a distância de Brasília para Rio Branco é de 2.240km, a distância de Brasília para Natal é de 1.700km e para Recife, 1.650km. E ele fez uma conta simples: contou passagens para esses lugares pela quilometragem, para chegar ao valor do quilômetro voado, que é o que envolve custo. Pegou uma passagem, no dia 27 de agosto, da Gol, para Rio Branco, de ida, R\$1.763; na TAM, R\$1.765; na Azul – a Azul não tem voo daqui para Rio Branco, então, se você pegar um avião da Azul, vai demorar um dia e meio para chegar a Rio Branco, dando volta em tudo o que é Estado do Brasil –, está R\$1 mil. No dia 3 de setembro, ou seja, comprando antecipado, está R\$1.569 a passagem de ida para Rio Branco na Gol; R\$1.283 na TAM e R\$1.958 na Azul, aí já ficou mais caro. Ele fez o mesmo apanhado daqui para Recife. Em vez dos R\$1.700, daqui para Natal é um pouco mais do que R\$700.

Concluindo, o resultado a que se chega é que a diferença do quilômetro voado é uma barbaridade! Há um valor do quilômetro indo de Brasília para Rio Branco de R\$0,80, o valor por passagem; para Recife, de R\$0,43; para Natal, R\$0,43.

Qual é a explicação para se cobrar o dobro pelo quilômetro voado para grandes distâncias? Há uma ação perversa contra alguns Estados da Amazônia. Roraima é a mesma situação nossa, o Amapá não é diferente, o Estado do Amazonas também não é diferente.

Eu encerrei, mas só ouço os três colegas.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já encerrei minha fala, porque quero apresentar tudo isso lá na Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, porque essa é uma das prerrogativas.

E aviso a esse pessoal das agências: quem põe tira.

Quem põe, quem indica é o Governo, mas quem aprova, quem sabatina é o Senado.

Nós temos de fazer isto pelo menos uma vez: tirar um desses indicados dessas agências; trazer de volta, por não estarem cumprindo seu papel, para eles comecem a respeitar um pouco mais o Senado Federal, da República Federativa do Brasil.

Ouçó, então, os colegas, mas já encerrei a minha fala. É muito importante ouvi-los.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só concluindo, Senador Jorge Viana, em outros países... Vou citar o caso das passagens: se é preciso comprar uma passagem de última hora, aqui o assento vai vazio, mas eles não vendem a um preço menor. Fiquei sabendo que em alguns países...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para alterar, são R\$800 agora. Você compra uma passagem por R\$1,5 mil; se quer alterar o dia, eles cobram mais R\$800.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exato. Em alguns outros países, as passagens até vão, para pegar a xepa das passagens no aeroporto. Aqui é tudo ao contrário. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa. Senador Blairo, desculpe-me, depois...

Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vou ser muito rápida, Senador. É apenas para cumprimentar V. Exª e dar aqui um testemunho. Nesta última semana, andei muito na minha cidade de Manaus e fui abordada, Senador Jorge Viana, por várias pessoas, que foram me perguntar como está a nossa luta para baixar o preço das passagens, porque têm visto V. Exª, principalmente. Elas estão citando V. Exª: “Tenho ouvido o Senador Jorge falar muito sobre o preço da passagem.” Aí digo: essa é uma luta que o Senador Jorge puxa, em que nós estamos juntos. V. Exª tem inteira razão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... o Brasil deveria reconhecer os acrianos, pagar para aqueles que vivem lá nos interiores; deveria reconhecer os amazonenses, aqueles que vivem lá na floresta, num lugar em que pouca gente gostaria de morar. Mas, não, somos penalizados.

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Jorge Viana, V. Exª presta um belo serviço não só ao seu Estado do Acre, mas a toda a nossa Região. E digo a V. Exª, aqui, no plenário, o que já disse na Comissão: essa luta que V. Exª coordena é uma luta de todos nós. E estamos satisfeitos em ser coordenados por V. Exª, que tem sido muito hábil na forma de levar. Tenho certeza de que é uma atitude como essa que vai levar a justiça social à nossa gente. Parabéns.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Eu só quero que seja um preço justo, nada mais.

Senador Blairo.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge, eu quero cumprimentar V. Exª pelo posicionamento na tribuna nesta tarde. Sei dessa luta de V. Exª, não é de hoje. É dos tempos em que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Três anos como Governador!

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – ... nós éramos Governadores, colegas inclusive, quando nós solicitávamos ao governo sempre uma atenção especial para a aviação regional. Sabemos das dificuldades que há para ir ao Acre ou outros lugares mais distantes. Mas o fato é que V. Exª traz números que são incontestáveis, por quilômetro rodado ou quilômetro voado. A verdade é que, para ser breve aqui, eu moro em Mato Grosso, vou sempre a Mato Grosso, temos oito opções de voos diários para lá – ida e volta –, ou seja, temos uma posição melhor que a do Acre. Mas, mesmo assim, eu, além da secretária, para quem peço que cuide das passagens, fico entrando nos sites de busca de passagem para ver qual é a mais barata. E a discrepância de preços é incrível! Há dias em que você consegue embarcar por R\$170, R\$320 de Cuiabá até aqui. Mas, também, há momentos em que são R\$1.000. Se você entrar no site, há de R\$1.200, de R\$1.300...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O problema nosso é que, toda vez para nós, são R\$1.500, R\$1.300. *(Risos.)*

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso eu digo, nós ainda temos uma opção...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nunca há uma promoção para o Acre.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – É. Nós temos ainda uma opção de escolher porque há oito voos diários.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E esse monopólio nós queremos quebrar; nós temos que quebrar o monopólio...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... de TAM e GOL porque, no fundo, é um cartel – TAM e GOL –; tem que colocar as outras companhias também voando para o Acre.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a. Sei da revolta. E conte comigo lá na Comissão para...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em vez de convite,...

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – ... mudar, em vez de convite,...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... convocar.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – ... convocação. E, se tiver que fazer alguém retornar para casa, se tivermos a possibilidade, poderemos fazer também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer o seguinte comentário. Esses dias minha filha ficou doente, e eu tive que comprar uma passagem de emergência para São Paulo. Caí de costas! Porque, para São Paulo, nós sabemos que são R\$150, R\$200, Brasília-São Paulo. Tive que pagar R\$1.280 pela passagem Brasília-São Paulo, porque foi na última hora! Então, além dessa questão que V. Ex^a constata aí com essas tabelas, nós temos que exigir um tratamento diferenciado com relação às passagens de última hora, não podemos admitir essa cobrança de preço dobrado, essa cobrança absurda que eles fazem da passagem de última hora. Preferem...

(Soa a campainha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... que o voo vá vazio a praticar uma passagem mais em conta. Não é isso, Senador? Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Eu lhe agradeço e peço desculpas aos colegas pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu também quero cumprimentar o Senador Jorge Viana por abordar novamente esse tema. E quero, também, mencionar que Santa Catarina se associa também a essa luta que eu acho que é uma luta de todos os Estados, Senador Jorge Viana. Na verdade nós precisamos de mais transparência nisso. Talvez...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Só isso! As companhias têm que lucrar, o serviço tem que ser bom, só não pode haver abuso!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Talvez, até...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC.) – A Anac é para isso, e não está agindo!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Talvez, até, nós precisemos fazer uma análise da planilha de custos dessas passagens.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o Código de Defesa do Consumidor está sendo desrespeitado. O cidadão está sendo desrespeitado. Está havendo uma exploração e não dá para aceitar uma injustiça desse tamanho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então V. Ex^a como nosso Vice-Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... está de parabéns mais uma vez por levantar esse tema, que não é só do Acre, mas de todo o Brasil.

Obrigado a V. Ex^a.

Inscritos encontram-se vários dos Srs. Senadores. O primeiro da lista agora é o eminente Senador Paulo Paim, a quem, com muita alegria, concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria aproveitar esta oportunidade para, nesta quinta-feira à tarde, fazer alguns registros.

O primeiro, Sr. Presidente, lembrar a todos que amanhã pela manhã, a partir das 9h30, nós teremos aqui uma sessão de homenagem aos 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que vai contar com a presença do Presidente da entidade, João Domingos, do Presidente da Nova Central, José Calisto Ramos, e também dos presidentes de outras centrais sindicais.

Também, Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para lembrar à Casa que, na próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã, vamos lançar na Comissão de Direitos Humanos a campanha He for She, que traduzida ao português quer dizer Eles por Elas.

É uma campanha que está sendo lançada em todo o mundo com o objetivo de buscar boas práticas e implementar um grande movimento para que homens apoiem o respeito à igualdade e o direito entre homens e mulheres.

Esta Casa, por exemplo, não vota o projeto de que fui Relator, que está pronto para ser votado, que diz simplesmente:

É assegurado o mesmo direito, na mesma atividade, na mesma função, no mesmo meio de produção, de comércio, ou banco, ou linha de produção, de mulheres e homens. Infelizmente, o projeto não é meu; eu só fui o Relator. Falamos tanto em direitos iguais, mas não se permite que o projeto seja aprovado.

O eixo dessa campanha mundial, Sr. Presidente, é buscar 1 bilhão de assinaturas, via redes sociais, de apoio à luta permanente, que é um dever de todos nós, principalmente dos homens, de combater a violência contra as mulheres.

A campanha convida representantes de instituições, governamentais ou não, universitários, movimentos sociais, estudantes, sindicalistas, empresários, enfim, é um movimento que acontece em todo o Planeta, e aqui nós lançaremos na Comissão de Direitos Humanos. Sabemos que a diversidade gera equilíbrio, e todos ganham com isso.

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos do Senado adere a essa campanha mundial, Eles por elas, em apoio a todos os homens que acreditam num mundo melhor para todos.

Com certeza, o sujeito das lutas feministas segue sendo “elas”, mas a nós, homens, cabe construir um mundo onde o respeito, a não discriminação e a dignidade da vida das mulheres têm de ser assegurados e combatido todo tipo de violência.

Sr. Presidente, queremos, sim, que as mulheres tenham, cada vez mais, seu espaço na vida social, na vida política e – por que não dizer? – nas posições de mando dos países. Já foi comprovado que elas podem ser grandes executivas de empresas da área privada. E não é só nos concurso públicos que elas estão se destacando, basta ver as jovens no Ministério Público, as jovens juízas, as jovens promotoras, e também na área privada.

Enfim, que este Parlamento seja a ponte para esse avanço; que o escritório da ONU Mulheres e todas as nossas Senadoras contem, com certeza, com o nosso apoio. E já está confirmada a presença, nesse lançamento, de inúmeras Senadoras, de representantes da Secretaria Nacional das Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos e das centrais sindicais.

Sr. Presidente, faço outro registro que também considero importante. Consegui aprovar, nos últimos dias na Casa, alguns projetos que me deram alegria, porque são projetos de grandes causas que eu sempre defendi ao longo da minha vida.

Um deles – por que não destacar aqui? – é a transparência absoluta, que já há aqui Senado, quanto a qualquer cidadão contratado pelo chamado cargo de livre escolha de uma estatal, de um ministério, para as chamadas nomeações que são exclusivas desses departamentos, hierarquias. Enfim, que essas nomeações sejam divulgadas, de forma transparente, em todo o País.

Por exemplo: quem são os vice-presidentes da Caixa Econômica Federal? São todos indicados. Quem são os conselheiros de grandes estatais, como a Itaipu? Todos indicados, e eu não estou questionando a indicação, só quero que haja transparência absoluta em todas as indicações dos chamados cargos de confiança, como é já no Congresso. Os nossos funcionários estão ali no Portal da Transparência com nome, CPF e quanto recebem.

Este projeto teve a Relatoria do Senador Alvaro Dias e foi aprovado por unanimidade. Quem ocupa os cargos de confiança na Petrobras? Quem ocupa no Banco do Brasil? Quem ocupa nas grandes companhias estatais ou pré-estatais? Qual é o problema de se saber quem são os ocupantes? Há quem diga que há gente que está em dois, três. Bom, se estiver, vai ter que aparecer. Tomara que não, não estou aqui acusando ninguém. Só transparência, mais nada; não estou fazendo nenhum pré-julgamento.

Hoje, Sr. Presidente – já falei deste projeto que eu comentei aqui outro dia –, quero falar de um outro projeto, eu que normalmente sou olhado como aquele que só defende do lado dos trabalhadores. Defendo, sim, o lado dos trabalhadores –, e V. Ex^a também sabe, porque acompanha, Senador Dário, o meu trabalho nas comissões –, mas também defendo o lado dos empreendedores, dos empregadores. Eles são fundamentais,

senão não há emprego para a nossa gente. E nós estamos sempre falando de uma questão tão importante, que é o emprego.

Então, registro, aqui, Sr. Presidente, que recebi manifesto do sindicato nacional das micros e pequenas empresas, chamados também de representantes comerciais.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, recentemente, Projeto de Lei nº 5, de minha autoria, que beneficia os representantes comerciais. O Senador Romero Jucá foi Relator; o Senador Wellington Fagundes foi Relator *ad hoc*. Parabéns também ao Presidente da CAE, Senador Delcídio do Amaral. O projeto agora está pronto para ser votado, já que teve poder terminativo. Se houver recurso, vem para o plenário; senão, vai para a Câmara dos Deputados.

A proposta modifica o enquadramento dos representantes comerciais no Simples Nacional, de forma a incluir a atividade desses profissionais em uma tabela de tributação com as alíquotas menores. Os representantes comerciais alegam que, pelas regras atuais, se aderissem somente ao Simples, estariam sujeitos a uma tributação que vai variar de 17% a 22,4%, maior que os 13% que recolhem pelo regime de tributação do Lucro Presumido.

A categoria se diz alijada dos benefícios do Regime de Tributação Simplificada, que agrega o recolhimento do PIS/Pasep/Cofins e ISS, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Sr. Presidente, considero justo o enquadramento pleiteado pelos representantes comerciais e, por isso, apresentei o projeto que estende a essa categoria as mesmas regras de tributação válidas para contadores, agentes de viagem, fisioterapeutas e corretores de seguro. Queremos facilitar a vida de quem produz em nosso País, na busca do desenvolvimento sustentável, tese que sempre defendi. Afirmo ser medida de justiça essencial para que a inclusão da categoria no Simples Nacional não configure aquilo que considero uma vitória só de Pirro.

Peço apoio de todos os Deputados quando essa matéria chegar àquela Casa.

Sr. Presidente, quero, ainda, por fim, fazer um registro de uma matéria e de um projeto que está em debate aqui no Congresso. Quem me remeteu essas preocupações foi o Sindicato Nacional dos Aeronautas, associações do setor, como a Abrapac, Asagol e ATT, sobre a possibilidade da abertura de 100% do capital das empresas aéreas.

Eles vêm a público comentar esse tema.

Eles querem uma discussão maior, para verem o que vamos assegurar, para, de fato, facilitar o debate, que aqui foi feito com muita precisão pelo Senador Jorge Viana, em torno do transporte aéreo.

Essa posição de mudança, segundo eles, pode acarretar, em médio prazo, a extinção das empresas aéreas nacionais, a diminuição considerável dos postos de emprego para brasileiros e a submissão do País aos interesses somente das empresas estrangeiras.

Mais do que defender as empresas aéreas, a questão é preservar um mercado estratégico também para as empresas brasileiras – dizem eles –, especialmente, que pode alavancar a economia interna, levando-se em consideração as dimensões territoriais nacionais, já que nosso País é considerado praticamente um continente.

Segundo eles ainda, esse mercado, sem um debate mais aprofundado, ficaria à mercê da concorrência predatória criada pela força do capital estrangeiro. Cedo ou tarde, as empresas brasileiras quebrariam ou seriam adquiridas pelas estrangeiras, fomentando o monopólio do setor.

Eles lembram, por exemplo, o caso da Varig. A Varig quebrou, a Transbrasil quebrou, a Vasp quebrou, e todo mundo sabe que a TAM, por exemplo, tem a sua base principal no Chile.

Eles querem que haja mais um debate, que haja uma audiência pública.

Não sou contra, ninguém é contra aqui o investimento que vem de fora para o fortalecimento do nosso País e para o fortalecimento do transporte aéreo e que venha a gerar emprego.

Eles falam que uma abertura de 100% iria na contramão do que é praticado em nível internacional na aviação mundial. Eles lembram aqui que o limite para o investimento internacional é de 25% no país mais capitalista do mundo, nos Estados Unidos. Repito, o limite para o investimento internacional é de 25% nos Estados Unidos. No México, é a mesma coisa. Na Europa, o limite é de 49%. Olhem bem! Estou falando da Europa, não estou falando aqui dos países latino-americanos. O limite é de 49% na Europa! Por que no Brasil tem de ser de 100%? Aí eles falam no monopólio.

A experiência da maioria dos países que adotaram a abertura total foi desastrosa. Aqui eles dão números. Não podemos aceitar para o Brasil aquilo que já deu errado em muitos outros países onde empresas dominadas pelo capital estrangeiro demonstraram total falta de compromisso em ocupar rotas pouco rentáveis ou em adotar estratégias que cumpram funções sociais contrariando políticas dos governos.

Sr. Presidente, isso é refletido imediatamente no mercado de trabalho e prejudica a população na oferta de voos, como ocorreu na Argentina, onde a companhia Aerolíneas Argentina, que teve 85% – não chegou

a 100%; aqui, a proposta é de 100% – de seu capital adquirido pela Ibéria, quase faliu e sofreu diminuição de rotas e sucateamento da aeronaves.

Senador Jorge Viana, que fez aqui um belo pronunciamento, se isso acontecer, prepare-se, que o valor da passagem para o Acre vai aumentar ainda mais, com esse monopólio absoluto!

As entidades representativas dos aeronautas alertam, em nome dos trabalhadores e das empresas nacionais, e convocam a sociedade para se posicionar nessa questão e fazer um bom debate. A categoria, por sua vez, está pronta para esse debate, buscando o fortalecimento do emprego e das empresas nacionais e um transporte aéreo de qualidade.

Assinam o documento o Sindicato Nacional de Aeronautas, a Abrapac, a Asagol e a ATT.

Por fim, Sr. Presidente, eu, que muitas vezes reclamo, quero cumprimentar o Executivo. Vim à tribuna por três semanas seguidas, dizendo que seria lamentável que a informação que nos chegou se concretizasse. O dinheirinho do aposentado do Regime Geral da Previdência já é deste tamanho, e a informação era a de que seria dividido em três parcelas o seu décimo terceiro salário. Vim à tribuna e cobrei. Vim à tribuna, falei. Mandeí documento para o Executivo. Felizmente, nesta semana, o Executivo informou que vai pagar como sempre pagou e que o décimo terceiro salário dos aposentados e dos pensionistas não será parcelado em duas ou três vezes. Eu, que reclamo, tenho de dizer nesta hora: parabéns pelo bom senso!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – É mais uma vitória de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não! É uma vitória de nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – E é uma vitória, sobretudo, dos aposentados do País!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma vitória dos aposentados!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eles têm em V. Ex^a a maior voz no Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que nós todos aqui temos tido essa postura. Sabemos que o País atravessa uma crise muito, muito difícil, mas que não devemos apertar ainda mais a vida daqueles mais pobres, que são os que mais precisam. Estamos falando dos celetistas, principalmente. É claro que os servidores públicos também estão numa situação complicada, pois faz muito tempo que não recebem nenhum tipo de reajuste. Mas, nesse caso, quem iria perder seriam os trabalhadores do Regime Geral da Previdência.

Nos últimos dois minutos, Sr. Presidente, quero só registrar...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É claro! V. Ex^a sempre...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É que eu e V. Ex^a já tínhamos falado algumas vezes e conversado sobre a possibilidade de não haver, neste ano, a antecipação de parte do décimo terceiro salário aos aposentados. Sei que V. Ex^a se dedicou muito a esse tema. Quero dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me dar o testemunho de que V. Ex^a também, por diversas vezes, veio à tribuna e falou com este Senador sobre as suas preocupações quanto a esse tema.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a minha preocupação não era muito forte, porque eu tinha a certeza disso. O Ministro Gabas sempre nos acalentava e nos acalmava, dizendo que esse fato não iria acontecer. Ele, como Ministro da Previdência, e a própria Presidente Dilma sabem o quanto é importante para os aposentados terem a possibilidade, como agora terão, de receber essa antecipação. Então, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a, Senador Paim. Vi como V. Ex^a é respeitado, não só no Rio Grande do Sul. No meu Estado do Amazonas, V. Ex^a é uma pessoa muito querida de todos os trabalhadores de todas as categorias. Então, parabéns pela vigilância e pelo trabalho desenvolvido em prol dos trabalhadores e dos aposentados, Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Sou testemunho vivo dos movimentos que V. Ex^a fez. Inclusive, convidou-me para interagir junto ao Presidente Renan. E o fizemos, para que ele também ligasse para o Executivo, de forma que não houvesse esse parcelamento.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ouço o Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pela lembrança da necessidade de uma transparência maior nas empresas públicas brasileiras e nas sociedades de economia mista. Eu, que já fui empregado público da Eletronorte por três anos e meio e, depois, de uma companhia energética de

Brasília por 26 anos, quero ser testemunha de que não é possível que essas empresas não possam fazer suas transparências, porque há conselho de administração, há sócios. Então, tem de se colocar tudo no portal, temos de conhecer essa questão. Inclusive, assinei um projeto, apresentei um projeto nesta Casa, solicitando...

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...que os empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista retornassem para suas empresas para trabalhar, em vez de ficarem acumulando, nos Ministérios do Brasil, alguns cargos que deveriam ser destinados às carreiras públicas constituídas nos nossos Ministérios. Eles acumulam salários, muitas vezes, muito grandes, três ou quatro vezes maiores do que o teto constitucional. Isso acontece com alguns que são requisitados e que estão fazendo um trabalho que não é aquele trabalho político, do nomeado, que poderia ser um secretário ou alguma coisa assim. São cargos de direção, cargos que, normalmente, um analista de infraestrutura, um EPPGG, que é um especialista em gestão pública, ou um analista de planejamento e orçamento poderiam ocupar, sem nenhum problema, nos vários Ministérios brasileiros. Mas essas pessoas estão lá, acumulando salários muito grandes, ocupando esses cargos, gerando uma distorção.

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, a questão da transparência na empresa pública e na sociedade de economia mista dos dados dos servidores que trabalham requisitados nos Ministérios é fundamental. Além disso, eu queria registrar que, de fato, temos de quebrar mesmo esse monopólio da aviação civil brasileira. Não dá para continuar dessa forma. Deve haver concorrência. É absurda a forma com que isso está colocado. Acho que o Senador Jorge Viana colocou isso muito bem. A gente vai ter de rediscutir isso de uma forma melhor com a Anac. Por último, com relação aos aposentados, realmente V. Ex^a aqui é a pessoa que está mais atenta a essa questão, sempre nos chamando a atenção para a importância disso. Agora, também estou quase sendo aposentado da empresa onde trabalhei por muitos anos. Posso dizer que é muito importante essa antecipação do décimo terceiro salário.

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – É muito importante também a luta que V. Ex^a vem fazendo por essa categoria tão sofrida dos aposentados. Que V. Ex^a conte sempre com nossa colaboração nessa luta! Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se me permitir, eu faria mais dois registros somente. Creio que, no máximo, no máximo... O tempo de 1min41 está excelente, está muito bom.

Um registro é do *Jornal do Comércio*, Sr. Presidente. V. Ex^a acompanhou outros pronunciamentos de minha parte, como também dos outros Senadores do Rio Grande. Trata-se da crise do Rio Grande. No *Jornal do Comércio*, o jornalista Edgar Lisboa, muito competente, ouviu os três Senadores. Entre as minhas falas, eu disse: há uma estimativa de que R\$7 bilhões são perdidos para a sonegação atualmente. Ou seja, quem paga paga muito; quem não paga não paga nada. Então, tem de combater a sonegação no Rio Grande do Sul. Dois bilhões de reais deixaram de entrar nos cofres públicos, porque o Estado não vai atrás...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...da devolução dos recursos do INSS. É aquela história: o cidadão pagava para a Previdência e, depois, foi para a área pública e se aposentou como servidor público, mas o dinheiro ficou aqui. Então, temos R\$2 bilhões a receber.

Por fim, há essa dívida impagável, de que aqui falei. Já fizemos um empréstimo de R\$10 bilhões, pagamos R\$22 bilhões e estamos devendo ainda mais de R\$50 bilhões.

Por fim, Sr. Presidente, faço outro comentário. Vai haver agora, nesta sexta-feira, às 19 horas, um grande ato público em Curitiba, se não me engano no Hotel Bourbon. Para esse ato estou sendo convidado. É um ato da Frente Nacional Popular e Democrática, para o qual estão sendo chamados empresários e trabalhadores. Será suprapartidário. Lá estarão todas as centrais sindicais. Mas o estavam divulgando como se fosse um ato específico de um ou dois partidos, envolvendo até o meu.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu disse que não iria a esse ato, porque não era essa a intenção quando preguei essa ideia em Bento Gonçalves, num grande evento de trabalhadores.

Eles me mandam um documento publicado no jornal R7, em que deixam muito claro que o ato é composto por entidades representativas das forças democráticas e progressistas, intelectuais, movimentos sociais, estudantes, sindicatos, empresariado, lideranças políticas de todos os partidos comprometidos com a democracia. Eles farão ali uma análise da conjuntura do País e das possíveis propostas que a sociedade vai levantar para contribuir com esse debate.

Está confirmada, inclusive, a presença do Senador Roberto Requião e do Arcebispo Dom José Antônio Peruzzo.

Farei de tudo para ir, mas estou dependendo de voo ainda.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É claro que não tenho como fretar um avião para ir até lá. Se eu conseguir, eu vou. Se não conseguir, irei depois a esse mesmo ato, que deverá acontecer em outro Estado. O ato é suprapartidário, em defesa da democracia, e segue a linha de se combater todo ato de impunidade e de corrupção.

Eu gostaria que V. Ex^a considerasse, na íntegra, esses dois registros. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com preocupação que recebi manifesto do Sindicato Nacional dos Aeronautas e associações do setor, como ABRAPAC, ASAGOL e ATT sobre possibilidade de abertura de 100% do capital das empresas aéreas.

Eles vêm a público repudiar veementemente qualquer recomendação de abertura de 100% do capital das empresas aéreas do país a estrangeiros sem que haja um estudo de impacto e análise de risco. Hoje, existe o limite de 20%.

Segundo essas entidades, essa mudança poderia acarretar, em médio prazo, a extinção das empresas aéreas nacionais, uma diminuição considerável dos postos de empregos para brasileiros e a submissão do país aos interesses das companhias estrangeiras.

Mais do que defender as empresas aéreas, a questão é preservar um mercado estratégico para o Brasil, especialmente que pode alavancar a economia interna, levando-se em consideração as dimensões territoriais nacionais.

Esse mercado ficaria à mercê da concorrência predatória criada pela força do capital estrangeiro – cedo ou tarde, as empresas brasileiras quebrariam ou seriam adquiridas pelas estrangeiras, fomentando o monopólio do setor.

Além disso, uma abertura de 100% iria totalmente na contramão do que é praticado nos principais mercados da aviação mundial – o limite para o investimento internacional é de 25% no Estados Unidos e no México, e de 49% na Europa, por exemplo.

A experiência da maioria dos países que adotaram a abertura total foi desastrosa.

Não podemos aceitar para o Brasil aquilo que já deu errado em muitos outros países, onde empresas dominadas pelo capital estrangeiro demonstraram total falta de compromisso em ocupar rotas pouco rentáveis ou em adotar estratégias que cumpram funções sociais, contrariando políticas dos governos.

Isso é refletido imediatamente no mercado de trabalho e prejudica os usuários na oferta de voos, como ocorreu na Argentina, onde a companhia Aerolíneas Argentina, que teve 85% de seu capital adquirido pela Ibéria, quase faliu e sofreu diminuição de rotas e sucateamento das aeronaves – acabou sendo reestatizada ao custo de milhões de dólares aos cofres públicos.

As entidades representativas dos aeronautas alertam e convocam a sociedade para se posicionar contra a abertura indiscriminada e ressaltam que a categoria usará todos os meios possíveis para defender empregos e um transporte aéreo de qualidade.

Assinam: Sindicato Nacional dos Aeronautas, ABRAPAC, ASAGOL e ATT.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou recentemente o Projeto de Lei Nº 05 de 2015, de minha autoria, que beneficia os representantes comerciais.

O senador Romero Jucá foi o relator, e o senador Wellington Fagundes foi o relator Ad Hoc. Parabéns ao presidente da CAE, senador Delcídio Amaral.

O projeto agora está pronto para ser votado no Plenário do Senado Federal.

A proposta modifica o enquadramento dos representantes comerciais no Simples Nacional, de forma a incluir a atividade desses profissionais em uma tabela de tributação com alíquotas menores.

Os representantes comerciais alegam que, pelas regras atuais, se aderissem ao Simples, eles estariam sujeitos a uma tributação que varia de 16,9% a 22,4% – maior que os 13% que recolhem pelo regime de tributação de lucro presumido.

A categoria se diz alijada dos benefícios do regime de tributação simplificado, que agrega o recolhimento de PIS/Pasep, Cofins, ISS, Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Sr. Presidente, considero justo o reenquadramento pleiteado pelos representantes comerciais e, por isso, apresentei o projeto que estende à categoria as mesmas regras de tributação válidas para contadores, agentes de viagem, fisioterapeutas e corretores de seguros.

Queremos facilitar a vida de quem produz em nosso país. O horizonte é o desenvolvimento.

Afirmo que, por ser medida de justiça e essencial para que a inclusão da categoria no Simples Nacional não configure uma verdadeira “vitória de Pirro”, peço o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação da matéria aqui no Plenário.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Matéria do *Jornal do Comércio*, de Edgar Lisboa;
- Matéria publicada no *site* R7.

Horário: 19h

Local: Auditório do Hotel Bourbon

Endereço: Rua Cândido Lopes, 102 – Centro – Curitiba-PR

Website: <http://www.fetiep.org.br/8-noticias-principais/1426-a-proposta-de-uma-frente-nacional-popular-e-democratica-do-estado-do-parana-sera-lancada-nesta-sexta-feira-28>

JORNAL do COMÉRCIO – Edgar Lisboa

Crise longe do fim

A crise nas contas do Rio Grande do Sul chegou ao seu ápice. O Estado está prestes a falir, com as contas bloqueadas e sem capacidade nem de pagar os salários dos servidores. O pacote de ajuste fiscal em votação na Assembleia Legislativa está longe de resolver, e as articulações em Brasília com o governo federal não estão dando resultado. O PMDB, legenda do governador José Ivo Sartori, não tem sido de grande ajuda.

Ele chegou a se encontrar com o vice-presidente Michel Temer (PMDB), que permaneceu calado. O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha (PMDB), atua nos bastidores para convencer o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a pagar o que a União deve ao Estado. Sem sucesso. A bancada gaúcha queria convocar Levy para explicar o bloqueio na Câmara dos Deputados, mas o líder do PMDB, Leonardo Picciani, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), convenceram a transformar a convocação num convite. Afirmaram que convidar é menos agressivo. Ainda há a possibilidade de acabar com o bloqueio na Justiça, como fizeram as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas o Estado já tem que lidar com uma enxurrada de ações.

Medidas paliativas

O Estado deixou de fazer o dever de casa. Há uma estimativa de que R\$ 7 bilhões são perdidos para a sonegação anualmente; e R\$ 2 bilhões deixam de entrar nos cofres públicos, porque o Estado não vai atrás da devolução dos recursos do INSS. E, de acordo com o senador Paulo Paim (PT), o pacote fiscal em discussão da Assembleia Legislativa não vai melhorar em nada. "São medidas paliativas, sendo que o problema é muito mais grave. É preciso que o governador se movimente, intensifique as articulações políticas, melhore a gestão do Estado. Não é hora de bater no governador, eleito por voto, é hora de ir atrás de soluções", disse. O deputado federal Nelson Marchezan Jr. (PSDB) tem opinião parecida. "Só o aumento de impostos não resolve. É preciso melhorar a distribuição de recursos."

27.08.2015

R7

Em Curitiba, senador Paulo Paim e ex-ministro Roberto Amaral falam sobre novas propostas para o país

O senador Paulo Paim (PT-RS) e o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral darão uma coletiva de imprensa nesta sexta-feira (28), às 19h, no Hotel Bourbon, em Curitiba-PR, antes do Ato Pró Frente Nacional Popular e Democrática no Estado do Paraná.

As duas lideranças estarão reunidas com outras personalidades para a proposta de constituição de uma unidade, e falarão para a imprensa sobre a necessidade de construir novos caminhos para o país por meio de iniciativas como esta.

O objetivo é propor um novo projeto para o país, por meio da organização da sociedade, que lance bases para um novo marco civilizatório do Brasil.

Paim e Amaral darão esclarecimentos sobre a ação – composta por entidades representativas das forças democráticas e progressistas, intelectuais, movimentos sociais, estudantis e sindical, empresariado e lideranças políticas comprometidas com a causa do progresso e da democracia – e farão uma análise da conjuntura do país e das possíveis propostas de mudanças.

Frente

Várias lideranças e entidades políticas participarão do encontro para propor um movimento que defenda os interesses da população brasileira – com respeito aos direitos e ao desenvolvimento do país, e que garanta também o respeito à democracia.

Personalidades como o Arcebispo Dom José Antonio Peruzzo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) são algumas das presenças confirmadas para o evento, além de Paim e Amaral.

Diversas entidades do estado também já demonstraram seu apoio e interesse em desenvolver um novo rumo para a sociedade brasileira, com ética, civilidade, democracia e de caráter progressista e suprapartidário.

A proposta da Frente é constituir uma unidade ampla e que reúna todos os segmentos comprometidos com o desenvolvimento do país, das reformas estruturais e da ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais da sociedade brasileira.

Com a unidade desses setores, a força dos trabalhadores e a luta de toda a população, a Frente será uma esperança para novos caminhos que o Brasil precisa tomar.

Serviço

Coletiva de imprensa e Ato Pró Frente Nacional Popular e Democrática no Estado do Paraná

Data: 28 de agosto de 2015

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quero também cumprimentar o Senador Paulo Paim, que abordou uma dezena de temas importantes. Quero também prestar homenagem ao Estado irmão de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, e cumprimentar V. Exª mais uma vez pelo seu desempenho e pela postura como defende o seu Rio Grande, aqui, no Senado Federal.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, encontram-se inscritos, para fazer uso da palavra na tribuna, a Senadora Vanessa Grazziotin, que, neste momento, falará pela Liderança do PCdoB, a quem concedo a palavra. Encontram-se inscritos, em seguida, o Senador Marcelo Crivella; logo após, o Senador Blairo Maggi; em seguida, o Senador Hélio José e, por fim, inscrito, encontra-se o Senador José Medeiros.

Com a palavra V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora) – Agradeço. Nós estamos com um sistema novo de contagem de tempo. Eu também tive alguns problemas nas primeiras vezes, mas agradeço a V. Exª, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, ontem, vivemos um momento muito importante, sobretudo no exercício da democracia aqui, no Parlamento do Senado Federal. Das 10h da manhã até quase 9h da noite, a Comissão de Constituição e Justiça, não só os membros daquela Comissão, efetivos e suplentes, mas muitos Senadores e Senadoras tivemos um debate muito profícuo, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, com o Procurador-Geral da República, no momento em que ele foi sabatinado por esta Casa. Lá estivemos, quase todos os Senadores e Senadoras, para fazer indagações, não só fazer indagações, mas ouvir as indagações dos colegas Parlamentares e, principalmente, ouvir os posicionamentos do Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Na sequência, após a votação, que só não foi unânime na Comissão porque houve um único voto contrário, seu nome foi apreciado pelo Plenário e obteve, se minha memória não me trai, 59 votos a favor e 12 votos contrários. Portanto, o Dr. Rodrigo Janot, por indicação da Presidência da República, continuará à frente do Ministério Público Federal.

Eu também tive a oportunidade, como muitos dos meus colegas Parlamentares, de fazer alguns questionamentos ao Dr. Rodrigo Janot, mas tive, principalmente, a oportunidade de, em um momento tão importante para o Procurador, fazer algumas observações acerca, principalmente, da postura do Ministério Público Federal, observações que têm sido tema constante de minhas intervenções e posicionamentos da tribuna desta Casa.

Em primeiro lugar, quero destacar que relatei ao Procurador Rodrigo Janot – e acho que é uma questão que merece registro de nossa parte – que, desde 2001, o Governo do País – e vamos lembrar: era o Presidente Lula, nos seus dois mandatos, e a Presidente Dilma agora – tem acatado, integralmente, a sugestão dos membros do Ministério Público Federal e indicado o primeiro posicionado da lista. Não há lei que assim obrigue. Aliás, considero isso algo merecedor de registro, porque não é qualquer governo que tem o desprendimento de acatar uma lista que vem do Ministério Público, mas ela tem sido acatada.

Em 2003 – aliás, não é desde 2001; já vou falar sobre 2001 –, porque o Presidente Lula foi eleito em 2002, a lista apresentava como primeiro nome o do Procurador Cláudio Fonteles. E foi o nome de Cláudio Fonteles que o Presidente Lula encaminhou para o Senado Federal. Aqui foi aprovado. Em 2005, o Procurador Antonio Fernando. Em 2007, o Procurador Antonio Fernando. Em 2009, o Procurador Roberto Gurgel. Em 2011, a Presidenta Dilma encaminhou novamente, por ser ele o primeiro da lista dos procuradores – repito, uma lista informal –, o nome do Procurador Roberto Gurgel. Em 2013, o Procurador Rodrigo Janot e, novamente, neste ano, em 2015.

Em 2001, quando era Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele também recebeu uma lista tríplice, mas preferiu indicar alguém que nem sequer constou da lista tríplice, que foi o Procurador Geraldo Brindeiro.

Os Estados brasileiros têm seus Ministérios Públicos Estaduais, que também têm a prática de fazer listas informais através de um processo de votação e encaminhá-las aos governadores. Nem todos os governadores observam a lista. Aliás, com relação a Minas Gerais, Estado de dois ex-Governadores desta Casa, a lista, na maioria das vezes, não foi respeitada e nem sequer considerada. No Estado de São Paulo também. Por que cito esses dois Estados? Porque são exatamente os Estados onde o PSDB governa. Aliás, o Partido costuma criticar muito o Governo. Responsabiliza o Governo por tudo, inclusive pela crise da China, pela crise da Venezuela, por tudo. Tudo é culpa da Presidente Dilma.

Então, vejamos, acho que a população precisa saber como agem essas pessoas que criticam tanto hoje. Como será que essas pessoas agiriam? Será que com o desprendimento da Presidente Dilma, de enviar para cá o nome daquele que a maioria dos colegas do Ministério Público escolheu? Repito: acho esse um fato digno de ser registrado e que precisa ser do conhecimento da população.

Sr. Presidente, uma das observações que fiz ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, foi com relação ao posicionamento do Ministério Público Federal, da instituição Ministério Público Federal, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), no que diz respeito ao julgamento, à apreciação da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4.650. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que foi impetrada no dia 17 de

outubro de 2012 pela Ordem dos Advogados do Brasil. Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade suscita a ilegalidade e, portanto, a inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha vigente no Brasil. Faz uma peça rica, uma Adin que considero primorosa, porque faz uma análise sucinta, uma análise profunda da Constituição brasileira e da relação das leis infraconstitucionais aos olhos da Constituição brasileira. E chega à conclusão, a Ordem dos Advogados do Brasil, de que é inconstitucional o financiamento empresarial de campanha no Brasil.

Pois bem, os membros do Supremo Tribunal Federal começaram a analisar. Houve, logo de início, pedido de vista de um Ministro – não me lembro exatamente qual o Ministro que pediu vista, e devolveu, na sequência –, e a matéria foi a julgamento. Sete dos onze Ministros, Senador Cristovam, tiveram a possibilidade já de votar na Adin nº 4.650, da OAB, que requer a declaração de inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha. Portanto, a matéria já estaria decidida por maioria de votos. Sete. Dos sete votos, um voto contrário e seis votos a favor. Onze Ministros. Seis votos são suficientes para que a Adin prospere e para a declaração da inconstitucionalidade, repito, do financiamento empresarial de campanha.

Ocorre que, no dia 2 de abril do ano passado, portanto há um ano e cinco meses, há mais de 500 dias, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes pediu vista desse processo, e até hoje, Srs. Senadores, o Ministro Gilmar Mendes não devolveu a matéria para que o julgamento tivesse sequência. Não devolveu.

Ontem, quando me referi a essa resolução, eu disse, por equívoco, STJ, mas não é; é STF (Supremo Tribunal Federal). Há uma resolução do STF, Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003, que determina o prazo que o Ministro tem para apreciar e dar sequência à vista solicitada por ele, como nós, Senadores, temos prazo, em qualquer comissão. Pedimos vista e temos prazo para devolver, para que a matéria volte a ser apreciada. O Supremo também tem a Resolução nº 278, que determina 10 dias iniciais, podendo ser prorrogados por mais 10 dias, Srs. Senadores, Senador Crivella, 20 dias, mas o Ministro Gilmar Mendes está segurando o processo, portanto, impedindo – impedindo – a sequência do julgamento, há mais de um ano, há um ano e cinco meses. Aí, eu pergunto: quem fiscaliza o Supremo? Quem o fiscaliza?

Eu questionei, e até solicitei ao Procurador Janot, visto que quem assinou o parecer, no âmbito da Adin nº 4.650, foi o ex-Procurador Roberto Monteiro Gurgel Santos, ele e a Subprocuradora Deborah Duprat, por quem temos também grande respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido. Inclusive, usei como comparação o fato de que o Parlamento, talvez, seja a Casa mais fiscalizada do Brasil. Por isso mesmo, nós temos avançado muito no processo de transparência dos atos do Poder Legislativo.

Mas, como fica a fiscalização do Poder Judiciário? E qual é exatamente o papel do Ministério Público diante desse fato, Sr. Presidente?

Considero essa uma das principais questões, principalmente diante desse momento de crise em que vivemos, desse momento em que são reveladas para o Brasil inteiro verdadeiras ações contra o patrimônio público, ações ilegais, imorais de corrupção. Denúncias que envolvem o quê? Não é segredo para ninguém: partido político. Todos aqueles, sem nenhuma exceção, que estão envolvidos nesse esquema de corrupção, de que temos tomado conhecimento diariamente através da Operação Lava Jato, pelas informações de rádio, televisão, jornais, revistas, com raras exceções, dizem que, de fato, o dinheiro foi desviado para contribuir para o partido político, para contribuir para a campanha eleitoral do partido político.

Eu disse, ontem, ao Procurador Rodrigo Janot que o Ministério Público cumpre muito bem o seu papel, quando enfrenta a corrupção, mas enfrentar a corrupção não é apenas punir corruptos e corruptores; enfrentar a corrupção é mudar a estrutura do Estado brasileiro também.

O que faz esta Ação Direta de Inconstitucionalidade? Ela questiona a legalidade da possibilidade e da continuidade do financiamento empresarial de campanha, à luz do que determina a Constituição brasileira. A Ordem dos Advogados do Brasil tem muito claro que essa possibilidade desequilibra a oportunidade e não permite que se exerça a igualdade no País, visto que pessoas jurídicas interferem diretamente na vontade que deve ser manifestada por pessoas físicas.

Vejam, em determinado trecho, o que diz o Ministério Público, quando apresentou a sua opinião diante desse processo:

[...] devem ficar afastadas da participação, direta ou indireta, nos processos eleitorais as pessoas jurídicas de direito privado sem conotação política, na medida em que não gozam do *status* de cidadão, nem representam interesses públicos ou sociais. Pelo contrário, seus atos constitutivos referem-se explicitamente a negócios privados, geralmente de índole mercantil.

É claro o Ministério Público: devem ficar afastadas da participação de processos eleitorais pessoas jurídicas, empresas. E mais: analisa que o Congresso Nacional vive num debate permanente sobre a necessidade de

uma reforma política, mas que o posicionamento do Ministério Público não seria como uma decisão do Poder Judiciário, também não seria uma intromissão numa atribuição do Poder Legislativo – não seria.

Diz o Ministério Público o seguinte:

O tema reforma política está permanentemente em voga e ganha destaque especial na mídia a cada episódio que evidencia necessidade de aprimoramento das instituições e dos mecanismos eleitorais, o que é típico de um regime democrático. Obviamente, sua condução deve se dar pelo Congresso Nacional, que instituirá os instrumentos aptos a ampliar a participação popular e, conseqüentemente, o grau de representatividade democrática no Parlamento.

No caso em apreço, embora se discuta sobre modelos de financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais, a questão de fundo reside no perfil do processo eleitoral preconizado pela Constituição de 1988, inadequação ou não das regras já positivadas pelo legislador ordinário. Portanto, não se trata de deflagrar ou realizar reforma política a partir do Judiciário.

Ou seja, não se trata... E ele é muito contundente – o Ministério Público – quando diz isso.

Quando estamos aqui a julgar uma ação ingressada pela Ordem dos Advogados do Brasil, não estamos querendo cumprir o papel que cabe ao Executivo, não; estamos apenas analisando a legalidade ou não das leis já positivadas, portanto existentes, à luz da Constituição Federal.

E, ao final, opina o Ministério Público Federal:

Caracteriza-se, no caso em questão, a hipótese de violação ao princípio da proporcionalidade na sua vertente de proibição e de proteção deficiente. Na medida em que a legislação eleitoral prevê regras aquém do necessário à promoção da igualdade material de condições no processo eleitoral, possibilita a prevalência de interesses econômicos privados de poucas pessoas em detrimento da isonomia política entre todos os cidadãos.

Ante o exposto, o parecer é pela procedência do pedido da OAB [ou seja, pela declaração de inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha].

Pois bem – eu repito –, essa Adin é de 2012. O parecer do Ministério Público é de 31 de agosto de 2012, Sr. Presidente. Portanto, é óbvio que a representação Adin foi ingressada anteriormente.

E veja V. Ex^a o que acontece: 2012, e nós estamos no ano de 2015.

Depois de 2012, o que houve no Brasil? Em 2013, aquelas grandiosas manifestações de rua; em 2014, uma eleição presidencial polêmica, disputada, difícil. E, agora, em 2015, a que estamos assistindo, aliás, desde o ano passado? A revelações de um grande esquema de corrupção, que envolve a principal empresa do Brasil, chamada Petrobras, cujo centro seria o quê? Desvio de dinheiro para financiamento de campanhas eleitorais.

Então, veja, Sr. Presidente, como nós, do Congresso Nacional, deveríamos e estamos reagindo? Em vez de todos nós, unidos, darmos força para que conclua o Supremo Tribunal Federal esse julgamento, não: a Câmara, a Câmara dos Deputados, acaba de aprovar um projeto de emenda constitucional constitucionalizando a contribuição empresarial de campanha, na mais completa contramão do que diz isso, do que diz a ação impetrada pela OAB.

Por isso, digo e repito onde quer que eu esteja: não me convencem, senhoras e senhores... Aqui há jovens que estão chegando para assistir a esta sessão. Não me convencem aqueles que ocupam diariamente as tribunas, que usam diariamente os microfones para denunciar a corrupção, para falar que isso tem de acabar, se essas mesmas pessoas votam para constitucionalizar a possibilidade da continuidade do financiamento empresarial de campanha.

Não dá! Criticamos muito, às vezes, o Poder Executivo, criticamos muito o vizinho, mas nos esquecemos de olhar para a nossa própria Casa. A oportunidade estamos tendo agora e temos de ter coragem de abraçá-la.

Há muita gente dizendo: se empresário não puder financiar a campanha, como vamos fazê-la? Vamos fazer como ela deve ser feita: simples, barata. Vamos para a televisão sem nenhuma montagem, sem nenhuma produção cinematográfica; vamos lá e vamos falar. Não custa caro isso. Vamos dizer: “Olha, meu nome é fulano, meu nome é fulana, eu defendo isso, aquilo e aquele outro, minha história é essa”. Não é preciso mostrar filmiinho, não é preciso mostrar nada, como se fosse uma telenovela, como se fosse uma produção hollywoodiana ou bollywoodiana. Não se precisa disso.

Vamos fazer campanhas baratas – baratas. Vamos comprar passagem para ir para o interior, de ônibus, de avião, do que for; vamos usar o rádio. Não é preciso. A democracia que precisa de dinheiro de empresa para compor o seu Parlamento, o seu Poder Executivo não é uma democracia. Está aqui.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está aqui: isso desequilibra seriamente o principal de todos os princípios da Constituição, que é a igualdade de oportunidade, Sr. Presidente.

Então eu vou fazer o que milhares de pessoas estão fazendo na internet e dizer o seguinte: “Devolva Gilmar, devolva ministro Gilmar!”. Está aqui o Ministério Público. Os juízes – os ministros – que já votaram e disseram: “Não estamos a fazer a reforma, estamos apenas analisando a lei brasileira à luz da Constituição. E o financiamento eleitoral de campanha por empresa é inconstitucional”. Eu acho que é isso que a sociedade espera da gente. É isso! E nós temos que ter a coragem e a responsabilidade de assim seguir, não permitir que se constitucionalize, indo na contramão do que quer a população brasileira: que são mudanças estruturais e profundas na política brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Cumprimento também a Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido para usar a tribuna – já se encontra a postos – o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só um minutinho, só um minutinho. *(Pausa.)*

É porque, Senador, a tecnologia aqui mudou recentemente. E, invariavelmente, nós ainda não estamos bem familiarizados com essa tecnologia aqui do painel. Assim, peço desculpas a V. Exª e concedo-lhe a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero pedir a atenção dos Srs. Senadores e daqueles que nos assistem em casa...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Marcelo Crivella, só um minutinho por gentileza.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mais uma vez, desculpe-me por interrompê-lo, mas é para registrar a presença dos nossos alunos do nono ano do Colégio Externato São José de Goiânia, que nos trazem um brilho todo especial na sessão de hoje. Cumprimento-os e agradeço a visita de todos vocês.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Desculpe-me mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ.) – Sejam bem-vindos e, na volta, não deixem de comer uma pamonha lá no Jerivá *(Risos.)*.

Meus queridos amigos, os efeitos funestos do período de gestão temerária da Petrobras e das práticas de corrupção em algumas de suas diretorias, assim como dos abusos contra seus acionistas, obrigando a empresa a vender gasolina e diesel mais baratos do que seus preços internacionais, não se limitam aos prejuízos causados no passado, de R\$22 bilhões, de acordo com o último balanço da companhia.

Infelizmente, também não se esgotam no presente, quando a situação financeira da empresa é agravada pela alta do dólar e pela queda dramática dos preços internacionais do petróleo, que caíram de US\$105,00 o barril há um ano para cerca de US\$43,00 o barril no presente. É preocupante que as sombras criadas pelo encarecimento absurdo de projetos estratégicos como as refinarias do Nordeste e do Rio de Janeiro, Comperj, fruto de erros de engenharia e de falcaturas patrocinadas pelos diretores presos pela Lava Jato, se projetam sobre o futuro, gerando riscos que ameaçam regiões inteiras como o leste da Bahia de Guanabara, em especial, os Municípios de São Gonçalo e Itaboraí.

A Petrobras vinha projetando crescimento de seus investimentos de forma mirabolante. Até 2014, ao tempo em que se endividava de forma comprometedora, após o golpe que deu nos investidores de vender novas ações por cerca de R\$25,00 cada papel, em 2010, hoje valem menos de R\$10,00. Como sua alavancagem chegou atualmente a 50%, ou seja, sua dívida é igual ao seu patrimônio líquido, quando a meta ideal seria 35%, a Petrobras vai ser forçada a fazer uma aterrissagem. Isso significa reduzir drasticamente seus planos de investimento, limitando-os apenas aos projetos de alta rentabilidade e valor estratégico, ao mesmo tempo em que renegocia seus contratos com as empreiteiras e reduz seus níveis de endividamento.

Para se ter uma ideia concreta do que será o encolhimento do plano de negócios 2015/2019 da Petrobras em relação ao plano anterior, basta considerar o que foi cortado dos projetos de exploração e produção. De uma previsão de 153 bilhões para o quinquênio 2014-2018, houve uma redução de 30%; para o quinquênio de 2015-2019, o investimento de US\$153 bilhões será de US\$108 bilhões.

Mais severos ainda foram os cortes nos projetos da área de abastecimento, que incluem as refinarias, os oleodutos e gasodutos, a distribuição, além dos navios petroleiros e gaseiros: de US\$38 bilhões previstos para 2014-2018, cortou-se 67%, e o investimento será de apenas US\$12 bilhões.

No total dos investimentos da empresa, a redução das previsões de um quinquênio de referência para outro foi de 41%. Ao invés de investir US\$44 bilhões por ano, em média, como era previsto no plano de negócios 2014-2018, a Petrobras deverá investir nos próximos cinco anos, em média, metade: apenas US\$26 bilhões. Isso é péssimo, no momento em que o Brasil mais precisa de investimentos para retomar o crescimento econômico.

Nossa taxa de investimentos estava em torno de 18% do PIB nos últimos anos, e deveríamos evoluir para 25% do PIB, de modo a garantir um crescimento da ordem de 5%. No entanto, com a recessão e a retração dos investidores do setor privado, que estão inseguros com os rumos da economia brasileira e, particularmente, com o corte pronunciado dos programas das estatais, a taxa de investimento deverá cair para a faixa de 10% do PIB – 10 a 15% do PIB –, agravando a situação de declínio da renda nacional.

O exame mais detalhado dos cortes da Petrobras mostra que estão sendo gerados outros problemas para o futuro, em escala setorial e regional. Veja-se a questão dos cortes nos investimentos em refinarias. A decisão da Petrobras é de concluir apenas as obras da Refinaria do Nordeste, em Pernambuco, gastando US\$1,4 bilhão para inaugurar, ainda este ano, o primeiro trem de refino.

O Comperj, cujo primeiro trem de refino deveria entrar em operação em 2016, está adiado *sine die*. Os gastos prioritários a serem feitos na imensa planta industrial de Itaboraí são os investimentos nas instalações de recepção e tratamento de gás natural provenientes do pré-sal pela chamada Rota 3; esses são de caráter imprescindível e inadiável.

Além desses investimentos, haverá despesas com a manutenção de equipamentos já adquiridos para a refinaria e que vão ficar armazenados, aguardando a retomada das obras do Comperj. Não há previsão para tal retomada, a qual está condicionada ao surgimento de um parceiro externo ou interno com interesse em aplicar recursos para a conclusão do segundo trem de refino e demais instalações.

Numa conjuntura internacional de preço do petróleo abaixo de US\$ 50/barril, como a de hoje em dia, é difícil imaginar investidores estrangeiros com disposição para entrar no negócio do refino no Brasil, que sempre procurou manter com a Petrobras o monopólio de fato, ainda que não de direito, desde 1988.

Na falta de um sócio estrangeiro com recursos suficientes para complementar o orçamento dos investimentos necessários ao Comperj, a perspectiva da diretoria da Petrobras é de que a obra pare até o final de 2015, quando os contratos ainda em vigor expirarão. A paralisação da obra do Comperj terá consequências dramáticas para o País, para o Estado do Rio de Janeiro, particularmente para os Municípios da região leste da Baía de Guanabara e, particularmente, ainda mais, para Itaboraí. Primeiro: vão ser despedidos milhares de trabalhadores que estão empregados nas obras remanescentes de construção e montagem, aumentando a taxa de desemprego que já superou os 8% no 2º trimestre. Segundo: o Brasil continuará sendo importador maciço de gasolina, diesel e nafta, pois o trem de refino da Refinaria do Nordeste, que deve entrar em produção no corrente ano, será suficiente para substituir apenas uma pequena parte das importações que o País fez em 2014. Além disso, a Refinaria do Nordeste não tem previsão de produção de gasolina.

Terceiro: a Petrobras deixará de gerar valor e um faturamento expressivo em curto prazo, o que ajudaria a empresa em seu processo de recuperação financeira. Os projetos de exploração e produção, que consistem em extrair óleo e gás nos diferentes campos operados pela empresa, são todos de maturação mais demorada e só vão gerar recursos em médio prazo, na melhor das hipóteses.

Finalmente, o Município de Itaboraí, que já era pobre, vai se tornar mais pobre ainda sem ter experimentado o futuro esplendoroso que esperava viver com a inauguração do Comperj, tantas vezes adiada e agora, aparentemente, jogado para as calendas.

A cidade inchou, sua população se multiplicou, muitas edificações foram construídas, várias empresas de serviços novos foram instaladas (hotéis, restaurantes, agências de automóveis, de corretagem), firmas relacionadas com a indústria de petróleo abriram escritórios na sede do Município e tudo isso irá para o espaço caso não seja reformada essa decisão aparentemente sem nexo da Diretoria e do Conselho de Administração da Petrobras.

De qualquer sorte, é preciso nos esforçarmos para encontrar um parceiro digno e à altura de se associar com a Petrobras para complementar a obra do Comperj e para colocá-lo a funcionar, se não como originalmente prevista, uma refinaria petroquímica, pelo menos como uma refinaria convencional.

Os Municípios vizinhos de São Gonçalo, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu e outros também têm interesse em que o projeto do Comperj, sonhado por tantos anos, se transforme em realidade. Afinal, muitas empresas relacionadas com a Petrobras e com os produtos do refino de petróleo e do gás natural se instalariam na região, promovendo o desenvolvimento da região leste da Baía de Guanabara.

Sr. Presidente, aqui fazemos um apelo aos bons engenheiros da Petrobras, que são muitos, e que não podem ser estigmatizados por alguns diretores que caíram nas armadilhas da ambição, da corrupção, do superfaturamento e do sobrepreço e que estão pagando um preço amargo por suas decisões impensadas. Nós fazemos um apelo à Petrobras, porque os investimentos estão 80% concluídos. Então, se inaugurarmos esse trem de refino, vamos produzir mais gasolina e importaremos menos, lembrando que a Refinaria do Nordeste não produzirá isso. Nós continuaremos com o pré-sal extraordinário, que, em alguns postos, já está produzindo 700 mil barris por dia, continuaremos importando gasolina, exportando o petróleo a um preço muito baixo, mas importando seus derivados por um preço que não é tão baixo. A crise do petróleo é na venda do barril, mas, nos produtos manufaturados, mantém-se a margem de lucro. Nós não temos essa margem de lucro na exportação do óleo cru. Por quê? Porque tirar petróleo do pré-sal nos custa quase US\$40 e estamos vendendo o *brent* hoje a US\$48, US\$49, de maneira que a nossa margem é pequena. Mas essa margem se torna grande para os nossos exportadores, quando importamos a gasolina, o nafta e outros subprodutos.

Então, é preciso que os engenheiros da Petrobras consigam encontrar o caminho, porque isso fará bem à empresa. Isso é o imperativo do nosso desenvolvimento. Nós estamos, sim, enfrentando essa contingência dos escândalos, mas isso será superado.

Ontem, aqui na sabatina, o Procurador-Geral da República nos disse e disse ao Brasil que essas investigações estão todas no rumo, de tal maneira que não é preciso hesitar mais. Nós não precisamos ficar em dúvida se há alguma coisa a ser descoberta. Não. As coisas estão às claras. Já há a lista do Janot, os processos já estão todos em curso, as investigações, as delações, quase cem delas. É uma página que estamos virando.

Agora, exportar petróleo com baixa margem e importar seus derivados, o petróleo refinado com margem alta para quem exporta para nós não é absolutamente digno dos esplendores da cultura, da inteligência, da criatividade do engenheiro brasileiro, sobretudo do engenheiro da Petrobras.

Então, faço aqui este apelo em nome do meu Estado, em nome dos Municípios da região leste, em nome da inteligência, em nome do bom senso para que não haja, na Petrobras, nenhum tipo de vacilação, de hesitação. Nós temos que tomar as providências, as decisões que se impõem sem medo.

O Lava Jato já está passando, já passou. Agora, é romper nesses horizontes infinitos desta terra tão linda que Deus nos deu, com a bravura do nosso caráter, e com a nossa imensa capacidade de vencer adversidades, de sonhar, de lutar e construir a perspectiva iluminada e sempre gloriosa do nosso destino de raça brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quero também cumprimentar o nosso admirável e estimável Senador Marcelo Crivella. E quero expressar minha solidariedade a V. Exª pelo tema e pela causa, porque, na verdade, estamos tratando de uma empresa que era considerada o orgulho nacional brasileiro. E precisamos urgentemente encontrar uma saída honrosa para essa empresa que tanto orgulho já nos trouxe.

Então, parabéns a V. Exª e receba minha admiração que não é de hoje, é de sempre.

Concedo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi, que se encontra inscrito, e, em seguida ao Senador Hélio José, que está inscrito também, e, na sequência, o jovem Senador José Medeiros.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi por 20 minutos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Dário Berger, que preside, neste momento, a sessão do Senado e que representa, aqui nesta Casa, o Estado de Santa Catarina que, aliás, é o meu Estado de férias, é meu Estado que, quando não tenho nada que fazer ou quando posso e há algum tempo, eu vou para Santa Catarina, vou para Balneário Camboriú, enfim, posso dizer que também é minha casa lá. Eu tenho um imóvel e, portanto, quando posso, eu estou em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas eu penso que é muito raro o senhor ter tempo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É, poucas vezes por ano, mas sempre com muito prazer, quando vou lá.

Mas, Sr. Presidente, eu quero falar um pouco hoje sobre um assunto que, como todos eles, faz parte do dia a dia de nossas vidas e precisamos também pensar sobre eles e ver como podemos trabalhar esses assuntos.

Eu penso que em momentos de crise é que se exige ousadia, se exige firmeza de atitudes de homens políticos abnegados, unidos na missão de fazer do presente o que se deixou de fazer no passado, para que possamos ter o nosso País do futuro.

A confluência das crises política e econômica resulta no agravamento da questão social que é o desemprego, a inflação, a violência, a desesperança da população e a crescente descrença nas instituições democráticas, esses são sintomas de que algo muito sério está acontecendo em nosso País.

A violência que hoje assola o País pode ainda se tornar muito mais grave. Em uma perigosa inversão de valores, vemos o policial ser duramente criticado pela sociedade, como se fosse ele o único responsável pelas mazelas de um povo que clama por uma distante paz social.

No entanto, é preciso sempre lembrar que esta paz social é responsabilidade do Estado, das instituições e de cada um de nós.

Ao adentrar neste tema da segurança, quero destacar que as forças de segurança pública travam uma guerra diária e não raramente se veem sem o necessário respaldo estatal para o cumprimento da missão de cada policial e da Força Nacional de Segurança.

Nesse final de semana, em Sinop, numa cidade do médio norte mato-grossense, já no norte do Mato Grosso, foi assassinado covardemente o Tenente-Coronel da Polícia Militar, Helton Vagner Martins, que teve a oportunidade de conhecer e com ele conviver quando Governador daquele Estado. Bandidos armados invadiram a sua casa e, ao perceberem, veja só, Sr. Presidente, que se tratava de um policial militar, assassinaram-no, o assassinaram-no com vários disparos e na presença dos filhos e dos demais familiares, só porque era um policial militar. A esposa, ao tentar defendê-lo, foi atingida com três tiros e continua até hoje internada.

A Secretaria de Segurança, que vem sendo conduzida pelo Dr. Mauro Zaque de Jesus, que é um Promotor de Justiça, de quem conheço a garra, a vontade e a determinação, agiu muito rápido e prendeu os bandidos, sete bandidos, envolvidos, entre eles, três menores de idade com vasto histórico criminal. A ação da Secretaria de Segurança foi exemplar, mas resta saber agora se o Estado conseguirá mantê-los afastados da sociedade. Prender se prende. Vamos conseguir deixá-los lá? Esta é a pergunta que a sociedade de Mato Grosso faz neste momento.

Isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos leva a um outro tema polêmico que precisa ser urgentemente debatido, a exemplo, três menores nessa atividade, então, a maioria penal precisa ser debatida. Precisamos de um debate sereno, sem paixões, feito dentro do escopo da razão.

Eu tenho dito em outras oportunidades: os garotos, os jovens dos dias de hoje têm muito mais informação do que tínhamos nós quando crianças ou do que tinha meu avô ou meu pai. Meu avô faleceu com 101 anos, e eu tenho uma neta de 11 anos, hoje, a Bianca, e tenho certeza, Sr. Presidente, que a Bianca tem muito mais informação na cabeça, com 11 anos, do que tinha meu avô, com 101 anos, quando morreu. Talvez não tenha o discernimento. Talvez, não; com certeza não tem o discernimento. Mas informação tem. Portanto, a maioria penal precisa ser discutida, como disse aqui, de forma serena, sem paixão e dentro do escopo da razão deste momento.

Quero aproveitar para prestar meus pêsames à família e à Corporação Militar do Estado do Mato Grosso. O Tenente-Coronel Helton Wagner Martins, filho também de outro militar, o Sargento Valdivino de Souza Martins, era um profissional que pregava e buscava o diálogo. Buscava sempre a tolerância e o respeito à orientação para as suas ações. Seguindo os passos do pai na carreira policial, soube, até o último momento, o último momento, honrar o juramento solene de proteger vidas.

Em seu nome, quero enaltecer o trabalho realizado por cada policial militar do meu Estado e do País e também dos grandes centros e dos Municípios mais longínquos. São esses os homens que defendem a população, mas, como disse no início, muitas das vezes não recebem o respaldo estatal e nem a compreensão da sociedade por aquilo que fazem, pelo que arriscam e pelo que estão dispostos a fazer, e não medem esforços, mesmo com o risco da própria vida, para proteger a sociedade. Muitas vezes injustiçados, mas nunca acovardados diante dos perigos que rondam as suas vidas no dia a dia.

Assim é o policial militar, que tem como exemplo o Tenente-Coronel Helton Wagner Martins, que escolhe a profissão por vocação, que é a grande maioria dos policiais e das instituições.

As instituições continuam firmes em sua nobre missão de fazer a segurança pública, protegendo vidas e mantendo a ordem, mesmo quando muitos não compreendem a complexidade do seu trabalho.

À família do Tenente-Coronel Wagner, em nome da sua esposa, Cristina Martins, o nosso pesar. Que Deus os conforte, a todos na sua família!

Precisamos repensar com muita urgência o nosso modelo de segurança pública!

Concedo um aparte ao Senador José Medeiros, também do Estado do Mato Grosso, meu colega Senador, como sempre da cidade de Rondonópolis.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – “Senadópolis”, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Boa essa.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Blairo Maggi, queria parabenizar V. Ex^a, pois, mesmo sendo de um setor distante da segurança pública, tem a sensibilidade, como Senador, dentre suas atribuições, de tratar de um tema tão importante. Creio que, na esteira de importância de um pai de família, estão, em primeiro lugar, a saúde dos filhos e, em segundo lugar, a segurança. Essa também deve-

ria ser a prioridade do Estado, ao fazer gradação de importância. No entanto, como V. Exª deixou bem claro no seu discurso, na sua fala, não vemos isso. Nós vemos, ano a ano, os orçamentos sendo contingenciados e a segurança ficando meio que em terceiro plano. A nossa preocupação é de que esse ente tão importante, que é o policial militar, é quase que enxovalhado por todos. Vamos ser sinceros, ninguém gosta de polícia, parece que é uma cultura que se criou, não sei se pelo caldo histórico...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas não gosta até que precise.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Até que precise! Mas, quando acontece alguma coisa, a primeira coisa que o sujeito se lembra é de ligar para o 190. Daí a importância do seu discurso em fazer uma homenagem a esse profissional que perdeu a vida e à Polícia Militar, porque, com todo respeito às outras corporações, nenhuma trabalha tanto quanto a Polícia Militar. É importante também que falemos em segurança pública, e é bom que V. Exª traga esse discurso aqui, porque pouco se discute segurança pública neste país. Eu digo pela necessidade que temos e pela importância do tema. Estão sendo discutidos, agora, na Casa, começam a tramitar alguns projetos sobre o ciclo completo da polícia. Eu acho muito importante isso porque esses policiais, Sr. Presidente, acabam sendo, de certa forma, muito injustiçados pelo Estado, porque são relegados a segundo plano e, geralmente, são os que menos ganham. Ao mesmo tempo, a carga dura de trabalho é sobre eles, porque, da briga do bar, da cachaça, até os homicídios, são eles que chegam primeiro. Vão para as delegacias e, muitas vezes, ficam lá esperando horas para lavar um flagrante, recebendo “pedala Robinho” de escrivão a delegado. E também há o Código Militar, cujos regulamentos disciplinares militares são geralmente obsoletos e extremamente draconianos. Geralmente ele é até condescendente com os de cima, mas muito draconiano com os de baixo. Isso traz toda uma carga, e, ao mesmo tempo, essa polícia, que é tão maltratada pela própria sociedade e pelo Governo, é aquela que a gente, às vezes, quer que dê um tratamento de *Scotland Yard*. Então, às vezes, o sujeito diz que o policial foi mal-educado ou foi estúpido e não sei o quê. Mas, geralmente, não há como você plantar vento e não colher tempestade. Nós precisamos ter outra relação com a polícia. Nós precisamos olhar para isso. O Senador Blairo Maggi trouxe o caso desse Tenente Coronel... Uma fatalidade imensa, mas isso ocorre todos os dias no País. Enquanto o Senador Blairo Maggi falava, eu olhei e vi que, ontem, na Ceagesp, houve um assalto, e uma policial que passava em uma viatura recebeu um tiro de fuzil na cabeça. Então, nós estamos em guerra, praticamente! Dizem: “Ah, a polícia mata muito!”; mas morrem policiais também a rodo. Na verdade, é uma guerra! E, aí, eu fico até emocionado de ver que também temos Parlamentares aqui que se preocupam com isso, que se preocupam com aquele pai de família que sai todo o dia para trabalhar e não sabe se vai voltar. Então, Senador Blairo Maggi, rendo minhas homenagens a V. Exª por ter essa sensibilidade de ver as minúcias da segurança pública. Não é todo o mundo que vê, que consegue ver além do monte. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, alertar que a responsabilidade que temos é imensa e que não podemos nos furtar a buscar e a oferecer as respostas que a Nação espera de todos nós.

O Senado Federal precisa assumir seu papel neste momento crucial de nossa história. Reformas são imprescindíveis, e o caminho para efetivá-las passa por aqui. Essa é a nossa responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de que V. Exª pudesse me conceder alguns minutos para uma comunicação inadiável.

Falei com os colegas inscritos, e eles concordaram com que eu poderia fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pelo prestígio e admiração que todos temos por V. Exª, tenho certeza de que o Senador Hélio José vai concordar com que V. Exª ocupe a tribuna, por alguns minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A antiguidade é posto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O Moka é nosso decano.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Enquanto V. Exª se destina à tribuna, só queria complementar aqui o pronunciamento do Senador Blairo Maggi, para dizer que nada nos toca mais, Senador José Medeiros, Senador Hélio José, do que a violência humana, principalmente porque ela é praticada por nós mesmos como sociedade, pelos nossos adolescentes, pelos nossos jovens, que deveriam representar uma esperança viva de um futuro melhor para o Brasil.

Nós precisamos discutir esse tema aqui exaustivamente, o tema da maioria penal, porque o clamor popular é grande, os crimes continuam aumentando e o Senado Federal vai ter que se posicionar a esse respeito.

Desculpe-me, pois sei que V. Exª está com pressa.

Concedo, com muito prazer, a palavra a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acabo de falar com produtores rurais que estão, agora, numa rodovia entre a minha cidade natal, Bela Vista, e Antônio João.

Novamente, Sr. Presidente, trata-se de conflito entre indígenas e produtores rurais, só que tomou uma proporção muito grande. Há uma quantidade muito grande de índios. Segundo me informaram, cerca de mil índios ocupam cinco propriedades, no total de aproximadamente 10 mil hectares, propriedades cujos proprietários estão lá. É o caso, por exemplo, da família Silva, do falecido Sr. Pio Silva. Acho que não faz nem três meses que ele faleceu. E eu já disse: faleceu com 100 anos. Há 20 anos iniciou-se esse conflito, e ele não o viu resolvido.

Os seus filhos e as outras propriedades, que são cinco, estão inconformados. A força policial está lá, tentando garantir, mas é muito provável que aconteça o enfrentamento.

Daí meu nervosismo, minha preocupação, porque, Sr. Presidente, eu já tratei desse assunto aqui inúmeras vezes. Recentemente, estive com o Ministro da Justiça e disse para ele: “Essa questão lá, na fronteira, é muito séria, porque é uma região onde as pessoas, eu digo, são diferentes mesmo.”

Eu estou vendo que os produtores de outras cidades, como de Maracaju, de Jardim, estão se reunindo em solidariedade aos proprietários que tiveram as suas terras invadidas.

Senador Blairo Maggi, nós vamos, se Deus quiser, votar, na semana que vem, quarta-feira, a nossa PEC, que eu acho que é um instrumento. Como é que você vai pedir para um produtor rural que está lá há 50, 60 anos que deixe tudo aquilo para trás sem nenhum tipo de indenização? E, aí, a PEC que nós temos aí, a chamada PEC nº 71, autoriza ou garante a indenização da benfeitoria e o valor da terra nua.

E se não sair essa indenização, que é muito improvável, o que vai acontecer lá é um enfrentamento entre índios e não índios, portanto brasileiros que estão lá. Há denúncia, de que há, por parte do Cimi – e não estou afirmando, são denúncias das lideranças –, que é ligado à Igreja Católica, lamentavelmente, além de mentor, patrocina essas invasões.

É preciso, que, neste momento, façamos um apelo ao Ministro da Justiça e até ao Ministro da Defesa, ex-Senador da República, ex-Governador da Bahia, Jaques Wagner, que autorize o Exército brasileiro a agir lá, porque os produtores rurais não vão sair e os índios não querem recuar.

Há um distrito, Presidente, distrito, do Município de Antônio João, de gente simples, gente humilde, e os indígenas dizem que o distrito é terra indígena e as famílias foram obrigadas a sair. É gente simples, gente humilde, e foram obrigados a sair das suas casas e irem para Antônio João, e esse distrito totalmente ocupado também por essa mobilização indígena.

Então, eu quero colocar aqui a minha angústia e dizer que um enfrentamento desses não vai... É iminente. Vai acontecer.

Os produtores agora estão na rodovia. As rodovias estão bloqueadas porque eles estão acusando o Cimi, de que fica levando alimentos – e, claro, se existem mil índios, esse contingente precisa de manutenção. Então, eles estão também mobilizados. E estão chegando muitos produtores nessa região para adentrar a área onde estão os índios. E aí vejam o que pode acontecer!

É claro que o Governo do Estado está preocupado com isso também, eu imagino. O Presidente da Funai esteve lá, mas não adianta. É aquela coisa de que vai, fala, mas não acontece nada. E só têm aumentado as invasões, isso sem falar na invasão também dos chamados sem-terra.

Então, é um conflito que está se generalizando no meu Estado. E isso nós não vamos admitir.

Senador Delcídio, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Delcídio Do Amaral (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Moka; meu caro Presidente, Senador Dário Berger; demais Senadores e Senadoras, eu quero registrar aqui, Senador Moka, a lucidez do histórico que V. Ex^a faz aqui, um histórico muito competente e de uma forma muito verdadeira da realidade que Mato Grosso do Sul vive hoje. É inadmissível que nós, em Mato Grosso do Sul, estejamos enfrentando uma situação como a que enfrentamos e temos enfrentado nas últimas semanas, especialmente com o clima dentro de um cenário que vai, cada vez mais, tornando-se conturbado. Esse clima tem trazido uma insegurança jurídica muito preocupante para o nosso Estado e, em função desses conflitos, tem criado impasses que vão não só prejudicar a nossa economia, mas especialmente vão levar muitas dificuldades no que se refere às atividades produtivas e no que se refere às etnias indígenas. Então, eu vejo isso com muita preocupação, Presidente, como o Senador Moka, de uma forma muito competente, está aqui explanando. Nós estamos chegando... Já passou do limite. Eu acho que a Bancada de Mato Grosso do Sul tem feito um trabalho – e aqui eu incluo os Deputados Federais, Deputada Federal, Senadores e a Senadora Simone –, nós temos feito um esforço grande para tentar harmonicamente, através do diálogo, resolver essa questão. Fruto de um trabalho intenso que foi feito ao longo dos últimos anos, foi encontrada uma saída, Senador Moka. No caso da demarcação de terras

indígenas, foi encontrada uma saída. Que é o quê? A indenização da terra nua, porque, no nosso Estado – para alguns Senadores que talvez não conheçam o nosso Estado –, as terras são tituladas. As terras de Mato Grosso do Sul são tituladas, são terras produtivas. E pessoas foram para lá quando o Presidente Getúlio Vargas começou essa migração de famílias para a região oeste, para não só interiorizar o desenvolvimento do País, como guarnecer nossas fronteiras também. E isso é estratégico, isso é soberania para um País. Essas famílias lá se instalaram, e lá produziram, e lá ajudaram o Mato Grosso do Sul e ajudaram o Brasil, focadas no agronegócio. A despeito de o Brasil estar enfrentado muitas dificuldades em vários segmentos, o agronegócio tem dado uma resposta adequada, principalmente em Mato Grosso do Sul, como em Mato Grosso, do nosso querido Senador Medeiros. Mas esses conflitos têm que acabar, e a proposta que surgiu desse debate, lá na Buriti, é a indenização da terra nua, porque o art. 231, dentro daquilo que pautou a Constituição... A Constituição determina a indenização só de benfeitoria. Encontramos essa saída, discutindo também com o Ministério da Justiça, com o Governo Federal, mas a realidade é que nós não chegamos a um acordo, principalmente em função das avaliações que foram procedidas pelo Incra, com a participação também da Funai. E nós, com uma solução que pode ser adotada para o Brasil inteiro, não avançamos. Agora o Senador Moka está dizendo, com justa razão, que nós estamos enfrentando dificuldades que estão se alastrando na região de Antônio João, que era já uma região conflitada e que agora entra novamente num processo a que nós precisamos dar um basta, respeitando as nossas etnias. Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil. Lá nós temos os guaranis-kaiowás e nós temos os terenas. E temos também uma classe produtora muito competente. Nós precisamos buscar a solução. A solução está posta. Agora, recentemente, o Senador Moka e a Senadora Simone trabalharam em um texto de uma proposta de emenda à Constituição – se não me engano, é a PEC 71. Essa PEC 71, que estamos para aprovar, e o Senador Blairo Maggi é o Relator, dá segurança jurídica para o Governo indenizar terra nua e estabelecer, de uma vez por todas, uma metodologia que pode ser utilizada em vários Estados brasileiros que tenham o perfil, porque o Centro-Oeste não é parecido com a Amazônia, que é terra devoluta. No Centro-Oeste, as terras são todas tituladas. Quero aqui adiantar que, em função disso, falei hoje com o Dácio, em Antônio João, conversei com o prefeito, acionei o Deputado Antônio Carlos Biffi, que está na região, e comuniquei imediatamente ao Ministro José Eduardo Cardozo o drama que estamos vivendo. E nós precisamos buscar uma solução! Marquei uma reunião nossa, meu caro Senador Moka, dos Senadores, com o Ministro José Eduardo Cardozo, na próxima semana, porque temos que buscar uma saída. Não podemos esperar mais porque vamos ter conflitos fortes, inclusive com risco de perda de vidas. E a coisa mais rica que o nosso Estado tem é a nossa gente, é o nosso povo. Então, precisamos ter uma discussão ampla, estabelecendo, de uma vez por todas, um programa a ser implementado para encerrar esses conflitos. O Canadá, Sr. Presidente, acabou com as disputas por terras com as etnias indígenas estabelecendo um programa vigoroso no sentido de equacionar e pacificar, de uma vez por todas, essas demandas por demarcação de terras. Evidentemente, é preciso olhar para a produção do nosso Estado. Então, precisamos encontrar uma solução e avançar. Avançar também na Sesai, que cuida da saúde indígena, e avançar também nas políticas indigenistas, tão necessárias e tão importantes para preservarmos nossas etnias. Quando entrei aqui, ouvi o Senador Moka comentando – desculpe-me, Senador Moka, se estou me estendendo um pouquinho mais – a questão do próprio MST, a questão fundiária, onde nós temos um desafio grande no sentido de proporcionar infraestrutura necessária para que os nossos assentamentos funcionem, para que os assentamentos tenham água, tenham garantia de comercialização, tenham habitação, tenham assistência técnica. Então, esses dois focos são absolutamente fundamentais, e vim aqui fazer coro e registrar o meu apoio e o meu alinhamento absoluto com o discurso do Senador Moka, principalmente nesse tema tão importante e sensível para o nosso Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Delcídio, eu falei também com o Dácio Queiroz. Ele me disse o seguinte – eu pedindo, na verdade, pedindo paciência: “Meu amigo, não me peça isso, porque os produtores que estão aqui estão me pedindo para tomar uma atitude.” É claro, ele está vendo ali sua propriedade invadida, sendo destruída. Coisas que o pai dele, Sr. Pio, com 100 anos... Quer dizer, é uma vida inteira de trabalho. Isso não é... E ele disse para mim que faz reunião, faz reunião, mas não resolve o problema.

E aí – você conhece a fronteira –, essas pessoas, a impressão que eu tive é de que elas... “As autoridades não vão resolver, então nós vamos ter um contingente aqui de produtores, de homens, e vamos também topar esse enfrentamento.” Isso é que nós não podemos permitir, esse enfrentamento entre índios e não índios, porque, como disse V. Ex^a, não tenho dúvida de que, se houver um enfrentamento, como já aconteceu, vamos ter perda de vidas, e é o que estamos querendo evitar. É a nossa gente, é a minha gente!

É uma coisa que me deixa realmente muito sensibilizado, mas eu não tenho mais o que fazer. Amanhã, o presidente da Famasul está convocando uma reunião na Federação da Agricultura, e está chegando aquele limite em que se vai montar também... Aí é o pior dos cenários.

É preciso que o Ministro José Eduardo Cardozo entenda a urgência, a necessidade que nós temos de resolver esse conflito, sob pena de, realmente, amanhã ou depois, termos de dizer que, lamentavelmente, aconteceu o pior no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Senador Medeiros quer também apartear.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sim, pela importância do assunto, Senador Moka, porque também é uma realidade no Estado de Mato Grosso. No início do ano já houve vários conflitos... Não chegou a ser conflito, mas interdição de rodovias por parte de indígenas, mas creio que o caso mais emblemático seja sempre o de Mato Grosso do Sul. Precisamos mudar totalmente a concepção, essa forma de tratar, e o Senador Delcídio bem explicitou aqui. Não podemos compactuar com a situação de famílias que têm a titulação da terra, que estão na terra há 100 anos ou mais e, de repente, de uma hora para outra, recebem um laudo antropológico e dizem: "Essa terra agora é indígena e você tem de sair; e vamos pagar o curral e a tulha de milho que você tem aqui, e pode ir saindo". Isso é um absurdo! Nosso País tem que ter rumo. Ele não pode, a todo momento, sofrer um sacolejo jurídico. Reforço a importância dessa legislação da qual V. Ex^a está participando, a PEC nº 71, porque ela pacifica o campo, ela pacifica a área rural brasileira. O Brasil tem hoje a sua base econômica praticamente sustentada pela agricultura, pelo agronegócio, mas, daqui a pouco, muitos desses abnegados brasileiros que foram para o campo há 50 ou 60 anos vão começar a abandoná-lo. E vamos fazer o que com os nossos indígenas? Fico maluco da vida com certos entendimentos. Nós temos órgãos, pagamos fortunas para órgãos como o Incra, a Funai para não funcionarem, para atravancarem o Brasil. Em vez de se tentar integrar, conversar, não! Essas coisas não funcionam. No Mato Grosso, seria uma maravilha se a Funai não existisse. E creio que no restante do Brasil também. Este seria o momento de estar ajudando a resolver o problema, e não sendo parte dele. No momento em que o Senado, o Legislativo brasileiro se dispõe a encontrar uma solução, eles deveriam estar de braços abertos, querendo resolver. Mas parece que querem criar dificuldades, querem travar o País. É um absurdo! Compactuo da sua indignação e da indignação do Senador Delcídio, porque este País precisa caminhar. Nossos concorrentes, no cenário internacional, devem estar morrendo de dar risada com a nossa incompetência, com o nosso travamento, vendo-nos enrolar no cabelo das pernas e não conseguir andar. É por isso que um País deste tamanho é chamado sempre de o país do futuro, porque o nosso presente é se enrolar. Parecemos um balde de caranguejo: quando um está subindo, o outro está puxando a perna. É um absurdo! Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu encerro.

Até agora, tenho feito discursos, Senador Delcídio, no sentido de conter. Eu digo que vamos resolver isso através dessa PEC nº 71, um instrumento que permitirá ao Governo indenizar essas propriedades.

O que estou temendo agora é que as lideranças dos próprios produtores rurais, acuados por aqueles que têm as suas propriedades invadidas, e pela solidariedade que começa a incomodar também os outros produtores, mesmo aqueles que não têm propriedades invadidas. É uma solidariedade no seguinte sentido: "Nós não vamos deixar vocês serem invadidos!" Nesse momento, o esforço que a gente faz aqui é no sentido de resolver o conflito de forma harmônica, a evitar esse tipo de enfrentamento, e eu sinto que nós estamos muito próximos de não conter mais essas lideranças, e aí o conflito é eminente.

Agradeço ao Presidente, mas já disse que não vou ficar omissa quanto a isso. O Governo sabe disso, o Ministro da Justiça sabe disso,...

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... o Presidente da Funai sabe de tudo isso. Portanto, não é por falta de ação nossa em Brasília.

É preciso dar um basta, e que me desculpem o pessoal do Cimi, mas eles poderiam neste momento ajudar a conter esse tipo de enfrentamento e esperar uma solução pacífica. Não! Eles – pelo menos é o que se diz aqui – estão dizendo que ainda falta ocupar mais duas fazendas nessa região, para que se dê a totalidade do que eles dizem que é uma região indígena.

Portanto, Sr. Presidente, lamentavelmente essa é a minha preocupação. Agradeço o tempo e aos colegas que me cederam espaço.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Waldemir Moka, nesses sete meses em que convivo com V. Ex^a aqui, parece-me que hoje V. Ex^a demonstra mais preocupação, o que demonstra também a relevância desse conflito na sua terra, no seu Estado do Mato Grosso do Sul. Que bom que Mato Grosso do Sul tem V. Ex^a como representante, assim como tem o Senador Delcídio e a Senadora Simone Tebet! E eu quero oferecer a V. Ex^a a minha voz – sei que ela não é significativa – e a minha solidariedade, porque Santa Catarina também já passou por inúmeros conflitos dessa natureza.

O tempo vai passando, e não encontramos uma solução para um problema que parece simples e é existencial. E nós ficamos aqui solicitando, pedindo e implorando, para evitar o conflito, porque dele podem acontecer perdas humanas, e isso é o que não queremos. E queremos também que o direito à propriedade seja assegurado, como é assegurado na Constituição brasileira – não é possível que o Brasil ainda conviva, permanentemente, com esse tipo de conflito.

Portanto, quero dizer da minha admiração por V. Ex^a. Convivo com V. Ex^a em várias Comissões. Sei da sua situação e do seu compromisso com o seu Estado, e queria aqui hipotecar a minha mais completa solidariedade ao amigo, ao correligionário, porque eu percebo uma grande preocupação neste momento e espero que esse problema seja resolvido o mais rapidamente possível.

Hipoteco já o meu voto, a minha voz, a minha solidariedade também à PEC nº 71, que talvez seja um caminho para enfrentarmos esse problema.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Damos continuidade aos nossos trabalhos e agradecemos ao Senador Hélio José e também ao Senador José Medeiros, que gentilmente cederam a sua vaga ao Senador Waldemir Moka. Na verdade, também, Senador Hélio José, enquanto V. Ex^a vai ocupando a tribuna, parece-me que, nestes sete meses em que nós estamos aqui, foi uma das comunicações inadiáveis mais relevantes e mais expressivas que tivemos.

E quero destinar a palavra ao dileto e distinto amigo com quem convivo também, durante este período, no Senado Federal. V. Ex^a tem a palavra pelos próximos 20 minutos. E, se for preciso, com a concordância dos nossos próximos oradores, V. Ex^a tem aquela benevolência tradicional deste que se encontra hoje interinamente na Presidência do Senado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Dário Berger. A Presidência de V. Ex^a nos orgulha pela condescendência e pela delicadeza com que trata as questões. Eu queria cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar o povo de Santa Catarina, que trouxe V. Ex^a a esta Casa, para fazer com que ela fique cada vez mais harmônica. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu realmente concordo com V. Ex^a, o comunicado do nosso Senador Moka é preocupante, porque os nossos povos indígenas têm que ter seus direitos vistos, mas também não podem extrapolar. Eu acho que os órgãos de proteção têm que ter uma sensibilidade de entender ambos os lados. Por isso que eu acho que essa PEC nº 71 vai, de fato, dar um regramento que dê condição de as coisas caminharem de uma forma mais adequada. Então eu colaboro e apoio o Senador Delcídio e o Senador Moka nessa questão colocada.

Eu queria cumprimentar os nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado e dizer que eu vou falar hoje aqui sobre uma data que passou. No dia 21 último, nós celebramos o Dia da Habitação, uma importante política pública para o nosso povo brasileiro, porque a habitação é aquele pedacinho de terra sagrado onde o cidadão está e só pode ser incomodado, ou ser interpelado, ou alguém entrar naquele recinto, ou com a anuência do dono; ou num flagrante delito, numa situação em que possa estar havendo algum acidente ou possível morte, coisa e tal, para evitar a morte da pessoa, a perda de uma vida humana; ou com autorização judicial. Então, habitação é uma política pública muito importante com a qual eu colaboro e defendo.

E, no dia 21, último, foi comemorado o Dia da Habitação. Eu estou falando, hoje, aqui, pela Liderança do PSD, que tem, aqui, quatro Senadores da República: o nosso querido Otto Alencar, o nosso Omar Aziz, Sérgio Petecão e eu, Hélio José, aqui do Distrito Federal. E, em nome dos nossos Senadores da República, eu não podia deixar de falar sobre essa data importante.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, gostaria de registrar que, no último dia 21, celebramos o Dia da Habitação, dia em que foi promulgada a Lei nº 4.380, de 1964. Esse dispositivo foi a primeira política estruturante efetiva para o histórico problema de falta de moradias em nosso País. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu art. 25, reconhece que toda pessoa tem o direito a um nível de vida suficiente que lhe assegure a saúde e o bem-estar, incluindo o direito à moradia adequada. Nossa Constituição de 1988 também garantiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, prevendo a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas do Governo: União, Estados e Municípios.

No Brasil, Sr. Presidente, a questão habitacional é um problema que teve início já no final do século 19 – com grande êxito rural – com a formação e o crescimento desordenado das cidades brasileiras. Depois da metade do século 20, ficou evidente que o êxodo rural e o aumento de nossa população acentuaram esse cenário – em 50 anos, cerca de 120 milhões de pessoas passaram a morar nas cidades. Como consequência da

ausência de uma política habitacional sólida, testemunhamos o aumento de favelas, cortiços, loteamentos irregulares e autoconstruídos, todos carentes de um suporte social mais efetivo por parte do Poder Público.

Nesse contexto, nobre Senador José Medeiros, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação pela Lei nº 4.380, de 1964. O objetivo era, sobretudo, facilitar a aquisição da casa própria pela população de baixa renda. Gerido pelo governo militar, o sistema era composto pelo Banco Nacional de Habitação, Banco Social com recursos oriundos do FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos, destinado às rendas superiores. O sistema ainda se completava pela atuação das companhias habitacionais estaduais e municipais, as cooperativas habitacionais e as caixas de pensão, que executavam as obras e, do ponto de vista financeiro, também foi instituída a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social.

Apesar do reconhecimento de que, a partir de 1964, houve um incremento da produção habitacional, era uma porcentagem baixa frente à demanda historicamente maior das classes mais pobres. Para se ter uma ideia, até 1986, somente 25% das novas moradias no País foram financiadas pelo Banco Nacional de Habitação, nobre Sr. Presidente. Vale ressaltar que o formato desse sistema perdurou até meados da década de 1980, quando, com a redemocratização, a sociedade finalmente pôde ter participação mais efetiva na formulação das políticas habitacionais; até então, Sr. Presidente, havia um sério descompasso da ação pública com as demandas da população.

Tenho certeza de que novos paradigmas foram criados com a promulgação de nossa Constituição. No decorrer das décadas seguintes, diversos movimentos emergiram, clamando pelo direito à moradia e à cidade. Foi um importante passo da sociedade para canalizar a demanda de operários, trabalhadores informais, subempregados e desempregados que, como milhões de brasileiros, não tinham sequer uma moradia digna. Eram famílias que viviam de aluguel, de favor ou em áreas de risco pelas periferias urbanas do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em decorrência das crises econômicas, os anos 1990 testemunharam uma escassez ainda maior das moradias populares. Os dados do crescimento no número de moradores em favelas foram alarmantes. Em 1970, apenas 1% da população da cidade de São Paulo vivia em favelas. Pasmem, Sr. Presidente, em 2000 essa população saltou para nada menos que 20%. Em outras capitais, o quadro era até mais dramático: 33% da população nas favelas em Salvador, 40% em Recife, chegando a 50% em Belém.

Quer dizer, a dificuldade habitacional é muito grande nas nossas metrópoles.

Isso ampliou o interesse dos brasileiros na condução das políticas públicas habitacionais. Os movimentos sociais tiveram participação fundamental na formulação de diretrizes e princípios que norteariam os avanços a que assistimos na década passada. No governo do Presidente Lula, Sr. Presidente, foi construído um vasto arcabouço regulatório da habitação, além da criação do Ministério das Cidades – hoje ocupado pelo nosso Presidente nacional, o Ministro Gilberto Kassab –, que ampliou as instrumentalizações dessas políticas.

O quadro foi de profunda transformação. Em 2002, investíamos R\$7 bilhões em habitação, para todas as faixas de renda; em 2009, chegamos a R\$62 bilhões. E as populações de baixa renda, que representavam 32% dos investimentos, em 2002, chegaram a atingir 77% dos investimentos em 2007, estabilizando-se em 64% em 2008 e 2009. Então, 32%, em 2002, Sr. Presidente; chegou a 77%, em 2007; e estabilizou-se em 64% em 2008 e 2009.

Esse é o investimento na área de habitação. É muita coisa. E nós sabemos, o senhor que já foi prefeito de uma metrópole, como Florianópolis, também de São José, eu acho, sabe dessa dificuldade habitacional nas metrópoles, nas grandes cidades brasileiras, e que realmente o Minha Casa Minha Vida, programa como Morar Bem não tem ainda dado conta o suficiente para poder ajeitar e humanizar mais esses ambientes de moradia, o que precisa ser cada vez mais visto pela nossa infraestrutura.

Entre os motivos dessa impressionante evolução, Sr. Presidente, destaco a promulgação da Lei nº 11.124, de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O fundo valorizou o conceito de produção social da moradia, chegando a repassar, em média, mas de R\$1 bilhão por ano, entre 2008 e 2011, para Estados, Municípios e o Distrito Federal. Foi um aumento inequívoco da preocupação do Governo com a questão habitacional. Entre os importantes programas surgidos na década passada, Sr. Presidente, gostaria de destacar o Crédito Solidário, em 2004; o PAC Urbanização de Favelas, em 2007; e, sobretudo, o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009.

O Minha Casa Minha Vida, Sr. Presidente Dário Berger, foi um projeto pioneiro na solução do déficit habitacional brasileiro. O programa oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas, como o subsídio para famílias com renda de até R\$1,6 mil, além de facilitar o crédito para famílias com renda de até R\$5 mil.

E com o aumento da oportunidade de aquisição da casa própria pela população, o programa demonstrou, ainda, ser um importante catalisador de nossa economia, estimulando fortemente o setor da construção civil. Como exemplo disso, em 2010, após um ano de atividade, o Minha Casa, Minha Vida atingiu a meta inicial de

um milhão de contratações. O novo objetivo, em sua segunda fase, de 2011 a 2014, foi construir dois milhões de moradias, das quais 60% seriam voltadas para famílias de baixa renda – Faixa 1, Faixa 2.

Atualmente, aguardamos o lançamento da Fase 3 do programa. Compartilho da ideia de que, no longo prazo, novos condicionantes devam ser incluídos. Creio ser fundamental que consideremos a sustentabilidade e o uso de fontes energéticas renováveis e limpas, como a fotovoltaica e a eólica, nos novos projetos habitacionais. Também cito aqui a questão da pirólise, que pode se aproveitar; o lixo orgânico, para gerar energia e evitar a poluição do chorume; e outras questões que são importantes para esses novos assentamentos, Sr. Presidente.

O Minha Casa, Minha Vida é um programa de vanguarda. Como tal, certamente é uma forma eficaz de promoção de mudanças em nossa forma de conceber o meio ambiente e o futuro que queremos deixar para nossos filhos e netos.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Dia da Habitação é uma data em que podemos rever o que foi feito até agora, avaliar os erros e os acertos e trazer novos desafios.

A habitação, Sr. Presidente, é um dos eixos de meu mandato. Para se ter uma ideia, no Distrito Federal, em 2012, o Novo Cadastro da Habitação chegou a contar com cerca de 330 mil candidatos inscritos – isso no Distrito Federal, em 2012 –, dos quais, 301 mil pela Relação de Inscrições Individuais e quase 29 mil pela Relação de Inscrições por Entidade – cooperativas e associações. Ainda que muitos dos inscritos não se enquadrassem no perfil de falta de moradia, não deixa de ser um sério indicador da falta de habitação própria em uma das unidades da Federação com maior renda *per capita* do País, que é Brasília. Então, nós, aqui, temos 330 mil demandantes.

Não podemos deixar de lembrar, Sr. Presidente, que muitos brasileiros ainda não exerceram um de seus direitos básicos: o de ter um lugar para morar.

Espero que, a cada ano que possamos relembrar essa importante data, tenhamos cada vez mais motivos de celebração pelas conquistas alcançadas. Isso é muito importante.

Era isso que eu queria dizer sobre o Dia Nacional da Habitação, comemorado no último dia 21.

Queria aqui, concluindo, convidar a todos os nossos ouvintes, porque amanhã estarei promovendo uma audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, sobre a crise da saúde em Brasília e no Brasil e novos rumos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Essa audiência pública ocorrerá de 8h30 às 12 horas, no intuito de apontarmos perspectivas ao Governo do Distrito Federal e ao Ministério da Saúde sobre a grande crise que vivenciamos hoje em relação à, além de outras políticas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos juntos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Prezado amigo e Senador Hélio José, quero apenas acrescentar, enquanto chamo para ocupar a tribuna o Senador José Medeiros, um dos Senadores mais jovens e atuantes da nova geração que temos aqui, que um dos direitos fundamentais mais sublimes e mais consagrados também na Constituição é o direito à habitação. Não há coisa mais importante do que o nosso lar, o nosso recanto.

V. Ex^a, como engenheiro, representante do Distrito Federal, aborda um tema extremamente relevante, porque ainda há um déficit habitacional muito grande, que precisa ser enfrentado com um novo olhar, um olhar mais social, um olhar de atendimento aos mais necessitados, aos mais carentes, aos que precisam. Imagine os nossos semelhantes que não são proprietários da própria casa, do próprio lar.

Em pleno século XXI, no Brasil, um país rico como este, de dimensões continentais, eu acho que deveria haver habitação para todos. Nos últimos tempos, o Governo Federal tem avançado substancialmente. Entretanto, há um longo caminho a percorrer, e eu vejo que V. Ex^a levanta uma bandeira social extremamente importante e relevante.

Eu quero me associar a esse novo Senador, que está em todas as comissões, em todos os pronunciamentos, todas as semanas, e que dignifica muito o Distrito Federal.

Tenho muito prazer de ser seu amigo, seu companheiro, e de representar Santa Catarina aqui, junto com V. Ex^a representando o Distrito Federal.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Dário Berger, e dizer que sua sensibilidade é realmente, para nós, muito importante. V. Ex^a é uma pessoa que só conquistou amigos nesta Casa. É muito bom conviver com V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado a V. Ex^a também.

Com a palavra agora, o eminente Senador José Medeiros, outro Senador jovem também, combativo e atuante, um grande amigo que conquistamos no Senado Federal nesses primeiros meses de atuação.

V. Exª tem a palavra pelo tempo de vinte minutos ou mais, se desejar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras carinhosas.

Sr. Presidente, quero cumprimentar todos que estão na Casa neste momento, todos que nos assistem pela TV Senado e que nos acompanham pelas redes sociais também, porque nós aqui vamos falando e as pessoas vão acompanhando e comentando pelas redes sociais.

Mas, Sr. Presidente, todos conhecem a pujança rural do Estado de Mato Grosso. Tanto a agricultura como a pecuária mato-grossense exibem elevados padrões de eficiência e produtividade. E tenho repesado, desde que cheguei nesta Casa, a importância que o Estado de Mato Grosso tem na geração de divisas e no equilíbrio da balança comercial brasileira. Isso em face da pujança, do espírito de pioneirismo dos nossos produtores, que para o Estado de Mato Grosso foram quando ainda não havia estrada, quando as poucas que existiam eram estradas de chão, enfrentando atoleiros, enfrentando doenças como a malária.

E aqui presto homenagem aos bravos sulistas, que foram muitos. Óbvio que a população de Mato Grosso é composta de nordestinos, mineiros, por todos os brasileiros, mas ali é praticamente uma filial do Sul, Senador. Essas pessoas foram para lá e construíram um Estado rico. E não podemos ver o esforço dessas pessoas ser desperdiçado em função das péssimas condições das vias utilizadas para o escoamento de nossas riquezas.

Essas pessoas foram para Mato Grosso e produziram no Cerrado, onde, há bem pouco tempo, há menos de meia década, só se produzia mandioca. Já que a mandioca está tão famosa, tão cantada em verso e prosa, eu digo: ali, no Cerrado, só se produzia essa raiz. Mas essas pessoas foram para lá, produziram tecnologia e conhecimento, e hoje o Cerrado é um dos biomas em que mais se produz. O índice de produtividade do Cerrado não deixa a dever a país algum.

Mas, Sr. Presidente, tudo isso cai por terra se essas pessoas não conseguirem vender seus produtos, não conseguirem escoar as riquezas que geraram ali. E muitos já estão desistindo porque, em algumas regiões do Estado de Mato Grosso, produz-se uma carga de milho e gasta-se outra para levar até o porto, só de frete.

Recentemente, a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) realizou uma pesquisa. Há cinco anos, ela faz uma espécie de estradeiro, considerado o maior programa itinerante. Foi feito um balanço sobre a situação das rodovias do Estado. Este ano, na edição do projeto que tem por objetivo levar informações técnicas de qualidade aos bovinocultores de corte de pequeno, médio e grande porte do Estado, participaram nada menos que 5.362 pessoas, nos 30 Municípios com relevância para o setor.

Eles foram percorrendo o Estado, Sr. Presidente. Começaram a coletar as demandas do campo, verificar quais são as necessidades de cada região que o projeto percorre. Desse modo, a associação se mantém sintonizada com os problemas vividos nos mais distantes polos produtores de carne bovina do Estado. Todos esses problemas são posteriormente expostos aos gestores públicos do Estado, na expectativa de que as providências necessárias à sua solução sejam encontradas. Eles formam praticamente uma comitiva itinerante e anotam as demandas para depois apresentá-las.

Nesse contexto de observar a realidade vivenciada no interior do Estado de Mato Grosso, na ponta da cadeia produtiva da carne bovina, a entidade se vale dos deslocamentos realizados pelo projeto Acrimat em Ação para confeccionar um relatório que avalia as condições das estradas percorridas, tanto as pavimentadas como as não pavimentadas.

A leitura desse relatório permite que se tenha um panorama bastante detalhado das condições das estradas de Mato Grosso, sendo, a partir daí, possível dimensionar os impactos causados pela má condição da malha rodoviária na bovinocultura de corte, tanto no transporte dos bovinos como no bem-estar desses animais.

Estou aqui citando a bovinocultura e citei a agricultura, Senador, porque é justamente esta a base da economia do Estado de Mato Grosso: um grande rebanho e uma grande quantidade de produção de grãos, mas que depende, justamente, da infraestrutura para que a economia vá bem.

Além dos significativos impactos econômicos, o relatório da Acrimat é também motivo de grande preocupação por evidenciar os graves riscos a que a população mato-grossense está exposta ao percorrer as estradas do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a caravana da Acrimat em Ação 2015 percorreu milhares de quilômetros ao longo de quatro rotas. São elas: de Cuiabá até Pontes e Lacerda, de Cuiabá até Brasnorte, de Cuiabá até Vila Rica e de Cuiabá até Nova Bandeirante.

De modo geral, e com algumas poucas e honrosas exceções, o que o relatório mostra – inclusive por meio de numerosas fotografias – é o péssimo estado das rodovias, com pavimentos danificados, acostamentos

inexistentes ou em más condições, falta de faixas adicionais, sinalização ausente ou sem visibilidade, curvas perigosas sem placas e sem defensas metálicas de proteção.

O relatório não mostra, mas, há poucos dias, transitando entre a cidade de Cuiabá e Nobres, encontrei uma coisa que penso que seja caso raro no mundo: uma rodovia com pista de mão dupla que, de repente, se afunila e surge uma ponte em que passa apenas um carro.

Eu fiquei imaginando como alguém pode pensar numa bestialidade daquela. Aquilo é uma burrice relinchante, Senador, porque imagine, à noite, dois carros batendo num negócio daquele ali – e mesmo de dia. É uma pista de mão dupla, mas, de repente, na ponte só há uma mão para passarem dois carros. É uma coisa surrealista, mas existe lá. Quem for visitar – aproveito para fazer propaganda do Município de Nobres, um dos locais mais lindos do Brasil, bem similar, parecido com Bonito, com água transparente e peixes – verá que, para ir ao Município, existem três ou quatro pontes nesse mesmo molde. Merece o Guinness!

No caso da rota de número um, chama a atenção, por exemplo, o trecho da BR-174 com a MT-339, partindo do Município de Porto Esperidião até o Município de Glória D'Oeste. Segundo o relatório da Acrimat, os pavimentos da pista de rolamento e do acostamento estão destruídos, o que leva os veículos a trafegarem em baixíssima velocidade. A sinalização horizontal é inexistente, e há muitos buracos grandes no trecho. Em muitos outros trechos, como naquele da MT-175, que parte do Município de São José dos Quatro Marcos até o Município de Mirassol D'Oeste, o relatório aponta que o pavimento da pista de rolamento apresenta afundamentos, ondulações e buracos.

Já na rota de número dois, a caravana do Acrimat em Ação enfrentou grandes dificuldades, entre outros, no trecho entre Juína e Aripuanã. Esse trecho da MT-183 é mais conhecido como Estrada da Morena e tem aproximadamente 200km, todos eles sem asfaltamento, com pontes de madeira roliça ou aplainada de baixíssima qualidade, estreitas e que colocam em risco qualquer tipo de veículo.

As fotografias constantes no relatório são, de fato, impressionantes, impressionantes por se tratar de um Estado que praticamente é um celeiro, um Estado que praticamente alimenta o País e boa parte do mundo. No trecho entre Aripuanã e Colniza, percorrido pela MT-174 e pela MT-418, a pista de rolagem é estreita, sem pavimentação asfáltica e com muita erosão, havendo numerosas pontes com urgente necessidade de manutenção.

Ainda na rota de número dois, o percurso entre Colniza e Cotriguaçu foi realizado na MT-206 e na MT-170, ambas sem pavimentação asfáltica, estreitas e com pontes com necessidade de manutenção. Segundo o relatório da Acrimat, essa rodovia não apresenta as mínimas condições para tráfego de transporte de carga viva.

Na rota de número três, o trecho da BR-158, que vai do Município de Água Boa até o Município de Ribeirão Cascalheira, apresenta os pavimentos da pista de rolamento e do acostamento destruídos, obrigando os veículos a trafegarem em baixíssima velocidade e em zigue-zague pela via. A sinalização horizontal e vertical é pouco visível, e as defensas metálicas de proteção, embora necessárias, estão ausentes. Há incidência de buracos grandes no trecho.

Faço esse detalhado e até enfadioso relato, Sr. Presidente, porque tenho falado constantemente aqui que as estradas não estão boas, mas tenho falado genericamente e parece que tem sido uma voz a clamar no deserto. O Governo tem feito ouvidos de mercador, e é por isso que eu estou sublinhando, listando, fazendo esse relatório aqui minucioso de como está a situação do Estado de Mato Grosso.

E continuo: no trecho da MT-240, utilizado para deslocamento entre Água Boa e Cocalinho, também na rota de número três, foram verificados pontos de atoleiro, mas o aspecto mais crítico foi a inexistência de sinalização das curvas perigosas e das pontes. E, por falar em ponte, faço uma ressalva: há uma ponte em Cocalinho que já está há um ano pronta, mas suas cabeceiras não foram feitas. E há essas contradições: há poucos dias aqui, o Senador Capiberibe falou de uma ponte em Amapá e a Guiana em que foi feito o lado francês e o lado do Brasil não foi feito. Então, nós temos essas contradições, mas o aspecto mais crítico foi a inexistência de sinalização, Sr. Presidente, em estradas perigosíssimas.

Já no trecho da MT-326, que vai de Nova Nazaré até Cocalinho, além dos pontos de atoleiro e da falta de sinalização, foram constatadas as precárias condições das pontes de madeira, que apresentam necessidade urgente de reforma. Esse foi, também, um dos trechos percorridos pela caravana em que é necessário utilizar uma balsa para a travessia de um rio.

Realizando a rota de número quatro, a caravana do Acrimat em Ação encontrou uma das rodovias em piores condições ao percorrer o trajeto entre Nova Bandeirantes e Monte Verde. Trata-se de um trecho de 60 quilômetros percorridos na MT-417 e na MT-218, ambas sem pavimentação asfáltica.

Senadora Ana Amélia, eu estou aqui relatando ponto por ponto, e V. Exª poderá observar o quanto seus irmãos gaúchos sofrem para produzir naquele Estado de Mato Grosso.

Eu digo isso, Senador Presidente, porque eu até brinco com a Senadora Ana Amélia de que o Mato Grosso é uma espécie de filial do Rio Grande do Sul, mas às vezes as pessoas só contam os sucessos. Às vezes, vem o

Senador Blairo Maggi aqui, um dos maiores produtores do mundo, e pensa-se que é só sucesso. Não se imagina o quanto que, por exemplo, o pai dele, ele próprio e sua família tiveram que abrir picada, até, para passar a produção. Não podemos ficar aí nisso. O Brasil é um dos atores principais na produção agrícola no mundo, no agronegócio, não pode ficar à mercê dessas condições precárias.

E nós temos batido, aqui, incansavelmente, na necessidade de que esses Estados exportadores recebam um fundo de compensação pelas exportações. Para quê? Justamente para fazer as pontes que estão faltando, para remediar essas estradas, que já não servem mais para trafegar.

Eu ressalto, Senador, que a economia desses Municípios depende do bom estado de conservação dessas estradas. O relatório da Acrimat destacou a existência de pontes com necessidade de manutenção e a ausência de sinalização vertical. O documento aponta a necessidade de reparar as estradas para dotá-las de condições de trafegabilidade.

Como disse anteriormente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são exceções as estradas do Estado de Mato Grosso que se encontram em boas condições, sendo geralmente aquelas que se encontram concedidas à iniciativa privada. Um exemplo é o trecho de 851km da BR-163 entre os Municípios de Itiquira e Sinop, entregue aos cuidados da Concessionária Rota do Oeste. Entre Rosário Oeste e o Posto Gil, localizado no quilômetro 507, essa rodovia está quase toda duplicada, com exceção de parte da serra em Nobres. O trecho possui canteiro central, sinalização vertical e horizontal satisfatória.

E aqui lamentamos o fato de que o trecho que ficou sob responsabilidade do DNIT, entre Rondonópolis e Cuiabá, que é um dos maiores gargalos do Estado de Mato Grosso, porque ali é praticamente a cintura do Brasil, a BR-364 e 163 são os únicos eixos que ligam o sul do País ao norte do País, e nesse trecho, especificamente, essas rodovias se sobrepõem e criam-se filas imensas. Quando você passa de avião à noite você vê praticamente uma cobra iluminada, que é a Rodovia BR-364 e 163. Mas justamente esse trecho não foi concedido. Ficou de o DNIT fazer essa parte, mas foi concedida a rodovia, era para o DNIT entregar, mas o que aconteceu?

As empresas terminaram a parte delas, as empresas concessionárias terminaram a parte delas, as praças e pedágios já estão montadas nesse trecho, no próximo mês começarão as cobranças de pedágio, e a duplicação da rodovia não ficou pronta.

Mas, continuando, Sr. Presidente, no trecho da BR-158, que vai do Município de Porto Alegre do Norte até o Município de Confresa, os pavimentos da pista de rolamento e do acostamento estão em perfeitas condições. As sinalizações horizontais e verticais existem e são visíveis. As curvas perigosas possuem placas legíveis e visíveis.

Esse é também o caso do trecho da MT-130, que vai do entroncamento com a BR-070 até o distrito de Alto Coité, onde há cobrança de pedágio e obras em andamento. Os pavimentos estão em ótimas condições nesses locais, as sinalizações horizontais e verticais estão presentes e visíveis e as curvas perigosas estão bem sinalizadas, ainda que sem defensas metálicas de proteção completas.

Sr. Presidente, o relatório da Associação dos Criadores de Mato Grosso apresenta, com muita clareza, a realidade da logística disponibilizada para o transporte da produção da pecuária bovina de Mato Grosso. E, ao fazê-lo, o documento desnuda um perverso paradoxo: de um lado, exige-se dos produtores a adoção de métodos e técnicas que garantam alto padrão de qualidade para a carne produzida; de outro, é oferecida a eles uma infraestrutura de transporte que acarreta impactos muito negativos à qualidade do seu produto.

Estudos recentes desenvolvidos pela Acrimat, em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e com a Universidade Federal de Mato Grosso, apontaram que o transporte de gado bovino provoca, em média, perda de peso de 2,6%, o que significa quase 13kg por animal.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – No pior dos casos, Sr. Presidente, observou-se perda superior a 42kg em um animal.

Em termos econômicos, essas perdas representam, para os produtores, a exorbitante quantia de R\$700 milhões ao ano. Mas os prejuízos não se limitam à perda de peso dos animais. Dependendo da característica do hematoma e, em especial, da sua localização no corpo do animal, os prejuízos prosseguem na cadeia, pois algumas peças se desvalorizam até pelo formato do corte sofrido.

E isso se dá, Sr. Presidente, porque hoje o nosso mercado consumidor é de países extremamente exigentes. E nesse mercado, também os concorrentes estão atentos. Qualquer anomalia, se não houver qualidade na prestação, nós perdemos aquele mercado.

E já partindo para o final, Sr. Presidente, esse relatório foi feito justamente...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... e eu o trouxe aqui justamente no sentido de mais uma vez cobrar do Governo Federal, do Ministro Joaquim Levy, o cumprimento da promessa do pagamento de um Fundo de Compensação das Exportações, o FEX, porque o ex-Senador e atual Governador do Estado tem feito de tudo para tentar recuperar essas rodovias, mas os Estados estão mal conseguindo pagar a folha. Agora, fica aquela dificuldade, se não fizer a infraestrutura, a economia não produz, se não tem produção, muito menos vai ter com que pagar, e cada vez mais nos afundamos, em um ciclo infundável.

E, aqui, nós temos feito muitos pronunciamentos, não só eu, mas a Senadora Ana Amélia e tantos outros Senadores que representam Estados exportadores, mas está chegando a um ponto em que não dá mais. E nós vamos ter que partir para medidas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... que não seriam o ideal, porque o diálogo nós temos procurado. E eu já tenho proposto, e quero aprofundar este debate, no sentido de começarmos a trancar a pauta, porque o País não pode parar.

E concedo, com muita honra, um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador José Medeiros, eu queria cumprimentá-lo por voltar a este tema, e com essa preocupação que V. Exª tem com o desenvolvimento do seu Estado. Hoje, conversando com o Senador Blairo, falávamos sobre a questão do milho no Mato Grosso, com a dificuldade de logística, tema exatamente abordado por V. Exª. E é uma produção em grande escala, como existe hoje no seu Estado, e acabaram encontrando um caminho para fazer etanol de milho, que foi uma forma de ali mesmo fazer o valor agregado. Mas, isso é, veja só, a última instância, a alternativa para resolver um problema que é a falta de logística, o que também afeta os preços do milho, que é o mais baixo do País em função dessas deficiências em logística. Também queria associar-me a essa preocupação de V. Exª com a questão da famosa Lei Kandir. Os Estados exportadores não cobram o ICMS, que é o principal imposto, que é a principal receita dos Estados, com a União tendo a obrigação de devolver para os Estados exportadores, devolver aquilo que lhe é devido pela Lei Kandir do benefício concedido pelo ICMS. Então, eu queria lhe dizer que estou solidária nas manifestações de V. Exª. Temos pedido... Eu até apresentei um projeto, Senador Medeiros, que é trocar, fazer um acerto de contas, melhor dizendo, contábil até, o crédito que os Estados, como o Mato Grosso ou o Rio Grande do Sul têm com a União, trocar esse crédito pelo nosso débito no percentual necessário.

(Soa a campanha.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Seria uma forma mais justa, mais adequada de aliviar também a questão do acordo da dívida que os Estados têm. Eu apresentei esse projeto. Espero que haja cobertura dos nossos colegas, especialmente da Comissão de Assuntos Econômicos, e poderemos ter aí uma saída alternativa para isso. Meus cumprimentos pela preocupação constante com as questões de logística, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Projeto muito criativo que, neste momento em que o Governo também está em dificuldades, seria importante. Seria bom para todos os Estados diminuir seu percentual de endividamento, e o Governo também não precisaria desembolsar. Esperamos que isso seja aceito, Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado pela tolerância Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que é isso, Senador José Medeiros?

Enquanto eu convido, para fazer uso da tribuna, o Senador Lindbergh Farias, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Não, não, Senador, daqui mesmo do meu assento, da minha cadeira.

O Senador Lindbergh Farias presidiu, com muito brilho, a nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria apenas dizer que, nesta semana, eu usei a tribuna para falar sobre uma decisão tomada pelo Prefeito da cidade de Santa Cruz do Sul, Telmo Kirst, de reduzir os salários, coletivamente, dos 13 secretários de Estado, em R\$3 mil cada secretário, para, até o final do ano, com isso fazer uma economia de R\$200 mil e aplicar essa economia em saúde, em educação e nas necessidades emergenciais do Município.

Eu entendi que isso foi uma decisão espontânea, que não poderia passar pela Câmara de Vereadores, porque só valeria no exercício seguinte. Então, eu achei um gesto e até fiquei feliz, Senador Lindbergh. O Bom Dia Brasil deu a notícia com destaque, porque a situação dos Municípios... E aí está o prefeito de Nova Iguaçu, como tal também o prefeito de São José, na Grande Florianópolis, na Região Metropolitana de Florianópolis, que sabem bem das dores por que um prefeito municipal passa. Hoje, com a crise que afeta a União, os Esta-

dos e os Municípios, os primos pobres é que sofrem mais. Mas a decisão do prefeito foi de extrema dignidade. Eu acho que valeu.

Hoje, o prefeito de Bento Gonçalves tomou uma decisão também. Veja que, na hora em que se fala em reoneração, ele faz o caminho inverso para estimular os empreendedores. Desonera integralmente do ISS, que é o Imposto sobre Serviços, uma receita do Município, todo empreendimento, de qualquer área, na totalidade, de qualquer tamanho, não importando se é pequeno, médio ou grande, qualquer um, e também do IPTU, enquanto a obra daquele empreendimento estiver em construção. Só vai pagar o IPTU depois que a obra estiver concluída e em funcionamento o prédio.

Eu queria saudar o Prefeito Guilherme Pasin,...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...um jovem prefeito de 32 anos, que está dando uma demonstração clara de que iniciativas criativas podem resolver aquele problema que, muitas vezes, encaminhamos pelo lado fácil: aumentar imposto para resolver os problemas de caixa das prefeituras.

Acho que essa ideia é criativa, porque você aumenta receita com um empreendimento novo no Município e desonera, porque quem paga a conta, no final das contas, é a população. E todos os senhores, como foram prefeitos, sabem mais do que eu que não fui prefeita. Se eu for um dia prefeita, será da minha querida Lagoa Vermelha, onde nasci.

Muito obrigada, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª só não foi prefeita, porque não foi candidata. Se fosse candidata, seria prefeita.

Senador Lindbergh, deixe-me fazer um pedido, em nome dos bons tempos, quando V. Exª me liderava.

Senadora Ana Amélia, o Senador Lindbergh Farias era presidente da Une e eu era estudante da Universidade Federal de Santa Catarina. Colaborei em um episódio chamado novembrada, em Santa Catarina, quando era Presidente da República o General Figueiredo; o Ministro das Minas e Energia, se não me engano, era César Cals e o Governador era Jorge Bornhausen.

Lá iniciamos – vamos dizer assim – a Une iniciou um grande movimento pela redemocratização do País. Foi uma confusão total. E encontrei aqui, no Senado Federal, nada mais, nada menos, o meu Presidente. Isso nos aproximou substancialmente e quero agradecer.

Quero pedir um minuto da sua atenção só para que eu possa participar do pronunciamento do Senador José Medeiros, Senadora Ana Amélia, que está relacionado fundamentalmente à logística propriamente dita.

Acho que a logística do nosso País, infelizmente, está atrasada pelo menos 20 anos. O agronegócio cresceu e este País ainda está vivo, porque cerca de 40% das nossas exportações são do agronegócio. Se não me engano, quase 30% do PIB está relacionado ao agronegócio. Por que digo isso? Porque, se V. Exª me permitir, no final do mês passado, mês de julho, ainda no recesso, eu tive oportunidade de fazer uma visita ao Oeste Catarinense. Evidentemente que, para ir ao Oeste Catarinense, a gente para em Chapecó, uma cidade próspera, vibrante, atuante, um polo de desenvolvimento econômico e social impressionante. Uma cidade que cresce além dos índices nacionais e cresce com qualidade de vida.

Bem, passei por lá e assinamos um convênio, juntamente com o Doutor Valter Gallina, que é o presidente da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). E eu não preciso expressar para V. Exª a importância que a água e o saneamento hoje representam para as nossas cidades, principalmente as nossas cidades urbanas.

E o que nós fizemos lá? Um grupo de prefeituras se reuniu e implantou um consórcio chamado Iberê – iberê significa água limpa –, e a Casan foi lá para aportar um recurso para incentivar ou ajudar na preservação das nascentes, das matas ciliares, etc.

Bem, partindo dali, eu tive a oportunidade de ir ao Município de Maravilha, que tinha sofrido uma extraordinária enchente naquela oportunidade, porque Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, vira e mexe, nós somos acometidos por esse tipo de intempérie. Visitei a nossa prefeita, nossa companheira, correligionária, Rosi Maldaner, esposa do Deputado Federal Celso Maldaner, quando expressei a minha solidariedade.

No dia seguinte, fomos a Pinhalzinho assinar uma ordem de serviço para ampliação da rede de água e ampliação do reservatório. Uma reivindicação de vinte anos daquela população, que, no verão, sofria com a falta de água, naquele momento.

Depois, fui ao Município de Coronel Freitas, muito próximo a Chapecó, que sofreu uma enchente extraordinária também no final do mês de julho. Digo isso e, aí, você pode me perguntar o seguinte: “Ah, mas o que tem a ver isso com o pronunciamento do Senador José Medeiros?”. Bem, tem tudo a ver porque o fato mais importante de toda essa peregrinação foram as estradas federais no Oeste Catarinense, que realmente se

encontram ou se encontravam num estado deplorável, lastimável, buraco aguardando no acostamento para entrar na pista.

E isso provocou na população, Senadora Ana Amélia, Senador Lindbergh Farias, uma indignação e uma revolta muito grandes e encontraram em mim, representante de Santa Catarina, um elo para fazer, então, as suas justas, legítimas, fortes e firmes reivindicações.

Sensibilizado com aquilo, fui até o Vice-Presidente da República, que recebeu uma comitiva de prefeitos. Fomos exigir a recuperação da estrada. E isso, realmente, veio a acontecer. Portanto, o problema das estradas federais não é um problema de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, mas um problema que vem se generalizando em toda Santa Catarina.

Com relação ao processo de concessão da Presidente da República, do Governo Federal – e já passamos de uma discussão ideológica com relação a esse assunto –, se não temos recursos, temos que fazer essas concessões, desde que seja por um preço justo, desde que seja com transparência, desde que seja com uma disponibilidade de fazer com que as obras aconteçam num curto espaço de tempo, para que possamos ver essa triste realidade sendo resolvida o mais rapidamente possível.

Felizmente, tivemos êxito e hoje as estradas estão merecendo, vamos dizer assim, uma certa recuperação. E destaco isso porque o Oeste Catarinense é o celeiro da produção agrícola de Santa Catarina, é o maior produtor de carne suína, é o maior produtor de aves e é o maior produtor de leite de Santa Catarina e um dos maiores do Brasil.

Assim, quero me associar às preocupações do Senador José Medeiros, para também fazer a defesa do meu Estado.

Por ordem, se V. Exª me permitir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Senadora Ana Amélia sempre tem precedência sobre nós.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Primeiro, eu gostei muito, Senador Dário Berger, da lembrança e da evocação desse jovem que aqui continua sendo revolucionário, desde a novembrada, lá nos anos de 79, até hoje. É bom porque percebemos o Senador Lindbergh, também revolucionário, defendendo as causas sociais, as pessoas portadoras de deficiência. Ele tem muito carinho com as pessoas portadoras da síndrome de Down. É uma pessoa muito voltada para todas essas coisas.

Trabalhamos juntos na Comissão de Assuntos Econômicos e isso é sempre uma preocupação. Então, ele está compartilhando toda essa sua preocupação com a realidade catarinense, que é também a do Estado do Rio de Janeiro, que ele defende tão bem aqui nesta Casa.

Eu só queria complementar essa história das rodovias, até para um esclarecimento.

Ontem, a Comissão do Pacto Federativo que o Presidente Renan Calheiros designou ser criada e que será presidida pelo Senador Walter Pinheiro e terá como Relator Geral o Senador Fernando Bezerra – dela fazem parte a Senadora Simone Tebet, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Blairo Maggi –, todos compuseram em votar, por unanimidade, uma proposta do Senador José Serra, que prorroga um convênio feito, no início dos anos 2000, entre o Governo Federal e os Estados em relação às rodovias federais. O Governo manda recursos para que os Estados realizem esse trabalho de manutenção.

Se não for renovado esse convênio, a situação dos Estados vai ficar ainda muito mais dramática, do ponto de vista financeiro. Então, isso é necessário e nós, ontem, aprovamos. Isso vale para Santa Catarina, vale para todos os Estados, inclusive para o Rio Grande do Sul.

Eu gostaria apenas de dar essa informação, porque votamos ontem, com muita dificuldade para conseguir o quórum.

Havia a audiência pública, na CCJ, do Dr. Rodrigo Janot. E o Senado deu uma demonstração de grande respeito e de grande compromisso com o País, nesta hora, votando. Houve o apoio da Bancada do PT, que toda votou. Até anunciaram, mesmo sendo o voto secreto. Eu gostei que o Líder anunciou que o PT estava favorável à indicação do Dr. Rodrigo Janot.

Todos os partidos fizeram manifestações, e foi um gesto simbólico dizer que o Senado apoiava a indicação da Presidente Dilma Rousseff, que agiu com muita correção nesse particular.

Então, eu queria pedir desculpas ao Senador Lindbergh e também me associar e dar essa informação, que penso ser relevante não só para o conhecimento dos governadores, mas também da população, que espera a colaboração desta Casa.

Muito obrigada e parabéns, Senador Lindbergh; parabéns, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Lindbergh, essa é a Senadora Ana Amélia.

Agora, com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex^a, pelo tempo regimental ou pelo tempo que V. Ex^a desejar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero começar agradecendo as palavras desta grande Senadora, talvez a Senadora mais presente aos trabalhos do Senado Federal, de segunda-feira a sexta-feira. É impressionante como está em todas as comissões. Muito obrigado pelas palavras.

Quero agradecer também ao Senador Dário Berger, que começou como líder estudantil. Foi um grande prefeito e, hoje, está fazendo um grande trabalho no Senado.

Eu achei importante V. Ex^a falar, até para que as pessoas entendam o papel do Senador, da sua atuação no Estado. Nós trabalhamos aqui, mas se V. Ex^a não fizesse essa peregrinação, conversando com as cidades, com os prefeitos, com os vereadores, com a sociedade, V. Ex^a não teria visto o problema, não teria resolvido o problema das estradas federais lá em Santa Catarina.

Então, o bom Parlamentar tem que equilibrar o seu trabalho parlamentar aqui, mas tem que haver a presença do outro lado, senão você se distancia concretamente da vida das pessoas.

Eu vou, hoje, Senador Dário Berger, falar sobre o nosso sistema tributário, porque nós estamos no meio de uma discussão de um ajuste fiscal, nós sabemos dos problemas fiscais que o Brasil enfrenta, mas nós vamos falar de como esse sistema tributário brasileiro é injusto, é regressivo, penaliza centralmente trabalhadores e classe média. Os mais ricos pagam muito menos impostos do que os trabalhadores e as classes médias.

Queremos aqui apresentar um conjunto de propostas que tem um impacto fiscal muito grande. Se o Governo luta para aumentar a arrecadação, nós podemos mostrar aqui que nós podemos aumentar muito a arrecadação fazendo justiça tributária.

Então, começo o meu discurso, Presidente, Senador Dário Berger, dizendo que nós diminuimos a desigualdade e fazemos justiça social de duas formas, na hora em que você executa o Orçamento, que você faz políticas públicas, gastos sociais.

Nesses últimos 13 anos, nos governos do PT, nós tivemos um grande avanço. Diminuimos a desigualdade do País muito em cima do gasto público. Só que a outra ponta ainda falta muito. A outra ponta é você diminuir a desigualdade e fazer justiça social melhorando a arrecadação, para que os que podem mais tenham uma contribuição mais significativa.

Nesse terreno, eu vou mostrar aqui neste meu discurso que nós estamos muito atrasados. O Brasil tem um sistema tributário dos mais regressivos e injustos do mundo. Há muitos números que revelam que a classe média, os trabalhadores e os mais pobres são aqueles que pagam uma carga excessiva.

Segundo estudo do Ipea, os 10% mais pobres destinam 32% das suas rendas para pagar impostos. Enquanto isso, os 10% mais ricos pagam somente 21%.

Em outro estudo do Ipea, é revelado que o estrato intermediário dos declarantes de Imposto de Renda em 2013, cerca de 1,5 milhão de pessoas com rendimento entre R\$162 mil e R\$324 mil por ano, paga 11,5% do total da sua renda.

A situação é muito distinta entre os muito ricos. Os muitos ricos, 71.440 pessoas com renda em torno de R\$4,2 milhões, pagam apenas 6,1%. Isso ocorre porque grande parte de suas rendas não é tributável, porque recebem lucros e dividendos de suas empresas, que são isentas de tributação quando são recebidas por pessoa física.

A verdade, Senador Dário Berger, é a seguinte: se você é funcionário público, assalariado, ganha R\$5 mil, você paga uma tabela de Imposto de Renda de 27,5%. No entanto, o sócio de uma grande empresa do País que recebe R\$200 mil por mês às vezes paga nada, porque ele pode, no seu salário, que é um salário pequeno formalmente – mas o salário vem travestido de distribuição de lucros e dividendos e que, no Brasil, infelizmente, desde 1995, não é tributado. Eu vou explicar isso aqui.

O Brasil precisa fazer uma reforma tributária, além de socialmente justa, pois evitaria que o país tivesse problemas orçamentários governamentais. Se o “andar de baixo” pagasse impostos com uma carga justa e o “andar de cima” pagasse de acordo com sua capacidade, teríamos um grande incremento na nossa arrecadação.

É preciso reformular vários aspectos do nosso sistema tributário. Desde a carga excessiva sobre o consumo até o imposto sobre grandes heranças e doações. É preciso repensar e reformular pelo menos os seguintes pontos:

1) Zerar o imposto sobre alimentos. É preciso zerar os impostos estaduais e federais sobre todos os alimentos. Os impostos sobre os alimentos estão em torno de 17%. É muito alto e injusto. Por exemplo, quando uma pessoa rica ou um pobre comprem frutas, ambos pagam 22% de impostos. Para as pessoas mais ricas, esse é um valor irrisório, mas, para os mais pobres, o imposto pode ser o limite entre comprar ou não comprar uma outra fruta. Na Inglaterra, não há impostos sobre alimentos. Em 34 estados americanos, também não há. Os impostos indiretos, isto é, aqueles que não incidem diretamente sobre a renda e o patrimônio, são quase

sempre injustos, porque a alíquota é a mesma para diferentes cidadãos com diferentes capacidades contributivas. A maior parte dos impostos indiretos vai para os Estados e o Distrito Federal – que podem perder muito, ou podem ficar inviabilizados, se houver uma redução drástica, embora justa, dos impostos indiretos e, especialmente, sobre os alimentos. Contudo, os Estados e o Distrito Federal deveriam ser compensados com a instituição de novos impostos, por exemplo, IPVA para jatinhos, helicópteros, iates e lanchas, ou com o aumento da alíquota de impostos sobre heranças e doações, ou ainda com parte de um imposto sobre grandes fortunas.

Eu falei aqui de helicópteros, jatinhos e iates, porque não sei se V. Ex^a sabe que, no Brasil, quem compra um carro zero paga imposto, IPVA e quem compra um jatinho, quem compra um helicóptero, quem compra um iate não paga imposto.

2) Tributar lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas – vou tentar explicar resumidamente. A empresa paga o salário ao trabalhador e desconta imposto de renda na fonte, isto é, o trabalhador já recebe o seu salário descontado. Aqueles que ganham salários médios pagam alíquota de 27,5. A empresa também transfere lucros e dividendos aos seus donos, contudo, de acordo com a legislação, o empresário não precisa descontar nada; lucros e dividendos são transferidos das empresas para os empresários, que estão isentos de qualquer tributação.

O lucro recebido pelo empresário deveria ser tributado, é uma renda tal como o salário, que é gerado dentro de uma fábrica, por exemplo. E não seria bitributação. Há tributação do lucro na pessoa jurídica e, depois, quando é transferido para pessoa física, deveria, sim, pagar imposto. Afinal, quem paga imposto não é o montante que circula na economia, da empresa para o empresário, mas, sim, a pessoa física e a jurídica. Primeiro, pagou a pessoa jurídica e, depois, deveria pagar a pessoa física. E sempre foi assim. Essa isenção, que considero absurda, teve início em 1995, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a Lei nº 9.249. Antes disso, a alíquota era de 15% de imposto de renda retido na fonte. Se o Governo restabelecesse essa alíquota de 15%, isentando os participantes do Simples, o potencial de arrecadação estaria entre 35 e 40 bilhões por ano, um impacto fiscal enorme.

3) Tributar remessa de lucros para o exterior. Essa isenção da retirada de lucros das empresas, aprovada durante o Governo Fernando Henrique, também vale para as grandes multinacionais. Aconteceu também no final de 1995.

Então, por extensão, as empresas estrangeiras que têm matrizes ou outras filiais no exterior querem mandar seus lucros para fora do País. Sabem quanto pagam de imposto? Zero. Faz-se distribuição de lucros e dividendos com remessa ao exterior e não paga nada de imposto! Somente nos últimos dois anos remeteram mais de US\$52,5 bilhões para os Estados Unidos, Europa, Japão e paraísos fiscais.

Para essas empresas não basta essa enorme facilidade, fazem outros artifícios que reduzem ainda mais os impostos que pagam ao Fisco brasileiro. Por exemplo, compram matérias-primas de suas empresas no exterior a preço elevado, assim transferem recursos a mais para o exterior, num movimento dentro da própria multinacional, e aumentam suas despesas no Brasil. Assim, o lucro aqui é menor e a multinacional paga menos impostos.

Na hora de exportar, também utilizam outro mecanismo: vendem seus produtos a preços baixos para suas filiais em paraísos fiscais que “reexportam” os produtos para o destino final. Então, o lucro no Brasil é menor e, portanto, pagam menos impostos. Em verdade, fazem apenas operações contábeis com suas filiais em paraísos fiscais, porque enviam diretamente mercadorias para o verdadeiro destino. A operação com paraísos fiscais é essencial para reduzir os lucros que auferem no Brasil e para que parte do lucro já fique depositada em um país onde a tributação inexistente.

Sr. Presidente, este é o quarto ponto que nós apresentamos como proposta:

4) Estabelecer o pagamento anual de IPVA para helicópteros, jatinhos, iates e lanchas. Muitas das propriedades dos ricos e bilionários são isentas de impostos. Aqueles que possuem iates, lanches, jatinhos e helicópteros não pagam impostos relativos a essas propriedades, mas, o trabalhador – como eu falei há pouco – que tem um carro popular paga IPVA todos os anos. Somente em São Paulo, há mais de 400 helicópteros e algumas das embarcações de luxo são verdadeiros apartamentos flutuantes, possuem cinco suítes e são decoradas com requinte, porém, não pagam um centavo de impostos.

Muitos alegam que esses veículos estão sob controle federal e já pagam taxas, por exemplo, à Capitania dos Portos e ao Ministério da Aeronáutica. Entretanto, taxas têm uma significação completamente diferente daquela referente a impostos. Taxas são pagas para fins específicos e para manutenção de controle; impostos têm finalidade arrecadatória e de promoção da justiça social. Um bem pode pagar uma taxa e um imposto. É o caso de apartamentos em muitas cidades, que pagam o IPTU e taxa de incêndio ao Corpo de Bombeiros – V. Ex^a, que foi prefeito, conhece bem. O IPVA é um imposto estadual e do Distrito Federal. No passado, alguns Estados tentaram cobrar IPVA desses veículos. Em 2007, a questão foi parar no Supremo Tribunal Federal, que decidiu que tais veículos estariam isentos de impostos assemelhados ao IPVA.

Para superar os entraves legais e para que Estados e Distrito Federal possam cobrar o IPVA desses veículos, eu apresentei uma PEC, a PEC nº 116, de 2011, que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, à espera da designação do relator.

5) Aumentar a alíquota máxima do imposto sobre grandes heranças e doações. Não estou falando aqui de pequenas heranças, de quem deixa um apartamento, de quem deixa um carro; estou falando aqui de grandes heranças. O imposto sobre grandes heranças e doações é muito baixo no Brasil. A alíquota máxima que pode ser cobrada por Estados e Distrito Federal é decidida pelo Senado Federal.

A alíquota máxima, hoje, é de 8% – foi uma decisão de 1992. Mas, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde mora a maioria dos ricos e bilionários do Brasil, cobra-se no máximo 4%. Deveria ser estabelecida uma tabela progressiva, isentando pequenas heranças e doações e tributando, de forma justa, as grandes.

Apenas Ceará, Santa Catarina e Bahia são exemplos de Estados que têm tabela progressiva e que praticam a alíquota máxima permitida, que é de 8%. O Estado do Maranhão também está estabelecendo uma tabela progressiva, já que tinha uma alíquota única para todos os valores de bens.

Uma tabela progressiva deveria relacionar valor da doação e parentesco. Quanto maior o valor e mais distante o grau de parentesco, maior seria a alíquota. Portanto, uma tabela com essa envergadura acabaria com as distorções que hoje existem quando um filho herda um imóvel de porte médio e tem que pagar imposto sobre herança – e deveria ser isento.

Agora, quando vamos olhar a comparação internacional, é preciso que se diga: na Inglaterra, a alíquota do imposto sobre herança é de 40%; no Chile, 35%; na França, 60%; no Japão, 55%. Não estou falando aqui de nenhum país socialista, estou falando de Inglaterra, Chile, França e Japão. Nós só cobramos 8%.

6) Estabelecer imposto sobre grandes fortunas.

A Constituição de 88 estabeleceu que a União pode cobrar imposto sobre grandes fortunas, mas o poder econômico, dentro e fora do Congresso, impede a sua efetivação. Esse imposto existe, por exemplo, na França, no Uruguai, na Argentina e em muitos outros países. Esse não é um imposto que atingiria a classe média, mas faria com que os ricos e bilionários pudessem ser solidários com os mais necessitados. Aliás, hoje esse imposto é chamado, na França, de imposto de solidariedade. Incidiria sobre ativos reais e financeiros passíveis de ser transmitidos por herança e doação. Não haveria bitributação. Deveria ser descontado todo o imposto já pago sobre um bem. Por exemplo, o valor do IPTU seria descontado do imposto de grandes fortunas. Não haveria fuga de fortunas para o exterior. A experiência da França, por exemplo, mostra que o número de declarantes e o valor arrecadado têm crescido ano após ano.

O grau de concentração da riqueza deve ser o parâmetro para o estabelecimento de alíquotas. O Brasil tem dezenas de bilionários e milhares de ricos que não fazem solidariedade fiscal aos mais necessitados, simplesmente porque são aliviados pelo sistema regressivo que possuímos. Segundo a revista *Forbes*, os dez brasileiros mais ricos têm uma fortuna de 266 bilhões. São donos de meios de comunicação, bancos, redes de *fast-food*, cervejarias, empreiteiras, frigoríficos, fábricas de massa e biscoito. A mesma revista informa ainda que o Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... tem 65 bilionários.

7) Extinguir uma jabuticaba, só existe no Brasil: juros sobre o capital próprio.

Quero fazer justiça à Senadora Gleisi Hoffmann, que é Relatora de um projeto do Governo Federal que aumenta a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido dos bancos de 15% para 20%. Essa foi a proposta do Governo Federal que devemos aprovar no Congresso Nacional. A Senadora Gleisi Hoffmann colocou no seu projeto inicial, no seu relatório inicial a extinção desta aberração que são juros sobre capital próprio. Infelizmente, ela não conseguiu construir maioria da Comissão e foi retirado.

A Senadora foi muito correta também quando aumentou a contribuição de 15% para 23%. Também não atingiu maioria na Comissão e teve que voltar aos 20%. Mas o esforço da Senadora Gleisi foi muitíssimo importante. Eu fico a pensar no *lobby* que existiu por trás dessa movimentação para que se retirasse a extinção dos juros sobre capital próprio e não se elevasse sua Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido dos bancos para 23%, porque o Brasil todo está fazendo um grande esforço fiscal, um grande ajuste e os bancos nunca ganharam tanto, Senador Dário Berger. Então estava certa a Senadora Gleisi. Nós queremos retomar essas emendas na hora de votar o projeto aqui no plenário.

Então, juros sobre capital próprio. Vou tentar explicar essa jabuticaba que só existe aqui no Brasil. É o seguinte: os empresários recebem lucros de suas empresas e não são tributados, mas a empresa paga impostos sobre o lucro que foi apurado. Durante o Governo Fernando Henrique, foi inventada uma fórmula, Lei nº 9.249, para reduzir contabilmente os lucros das empresas, para que pagassem menos impostos. Mas o lucro verdadeiro continuaria o mesmo.

Vamos à fórmula mágica: o dinheiro do empresário que é colocado na empresa, chamado de capital próprio, é considerado um empréstimo do dono da sua empresa. Então a empresa tem que pagar juros ao seu dono. Logo, o dono recebe juros da sua empresa sobre o seu próprio capital. Em suma, recebe da empresa juros e lucros. E isso beneficia a pessoa jurídica, a empresa, porque suas despesas aumentaram com o pagamento de juros, o que faz seu lucro cair e, dessa forma, tem que pagar menos impostos, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido.

Quando a empresa toma empréstimos para iniciar um negócio é correto que possa abater do lucro as despesas de juros, porque essa é uma forma de compensar o risco que a pessoa jurídica assumiu para gerar empregos e renda. Mas quando não há risco junto a terceiros, quando o capital da empresa é o capital do seu próprio dono, a operação de redução fictícia do lucro por meio de juros pagos ao dono da empresa nada mais é do que uma forma legal de sonegar impostos. Isso é uma grande distorção, é um absurdo, é maquiagem a realidade transformando o capital próprio do empresário em empréstimo a sua empresa.

Esse pessoal é muito criativo, Senador Dário Berger. Isso é de uma criatividade incrível! E, infelizmente está na nossa legislação desde 1995. Não existe País do mundo que tenha juros sobre capital próprio.

8) Reformar a legislação do Imposto Territorial Rural.

Tem que ser revista a legislação sobre o ITR. Segundo a Receita Federal, o ITR representa apenas 0,04% de toda a arrecadação tributária brasileira.

Há uma grande concentração fundiária no Brasil. Apenas 1% dos proprietários rurais detém 43% das terras, todas com mais de dez mil hectares. Existem latifúndios e latifundiários, mas não existe arrecadação correspondente.

A atual legislação estimula que terras permaneçam improdutivas e sejam utilizadas como ativos em um jogo especulativo de valorização. Entretanto, terras deveriam ser paraísos ecológicos da sociedade e produtoras de alimentos saudáveis para o mercado interno.

O ITR tem que sofrer uma reformulação que leve em conta o tamanho das terras e a quantidade e a qualidade de sua produção. O modelo predominante no Brasil de latifúndios com terras improdutivas ou monoculturas voltadas para a exportação tem que ser superado.

O ITR tem que ser um instrumento de uma política de estímulo à agroecologia familiar de produção de alimentos para o mercado interno. Esse é o caminho para a produção de alimentos saudáveis, que são produzidos sem agrotóxicos e sem fertilizantes químicos, e também representa uma estratégia de oferta de alimentos a preços acessíveis ao mercado consumidor interno.

Item 9, Sr. Presidente. Eu já estou perto de terminar.

9) Repensar a estrutura do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Justiça tributária é feita quando os impostos são cobrados sobre renda e patrimônio.

Como vimos – esta é a grande distorção aqui no Brasil –, impostos indiretos são injustos, cobram a mesma alíquota de ricos e pobres. Mais de 50% de nossa arrecadação vêm dos impostos indiretos cobrados sobre aquisição de bens ou contratação de serviços.

No Brasil, somente 18% da arrecadação tributária vêm do imposto cobrado sobre a renda e 4% do total vêm de arrecadação de impostos sobre o patrimônio. São 22% em arrecadação de impostos sobre renda e patrimônio. Isso é muito pouco. Nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, essa soma é superior a 50%. Os impostos indiretos têm um peso muito menor. Volto a dizer que não cito aqui nenhum país socialista. Estou falando de Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

É na declaração de rendimentos que está revelada a verdadeira capacidade contributiva de cada cidadão. No supermercado, somos todos iguais perante o caixa.

Portanto, devem ser estimulados estudos e propostas de reformulação da estrutura atual do Imposto de Renda da Pessoa Física. Há pontos cruciais a serem equacionados. Trabalhadores e classe média estão sobrecarregados. Ricos e milionários estão aliviados. A arrecadação é baixa, como a proporção da arrecadação total.

A tabela de alíquotas contém graves distorções. Por exemplo, quem ganha R\$5 mil por mês paga a mesma alíquota de quem ganha R\$150 mil por mês. Só que aqui há uma questão, Senador Dário Berger: é difícil alguém receber R\$150 mil como salário. Ou a pessoa vira pessoa jurídica e paga 15% ou faz distribuição de lucros e dividendos e não paga nada. Então é importante entendermos essa distorção na questão das alíquotas do Imposto de Renda.

A alíquota máxima no Brasil é de 27,5%; nos Estados Unidos, é de 39,6%, porque há alíquotas maiores para quem ganha mais; no Chile, é de 40%; na Bélgica, 50%. As evidências internacionais mostram que países menos desiguais têm mais alíquotas na tabela e a alíquota máxima que atinge os ricos é bem elevada.

Sr. Presidente, há muita desinformação sobre a questão tributária. A sociedade precisa conhecer esse assunto, precisa ser chamada a entendê-lo e a decidir sobre o tema. Esse é um assunto que poucas pessoas conhe-

cem com profundidade. Alguns pensam que a carga tributária é alta para todos, o que não é verdade. A carga tributária no Brasil é de aproximadamente 35% do PIB; na Alemanha, 37,1%; na Áustria, 42,1%; na Suécia, 44,5%. No Brasil, a carga tributária é alta para a classe média, para os trabalhadores e para os pobres. Outros pensam que nem pagam impostos, porque não sabem que existe imposto em cada produto ou serviço que adquirem.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Somente o entendimento pode levar à mobilização da sociedade e a mudanças no sistema tributário. Não há outro caminho.

Além da necessidade de se fazer uma reforma tributária para que tenhamos um sistema progressivo e justo, há outros problemas graves a serem enfrentados nessa esfera. O primeiro é a sonegação e o segundo, a cobrança da dívida ativa da União.

A sonegação no Brasil é altíssima. O Sinprofaz, Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, categoria que é responsável por cobrar impostos que são devidos à União, estima que a sonegação em 2014 foi da ordem de R\$518 bilhões. Estima ainda que, em 2015, a sonegação já atingiu R\$340 bilhões.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quem sonega imposto não é o trabalhador, que já recebe o seu salário com desconto feito na fonte. Também não são os mais pobres, que gastam todos os seus rendimentos em alimentos, transportes e serviços públicos. Eles pagam imposto no ato do consumo ou da aquisição de um serviço.

Quem sonega impostos são as grandes corporações, que movimentam volumes extraordinários de recursos e têm departamentos especializados em reduzir a carga de impostos que deveriam pagar.

Dívida ativa da União é a dívida comprovada de pessoas físicas e jurídicas com órgãos do Governo Federal, mas a maior parte dessa dívida, mais que 90%, é de natureza tributária. Após processo de averiguação em que foi atestada a existência da dívida, o Governo Federal, através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abre processos de execução fiscal.

Por falta de estrutura, a cobrança dessa dívida é muito lenta e ineficiente. Os procuradores trabalham sem equipamento adequado para investigação, com tecnologia ultrapassada e falta de pessoal qualificado de apoio.

De acordo com Achilles Frias, Presidente do Sinprofaz: “Se cada procurador tivesse pelo menos cinco pessoas no apoio, teríamos tempo para investigar mais, estudar estratégias e fazer um trabalho com foco em inteligência.

Mas hoje, diz Achilles Frias: “Não temos nem sequer um único servidor de apoio para cada procurador. E já está mais do que provado que para cada R\$1 investido na Procuradoria o retorno é de R\$820 para os cofres públicos”.

Os últimos números oficiais da Dívida Ativa da União, divulgados no *site* do Ministério da Fazenda, são de 2012. A dívida tributária é estimada em R\$990 bilhões, mas somente um terço desse montante são recuperados por ano. Hoje, a dívida tributária já ultrapassa R\$1,1 trilhão.

Segundo o mesmo Achilles Frias: “Os procuradores da Fazenda nacional têm buscado sensibilizar o Governo no sentido de investir mais recursos na Procuradoria, para que possamos nos concentrar na cobrança desses grandes devedores. Se o Governo investisse na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Brasil não precisaria fazer o ajuste fiscal, porque teríamos condições de cobrar um estoque gigantesco de mais de R\$1 trilhão”.

Esse é o ponto, Sr. Presidente, encerro agradecendo V. Ex^a pela tolerância. Estou aqui já há 30 minutos falando. É uma fala para ficar registrada nos Anais, eu quero depois publicar esse texto.

Vou me dedicar muito a esse tema de uma tributação mais progressiva no País, estou fazendo parte dessa Comissão formada pelo Presidente Renan, os partidos já indicaram para discutir essa Agenda Brasil.

E nós vamos entrar com a nossa pauta, um dos pontos centrais da nossa pauta é esse: se o Governo tiver coragem de acabar com excrescência e abuso, como juros sobre capital próprio, distribuição de lucros e dividendos para remessa no exterior, nós temos condições de incrementar muito a arrecadação no próximo ano.

O que nós não podemos aceitar é que façam um ajuste em cima do andar de baixo, dos trabalhadores, dos mais pobres. É impressionante o peso e o *lobby* que existe, neste Congresso Nacional, das grandes corporações, quando a gente fala em aumentar tributação.

Senador, volto a repetir, a Senadora Gleisi quis aumentar de 15 para 23 a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, mas, aqui, armou-se uma grande frente contra isso. E eu acho que esse debate tem que estar claro para a sociedade, porque eu não entendo, quero que as pessoas assumam suas posições.

E nós, por isso, vamos apresentar, em relação à Contribuição Social do Lucro Líquido, uma emenda aqui no plenário para saber quem vai votar contra esse aumento de tributação para os grandes bancos brasileiros que nunca lucraram tanto.

Mas eu encerro dizendo o seguinte, Sr. Presidente, esse ponto que eu falei agora é muito importante sobre a cobrança dos devedores ter eficiência. A gente viu a Operação Zelotes, que surgiu aí há pouco, as maiores corporações do País envolvidas na sonegação. Então, esse é um debate que nós vamos fazer.

Na próxima terça-feira haverá a primeira reunião da Agenda Brasil. Eu discordo de inúmeros pontos daquela proposta ali apresentada. Nós não vamos aceitar a retirada de direitos de trabalhadores, a retirada de direitos de indígenas – e isto está nesta Agenda Brasil –, não vamos aceitar propostas que, na verdade, só favorecem ao grande capital; mas vamos apresentar a nossa agenda. E a nossa agenda, eu diria, terá como centro essa tributação mais progressiva, que incida sobre os que podem pagar mais, que são os ricos e bilionários do País, que pagam, proporcionalmente, muito menos impostos. E o outro ponto, que nós vamos centrar na discussão da Agenda Brasil, são medidas concretas para a retomada do crescimento econômico.

Senador Dário Berger, eu agradeço muito a V. Ex^a pela generosidade e tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Que é isso, V. Ex^a merece muito mais tempo, inclusive, porque não fez só um pronunciamento, fez uma palestra, deu uma aula de reforma tributária. Aliás, quero só acrescentar que eu acho que o modelo público precisa de uma reforma urgente, não só a reforma tributária, mas a reforma fiscal. Nós precisamos ter controles efetivos de acompanhamento da execução fiscal para não incorrermos em problemas que sistematicamente o Brasil incorreu, que não são desse Governo, mas de outros também. Mas não só a reforma fiscal, a reforma trabalhista, acho que nós precisamos aprimorar, desde que não se suprima direitos adquiridos ao longo de anos e anos de conquistas. E eu, Senador Lindbergh, não vim para cá para subtrair direitos, vim para cá para ampliar os direitos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Esse é o nosso grande objetivo. Evidentemente que dentro de um equilíbrio que possa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... se estabelecer e nós possamos avançar. Nós temos a questão do Pacto Federativo, do endividamento dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Então, resumindo, para não me alongar, eu acho que nós precisamos começar uma agenda nacional, em que o primeiro ponto seria a reforma do setor público, de maneira que ele pudesse ser mais eficiente, que ele pudesse atender melhor às pessoas, que nós pudéssemos ter um sistema de saúde realmente capaz de atender às pessoas em tempo real, porque saúde é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e viver melhor, e nós não temos uma estrutura capaz de fornecer esse atendimento hoje.

A questão da educação, em que nós discutimos tudo... Quer dizer, a educação passa por uma linguagem simples, no meu entendimento. Eu fui prefeito de duas cidades grandes de Santa Catarina...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... e efetivamente entendo que a maior forma de independência de uma nação e de um ser humano, individualmente falando, é aquela adquirida através da educação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... porque aí ele é um cidadão capaz de buscar as suas próprias oportunidades. E tem que se seguir uma receita simples: valorizar o professor para garantir o futuro dessa nação, o futuro dos alunos. Não é possível que um professor ganhe o que ganha hoje e seja responsável pela formação dos nossos jovens e das nossas crianças.

Eu vejo o Senador Edison Lobão, que é o Presidente da nossa Comissão, com muita honra, e por quem tenho uma admiração. Eu queria fazer, enfim, esse comentário dizendo que nós temos um grande trabalho pela frente. Eu acho que os caminhos são praticamente infinitos e tudo o que discutimos precisamos reformar, de certa forma. Que essa reforma seja uma fonte de inspiração para que nós possamos bem representar aqui os nossos Estados e o povo brasileiro!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu só queria dizer, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só um minutinho, por favor.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria dizer, Senador Dário Berger, que V. Exª, quando diz que não veio para cá para retirar direitos, veio para ampliar. Eu quero fazer o testemunho aqui, quando do debate da terceirização – porque aquele projeto que vinha para cá era um projeto que, no fundo, facilitava a redução salarial dos trabalhadores –, de que V. Exª teve um papel muitíssimo importante. Conversamos naquele período. – sabemos que é preciso haver várias reformas –, mas esse é o momento em que o trabalhador já é tão penalizado com o desemprego, com a diminuição da massa salarial. Então, eu só quero testemunhar a participação de V. Exª naquele processo em que acabamos colocando o debate das terceirizações nas comissões permanentes desta Casa.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Receba a minha admiração como sempre.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª foi o meu grande líder, dos bons tempos da juventude.

V. Exª sabe que partiu dali a grande revolução pela democracia no País...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ...Acho que poderíamos discutir mais sobre isso, sobretudo porque muitos companheiros nossos foram verdadeiros guerreiros. Se hoje nós temos um regime democrático agradecemos também àqueles estudantes que, naquela época, deram um passo importante rumo à democracia brasileira, do qual V. Exª foi e é o grande líder.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com muita alegria, muita satisfação, registramos aqui, Senador Lindbergh, a presença dos estudantes de Ensino Médio do Colégio Rio Branco, de Campinas, São Paulo.

Muito obrigado pela visita.

Sejam bem-vindos.

Pena que vocês chegaram no final da nossa sessão.

Então, de qualquer sorte, é um prazer recebê-los aqui.

Sintam-se à vontade no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não havendo mais matéria a tratar e nem oradores inscritos para a tribuna, declaro encerrada a presente sessão do dia 27 de agosto de 2015.

Agradeço aos nossos assessores e agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista, do Senador Aécio Neves, intitulada: “O PT atrasou o Brasil em 20 anos”, publicada pela Revista Veja em sua edição de 12 de agosto de 2015.

Segundo o Senador Aécio Neves, quanto mais insistir em falsear a verdade, mais distante o governo estará de recuperar as condições de governar. Em política, o ativo mais precioso é o tempo. E o PT perdeu esse tempo.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do editorial intitulado: “A tropa obedece”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 27 de fevereiro de 2015.

O editorial destaca que a lógica do conflito, que é sempre excludente, expõe uma visão distorcida da política e da vida social. Instigar o conflito social, como vem fazendo Lula e sendo cegamente obedecido por sua tropa, não acaba com a corrupção, não melhora o emprego, não torna o Estado mais eficiente, não contribui com a educação pública. É tática irresponsável de quem almeja governar sem o controle de instituições democráticas e sem o dever de prestar contas à Nação.

Por fim, gostaria de fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Fernando Gabeira, intitulado: “Onde está a saída?”, publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 29 de março de 2015.

O jornalista relatou que foi até o Congresso fazer a seguinte pergunta a uma dezena de políticos experimentados: Onde está a saída para a crise? Nenhum apontou uma saída imediata. É um cuidado razoável. O máximo que se consegue é apontar variáveis que possam definir o rumo da crise. O momento é verde-amarelo. Sem nenhum juízo de valor sobre símbolos históricos, quem o confundiu com o vermelho cometeu um erro

decisivo. O Estado não é um partido, uma política externa não pode refletir a cabeça da minoria, os direitos humanos não englobam apenas os escolhidos.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “O PT atrasou o Brasil em 20 anos.” Revista Veja.
- “A tropa obedece.” Jornal *O Estado de S. Paulo*.
- “Onde está a saída?” Jornal *O Globo*.

Entrevista AÉCIO NEVES

PEDRO DIAS LEITE

O PT atrasou o Brasil em 20 anos

O presidente do PSDB diz que o Brasil tem instituições para sair da crise política e estrutura para vencer a estagnação econômica, mas nada disso adianta com um governo sem rumo

Aécio Neves ainda não decidiu se vai se juntar ao povo nos protestos contra o governo da presidente Dilma Rousseff marcados para o próximo domingo, 16. Essa, no entanto, é uma das poucas dúvidas que o senador tem hoje quando o assunto é o governo do PT. Aécio está certo de que será quase impossível a Dilma Rousseff retomar as condições mínimas de governabilidade. O presidente nacional do PSDB diz que não há dúvida de que Dilma e seu antecessor se beneficiaram do maior esquema de corrupção já montado dentro do Estado brasileiro. “Falta apenas a Justiça comprovar que ela recebeu dinheiro ilegal na campanha”, diz Aécio, para quem um eventual processo de impeachment da presidente, se correr dentro dos limites constitucionais, não pode ser chamado de golpe. Diz ele: “Cumprir a legislação é respeitar a democracia”. Derrotado nas eleições de outubro, quando obteve 51 milhões de votos, o senador disse não saber quando virá para o PSDB o “chamado para tirar o Brasil da crise gravíssima que o PT criou”, mas que, no momento em que isso ocorrer, o partido estará pronto para atendê-lo.

O que é pior para o Brasil: três anos e meio de um governo agônico de Dilma Rousseff ou uma solução traumática como o impeachment? Não vejo como romper esse ciclo perverso de incompetência e de visão ideológica arcaica no qual o PT nos mergulhou sem um governo que resgate a confiança da população. Com o PT, o Brasil perdeu vinte anos de conquistas. A situação do país é muito grave, para qualquer governo. Mas só um governo que tenha capacidade de dizer a verdade à população — de forma que as pessoas reconheçam a razão dos sacrifícios, mas consigam enxergar lá adiante uma possibilidade real de melhoria — tem condições de encerrar essa espiral e dar

“Quanto mais insistir em falsear a verdade, mais distante o governo estará de recuperar as condições de governar. Em política, o ativo mais precioso é o tempo. E o PT perdeu esse tempo”



CRISTIANO MAIÚZ

Estado de São Paulo 27-02-2015

A tropa obedece



Após o ex-presidente Lula ter posto lenha na fogueira, pedindo que a companheira não fugisse do embate com a oposição – mesmo que fosse preciso recorrer à briga –, a tropa petista obedeceu. O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio de Janeiro, e atual prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá, postou em sua página no Facebook um texto que exprime bem a autoridade de que o comandante Lula ainda goza perante a sua militância.

Em sua página na rede social, Quaquá escreveu: “Contra o fascismo a porrada! Não podemos engolir esses fascistas burguesinhos de merda! Tá na hora da militância e dos petistas responderem (sic) esses fúps que dão propina ao guarda, roubam e fazem caixa dois em suas empresas, so-

negam impostos dão uma de falsos moralistas e querem achincalhar um partido e uma militância que melhorou (sic) a vida de milhões de Brasileiros. Vamos pagar com a mesma moeda: agrediu, devolvemos dando porrada!”.

A mensagem não podia ser mais clara. Tudo o que o PT tem feito no poder – e que a cada dia vai ficando mais evidente, seja pelos efeitos daninhos na economia, seja pela dissolução da moral e dos bons costumes, de que as investigações da Polícia Federal em torno da Operação Lava Jato são apenas um exemplo –, tudo isso estaria justificado pelo argumento de que o “partido (...) melhorou a vida de milhões de brasileiros”. E, dentro dessa estranha ética – que aos companheiros tudo desculpa, independentemente das suas ações e suas omissões –, se a atuação do PT no poder está assim justificada, quem se opõe a esse modo de cuidar

da coisa pública é visto como “fascista” e “falso moralista”.

Questionado sobre o teor violento da sua mensagem, Quaquá não titubeou: “Sou sociólogo e professor. Nasci na favela. Falo a linguagem do povo. Não estamos defendendo que o PT saia dando socos e porradas sem motivo, mas, se derem o primeiro soco, devemos responder com dois”.

É lamentável que Quaquá atribua sua intemperança verbal ao fato de ter nascido numa favela. Muita gente já nasceu e vive, sempre se comportando com honradez e civilidade. O presidente do PT do Rio revela assim um tremendo preconceito contra os moradores das comunidades carentes, que não adotam a violência como solução para os desafios da vida.

Para Quaquá, o motivo para a briga já existe – a ordem do chefe Lula mandando a tropa sair às ruas. E a

ida da militância às ruas já tem data: o próximo dia 13. Algumas centrais sindicais e movimentos sociais pretendem promover naquele dia 13 um ato na Avenida Paulista, com réplicas por todo o País.

Segundo o agitador-mor João Pedro Stédile, a pauta já está definida. Para o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), “temos que voltar às ruas no dia 13 de março para dizer que a Petrobrás é nossa e ninguém taca”.

Stédile esquece, no entanto, que a Petrobrás não é “deles”. A Petrobrás é do povo brasileiro, de todos os brasileiros. E agora, mais do que nunca, é hora de devolver a Petrobrás à sociedade brasileira, acabando com o seu uso político, extinguindo o aparelhamento petista e pondo fim à corrupção que encheu os bolsos de alguns, causando pesados prejuízos a muitos. Mas isso não parece tirar o sono de Stédile.

É evidente que o País vive momentos difíceis e atravessa uma séria crise política, econômica, social e também moral. Crise esta que é parte da herança maldita que o PT gerou ao longo dos seus anos no poder federal. Como também é evidente, essa crise não se resolverá pelo conflito ou pela violência, como irresponsavelmente propôs Lula aos seus comparsas no Rio de Janeiro, durante o ato em “defesa” da Petrobrás.

A lógica do conflito, que é sempre excludente, expõe uma visão distorcida da política e da vida social. Instigar o conflito social, como vem fazendo Lula e sendo cegamente obedecido por sua tropa, não acaba com a corrupção, não melhora o emprego, não torna o Estado mais eficiente, não contribui com a educação pública. É tática irresponsável de quem almeja governar sem o controle de instituições democráticas e sem o dever de prestar contas à Nação.

O GLOBO

29/03/2015

segundacaderno@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

Onde está a saída?

Tirei terno e gravata do armário e fui a Brasília. Onde está a saída para a crise? Levei a pergunta para uma dezena de políticos experimentados. Nenhum deles apontou a saída imediata. É um cuidado razoável. O máximo que se consegue é apontar variáveis que possam definir os rumos da crise. Comportamento do governo, ajuste econômico, curso da Operação Lava-Jato são as mais citadas.

A sensação predominante é a de que algo vai acontecer, e ninguém sabe precisamente o que é. A hipótese de um governo sangrando até 2018 é a mais improvável, embora seja esse o desejo de uma parcela de observadores, dentro e fora do Congresso. Marchamos para o desconhecido. É uma fase delicada. Os conservadores tendem a achar que o diabo desconhecido é sempre pior do que o existente. Querem mudança, mas dentro de um quadro planejado, com resultados previsíveis. Mas, nesses casos, sempre existe o argumento de que, muitas vezes, é preciso caminhar, mesmo sem saber o que nos espera, com uma abertura para a novidade. Quanto ao ajuste econômico, deve ser objeto de muita discussão, basicamente sobre quem paga a conta. A tendência é de dias mais duros, com possibilidade de racionamento de energia. É o que os técnicos propõem. Não porque faltará energia para o consumo em 2015. Mas porque é preciso poupar, pois, sem oferta adequada de energia, não existe retomada em 2016.

De qualquer forma, o ajuste econômico passou a ser de interesse nacional, não só por causa da realidade interna, mas também da percepção externa. Graças à expectativa do ajuste, o Brasil não foi rebaixado à condição de país especulativo, com inevitável fuga do capital. Sou pessimista quanto aos passos do governo. O documento que vazou da Secretaria de Comunicação mostra como estão perdidos. Falam de tudo, de robôs, redes sociais, blogueiros, propaganda, mas não falam da mensagem. Dilma tem os microfones à disposição. Mas não sabe usá-los. Em alguns casos é possível aprender. Pessoas tímidas, executivos de grandes empresas fazem um treinamento, chamado *media training*. Mas não há treino que possa criar um líder para conduzir o país numa tempestade.

Não há mensagem nem presidente capaz de comunicá-la. O panelaço segue como a batida da temporada. A saída de Dilma é usar a tática de guerrilha: falar quando o adversário está desprevenido e recuar quando ele está atento. A outra variável é a Operação Lava-Jato, outro dado positivo que teve peso para que o Brasil não fosse rebaixado pelas agências internacionais. No momento, o foco é o PT.

Os políticos deram azar em ter o juiz Sérgio Moro pela frente. Especialista em lavagem de dinheiro, sabe que rastrear o curso da grana é o caminho real nas investigações. Com base na informação dos delatores e em recibos de empresas, as investigações demonstram o golpe do PT: transformar propinas em doações legais. Leio que o Planalto quer que o PT demita o tesoureiro. O PT hesita. É difícil passar a ideia de que foi tudo culpa de um só homem. É gente muito calejada para fingir que João Vaccari era uma fada de barba que produzia fortunas apenas com o toque de sua vara de condão. Isso irá parecer um pouco aquela lenda urbana da filha de família que trabalha fora e volta sempre com presentes caros para casa. E aí os parentes descobrem, um dia, que a menina faz programas.

A variável mais importante é pouco discutida em Brasília. Dois milhões de pessoas foram às ruas, sem nenhum incidente. A sociedade brasileira ganhou maturidade nas demonstrações e mantém-se vigilante porque sua sorte está em jogo. O agravamento da crise, a dureza do ajuste econômico e a mobilização social podem nos levar a um novo momento. Não ousei descrevê-lo. Sinto apenas que o dilema brasileiro poderá ser esse: fazer um omelete sem quebrar os ovos. Essa tarefa que parece impossível para os estrangeiros não é tão distante assim das soluções históricas no Brasil. Se os culpados pela corrupção na Petrobras forem punidos e chegarmos a um consenso mínimo sobre o ajuste econômico, abre-se a possibilidade de um governo de unidade nacional. O PMDB tem ocupado o lugar do PT. Mas está enclacrado na Operação Lava-Jato. Teria, em caso de sobrevida, a possibilidade de um aceno nacional. O PT, que sempre dividiu o país entre pobres e ricos, brancos e negros, reacionários e progressistas, não tem chance de tentar esse caminho.

O momento é verde-amarelo. Sem nenhum juízo de valor sobre símbolos históricos, quem o confundiu com o vermelho cometeu um erro decisivo. O Estado não é um partido, uma política externa não pode refletir a cabeça da minoria, os direitos humanos não englobam apenas os escolhidos. Quando desenharam uma estrela no jardim do Palácio e tiveram que removê-la, deveriam ter compreendido que é insuportável viver num país que tem dono, seja ele um partido ou um demagogo.

Não se conhecem os protagonistas do futuro. Mas já se sabe quem será atropelado por ele. ●

Entrevista AÉCIO NEVES

início a um novo processo. O governo que está aí dá seguidas mostras de não ter condições de fazer isso.

Colocado de outra forma: o senhor acha que a presidente Dilma termina o mandato? Não quero antecipar cenários. Mas o governo estabeleceu a mentira como método. A presidente da República não vai conseguir resgatar as condições de governabilidade, pelo menos enquanto não tiver a coragem de vir a público reconhecer sua parcela de responsabilidade pelos sofrimentos que esta crise está impondo aos brasileiros. Quanto mais insistir em falsear a verdade, atribuindo os problemas à crise internacional ou ao agravamento da seca, mais distante estará de recuperar essas condições. Em política, o ativo mais precioso é o tempo. E o PT perdeu esse tempo.

Uma pesquisa do Datafolha mostrou que 63% dos brasileiros apoiam a abertura do processo de impeachment contra a presidente. Em seu partido, o PSDB, há divergências sobre a questão. Qual a sua posição sobre o impeachment? A minha posição é de respeito à Constituição, e o impeachment é uma previsão constitucional. O impedimento não ocorrerá por desejo das oposições, mas pela combinação de um conjunto de fatores, que inclui obrigatoriamente a comprovação de culpa por crimes. Portanto, que fique claro que um desfecho amparado pela Constituição não pode ser tratado como tentativa de golpe. Golpeiam aqueles que tentam impedir o desfecho no âmbito da Constituição. Não sei se há hoje os elementos de culpa, mas nada impede que eles surjam mais adiante. O relatório do ministro Augusto Nardes, do TCU, é bem firme quando afirma que houve pedaladas fiscais, e as evidências de que a campanha de Dilma recebeu dinheiro ilegal se acumulam. Se isso for comprovado, a lei está aí para ser cumprida. Cumprir a lei é respeitar a democracia.

Uma das saídas cogitadas para a crise seria a adoção do parlamentarismo. Como o senhor vê essa alternativa? Sou parlamentarista, sempre defendi esse

Se hoje as lideranças do PT têm de pensar duas vezes antes de ir a um restaurante, o que me causa até algum constrangimento, é porque estão pagando o preço altíssimo por ter mentido à população

sistema e acho que no futuro é por onde devemos tráfegar. Mas penso que essa discussão tem de ocorrer fora do contexto de uma crise aguda. O parlamentarismo, a meu ver, não é a solução neste instante, quando o Congresso vive um momento de fragilização.

O governo do PT tenta agora fazer o ajuste que negou que faria durante toda a campanha. O ajuste do PSDB, caso tivesse saído vitorioso, seria diferente? O ajuste do PSDB teria uma dosagem bem mais fraca, mas produziria resultado mais rapidamente e com impacto muito maior. A retomada dos investimentos seria imediata. O ajuste do PSDB restauraria a credibilidade. Com a volta da confiança, tudo entra nos eixos. Um governo confiável poderia promover, em curtíssimo prazo, a redução da taxa de juros. Em boa medida, a disparada atual dos juros se deve à tentativa estabana da do Banco Central de restaurar a confiança. Enxergo o ministro da Fazenda cada vez mais isolado. O mais grave é ele não poder dizer em alto e bom som que as medidas do ajuste aprovadas até agora não funcionam por causa da herança maldita de sua própria chefe. Temos um ministro da Fazenda manietado.

Um estudo dos economistas Mansueto Almeida, Samuel Pessoa e Marcos Lisboa estima que as despesas públicas com saúde, Previdência e educação vão aumentar 300 bilhões de reais até 2030. O Brasil está mesmo condenado ao eterno desequilíbrio fiscal? Temos um problema estrutural que precisa ser reconhecido. Temos despesas obrigatórias que crescem mais que o PIB. Mas a realidade é que isso se agravou muito neste último período. As propostas do ministro Joaquim Levy não conseguirão diminuir as despesas. Elas aumentaram porque o governo está sendo obrigado a pagar neste ano as pedaladas do ano passado.

A presidente Dilma disse que a Lava-Jato provocou a queda de 1 ponto percentual no PIB. O senhor acha que o Brasil está pagando um preço alto demais para expurgar a corrupção? Esse, entre todos, é um preço que vale a pena ser pago. Agora, a presidente se equivoca novamente, e não tem sido fácil compreender algumas das suas afirmações. Não foi a Lava-Jato que provocou essa queda do PIB. Foi a corrupção generalizada, sistematizada e orgânica, herdada do governo de seu antecessor e por ela mantida, inclusive em áreas que conduzia pessoalmente e com mão de ferro. O que a Lava-Jato faz é um bem enorme ao Brasil. A ação do Ministério Público e da Polícia Federal ficará por muitos e muitos anos como um momento definidor de um Brasil mais forte e mais justo — um país em que a lei vale realmente para todos e a impunidade é uma exceção, e não mais a regra.

Que medidas práticas e imediatas o senhor imagina que poderiam ser tomadas para estancar a corrupção no Brasil? Na campanha eu apresentei uma, que continua valendo. O caminho mais curto para diminuir a corrupção é tirar o PT do governo. É a medida que antecede todas as demais. Enquanto isso, há outras. Nesta semana vou apresentar uma PEC para que, mesmo em cargos de indicação política, a pessoa tenha de passar por um processo de qualificação. Pode haver indicações para

esses cargos — que a meu ver têm de ser diminuídos em ao menos um terço —, mas precisamos profissionalizar a burocracia. Fiz isso em Minas Gerais, onde a certificação era feita pela universidade federal. Aplicamos a regra às novas indicações. O resultado foi que 70% dos que pediram cargos nunca apareceram para tentar provar sua qualificação. Depois, estendemos a norma para aqueles que já estavam nos cargos — 50% não fizeram a avaliação. Isso liberou as vagas, de forma que os cargos passaram a ser ocupados por gente qualificada.

Integrantes do Congresso investigados pela Lava-Jato estariam articulando um movimento para barrar a recondução ao cargo do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Como o senhor vê isso? Eu acho inconcebível nós, aqui no Senado, negarmos apoio ao procurador-geral se for ele o indicado. No que depender de mim, vou defender a aprovação do nome escolhido pelo Ministério Público. A beleza desse processo é que, apesar de tudo, dessa crise, do desatino do governo e das pressões, as instituições no Brasil funcionam em sua plenitude. São elas que darão o impulso necessário ao país para que retome a rota do crescimento.

O senhor perdeu a eleição mais disputada da história democrática e criticou muito o que chamou de “jogo sujo” do PT. Há algum erro que considere ter cometido? Cometi vários. Mas tenho orgulho de ter falado a verdade. Como disse a Marina Silva, na política, há ocasiões em que você perde ganhando, como aconteceu conosco, e ganha perdendo, como aconteceu com a presidente da República. Eu ando pelas ruas tranquilamente, de cabeça erguida, com a família, com os amigos. A presidente está sitiada. Se hoje as lideranças do PT têm de pensar duas vezes antes de ir a um restaurante, é porque estão pagando preço altíssimo por ter mentido à população e desrespeitado a inteligência dos brasileiros. Essa eleição foi diferente das outras para o PSDB. Perdemos a disputa, mas nos reconectamos com o povo. Houve um despertar

🗣️ **Não foi a Lava-Jato que provocou a queda do PIB. Foi a corrupção generalizada, e orgânica, que a presidente Dilma herdou do governo de seu antecessor e manteve, inclusive nas áreas que ela conduzia pessoalmente** 🗣️

das ruas, de gente que não se engajava em política, que não sabia como retomar o protagonismo do próprio destino. Não podemos perder esse impulso. Somos minoria no Congresso, mas ampla maioria na sociedade. É a ela que temos de dar respostas.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou recentemente que Dilma Rousseff é uma “pessoa honrada”.

O senhor concorda? Pessoalmente, nunca questioneei a idoneidade da presidente. Mas se existe algo com que o presidente FHC, eu e milhões de brasileiros certamente concordamos é que não há dúvida de que a presidente e seu governo foram beneficiados pelo maior esquema de corrupção já montado dentro do Estado brasileiro. A questão é saber se ela fez isso conscientemente ou por omissão. Isso cabe à Justiça descobrir.

O senhor seria favorável a essa aproximação que o governo parece estar propondo? Vou contar um episódio que mostra por que não confiamos na sinceridade das intenções do governo. Antes do anúncio oficial do resultado da eleição, quando ficou claro que a presidente havia vencido, cumpri o ritual que o processo eleitoral dos países

democráticos recomenda, até para marcar o momento oficial da definição da eleição. Liguei para a presidente da República, cumprimentei-a pela sua vitória e disse a ela: “Presidente, a sua maior missão é unir o Brasil depois de uma campanha como esta que ocorreu”. Obviamente, para bom entendedor, meia palavra basta. Desejei a ela sorte no enorme desafio de governar o Brasil. Ela, de sua parte, não cumpriu a outra etapa do ritual, que é dizer publicamente que recebeu um telefonema do adversário reconhecendo a sua vitória. Mas isso para mim é o menos importante. Naquele momento em que conversamos ao telefone, dei o sinal claro de que estava ali estendendo a mão e não poderia negar uma conversa pública em favor do Brasil.

Qual foi a resposta da presidente?

Falou de união no seu discurso daquela noite e depois nunca mais tocou no assunto. Manteve a arrogância, continuou a culpar os outros pela gravidade da crise. Não dá para confiar em uma intenção real e sincera do governo de dialogar conosco.

Qual será a saída para a crise econômica? Temos instituições que funcionam e uma economia razoavelmente estruturada. Somos ainda os melhores do grupo dos Brics. A Rússia é excessivamente dependente do petróleo e do gás. A Índia tem 90% da sua economia na informalidade e uma burocracia ainda mais impenetrável que a brasileira. A China investe na sua rede de proteção social o pouco que investíamos na década de 70. Já a África do Sul está com uma taxa de desemprego de 25% e problemas fiscais gravíssimos, mesmo em comparação com os nossos. Temos estrutura para sair da crise, mas isso é insuficiente quando a presidente não transmite confiança e não demonstra capacidade de governar. Quem tem condições de nos tirar da crise é o PSDB. Acredito que em breve o partido será chamado a assumir sua responsabilidade de tirar o Brasil desse poço sem fundo em que o PT nos enfiou. Estamos preparados para isso. ■

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado: “Lula estimula o conflito social”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 26 de fevereiro de 2015.

O editorial destaca que no desespero para salvar o PT de um desastre que a incompetência do governo Dilma Rousseff torna a cada dia mais grave, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaça incendiar as ruas com “o exército do Stédile”, a massa de manobra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Lula estimula o conflito social.” Jornal *O Estado de S. Paulo*.

Conselho de Administração

Presidente
Walter Fontana Filho

Membros

Fernando C. Mesquita,
Fernão Lara Mesquita,
Francisco Mesquita Neto,
Genálio Luiz de Alencar e
Júlio César Mesquita

Opinião

Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor

Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Candour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi

Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard

Diretor de Mercado Anunciante: Flávio Pêstana
Diretor Financeiro: Jorge Casimires
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio
Diretor de Tecnologia: Nelson Garzeri

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas e Informações

Lula estimula o conflito social

No desespero para salvar o PT de um desastre que a incompetência do governo de Dilma Rousseff torna a cada dia mais grave, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaça incendiar as ruas com "o exército do Stédile", a massa de manobra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Lula acenou com essa ameaça em evento "em defesa da Petrobrás" promovido na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, pelo braço sindical do PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Basta abrir as páginas dos jornais ou assistir ao noticiário da televisão para perceber que a radicalização política começa a levar a violência às ruas das principais cidades do País. De um la-

do, militantes de organizações sindicais e movimentos sociais, quase sempre manipulados pelo PT, aliados a radicais de esquerda, do outro lado, setores antigovernistas engajados na inoportuna campanha de impeachment da presidente da República. Esses grupos antagônicos se agrediram mutuamente diante da ABI, pouco antes do evento protagonizado por Lula. Diante do sintoma claro de que o agravamento da crise política em que o País está mergulhado pode acender o rastilho da instabilidade social, o que se espera das lideranças políticas é que ajam com responsabilidade para evitar o pior. Mas Lula, assustado com a possibilidade crescente do naufrágio de seu projeto de poder, parece disposto, em último recurso, a correr o risco de virar a mesa. Não há outra interpretação para sua atitude no evento.

Em seu discurso, o coordenador do MST, João Pedro Stédile, como de hábito botou lenha na fogueira: "Ganha-

mos as eleições nas urnas, mas nos derrotaram no Congresso e na mídia. Só temos uma forma de derrotá-los agora: é nas ruas". É o caso de perguntar o que Stédile quer dizer com "derrotá-los nas ruas". Mas Lula parece saber a resposta. E aproveitou a deixa, ao falar no encerramento do ato: "Quero paz e democracia. Mas eles não querem. E nós sabemos brigar também, sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele na rua". Uma declaração de guerra?

A atitude irresponsavelmente incendiária do ex-presidente é coerente com a estratégia por ele traçada e transmitida à militância petista com o objetivo de reverter a repercussão extremamente negativa para a imagem do PT provocada pelo desgoverno Dilma e, em particular, pelo escândalo da Petrobrás. A ideia é, como sempre, transformar o PT em vítima da "elite", os temíveis "eles" que só querem fazer mal ao povo brasileiro.

Do mesmo modo que para Lula o escândalo do mensalão foi uma "farsa" que resultou na condenação injusta dos "guerreiros do povo brasileiro", o petrolão é coisa de "meia dúzia de pessoas" para a qual Dilma Rousseff "não pode ficar dando trela". "O que estamos vendo é a criminalização da ascensão de uma classe social neste país. As pessoas subiram um degrau e isso incomoda a elite", disse Lula.

Ou seja, o que abala o Brasil não é a ação da quadrilha que, há 12 anos, pilota a Petrobrás e ocupa, para proveito próprio ou do PT, cada escaninho possível da administração pública. Muito menos é a incompetência administrativa demonstrada pelas petralhas que sugam o Tesouro. É - no entender de Lula e companhia bela - a reação dos brasileiros honestos e indignados com a roubalheira e a desfaçatez.

Esse discurso populista pode fazer vibrar a militância partidária manipulada e paga pela *nomenklatura* petista,

mas é inútil para garantir ao PT e ao governo o apoio de que necessitam para tirar o País do buraco em que Dilma Rousseff o meteu ao longo de quatro anos de persistentes equívocos.

O principal aliado do PT, o PMDB do vice-presidente Michel Temer, agora decidiu exigir o papel que lhe cabe como corresponsável pela condução dos destinos do País. Não aceita mais, por exemplo, que o núcleo duro do poder de decisão no Planalto seja integrado exclusivamente por petistas. O PMDB tampouco aceita que os petistas continuem se fazendo passar por bonzinhos na votação das medidas de ajuste fiscal, posicionando-se na defesa dos "interesses dos trabalhadores" e deixando o ônus da aprovação do pacote para os aliados.

Os arreganhos de Lula e do agitador Stédile mostram que a tigrada está cada vez mais isolada - e feroz - na aventura em que se meteu de arruinar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfé Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,35) Benedito de Lira (16,18,42) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,41) Regina Sousa (44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (20,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,51) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,35)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,41)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,42)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (47) Antonio Anastasia (46)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,25) Vanessa Grazziotin (22,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,25)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49) Paulo Rocha (32,51) Wellington Fagundes (50)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadãos

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

Leitura: 19/08/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra da Silva Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Eduardo Sanovicz (1)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Vaga Compartilhada	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.

13) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

*, Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMD).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁰⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	PP
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	SD
	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA ⁽¹⁸⁾
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 360 páginas
(O.S. 13066/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

